

Brasília, 28 de Setembro 2015.

Ao Deputado Bispo Renato Andrade - Presidente da CPI Transporte.

Segue em anexo documentos que comprovam denúncia de irregularidade na licitação de transporte, ocorrida em 2013 , conforme solicitado em audiência ocorrida no dia 24 de Setembro, por mim assumido o compromisso de enviar os respectivos documentos.

Atenciosamente,



Wagner Canhedo Azevedo Filho


Hilton Kazuo S. Kawashita
Assistente Legislativo
Matricula: 12321

29/09/15

Rol de Documentos

1 – Recomendação da Procuradora Dra. Marcia Farias (MPTCDFT) solicitando que a Corte determine à Secretária de Transportes do Distrito Federal providências no sentido de anular a Concorrência Pública nº 01/2011.

2 – Procuração da Auto Viação Marechal LTDA, ao Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados.

3 – Reportagens nas revistas e jornais de grande circulação a respeito das fraudes ocorridas na licitação.

4 – Decisão da 1ª Vara da Fazenda Publica do Distrito Federal que suspendeu os contratos administrativos da Bacia 1 e 4.

5 – Decisão da 2ª Vara da Fazenda Publica do Distrito Federal determinando a Suspensão dos Contratos firmados, submetidos aos termos do edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011 – ST.

6 – Decisão da 8ª Vara Federal suspendendo os repasses de recursos do BNDES e do FINAME para as empresas rés, devendo o BNDES comunicar imediatamente o teor desta decisão às instituições financeiras através das quais opera as linhas de crédito dos programas envolvidos nas operações de financiamento.

7 – Parecer da Policia Civil o qual conclui que vários atos que eram de competência exclusiva da comissão especial de licitação não foram respeitados, e foram praticados pelo Sr. Sacha Reck, que ao mesmo tempo prestava consultoria ilegalmente e sem qualquer contratação válida a comissão de licitação, também defendia o interesse das empresas que eram suas clientes, garantindo que estas vencessem a licitação sem qualquer competitividade.

8 – Documento da Sra. Angela Darc Hilario de Sousa declarando ter assinado julgamento dos recursos sem ter lido.

9 – Decisão da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava/PR, que determinou o bloqueio dos bens e a quebra de sigilo bancário.

10 – Parecer do Ministério Publico de Apucarana/PR recomendando a suspensão da licitação do transporte em Apucarana/PR.

Recomendação da Procuradora Dra. Marcia Farias (MPTCDFT) solicitando que a Corte determine à Secretária de Transportes do Distrito Federal providências no sentido de anular a Concorrência Pública nº 01/2011.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria-Geral de Controle Externo
Gabinete

72
4927

Memorando nº 330/2013 – SEGECEX ~

Brasília-DF, em 27 de maio de 2013

Ao: Senhor Secretário de Acompanhamento.
Documento: Representação nº 08/2013-MF (Doc. nº 4402/13).
Assunto: Solicita que a Corte determine à Secretaria de Transportes do DF providências no sentido de anular a Concorrência Pública nº 01/2011. Processo nº 12.086/11.

Encaminho a Vossa Senhoria a anexa Representação, para exame e instrução, nos termos da Portaria nº 27/2009 e Emenda Regimental nº 35/2012.

Atenciosamente,

Jose Barbosa
JOSÉ BARBOSA DOS REIS
Secretário-Geral de Controle Externo

Documento	juntado	ao
Processo nº	_____ / _____	

14/11
17/11


Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

2. Foram publicados no DODF os resultados da licitação para outorga de concessão do serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), por meio de ônibus, referentes às bacias 2 a 5 (ver Anexo I), estando ainda pendente a bacia 1.

Tabela 1 – Resultados da Concorrência n.º 01/2011:

Bacia	Vencedora	Tarifa (R\$)	Tarifa Máxima (R\$)
2	Viação Pioneira	2,3661	2,5902
3	HP-ITA	2,8026	2,8309
4	Auto Viação Marechal	2,7192	2,7192
5	Expresso São José	2,7093	2,7093

3. Em fases anteriores do Processo n.º 12086/11, denunciou o *Parquet* CERCEAMENTO À COMPETIÇÃO, em razão da ALEGAÇÃO DE SIGILO, pela Secretaria de Transportes, DAS PLANILHAS DETALHADAS E DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO RELATIVAS AO PROJETO BÁSICO. O resultado agora se apresenta, com a baixa competitividade do certame e com as tarifas técnicas vencedoras próximas ao teto fixado no Edital, sendo duas delas coincidentes com a tarifa máxima.

4. Sobre as tarifas, o *Parquet* também alertou que, CASO FOSSEM FIXADAS NO PATAMAR MÁXIMO, IMPLICARIAM TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR) DE 12% PARA O CONCESSIONÁRIO VENCEDOR, conforme calculado no Edital, indicando estar esse valor superestimado em relação à TIR máxima de 8,95% fixado no Edital de Curitiba/PR de mesmo objeto, ou ainda a patamares de 6 a 8% para obras de infraestrutura do PAC. Por oportuno transcreve-se o excerto correspondente:

“3º indicio – Da taxa interna de retorno (TIR) superestimada

“20. A própria Secretaria de Transportes, ao apresentar as tarifas técnicas na planilha consolidada à fl. 2351, indica a taxa interna de retorno (TIR) de 12% para o concessionário.

“21. Ora, o Edital da Concorrência n.º 05/2009 (anexo), que trata da licitação de transportes coletivo urbano de passageiros de Curitiba/PR, indica, no item 8.2, TIR máxima de 8,95%. Ou seja, a TIR do Edital do DF é 35% superior à TIR máxima do Edital de Curitiba/PR, indicando estar a tarifa técnica no DF superestimada. No entanto, não é possível estabelecer o grau dessa superestimativa em razão da ausência do memorial de cálculo e da planilha detalhada.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

Item 8.2 do Edital da Concorrência n.º 05/2009 de Curitiba/PR

“8.2 A exequibilidade do custo/km médio final proposto deverá ser demonstrada por meio da apresentação do devido fluxo de caixa (ANEXO XII) compreendendo todo o período da outorga (15 anos), nele considerados além de todos os insumos que compõem a planilha, os valores devidos em razão da outorga (Item 2.3) e uma Taxa Interna de Retorno – TIR máxima de até 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, não-alavancada (sem considerar juros e financiamentos).”

“22. Em rápida pesquisa, verifica-se que as obras de infraestrutura do PAC para concessões rodoviárias indicam TIR de 6 a 8%¹, que pode servir de parâmetro para projetos de longo prazo desenvolvidos atualmente. Note-se que a redução da TIR ao longo dos últimos anos decorre da redução da taxa de juros no Brasil (SELIC, CDI, TJLP). Nesse sentido, mesmo a TIR de 8,95% pode estar hoje superestimada, pois o Edital de Curitiba/PR foi elaborado em 2009, quando o patamar das taxas de juros era superior ao atual.”

5. Para afastar a referida argumentação, a unidade técnica registrou tão somente entender ser a TIR de 12% “compatível” com a elevada taxa de juros dos últimos anos, sem sequer mencionar os argumentos do Parquet e sem trazer qualquer referência que possibilitasse comparação, *in verbis*:

“47. Em relação à alegação de que a Taxa Interna de Retorno de 12% adotada no procedimento sob análise estaria superestimada, ressaltamos que a TIR reflete a remuneração do capital investido no empreendimento e o mercado é o balizador deste retorno. Em um investimento de longo prazo, como no caso presente, diversas variáveis futuras envolvem as expectativas dos empresários e nos parece que o teto máximo de 12% não se mostra despropositado, face ao recente histórico de taxas de juros elevadas com que convivemos em nosso país nos últimos anos. Dessa feita, opinamos porque não seja acatada a manifestação do Ministério Público.”
(destaque nosso)

(é)

¹http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/pronunciamentos/palestras/120329_apresentaca_nova_iorquc_ingles.pdf

19/11/2011



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

6. Mais, com as vênias devidas, a unidade técnica buscou comparar taxa de juros (supõe-se aquela praticada no mercado) com a TIR de 12%, parâmetro da licitação em foco. Esta última é uma TIR não-alavancada, "aparente", "não real" NÃO CONSIDERA FINANCIAMENTOS. Explico. A TIR real, aquela que representa o ganho efetivo do concessionário, deve incorporar TODOS OS SUBSIDIOS E VANTAGENS NO FLUXO DE CAIXA, INCLUSIVE AQUELAS DECORRENTES DE FINANCIAMENTO.

7. Como exemplo, cito o FINAME BNDES PSI (Programa de Sustentação do Investimento), que é uma linha de crédito subsidiada para a aquisição de bens de capital, como máquinas e equipamentos, incluindo ônibus. Em 2009, época da licitação em Curitiba/PR, a taxa era de 7%, conforme Circular n.º 71/09-BNDES (ver Anexo II), sendo hoje de apenas 3% (ver Anexo III).

8. Dessa forma, grosso modo, a alavancagem de capital de terceiro permitida na licitação de Curitiba/PR foi de 1,95%, sendo resultado da subtração da TIR máxima de 8,95% menos a taxa FINAME-BNDES de 7%. Na licitação em foco, a mesma alavancagem alcança 9%, ou 362% superior ao de Curitiba/PR, resultado da TIR máxima de 12%, menos a taxa FINAME-BNDES PSI de 3%. Impõe-se insistir nesse ponto para investigação de possível de superfaturamento.

9. Com o resultado da licitação, podemos estimar a TIR real ao incorporar a taxa FINAME-BNDES PSI no fluxo de caixa das planilhas consolidadas às fls. 5352/6 do Processo n.º 12086/11. Para tanto, utilizaremos o resultado da bacia 4 (planilha no Anexo IV), com tarifa técnica de R\$ 2,7192, além de adotar bases mais conservadoras no financiamento, como taxa de juros de 4% ao ano (3% do BNDES-PSI + 1% de folga para eventuais taxas e custos eventuais) e opção por não financiar o investimento previsto no ano 7 (R\$ 119,7 milhões), previsto no Edital para renovação parcial da frota, o que resultará uma TIR significativamente menor.

10. O fluxo de caixa a seguir é o contido na planilha do Edital para a bacia 4, com previsão de TIR de 12%.

Fluxo de Caixa Original – Bacia 4 (R\$ milhões) (TIR = 12%) (fl. 5355 ou Anexo IV):

Ano 0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
(188,9)	35,34	35,34	35,34	35,34	23,14	25,44	(58,35)	34,94	34,94	104,04

11. Para incorporar o financiamento da compra dos ônibus no ano 0, elaborou-se o fluxo de caixa do financiamento, sendo o valor do empréstimo R\$ 131,04 milhões, com amortizações anuais de R\$ 16,16 milhões, durante dez anos.


Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

Hipóteses do financiamento:

- FINAME-BNDES PSI com juros de 4% fixo ao ano (3% + 1% de folga p/ taxas eventuais);
- Investimento em frota no ano 0 = R\$ 145,6 milhões;
- Valor financiável para grandes empresas = 90% do Investimento ou R\$ 131,04 milhões
- Prazo de pagamento = 10 anos.

Fluxo de Caixa do Financiamento (juros de 4% aa) (R\$ milhões):

Ano 0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
131,04	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)

12. Para obter o novo fluxo de caixa, com a incorporação do financiamento, basta somar o fluxo de caixa original com o do financiamento:

Fluxo de Caixa Resultante = Original + Financiamento (R\$ milhões) (TIR = 40,47%):

Ano 0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
(35,88)	19,18	19,18	19,18	19,18	6,98	9,28	(74,52)	18,78	18,78	87,88

13. Portanto, s.m.j., do Fluxo de Caixa Resultante (Fluxo de Caixa Original + Fluxo de Caixa do Financiamento), ou seja, com o financiamento, teremos uma TIR de aproximadamente 40% (ver Anexo V), quase 3,5 vezes a TIR original de 12%.

14. Simulando financiamentos com taxas de 6, 8 e 10% (ver Anexo V), podemos montar a tabela a seguir com as respectivas TIRs:

Tabela 2 – TIRs em função de taxas de juros de financiamento de 90% do investimento no ano 0

Juros do Financiamento	4% aa	6% aa	8% aa	10% aa
TIR	40%	34%	27%	19%

15. Tais resultados, quando confrontados com indicadores atuais, como a SELIC de 7,5%, ou CDI de 7,2%, ou inflação de 6%, ou títulos públicos prefixados de 9,5% (LTNs) e pós-fixados de INPC + 4% (NTNBs) (todos valores médios coletados em 21/05/2019), INDICAM O SUPERFATURAMENTO DA TARIFA TÉCNICA, possivelmente decorrente da FALTA DE COMPETITIVIDADE DO CERTAME E DO SIGILO IMPOSTO ÀS PLANILHAS DETALHADAS E AOS MEMORIAIS DE CÁLCULO RELATIVOS AO PROJETO BÁSICO.

24

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

16. Cabe anotar que, além das bases conservadoras utilizadas nos cálculos da TIR, não foi incorporado o subsídio previsto na Lei n.º 12715/12, que desonera a folha de pagamento do setor de transporte urbano, com vigência a partir de janeiro de 2013 (Anexo VI), o que elevaria ainda mais a TIR.

17. Ainda sobre o fluxo de caixa apresentado no Edital, o *Parquet*, em fase anterior, questionou os valores de "Depreciação Contábil", por contemplar apenas a depreciação da frota, estando ausentes os valores das depreciações das edificações e dos equipamentos.

18. Em relação a esse ponto, a d. unidade técnica argumentou nos autos que a depreciação das edificações e demais equipamentos poderiam ou não ser incluídos pela situação diferenciada de cada empresa em relação a esses itens, *in verbis*:

"48. Quanto à alegação da ocorrência de valores incorretos de depreciação contábil, ao não levar em consideração a depreciação das edificações, equipamentos e sistema de vigilância, a nosso ver não assiste razão ao pleito ministerial. Cada licitante possui situação diferenciada de edificações, equipamentos e sistemas de vigilância e a nosso ver não haveria como se mensurar tais custos dentro de critérios de razoabilidade, de forma a se chegar a um fator comum de comparação entre os licitantes. Já em relação à depreciação da frota, a comparação entre as licitantes seria equânime e daí a possibilidade de mensuração no procedimento licitatório."

19. Ora, basta compulsar as planilhas às fls. 5352/6 para constatar que as depreciações das edificações e demais equipamentos já constam para efeito de despesa no cálculo do EBIT ou resultado operacional, ou seja, já foram mensuradas e incluídas pela Secretaria de Transporte. Assim sendo, o *Parquet* entende que também devam compor a "Depreciação Contábil", na mesma planilha, e integrar o fluxo de caixa livre. Trata-se de critério técnico, pois se excluídos da depreciação contábil, também deveriam ser excluídos do cálculo do EBIT. Se considerado o entendimento do *Parquet*, a TIR estaria superestimada, de forma indevida, favorecendo a concessionária.

20. Outro ponto alegado pelo Ministério Público no Processo n.º 12086/11, que pode ser aferido nas propostas financeiras e, posteriormente, na execução, diz respeito ao custo com pessoal que, no Edital de Curitiba, representa 58,6% do custo


Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

operacional, contra 73,3% do Edital em foco, indicando possível inconsistência. Para refutação de irregularidade nessa disparidade, deveria o TCDF ter comparado o piso salarial entre as duas localidades, para composição do custo real de pessoal.

21. Por fim, registra o Ministério Público que A DENÚNCIA APRESENTADA PELA ABRADec, objeto de matérias do Jornal de Brasília (Anexo VII), TORNA-SE AINDA MAIS GRAVE SE CONSIDERADO O SIGILO IMPOSTO PELA JURISDICIONADA AO ORÇAMENTO DETALHADO E AO MEMORIAL DE CÁLCULO DA REVISÃO DOS DADOS DE QUILOMETRAGEM E DO TEMPO ESTIMADO DE VIAGENS, ESSENCIAIS À ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS. Tais dados foram modelados pelo Consórcio Logit/Logitrans.

22. Se se comprovarem verdadeiras as ligações entre o Consórcio, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e as empresas Viação Pioneira (Grupo Constantino) e Auto Viação Marechal (Grupo Gulin), os dados sigilosos podem mesmo terem sido repassados a estas empresas favorecendo-as indevidamente. Esse ponto merece cautelosa investigação do E. TCDF.

Conclusão

23. Ao ver do *Parquet*, com as vênias devidas, as falhas apontadas não receberam o devido aprofundamento, justamente em razão da excessiva celeridade que se quis imprimir. Agora, após a licitação, vislumbra-se as consequências de eventuais falhas não saneadas, o que pode afetar todo o processo licitatório, além de comprometer a própria celeridade e a economicidade.

24. Nesse sentido, o *Parquet* já havia destacado as falhas que diretamente compunham a espinha dorsal do Edital de licitação como sendo o cerne dos autos e suas consequências futuras. Por oportuno, transcrevo excertos do Parecer n.º 1118/12-MF (fls. 2526/37), que denotam as impressões em foco:

"31. Dentre os elementos que impediram o cumprimento da diligência, destaca-se o sigilo imposto pela jurisdicionada ao orçamento detalhado, o que impossibilitou a aferição da regularidade da tarifa técnica. Sequer é possível saber se a estimativa apresentada implica necessidade de subsídio ou receita para a Administração.

"32. Por motivo assemelhado, qual seja, a ausência do memorial de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo esti-

1145
17866



Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

mado de viagens, também não foi possível avaliar a conformidade dos novos parâmetros contidos no último Edital.

*33. Inobstante, é de constatar que as alterações foram significativas e impactaram fortemente nos valores das tarifas técnicas e dos investimentos, denotando a materialidade e a relevância dessas análises não realizadas.

*34. Em que pese a importância relativa dos diversos elementos abordados nesta fase, deve-se destacar a **essencialidade da tarifa técnica**, que, em última instância, definirá a sustentabilidade do modelo proposto, a receita do permissionário ou valor da licitação, a viabilidade econômica, a necessidade de subsídio e de adequações de custos, dentre outros. Nesse sentido, os memoriais de cálculo e o orçamento detalhado, que definem a tarifa técnica, adquirem especial importância relativa, sendo, ao ver do *Parquet*, o cerne dos autos.

*35. Assim, o que causa estranheza ao *Parquet* é o brutal aumento da tarifa técnica de 95,75% neste novo Edital em relação ao anterior. Das modificações efetuadas que impactaram tal tarifa, as mais relevantes parecem ser:

- previsão de 100% de ônibus novos;
- retirada da idade média da frota; e
- alteração da quantidade anual de embarques

(...)

*39. No novo Edital, essa redução brutal do número de embarques, que chegou a mais de 40% em três lotes, parece ter sido compensada com o significativo aumento de 95,75% do valor da tarifa técnica. Dessa forma, o valor da licitação, ou receita dos futuros concessionários foi mantida, ou melhor, passou de R\$ 6,28 bilhões para R\$ 7,79 bilhões, perfazendo ainda 23,97% de aumento.

(...)

*41. A estimativa grosseira do número de embarques e sua alteração, a ocultação de valores da planilha detalhada e a ausência do impacto das modificações havidas, ao ver do *Parquet*, devem ser objeto de profunda análise da ST e do Tribunal de Contas.

*44. Deve-se ainda ter em mente que o feito define o destino do transporte público para os próximos 10 a 20 anos, para nossos filhos e netos, sendo nocivo e não razoável o excesso de celeridade que se quer imprimir. Impõe-se, portanto, a devida cautela, com análise aprofundada do orçamento detalhado e dos números en-

16


Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

volvidos, nos diversos cenários possíveis, não havendo qualquer espaço para a falta de transparência constatada."

25. Portanto, as falhas fulcrais que maculam o Edital são O SIGILO IMPOSTO PELA JURISDICIONADA AO ORÇAMENTO DETALHADO e A AUSÊNCIA DO MEMORIAL DE CÁLCULO DA REVISÃO DOS DADOS DE QUILOMETRAGEM E DO TEMPO ESTIMADO DE VIAGENS. Tais falhas impossibilitaram a aferição da regularidade da tarifa técnica e do número de embarques e, em última instância, do próprio valor da licitação, de R\$ 7,8 bilhões (= tarifa técnica x número de embarques). Conforme já dito, constituem a "espinha dorsal" do Edital.

26. Sob a ótica dos proponentes, tal falta de transparência dificultou a formulação de propostas, em especial, para as empresas que não operam o sistema, possivelmente criando vantagem indevida para os atuais permissionários. NÃO HÁ COMO ESTIMAR O CUSTO OPERACIONAL DE UMA LINHA SEM DADOS E DETALHES SOBRE A MESMA.

27. Corroborando o defendido pelo *Parquet*, transcreve-se abaixo trecho da Representação do cidadão Sr. Adevandro Pereira da Silva, indicado no §68 da Instrução (fl. 3702) como representante da empresa Vera Cruz, a qual, segundo matéria jornalística (fl. 3711), seria de Araxá/MG (fls. 3322 e 3329):

"Não encontrei nenhuma planilha de custo de formação de tarifa, nem seus memoriais, nem o estudo técnico para a formação das tarifas e pasme, não existe justificativa, para que as tarifas sofressem alteração do edital publicado em 2011, para o de março de 2012 (...)

"PERGUNTEI AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO SR. GALENO, ONDE ESTAVAM OS MEMORIAIS, OS CÁLCULOS, AS PLANILHAS E AS JUSTIFICATIVAS, ESTE ME INFORMOU NA FRENTE DA TESTEMUNHA SR. JOÃO GONÇALVES FERNANDES QUE NÃO EXISTIA NENHUM DESTES DOCUMENTOS NO EDITAL E QUE O EDITAL NÃO HAVIA SIDO FEITO POR ELE QUE NÃO SABIA NADA DO EDITAL.

"Ora nobre Corte de Contas, que deveria proteger o bolso público, isso é um absurdo, pois tal informação confirma em gênero e grau o temor exposto pela única pessoa nesta corte que demonstrou temor em tal gravidade, neste caso a Nobre Promotora do MP desta Corte, a Dr^a. Márcia Farias, que alerta a todos desta gravidade (...)

(...)

"Assim, considerando o exposto, na presente Medida Cautelar com pedido liminar, requer sejam estas razões recebidas, especialmen-



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

te para determinar a suspensão do Procedimento Licitatório apenas pelo tempo necessário para que a comissão especial de licitação apresente as planilhas de cálculo, de dados, de memoriais, e as fundamentações de valores expressos no edital, que serviriam de base para a formação da proposta financeira de eventuais licitantes." (...)

(destaque nosso)

28. Portanto, pelo transcrito, ressurte-se o Sr. Adevandro, ou a empresa Vera Cruz (supostamente de Araxá/MG), da falta dos mesmos elementos já mencionados pelo *Parquet*, para elaboração de sua proposta financeira. **CARACTERIZANDO CERCEAMENTO À COMPETIÇÃO.**

29. Em consequência, verificou-se no resultado da licitação a fixação da tarifa técnica no valor máximo, ou próximo. Mais, consoante discurrido nos parágrafos 2 a 16, para a bacia 4, tal tarifa estaria superfaturada ao resultar taxas de retorno reais de 19 a 40% (ver tabela no §11 desta peça), a depender das condições de financiamento, em cenário atual de SELIC a 7,5%, ou CDI a 7,2%, ou inflação de 6%.

30. Feitas essas considerações, o Ministério Público entende haver irregularidades suficientes a motivar a anulação de todo o certame. Embora na nobre e difícil missão de licitar, pela primeira vez, o transporte público coletivo do DF, a celeridade que se quis imprimir foi em grau excessivo, restando falhas não sanadas que prejudicaram a competitividade e a economicidade, ferindo de morte todo o processo licitatório.

31. Em face do exposto, é a presente REPRESENTAÇÃO para que o e Plenário determine à Secretaria de Transportes, nos termos do § 6º do art. 7º e do caput e §1º do art. 49, ambos da Lei n.º 8666/93, providências no sentido de anular a Concorrência Pública n.º 01/2011, por afrontar o artigo 7º, inciso I e §2º, I e II, da Lei n.º 8666/93², ao alegar sigilo e não disponibilizar o orçamento detalhado e os

² Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I - projeto básico;

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (...)



4437
12.06.11

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

memoriais de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo estimado de viagens, que definem a tarifa técnica, o que resultou em preços supertaturados REQUER ainda o MPC/DF a apenação dos responsáveis pelas ilegalidades descritas, respeitado o direito de defesa.

Brasília, 22 de maio de 2013.

Márcia Farias

**Márcia Farias
Procuradora**

§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvada a disposição no parágrafo único do art. 59 desta Lei.



CÓPIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

TERMO DE RECOMENDACÃO Nº 04/2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seus Promotores de Justiça signatários, em ofício junto às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social no uso das atribuições conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal e/o art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993.

CONSIDERANDO a necessidade de observância pelos Agentes Públicos dos ditames expressos na Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

CONSIDERANDO que o regime jurídico-administrativo brasileiro está alicerçado em dois princípios fundamentais, a saber: a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade dos interesses públicos pela Administração, os quais constituem mandamentos nucleares do sistema, disposições fundamentais que se irradiam sobre todas as normas e decisões administrativas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para a exata compreensão e inteligência do sistema. Paralelamente porque define a lógica e a racionalidade do regime jurídico-administrativo conferindo-lhe a tônica que lhe dá sentido harmônico.

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade decorre diretamente dos princípios da supremacia do interesse público e da



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

indisponibilidade do interesse público, o que impõe à Administração Pública que sua atividade e suas decisões somente podem ser exercidas na conformidade da Lei e que, por conseguinte, todo ato administrativo deve ser complementariamente submetido aos ditames legais, seja lei em sentido estrito, seja ato administrativo com conteúdo normativo, como edital de licitação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, estabelece que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada em estrita observância com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

CONSIDERANDO que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/93), corolário lógico do princípio basilar da legalidade (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), consubstancia no imperativo de que as regras traçadas para o procedimento licitatório devem ser fielmente observadas por todos os participantes, seja a Administração Pública, seja o concorrente, sendo que se eventual disposição normativa do edital não for respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial;

CONSIDERANDO que o Edital de Concorrência nº 01/2011 – ST, que tem por objeto a concessão da exploração do serviço público de transporte básico rodoviário do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, em seu item 16.1, letra g, dispõe que será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, notadamente quando tiverem o



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

controle societário e/ou administrativo comuns com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes da licitação em questão;

CONSIDERANDO que a empresa Viação Pioneira Ltda., cujas sócias administradoras são, AURISTELA CONSTANTINO e CRISTIANE CONSTANTINO FORESTI, a partir de alteração feita no dia 31 de agosto de 2012 no contrato social da sociedade limitada em questão perante a Junta Comercial do Distrito Federal, sagrou-se vencedora do certame da Bacia nº 2 da Concorrência nº 01/2011 – ST;

CONSIDERANDO que sociedade limitada Expresso União, conforme certidão obtida perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, extraída no mês de abril de 2013, possui como sócios-administradores as Sras AURISTELA CONSTANTINO e CRISTIANE CONSTANTINO FORESTI, juntamente com as seguintes pessoas físicas e jurídicas, que compõe o mesmo grupo econômico: a) RENPET PARTICIPAÇÕES S/A; b) EDUARDO CONSTANTINO ALVES; c) BELATRIX PARTICIPAÇÕES S/A; d) MARIA ZELIA RODRIGUES DE SOUZA FRANCA; e) PAULO SÉRGIO COELHO; f) JOSÉ EFRAIM NEVES DA SILVA; g) COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A;

CONSIDERANDO que COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A, conforme se extrai da certidão simplificada obtida junto a Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 28 de março de 2013, ostenta a seguinte relação de sócios-administradores: a) JOSÉ EFRAIM NEVES DA SILVA (diretor da Viação Piracicabana Ltda.); b) JOSÉ MENDES; c) MARIA ZELIA RODRIGUES DE SOUZA FRANCA (diretora da Viação Piracicabana Ltda.); d) PAULO SÉRGIO COELHO;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

CONSIDERANDO que a empresa BELATRIX PARTICIPAÇÕES S/A é administrada pelas sócias AURISTELA CONSTANTINO e CRISTIANE CONSTANTINO FORESTI de acordo com a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Distrito Federal, no dia 2 de abril de 2013;

CONSIDERANDO que a empresa RENPET PARTICIPAÇÕES S/A, igualmente, é administrada pela sra. AURISTELA CONSTANTINO e pelo sr. EDUARDO CONSTANTINO ALVES, conforme certidão simplificada fornecida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 26 de março de 2013;

CONSIDERANDO que a empresa Viação Piracicabana Ltda. apresenta o seguinte quadro societário: a) COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A (diretores sr. HENRIQUE CONSTANTINO e sr. JOAQUIM CONSTANTINO NETO), que possui a 99,9% das quotas sociais; b) GUARUS PARTICIPAÇÕES S/A (diretores sra. MARIA ZÉLIA RODRIGUES DE SOUZA FRANCA e sr. PAULO SÉRGIO COELHO, ambos sócios-administradores da empresa Expresso União Ltda.);

CONSIDERANDO que as relações societárias acima descritas comprovam que as licitantes Viação Pioneira Ltda. (vencedora da Bacia 2) e Viação Piracicabana Ltda. (licitante da Bacia 1) integram o mesmo grupo de sociedade, isto é, fazem parte dos mesmos agentes econômicos que exploram o serviço de transporte coletivo de pessoas, seja interestadual (Expresso União Ltda.), seja a nível municipal ou distrital (Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda.);

CONSIDERANDO que o Edital da Concorrência n.º 01/2011 - ST estabelece, em seu item 16.1.2, alíneas "g" e "h", que é vedada a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que exerçam o controle societário e/ou, administrativo em relação a outro licitante ou pessoa jurídica que integre outro consórcio que concorra a qualquer dos lotes da licitação vertente, bem como que participe, direta ou indiretamente, em mais de um consórcio ou simultaneamente, em consórcio e de forma isolada, em bacias distintas;

CONSIDERANDO que os dispositivos editalícios acima referidos tem o escopo de impedir a concentração de todo serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal nos mesmos agentes econômicos, ou seja, visam a obstar a dominação do mercado e os efeitos deletérios advindos da posição assumida pelo agente controlador do serviço público em referência;

CONSIDERANDO que a habilitação da empresa Viação Piracicabana Ltda. é flagrantemente ilegal em razão da afronta ao disposto no item 16.1.2, alíneas "g" e "h" do Edital de Concorrência n.º 01/2011 - ST,

CONSIDERANDO que a Administração Pública, em observância ao princípio constitucional da legalidade (art. 37 *caput*, da Constituição Federal), tem o dever de autotutela de seus próprios atos, impondo-se a anulação dos atos que afrontem a ordem jurídica;

CONSIDERANDO que a decisão exarada pelo douto Secretario de Estado de Transporte do Distrito Federal que habilitou a empresa Viação Piracicabana Ltda. incorreu em afronta às regras editalícias e aos princípios jurídicos que regem as licitações, eis que a habilitação da empresa em questão, além de afrontar o item 16.1.2, alíneas "g" e "h" do Edital da Concorrência n.º 01/2011 - ST, implica na possibilidade de escolha de proposta menos vantajosa, visto que há sério risco de que haja formação de oligopólio



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

no serviço público lícito, ao mesmo tempo em que contraria os princípios da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório e outros correlatos, conforme reza o art. 3º, *caput*, da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, retardando ou deixando de praticar ato de ofício, nos termos do artigo 11, inciso II, da Lei n.º 8.429/92;

CONSIDERANDO que os atos da Administração Pública devem pautar-se em conformidade com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme determina o art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO compete a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais, por força do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, e artigo 1º, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO zelar pelo efetivo respeito do Poder Público e dos serviços de relevância pública aos princípios, garantias, condições, direitos, deveres e vedações previstos na Carta Magna, *ex vi* do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e artigo 5º, incisos IV e V, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, como um dos órgãos legitimados à defesa do patrimônio público, deve sempre atuar buscando a melhor solução, sob todos os aspectos, à proteção do patrimônio público;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

RESOLVE

RECOMENDAR

ao DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Estado do Transporte do Distrito Federal, na pessoa do Secretário de Estado de Transporte do Distrito Federal, que revogue a decisão que habilitou a empresa Viação Piracicabana Ltda. a participar da licitação para a concessão do serviço básico de transporte coletivo do Distrito Federal, eis que violou o item 16.1.2, alíneas "g" e "h" do Edital da Concorrência n.º 01/2011 - ST.

Na oportunidade, com fundamento no art. 129, inciso VI, da Constituição Federal e art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, os órgãos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que esta subscrevem requisitam, no prazo de 7 (sete) dias, relatório minucioso das providências tomadas, acompanhado das provas documentais, a ser entregue na Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, Edifício-sede do MPDFT, sala 209.

Saliente-se que o não atendimento do constante na presente recomendação importará a tomada de medidas judiciais, para imputar-se responsabilidades no âmbito cível, criminal e administrativo.

Brasília/DF, 29 de maio de 2011.

Claudio João Medeiros Miyazawa Freire
Promotor de Justiça Adjunto
MPDFT

Procuradoria da Justiça
MPDFT

Ali Taleb Fares
Promotor de Justiça Adjunto
MPDFT

Procuradoria da Justiça
MPDFT

**Procuração da Auto Viação Marechal LTDA, ao
Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck
Advogados Associados.**



FLS. 0133

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

TRANSPORTE COLETIVO GRANDE BAURU LTDA, empresa com sede na Rua Sérgio Arcângelo, 3-01/C, Jd. Nicéia, nesta cidade e comarca de Bauru/SP, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 10.554.840/0001-50, neste ato representada pelo Sr. José Antonio Jacomelli, Administrador de Empresas, residente e domiciliado na cidade de Bauru/SP, à Rua João Croce, Lt 10, Qd C, portador da cédula de identidade nº 16.848.527-8 e do CPF nº 043.198.908-76, nomeia a constitui como procuradores, Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 21.989; Sacha Breckenfeld Reck, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; Nahima Peron Coelho Razuk, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 39.669; Emerson Gabardo, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 25.736; Danielle Wardowski Cintra Martins, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 57.151; Igor Gomes Rocha, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob nº 58.067; Nathalia Lima Barreto, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 56.631; Gabriela da Silva Batista Lopes, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 54.622. Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1358, 10º andar, Curitiba – PR, Telefone (41) 3075-5379. E Dr. Cristiano de Souza Mazeto, brasileiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional São Paulo, sob o nº 148.760, com escritório profissional localizado à Rua Rafael Ottaiano, nº 130, CEP 17519-040, Marília, São Paulo, Telefone (14) 3422-5747, a quem confere amplos poderes de representação para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo desistir, transigir, prestar declarações, podendo receber citação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para representar-nos na Ação Ordinária, Com Pedido de Antecipação de Tutela, n.º de Ordem 292/2011, ajuizada pela Empresa de Auto Ônibus Botucatu Ltda. perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Marília/SP que visa a reforma e a anulação dos atos administrativos decorrentes da Concorrência Pública n.º 023/2010.

Bauru, 05 de janeiro de 2012.

TRANSPORTE COLETIVO GRANDE BAURU LTDA

José Antonio Jacomelli
Administrador Executivo

TRANSPORTE COLETIVO GRANDE BAURU LTDA.

Rua Sérgio Arcângelo, 3-01 - Jardim Nicéia - Bauru/SP - CEP 13047-430
Fone: (14) 4005-1700 - Site: www.grandebauru.com.br
CNPJ: 10.554.840/0001-50

PROCURAÇÃO

FLS. 0143

Outorgante: AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, Paraná, na Rua Tapajós, nº 551, Bairro Bom Retiro, e inscrita no CNPJ sob nº 76.557.867/0001-04, neste ato representada por seus administradores Marco Antonio Gulin, portador do RG nº 969.654-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 186.423.579-91 e Delfio José Gulin, portador do RG nº 411.996 SSP/PR e inscrito no CPF nº 003.068.945-04.

SECLA-M...

SECLA-M...

Outorgado(s):

Guilherme de Salles Gonçalves, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o número 21.988; Carlos Henrique de Mattos Sabino, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 34.549; Sônia Breckenfeld Reck, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 38.083; Nalima Peron Coelho Ranzin, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 39.669; Nathalia Lima Brito, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 39.669; Emerson Gabardo, brasileiro, solteiro, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 25.734; Daniele Wardowski Cintra Martins, brasileira, casada, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 57.151; Gabriela da Silva Batista Lopes, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sob o nº 54.622; Carolina Pinto Coelho, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 58.430.

Todos pertencentes à Sociedade de Advogados Guilherme Gonçalves & Advogados Associados, CNPJ nº 05.960.252/0001-86, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º andar, Curitiba/PR. Telefone (41) 3073-5379.

Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os da cláusula "ad iudicia". E mais para representar o(s) Outorgante(s) em juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação em igualdade válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos que julgarem necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), junto ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas

Documento assinado eletronicamente, conforme MP nº 2.200-2/2001, e
Validação do documento em <http://portal.trf4.jus.br>

[Assinatura]

JF-D

ELS 0146

anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante **SECAPAR S.A.** mediante judicialização visando o cumprimento das cláusulas essenciais constantes dos Contratos Administrativos resultantes da Concessão de **Publicidade nº 005/2006, da URBS - Urbanização de Curitiba S.A.**

RENUMERADO

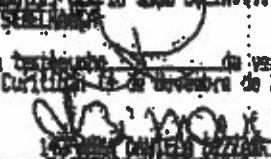

Curitiba, 14 de novembro de 2012.

000278

AUTENTICAÇÃO MARECHAL LTDA

Marcos Antonio Galim e Delfio José Galim

OUTORGANTE

TABELIONATO BACELLAR	
Distrito do Bacichari	
ROBERTO PORTUGAL BACELLAR - TABELião	
Recebeu a(s) firma(s) de:	
<input checked="" type="checkbox"/> Marcos Antonio Galim
<input checked="" type="checkbox"/> Delfio José Galim
por SEMELHANÇA	
Em testemunha da verdade.	
Curitiba, 14 de novembro de 2012	
	
ROBERTO PORTUGAL BACELLAR	
TABELião	
	

Reportagens nas revistas e jornais de grande circulação a respeito das fraudes ocorridas na licitação.

Cidades.

ONDE HÁ FUMAÇA...

Decisão pode interferir em situação da capital

Justiça do Paraná bloqueia bens de advogados envolvidos em suspeitas de fraude na licitação dos ônibus

de stacciarini
...torneo@jornaldebrazilia.com.br

As licitações de ônibus do Distrito Federal e do Paraná têm em comum indícios de favorecimento de empresas. Em ambos os certames estão os mesmos advogados como pivô dos esquemas. Mas a diferença entre os dois casos, até agora, está no que foi feito para investigar os suspeitos. Enquanto no DF o processo está aparentemente parado, a Justiça do Paraná determinou o bloqueio de bens e a quebra de sigilo bancário do advogado Sacha Reck e do pai dele, Garrone Reck.

A ordem da 1ª Vara Cível do Paraná aconteceu após indícios de irregularidades na licitação do trans-

porte coletivo de Curitiba. A determinação afeta outras 26 pessoas, inclusive o ex-prefeito Luiz Fernando Ribas Carli. Entretanto, parlamentares e especialistas avaliam que a determinação judicial, embora seja uma situação regional, pode afetar o certame da capital. Isso porque Sacha é apontado como, possivelmente, um dos homens "infiltrados" no processo licitatório do DF. Seu pai participou da elaboração do edital, e ao mesmo tempo o filho trabalhou para empresas.

Caso o Tribunal de Justiça do DF seja provocado, mais incertezas sobre o futuro dos novos ônibus em Brasília podem surgir. A deputada distrital Celina Leão (PSD) considera que a denúncia no Paraná é semelhante ao que pode ter acontecido no DF. O juiz paranaense considera que a licitação em Guarapuava teria sido alterada em benefício da empresa que venceu o processo.

VALORES

Além disso, há hipótese de que o governo tenha agido ilegalmente. A empresa favorecida teria recebido R\$7,5 milhões. Mas, ao todo, o valor das irregularidades gira em torno de R\$150 milhões. O bloqueio de bens dos 28 envolvidos, inclusive de Sacha Reck e de Garrone Reck, é de R\$22,5 milhões. Dentre os bens bloqueados estão imóveis, carros e contas bancárias.

para a Comissão Permanente de Licitação da Setrans.

» Entre os clientes da dupla estão as viagens Planeira, Marechal e Piracicabana.



Garrone Reck é um dos diretores do consórcio que elaborou licitação

ponto de vista

O professor do departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer destaca que a determinação judicial do Paraná pode afetar, inclusive, possíveis comparsas de Sacha Reck. "Dentre as ações, a Justiça do DF pode interditar a concorrência de licitação do sistema de transporte público da capital, o que, para o governador Agnello Queiroz, seria uma péssima notícia para a candidatura de reeleição", considera. O professor de administração pública da UnB José Martins-Pereira explica que quando há uma sentença judicial de qualquer estado em um processo supostamente semelhante ao certame do DF significa que algo não foi bem conduzido.

Pedido de investigação

Segundo a deputada distrital Celina Leão, Sacha Reck foi o consultor do edital do certame no DF. Além disso, a parlamentar considera que ele tenha sido advogado de pelo menos três das cinco empresas que venceram a licitação para atuar nas bacias 4, 2 e 1. "Se em uma região pequena do Paraná os desvios são de R\$150 milhões, imagina de quanto vão ser os valores de desvios no DF?", questiona Celina.

AÇÕES

A deputada afirma que vai entrar com uma ação popular junto ao TJDF. Celina também deve protocolar um aditivo na representação já realizada ao MPDF. "A expectativa é de que o TJDF determine pela suspensão do edital a partir da

decisão da Justiça do Paraná referente ao mesmo grupo criminoso", considera.

EM ANÁLISE

O MPDF informou que a representação da parlamentar chegou à 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social em 16 de julho. Contudo, nenhuma denúncia sobre a decisão judicial do Paraná chegou ao conhecimento do órgão. De acordo com o MP, o promotor ainda analisa a ação protocolada para chegar a uma conclusão.

O Jornal de Brasília procurou a assessoria de Sacha Reck, mas foi informado que o advogado não iria se pronunciar, pois ainda não tinha sido acionado oficialmente pela justiça. A reportagem não conseguiu localizar Garrone Reck.



Sacha Reck trabalha para empresas ganhadoras

ENTENDA O CASO

» O edital foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores. O escritório do filho, Sacha Reck, deu consultoria



Onde há fumaça...

Uma consultoria e muitas coincidências

● Ministério Público de Apucarana (PR) pediu suspensão de licitação formatada pela Logitrans

VERSÃO POR FIDELITY NA GLOBO

Wesley Carrigan
pedal para o Jornal de Brasília

O possível esquema envolvendo a Logitrans, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e empresas de ônibus dos grupos Constantino e Guilm, que vem sendo noticiado pelo Jornal de Brasília, já foi barrado em uma cidade. Em Apucarana (PR), a ação de um promotor de justiça evitou a repetição de uma coincidência: em pelo menos um terço das cidades onde a Logitrans prepara os editais de licitação, com o apoio da banca de advogados, os vitoriosos no certame são empresas ligadas aos dois grupos - que usam os serviços dos advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck.

O promotor paranaense Eduardo Augusto Cabral percebeu a relação entre Logitrans, Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e as empresas durante a licitação em Apucarana, programada para 2012.

"Eu estava caminhando para entrar com uma ação civil pública para brecar a licitação, mas decidi enviar primeiro uma recomendação administrativa ao prefeito, que revogou a licitação e determinou que uma nova fosse feita", revelou.

SUSPENSÃO

O caso ocorreu em março de 2012. Após a recomendação do MP, o então prefeito João Carlos de Oliveira suspendeu a licitação. Duas empresas, a Auto Ônibus Botucatu e Viação a São Francisco, disputavam a primazia do transporte. A segunda empresa integra o Grupo Constantino, dono também da Viação Apucarana, que possuía direitos do transporte coletivo no município. Um mês antes do cancelamento, a Botucatu fora inabilitada pela Prefeitura, e continuou na disputa

apenas por força de liminar.

EDITAIS

Se em Apucarana (PR) o Ministério Público conseguiu impedir a licitação, em outras cidades o sucesso da parceria foi garantido. Nos últimos 12 anos, a Logitrans preparou, em oito estados, mais de 30 editais de formação do transporte público, a maioria no interior do Paraná. E pelo menos um terço destas licitações teve uma coincidência: o vencedor para explorar o transporte veio de uma empresa ligada aos grupos Constantino ou Guilm.

Caso, por exemplo, de Santos (SP), onde a Viação Piracicabana, em sociedade com a Executiva, contratou a Logitrans para elaborar o projeto de transporte. A Piracicabana é uma das empresas que disputam uma das licitações do transporte no DF e integra o Grupo Constantino. Em Uberaba (MG), o fato se repetiu com a Piracicabana.

versão oficial

Sobre as supostas irregularidades na licitação do DF, novamente, a Secretaria de Transportes afirmou que não há qualquer infração às regras do edital pelas empresas vencedoras. "A licitação publicada no Jornal de Brasília já foi explorada por parte da imprensa anteriormente e teve, inclusive, um pedido de liminar negado pela Justiça aos denunciantes", informou. Procurada, o Grupo Constantino não foi encontrado. Pela G1, também da mesma família, a reportagem foi informada de que se trata de assuntos referentes a empresa aérea.

Decidi enviar uma recomendação administrativa ao prefeito, que revogou a licitação e determinou que uma nova fosse feita.

Eduardo Augusto
Cabral, promotor





Onde há fumaça...

Atitudes pra lá de suspeitas

Presidente da Comissão de Licitação teria aceitado documentos fora do prazo e subsecretário acionado consultoria de fora do GDF

Giovanni Corrêa
Especial para o Jornal de Brasília

As irregularidades na concessão para a prestação e exploração do serviço básico rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (STPC/DF) têm, como figura central, o presidente da Comissão Especial de Licitação, Galeno Furtado Monte. Servidor de carreira da Codeplan, ele tomou atitudes no mínimo estranhas ao bom funcionamento do processo licitatório. Com isso, acabou beneficiando empresas de fora do DF, especialmente dos Grupos Constanino e Gulin.

A primeira atitude que levanta suspeitas beneficiou a Auto Viação Marechal, do Paraná. No começo do mês passado, a empresa, do Grupo Gulin, levou a bacia 4, avaliada em R\$ 1,2 bilhão e que vai atender Guarã, Águas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Parkway.

Na fase de habilitação, a Marechal não apresentou documento de inscrição estadual, forneceu números diferentes de CNPJ, tinha balanço patrimonial e demonstrativo de resultados em desacordo ao que determinava o edital e, por fim, não entregou os documentos indispensáveis na apresentação da proposta. Mas Galeno concedeu um estranho prazo extra para

corrigir os erros, em vez de eliminar a empresa da concorrência.

PIRACABANA

A mesma atitude ele tomou em relação à Viação Piracicabana, do Grupo Constanino, que disputa a bacia 1, avaliada em quase R\$ 1 bilhão e que vai atender Brasília, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão, Sudeste/Octogonal, Sobradinho I e II, Fercal e Planaltina. No dia da abertura dos envelopes, em 4 de fevereiro deste ano, faltavam documentos importantes. No primeiro momento, Galeno agiu com rigor e eliminou a empresa.

Depois, o presidente da Comissão Especial de Licitação encaminhou correspondência em 8 de março à empresa, solicitando que o administrador José Efraim Neves da Silva enviasse documentos referentes a 2009. Ele solicitou balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, termos de abertura e encerramento digital do livro diário geral, dados relativos a assinaturas eletrônicas, recibos de entrega do livro digital e termo de autenticação dos responsáveis pela escrituração. A Piracicabana demorou três dias para responder ao ofício do presidente da comissão.

Por conta destas irregularidades, o Gru-

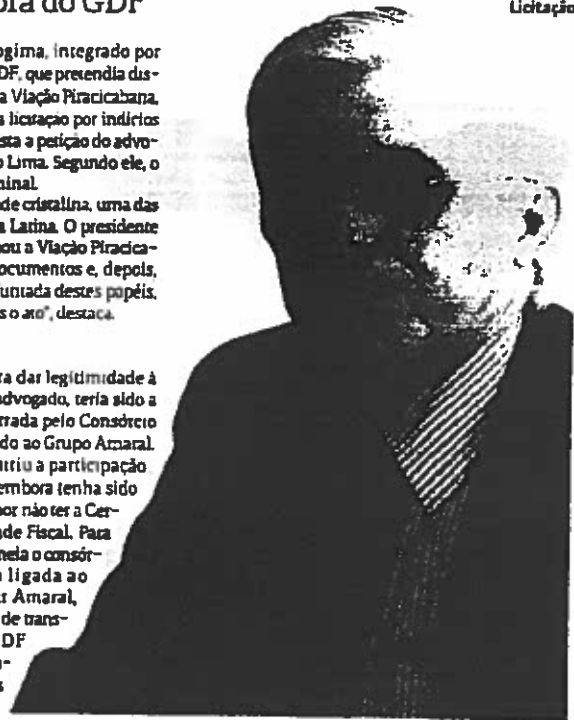
po Empresarial Sogima, integrado por cinco empresas do DF, que pretendia disputar a bacia 1 com a Viação Piracicabana, pediu a anulação da licitação por indícios de fraude, como atesta a petição do advogado Luiz Fernando Lima. Segundo ele, o caso é de esfera criminal.

"Houve uma fraude crível, uma das maiores da América Latina. O presidente da comissão eliminou a Viação Piracicabana por falta de documentos e, depois, pediu à empresa a juntada destes papéis, mais de 30 dias após o ato", destaca.

AÇÃO

O argumento para dar legitimidade à fraude, segundo o advogado, teria sido a ação judicial impetrada pelo Consórcio Metropolitano, ligado ao Grupo Amaral. Uma liminar permitiu a participação deles no processo, embora tenha sido barrado da disputa por não ter a Certidão de Regularidade Fiscal. Para piorar, quem capitaneia o consórcio é uma pessoa ligada ao ex-senador Valmir Amaral, afastado do sistema de transporte público do DF após uma intervenção do GDF em suas

Galeno Furtado é o presidente da Comissão Especial de Licitação



APRILIA SILVA

Imagem 1: Documento de inscrição estadual (CNPJ) da Auto Viação Marechal, com data de emissão de 01/01/2009.



Imagem 2: Documento de inscrição estadual (CNPJ) da Viação Piracicabana, com data de emissão de 01/01/2009.



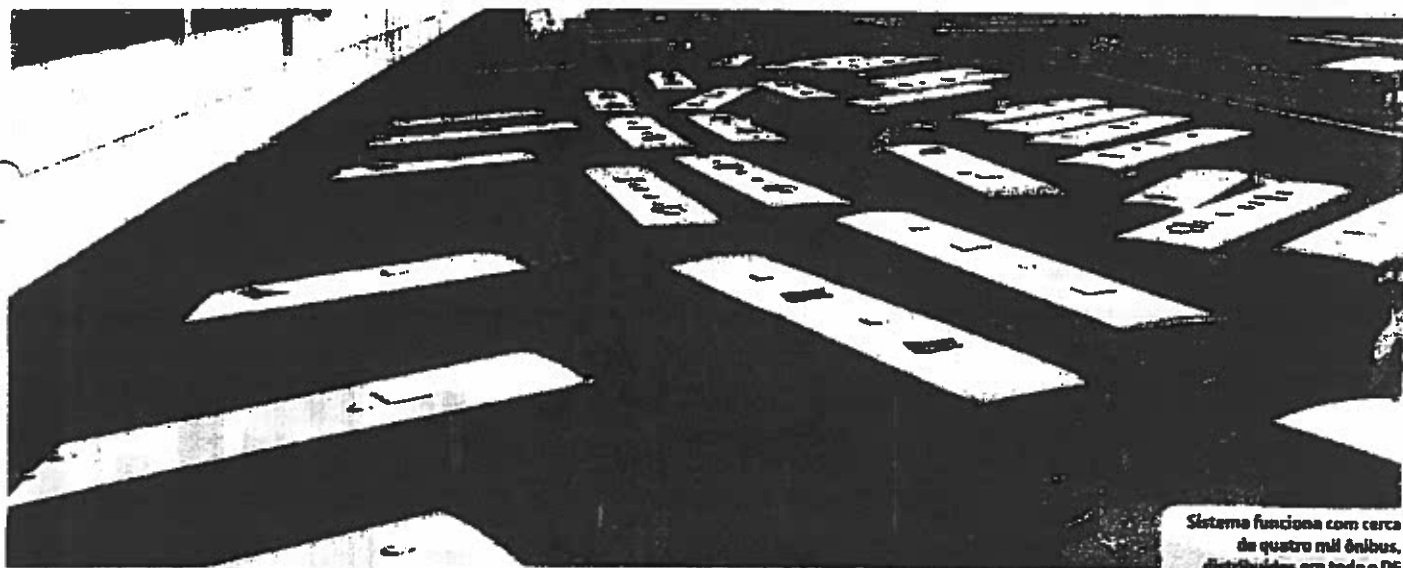
Imagem 3: Documento de inscrição estadual (CNPJ) da Viação Piracicabana, com data de emissão de 01/01/2009.



Cidades.



Onde há fumaça...



Sistema funciona com cerca de quatro mil ônibus, distribuídos em todo o DF

TCDF aceita denúncia

Tribunal dá dez dias para Secretaria de Transportes se explicar sobre supostas fraudes na licitação

Giovanni Corrigan
Especial para o Jornal de Brasília

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em sessão realizada na tarde de ontem, decidiu aceitar as denúncias sobre as diversas irregularidades apontadas na licitação dos transportes, divulgadas pelo Jornal de Brasília desde a última segunda-feira, e deu um prazo de dez dias para a Secretaria de Transportes se explicar.

A partir das justificativas da secretaria, os conselheiros do TCDF deverão decidir, após esse prazo, se suspendem ou não o processo licitatório.

De acordo com as denúncias, várias suspeitas de irregularidades e supostos favorecimentos maculam o processo licitatório que vai substituir o atual sistema, um ne-

gócio estimado em mais de R\$ 8 bilhões. De acordo com o edital da licitação, todo o serviço foi distribuído em cinco bacias, e cada uma deveria ser operada por uma empresa diferente, sem qualquer vínculo com as vencedoras de outras bacias. Porém, segundo as denúncias, a família Constantino teria vencido a exploração de duas bacias: uma com a Viação Pioneira e outra com a Viação Piracicabana.

Outra grave denúncia apresentada ao Tribunal de Contas revela que um escritório de advocacia privado (Guilherme Gonçalves & Sacha Reck), cujo um dos sócios (Sacha Reck) é filho de um dos donos da empresa contratada para elaborar o edital de licitação (Logitrans), estaria ao mesmo tempo prestando consultoria para a Comissão de Licitação e para pelo menos duas empresas que disputam a concorrência: a Viação Piracicabana e a Auto Marçal.

Documentos atestam que o advogado Sacha Reck orientou a Secretaria de Transportes nos questionamentos feitos por empresas que contestavam o resultado da licitação.

ENTENHA O CASO

- » Em 2011, o GDF abriu a licitação.
- » O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.
- » Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que deu consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes.
- » O mesmo escritório presta serviços jurídicos para a Transporte Coletivo Grande Bauri, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gullin.
- » A Viação Marechal, do Grupo Gullin, ganhou a licitação para a bacia 4. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, foi a vencedora da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, disputa a bacia 1.

Suspeita de favorecimento na comissão

Uma terceira denúncia apresentada diz respeito à solicitação de documentos para a Viação Piracicabana quase um mês depois da abertura dos envelopes, o que vai contra o que determina a Lei 8.666 (das Licitações). Os envelopes foram abertos no dia 4 de fevereiro e o pedido dos documentos foi feito no dia 8 de março.

Cópias do pedido de uma extensa lista de documentos enviada pelo presidente da Comissão de Licitação, Galeno Furtado, e da resposta da empresa integram a denúncia oferecida ao Tribunal de Contas do DF e Ministério Público pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania (Abradec) e pelo Consórcio Sogima, formado por cinco empresas do DF, derrotado na concorrência.

Procurado ontem pela reportagem, Galeno Furtado desligou o telefone logo após atendê-lo. Já a Secretaria de Transportes nega qualquer tipo de irregularidade. A Comissão de Transportes da Câmara Legislativa também pediu explicações ao GDF sobre as denúncias.

5 BACIAS

região de atuação da licitação



Onde há fumaça...

Suspeita de fraude na licitação do transporte

Consultoria que dá suporte jurídico ao certame advoga para grupos de 2 empresas vencedoras

Gloveson Corrigan
Especial para o Jornal de Brasília

Um dos piores problemas do Distrito Federal, o sempre arcaico transporte público da capital, tem tudo para virar um escândalo de grandes proporções. Ao investigar a concessão para a prestação e exploração do serviço básico rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (STPC-DF), o *Jornal de Brasília* encontrou com uma série de indícios de irregularidades que serão alvo de reportagem ao longo dos próximos dias.

O sistema atual de transporte público, cuja ineficiência é evidenciada pelos ônibus velhos e constantemente enguiçados nas ruas, tem poucas chances de melhorar diante das irregularidades que vêm sendo cometidas desde a abertura, pela Secretaria de Transportes, da licitação que prometeu mudar tudo isso. E, para piorar, é grande a chance de entrar na mira das autoridades: inclusive do Tribunal de Justiça do DF (TJDF), do Ministério Público do DF e da Polícia Federal.

DIAS

Testada pelo GDF a partir de 2011, a concessão para a prestação e exploração do serviço básico rodoviário do STPC-DF dividiu, em cinco lotes (ou bacias), as rotas a serem administradas pelas empresas que vão operar os ônibus. Com valor hoje estimado em R\$ 8 bilhões e permitindo a operação das linhas por dez anos, renováveis por outros dez, o edital teve vícios apontados desde sua primeira edição, em março do ano passado.

Depois de ser suspensa após decisão do TJDF, o processo começou a, aparentemente, andar na linha a partir do segundo semestre do ano passado, com a definição dos primeiros vencedores. Era uma falsa impressão de normalidade. Na verdade, a concorrência tocada pela Secretaria de Transportes tem indícios de fraude, que podem beneficiar grupos que operam empresas de ônibus em várias cidades do Brasil. A primeira suspeita está na elaboração do edital. Segundo documento enviado ao TJDF pela Secretaria de Transportes, a responsabilidade pela modelagem foi do Consórcio Logit/Logitrans.

A Logitrans Logística, Engenharia e Transportes é uma empresa de Curitiba (PR) que tem como um dos diretores Garrone Reck.

Em várias ocasiões, a empresa paranaense usa o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados como consultoria jurídica para apoiar seus projetos. No DF não foi diferente, como mostram documentos expedidos pela Comissão Especial de Licitação, com pedido de auxílio para elaborar uma contestação ao mandado de segurança impetrado pela Viação Jardins, empresa eliminada da licitação. O memorando é assinado pelo presidente da comissão, Galeão Furtado Monte.

INTERESSES

Garrone Reck e Sacha Reck são, como os nomes evidenciam, pai e filho. Aparelmente, para uma empresa da iniciativa privada, usar como consultoria jurídica o escritório de um parente não significaria nada demais, não fosse por um detalhe: a banca de advocacia defende também, em várias causas, os interesses dos grupos Constantino e Gulin, que operam empresas de transporte em dezenas de cidades do País. Casos, por exemplo, das ações na Justiça de São Paulo envolvendo as empresas Transporte Coletivo Grande Baunú (do Grupo Constantino) e a Viação Cidade Sorriso (do Grupo Gulin).

Coincidência ou não, empresas vencedoras na concorrência em curso no DF pertencem aos dois grupos — a Viação Pioneira (do Grupo Constantino) e a Auto Viação Marechal (do Grupo Gulin).

As suspeitas envolvendo o transporte público do DF foram alvo de denúncia apresentada há uma semana pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania (Abradec) à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF, com cópia para o TJDF, Ministério Público e Polícia Federal. Até agora, não houve resposta aos questionamentos.

O *Jornal de Brasília* entrou em contato com a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Transportes do DF, que alegou não ter condições de responder os questionamentos. Disse, porém, que as dúvidas serão esclarecidas no decorrer da semana, mediante contato. O secretário José Walter Vazquez Filho e o subsecretário José Ronaldo Peralano não atenderam as ligações.

» **Atenção:** Apenas 5 habilitados para disputar controle de negócio de R\$ 8 bilhões

Entenda a denúncia



1 Memorando do GDF comprova orientação dada pelo advogado Sacha Rack

2 Lista de advogados

3 7 de 1111 mostra que a

4 1. JACINTA RACK A TUBEROS MARIU, DE

5 1. JACINTA RACK A TUBEROS MARIU, DE

6 1. JACINTA RACK A TUBEROS MARIU, DE

7 1. JACINTA RACK A TUBEROS MARIU, DE

2

AD GONCALVES DO DIÁRIO ALFALMA
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLICIA DE TRANSPORTES E TRAFEGO

Por Representação Civil nº 0000000-0/2012
Juízo de primeiro grau do Juízo de Direito da
1ª Vara Cível, em Brasília, DF, em 14 de fevereiro de 2013.

Encarregado, a seguir, orientações para encaminhamento de
informações acerca do alegado no pedido inicial de Mandado de Segurança
nº 2012.00.2.000000-0, em trâmite perante o Conselho Estadual de Transportes
de Justiça do Distrito Federal e Territórios, expedido para empresa Viação
Jardim S.A. com o fim de avaliar e reestruturar o atendimento da Condição
nº 01/2011-67.

Para conhecimento, transcrevo neste ato de mais serviços
e encaminhamento.

Assinatura:

Sacha Rack

REPRESENTAÇÃO CIVIL Nº 0000000-0/2012
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

4

Brasília, Distrito Federal, 14 de fevereiro de 2013

Ofício do Advogado Público - Colégio Juiz - 7ª Vara

São Paulo, Av. 11 - CEP: 01041-100 781

0007428-49.2012.8.28.0000 - Agravo de Instrumento - Marília - Relator José Maria Câmara Junior - Agravo: Transporte
Cidade Sorriso Ltda. e Outro - Agravo: Viação Cidade Sorriso Ltda. - Agravo: Expresso Vale do Sol Boleçatu Ltda. -
Advogado: Guilherme de Sales Gonçalves (OAB: 21988/PR) - Advogado: Sacha Brackmanfeld Rack (OAB: 38053/PR) - Advogado:
Cristiano de Souza Mazeto (OAB: 148760/SP) - Advogado: Camila Helms de Lima Martins (OAB: 189950/SP) - Advogado: Andre
Luis Amoroso de Lima (OAB: 223261/SP) - Advogado: Emanuel Tavares Costa (OAB: 38571/SP) - Advogado: Gabriel de Oliveira
Otoboni (OAB: 282589/SP) - Advogado: Cleopato Santos de Araujo (OAB: 324201/SP) - Advogado: Ivan Henrique Moraes Lima
(OAB: 236678/SP)

Notícia publicada
no Paraná

Sacha Rack

A novidade do processo investigativo é a denúncia de que o advogado Sacha Brackmanfeld Rack, filho do diretor de Logística, Camargo Rack, estava advogando pelo Grupo Constatante. Camargo afirma que se ouviu o pai do advogado e este admitiu que o filho advoga no transporte coletivo em todo o País, mas não especificou em favor de qual empresa. Sacha Rack deverá ser ouvido hoje pela manhã pelo promotor.



Onde há fumaça...

Um loteamento de bacias muito suspeito

■ Na divisão das regiões do DF surgem mais indícios de irregularidades

Giovanni Carrigan

especial para o Jornal de Brasília

A série de reportagens iniciada ontem pelo Jornal de Brasília, mostrando a relação suspeita entre a Secretaria de Transportes do DF (Setrans), a consultoria Logitrans e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, traz novos indícios de que a atual licitação teve cartas marcadas. Pelas regras da Concorrência Pública 001/2011, gestada em conjunto pela pasta e pelo Consórcio Logit/Logitrans, com a colaboração jurídica do escritório de advocacia, o sistema público de transporte foi dividido em cinco lotes, com diferentes localidades e cidades abrangidas, sendo proibido que uma empresa

opere em mais de uma área.

Aparentemente, era uma medida para evitar a concentração do transporte nas mãos das mesmas empresas e estimular a disputa. Mas, após todos os trâmites, chegou-se a apenas cinco habilitados para disputar 90% do sistema (exceto as linhas da estação TC8), avaliados em mais de R\$ 6 bilhões pelo edital e hoje estimado em R\$ 8 bilhões. Ou seja, sobrou um grupo para cada bacia, eliminando o espírito principal da concorrência, que é a competição entre as empresas para obter menor preço e maior eficiência, o que beneficiaria a população.

LOGITRANS

O file mignon da licitação (os lotes 1, 2 e 4) caiu justamente nas

mãos dos clientes do escritório de Sacha Reck, filho de Garrone Reck, o homem que é diretor da Logitrans, empresa que integrou o consórcio que elaborou o edital da concorrência.

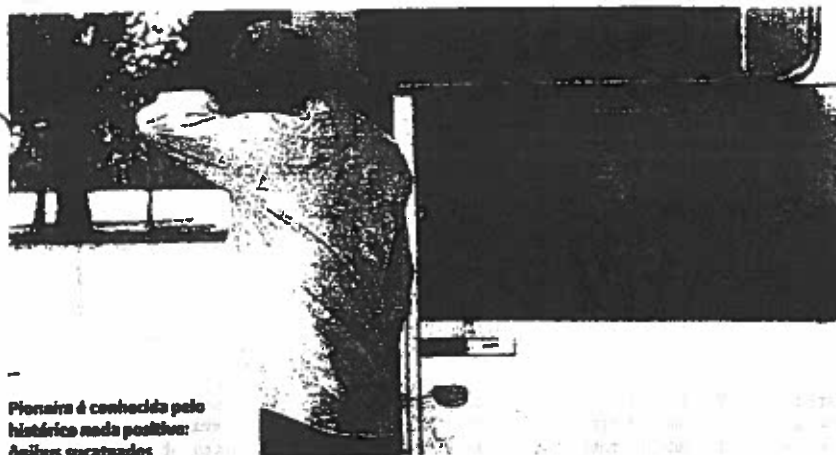
A bacia 2, avaliada em mais de R\$ 1,2 bilhão, foi entregue em dezembro passado à Viação Pioneira, sediada no Gamará e cujas sócias são Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti, respectivamente diretoras administrativa e financeira da empresa, como consta na 11ª alteração contratual, registrada na Junta Comercial do DF em 31 de agosto passado. Com 640 veículos, a empresa da família Constantino atende Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Bo-

tânico, Itapoá e parte do Park Way.

Auristela e Cristiane também são sócias ou administradoras das empresas União Transporte de Cargas e Encomendas, União Participações Imobiliárias, Belamix Participações, Renpet Participações e Expresso União. Nesta última, participam como administradoras da Comporte Participações, cujas sócias são Constantino Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino. A Comporte tem 99,9% das ações da Viação Piracicabana, ao lado da Glarus Participações, detentora de apenas uma quota societária, apenas para cumprir a formalidade legal em torno das empresas limitadas.

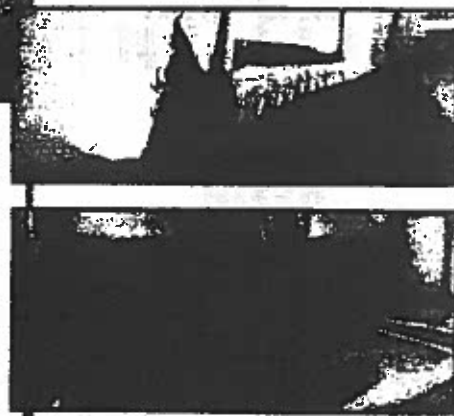
pense nisso

Anunciada como a salvação do transporte público do DF, a licitação de quase toda a frota de ônibus trouxe esperança aos usuários do sistema. Embora muitas pessoas tenham sempre um pé atrás em algumas medidas do governo, as supostas irregularidades pagaram muito gosto às empresas. Para se ter uma ideia da dimensão dos fatos, se for concluída da forma como está hoje, a família Constantino poderá controlar 40% do transporte público do DF, um negócio que pela primeira vez é licitado e que deverá render R\$ 8 bilhões em dez anos.



Pioneira é conhecida pelo histórico nada positivo: ônibus sucateados

FOTOS: AGENSIA ANAELITE



NÚMEROS

1 bilhão

de reais é o valor aproximado de bacia 2, que inclui o Plano Piloto.

417

ônibus serão colocados nas ruas nas regiões dessa bacia.

Manobras para entrar na disputa

A manobra de colocar Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti como administradoras Comporte Participações, mas fora da composição societária, visaria dobrar a lei, pois as duas não estariam societariamente vinculadas às empresas. Porém,

como são donas da Renpet Participações e da Belatrix Participações, elas estão unidas aos controladores da Viação Piracicabana, o que configuraria uma burla à regra que determina um grupo por bacia.

Apesar disso, a Comissão de Licitação da Setrans habilitou a Piraci-

cabana à disputa da bacia 1, avaliada em quase R\$ 1 bilhão, operando com 417 ônibus em Brasília, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão, Sudeste/Octogonal, Sobradinho I e II, Fercal e Planaltina.

A empresa reinou sozinha até início de abril, quando o Consórcio

Metropolitano conseguiu liminar que permitiu sua participação. O grupo fora barrado da disputa por não possuir Certidão de Regularidade Fiscal e tem pessoas ligadas ao ex-senador Valmir Amata, afastado do sistema após uma intervenção do GDF em suas empresas.

Relações perigosas

O Edital de Concorrência prevê que empresas, direta ou indiretamente, de um mesmo grupo econômico ou com quem tenha qualquer sócio comum, não podem participar da licitação, mesmo que em bacias diferentes. Abaixo, acompanhe a cadeia de relacionamento entre as empresas da família Constantino.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST

10.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

Diversas rainha em balanços e documentos

O mesmo cuidado usado para eliminar o Consórcio Metropolitano não valeu para a Auto Viação Marechal, do Paraná. A empresa do Grupo Gulin ganhou a bacia 4, cujo valor oficial bate na casa dos R\$ 1,2 bilhão, e terá de colocar 464 ônibus para rodar no Guarã, Águas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Park Way. Na fase de habilitação, a Marechal não apresentou o documento de inexecução estadual, forneceu números diferentes de CNPJ, tinha balanço patrimonial e demonstrativo de resultados em desacordo ao que determinava o edital e, por fim, não entregou documentos indispensáveis, ganhando do presidente da Comissão de Licitação, Galeno Furtado, um estanho prazo extra para corrigir os erros.

Em nova coincidência, os grupos Gulin (da Auto Viação Marechal) e Constantino (da Viação Piracicabana) contratam o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados para defender seus interesses em vários processos licitatórios, como o que ocorre em Marília (SP). Naquela cidade, a banca de advogados representa a Transporte Coletivo Grande Bauri, do Grupo Constantino.

O próprio Sacha Reck e/ou seu sócio Guilherme Gonçalves advogam nas ações 7426-49.2012.8.26.000, 7435-11.2012.8.26.000, 18521-76.2012.8.26.000, 18527-83.2012.8.26.000, 58938-71.2012.8.26.000, 81478-16.2012.8.26.000 e 83514-31.2012.8.26.000. A jornada dupla de consultores de licitações do transporte e advogados de empresas de ônibus também ocorre em Curitiba, onde o escritório defende a Marechal nos processos 0995073-8, 991677-0, 1007174-4 e 1010783-8/01 e 715376-6.

APARENTE NORMALIDADE

A Secretaria de Transportes já licitou outras duas bacias. A bacia 3 foi vencida pelo consórcio goiano HP-Ita, que ficou com Samambá, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II, operando 483 ônibus com tarifa de R\$ 2,80. E a bacia 5 está nas mãos do Expresso São José, que terá de apresentar 576 veículos para Brasília, Vinte e Nove, SIA, Scia/Estrutural, Brasília e partes de Taguatinga e Ceilândia. Um negócio valorado em quase R\$ 1,4 bilhão.

E nem mesmo nestas duas bacias deu xou de haver suspeitas de irregularidades. Na bacia 3, segundo denúncia da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente Cidadania (Abra-vec), quem assinou o compromisso de constituição do consórcio não tinha poderes para tanto, o que levava à anulação das fases seguintes da concorrência.

No caso da bacia 5 (de R\$ 1,5 bilhão), o problema se deu na fase de propostas financeiras. O atestado de capacidade técnica da São José afirma que a empresa tem 283 veículos, segundo o DFTans, mas a empresa teria apenas 187. Apesar disso, as empresas foram vencedoras.



Onde há fumaça...

Jogo de empurra

Quando o assunto são as suspeitas de fraude, órgãos do GDF não esclarecem a situação

por **Rita Rodrigues**

especial para o Jornal de Brasília

Um sistema frágil, ultrapassado e cheio de irregularidades. Assim é hoje o transporte público do Distrito Federal. E as expectativas de modernização após a etapa final da licitação, que trouxe à tona as novas empresas responsáveis pelas cinco bacias da região, estão próximas de acabar. Por meio de denúncias, em matéria publicada ontem, o Jornal de Brasília colocou em xeque o edital que deu início ao processo de renovação das frota.

Documentos publicados no *Diário Oficial da União* mostram relação entre advogados consultores do edital que ajudaram na elaboração das disposições. Tudo começa com o Consórcio Logitrans, responsável pela modelagem da licitação. Um dos seus diretores é Garrone Reck. A empresa que advoga a favor dos grupos Marechal e Pioneira, ganhadores das bacias 4 e 2, é a Guilherme Gonçalves e Saaça Reck Advogados. Garrone Reck e Saaça Reck são pai e filho. Evidências levam à suspeita de favorecimento na disputa.

Hoje, segundo divulgação da Setrans, as duas empresas vencedoras são as futuras responsáveis pelas bacias que englobam passageiros do Guará, Águas Claras, parte de Ceilândia, Taguatinga, Park Way, Gama, Para-

noá, Santa Maria, São Sebastião, Candango-lândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoá e outra parte do Park Way. A agência de advogados defende os grupos Constantino e Gullin, que têm ligação direta com as Viações Marechal e Pioneira.

FALTA DE RETORNO

Procuradas, nenhuma das empresas envolvidas na suspeita (Logitrans, Saaça Reck, Marechal e Pioneira) se pronunciaram sobre o caso. Todas disseram que responderiam, mas não houve retorno. A princípio, a Setrans informou que não se posicionaria, pois o secretário José Walter Vazquez acredita que a denúncia não é contra o órgão. A assessoria de imprensa sugeriu que quem deveria dar opinião acerca da suposta fraude é a Procuradoria-Geral do DF. Esta salientou que a licitação foi feita pela secretaria e que não deve se envolver no caso.

Mais tarde, a Setrans se manifestou, informando que nega qualquer irregularidade na licitação, inclusive no que diz respeito às alegações formalizadas pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania (Abradeq).

A reportagem do JBr procurou o GDF. A assessoria de imprensa informou que dada o retorno, mas não se pronunciou. Um e-mail também foi enviado ao órgão.

Na mira do TCDF e MP

As denúncias estão sob a mira do Tribunal de Contas do DF e do Ministério Público, órgãos que informaram ter recebido a denúncia no início deste mês. O suposto esquema está sendo analisado pelas instâncias, antes de começar a ser investigado.

O MP informou que acompanha o processo de licitação desde o início, no meio de 2012. E que recebeu a denúncia no dia 10 deste mês. O documento é analisado para ser enviado para a 2ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep). O TCDF afirmou ter recebido a queixa um pouco antes, no dia 8. A acusação está sendo examinada.

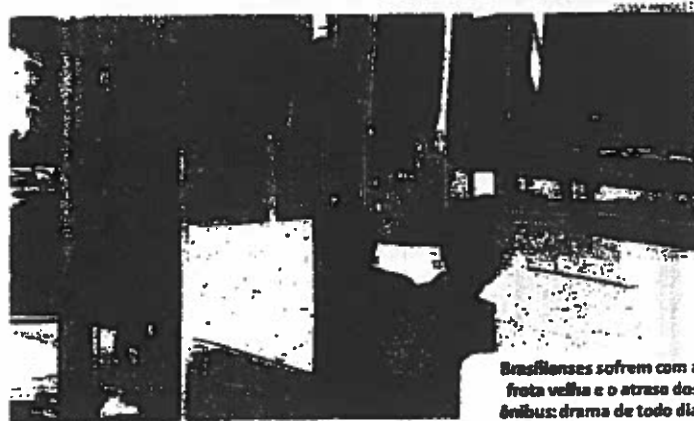
Para o especialista em Administração Pública, José Matias-Perreira, da Universidade de Brasília (UnB), os indícios de fraude mostram a recorrente falta de transparência em processos de licitação no GDF. "Licitações são onde ocorre o número maior de desvios de

São indícios que mostram a necessidade de o governo vir a público, a partir do governador, e esclarecer".

José Matias-Perreira, especialista da UnB

verba e abrem portas para a corrupção", avalia. O docente diz que os órgãos de controle e fiscalização e a sociedade devem estar atentos aos trâmites de concessões de empresas.

Ele salientou que o suposto esquema deve prejudicar o transporte, serviço essencial. "São indícios que mostram a necessidade de o governo vir a público, a partir do governador, e esclarecer questão tão grave".



Brasilienses sofrem com a frota velha e o atraso dos ônibus: drama de todo dia



Entenda a denúncia

O Governo do Distrito Federal contratou o Consórcio Logit/Logitrans para fazer a modelagem do novo sistema de transporte público do DF, que dividia a cidade em cinco bacias.



A Logitrans Logística, Engenharia e Transportes é uma empresa de Curitiba, que já fez modelagens de sistemas de transporte público semelhantes em outras cidades, como Apucarana (PR), que tem como um dos diretores Garrone Reck.

A SUSPEITA...

Em 2012, a Logitrans, a empresa responsável pela modelagem do novo sistema de transporte público do DF, contratou a Saaça Reck Advogados para fazer a defesa jurídica das empresas envolvidas no processo de licitação. A Saaça Reck Advogados é uma empresa de advocacia com sede em Brasília, pertencente ao grupo de advogados Saaça Reck e Saaça Reck Advogados.

A Saaça Reck Advogados é uma empresa de advocacia com sede em Brasília, pertencente ao grupo de advogados Saaça Reck e Saaça Reck Advogados. A empresa é responsável pela defesa jurídica das empresas envolvidas no processo de licitação.



Bacia 1: Wonil pela Auto...
Bacia 2: Wonil pela Viação...
Bacia 3: Wonil pela Viação...
Bacia 4: Wonil pela Viação...
Bacia 5: Wonil pela Viação...



Bacia 1: Wonil pela Auto...
Bacia 2: Wonil pela Viação...
Bacia 3: Wonil pela Viação...
Bacia 4: Wonil pela Viação...
Bacia 5: Wonil pela Viação...

Subsecretário recorreu à banca

A consultoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados começou a influir nos rumos da concorrência do transporte público do DF em 22 de agosto do ano passado, apenas 12 dias após a republicação do edital. Na ocasião, o subsecretário de Políticas de Transporte e Trânsito, Luiz Fernando de Souza Messina, acionou a consultoria para responder a dúvidas formuladas pela Expresso Brasília.

O edital da concorrência do transporte público no DF foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans. Esta última empresa, como o Jornal de Brasília noticiou na edição de segunda-feira, tem Garrone Reck como um dos diretores. Ele é pai de Sacha Reck, cuja banca advoga em várias cidades para empresas dos Grupos Constantino e Gulin, que ganharam duas bacias na concorrência.

Luiz Fernando de Souza Messina pediu novas pareceres ao escritório em setembro, em resposta a questionamentos da Rápida Veneza e da Viação Jardins. Depois, fez novas consultas, em relação às dúvidas da Planalto Rio Preto Transportes Coletivos, da Viação Planalto, da Em-

presa de Transportes Vera Cruz, Rota do Sol Transporte e Turismo e da Santos e Pradela Negócios e Transportes. Até o pedido de manifestação ante um mandado de segurança foi efetuado pelo escritório.

EXCLUSÕES

Todas as empresas que questionaram a licitação foram excluídas após pareceres emitidos por Sacha Reck. Nenhuma delas contraria o escritório do advogado. Assim, aos poucos, os pareceres foram eliminando concorrentes da Piracicabana e Pioneira, empresas do Grupo Constantino, e da Marechal, do Grupo Gulin, encerrando a concorrência no certame licitatório.

A descoberta das novas intervenções feitas pelo escritório levou a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania (Abradec) a pedir novamente, na terça-feira, à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF, o cancelamento da licitação no transporte público do DF. Novamente, cópias da denúncia foram remetidas ao Tribunal de Contas do DF, Ministério Público e Polícia Federal.



Negreiros pediu informações à Setrans após reportagem

pensenisso

Todas as denúncias relatadas pelo Jornal de Brasília nessa série de matérias sobre a licitação do novo sistema de transporte do Distrito Federal estão em análise no Ministério Público e no Tribunal de Contas do DF. Todos sabem o quanto os moradores do DF, usuários ou não de ônibus, esperam por uma verdadeira revolução no transporte público. Mas é preciso que tudo seja feito dentro da lei, pois caso contrário estaremos trocando seis por meia dúzia, ou seja, se sobre o novo sistema não estiver o manto da legalidade, dificilmente o serviço vai melhorar. E é preciso ter claro uma coisa: a lei serve e é igual para todos, sejam amigos ou não dos governantes.



Câmara quer explicações da Setrans

Suzano Almeida

suzano.almeida@jornaltribuna.com.br

As denúncias de possíveis irregularidades na licitação do transporte do Distrito Federal chegaram à Comissão Especial de Transportes Públicos Coletivos (CEPTPC) da Câmara Legislativa. O presidente do grupo, Roberto Negreiros (PMDB), enviou, na tarde de ontem, a Secretaria de Transportes um requerimento solicitando informações divulgadas pela reportagem do Jornal de Brasília nos últimos dias.

O assunto será tratado pela CEPTPC no próximo dia 23, que poderá votar o convite, ou convocação, ao secretário da pasta, José Walter Vasquez, para dar explicações. "Estou tomando pé da situação. Espero que até o dia da nossa próxima reunião eu tenha as informações que me queri de forma oficial. Apesar de termos a prerrogativa de convocar, vou sugerir à comissão para votar requerimento de convite para o secretário", anunciou em primeira mão ao JBr, Negreiros.

CPI

O distrital afirma que não se posicionará quanto à abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) antes de ter todas as informações para a abertura de um futuro processo. "Sou parlamentar da base, mas tenho responsabilidade. Somente hoje (ontem) requisitei as informações. Apesar de ter a prerrogativa não vou tomar medida sem consultar os membros".

Negreiros ainda não sentou com membros do Ministério Público, desde que chegou de viagem oficial, para saber como estão as investigações. Ele diz, ainda, que desde que a Comissão Especial foi criada, a Secretaria de Transportes tem atuado de forma transparente e apresentado as informações que lhe são solicitadas.

ENTENDA O CASO

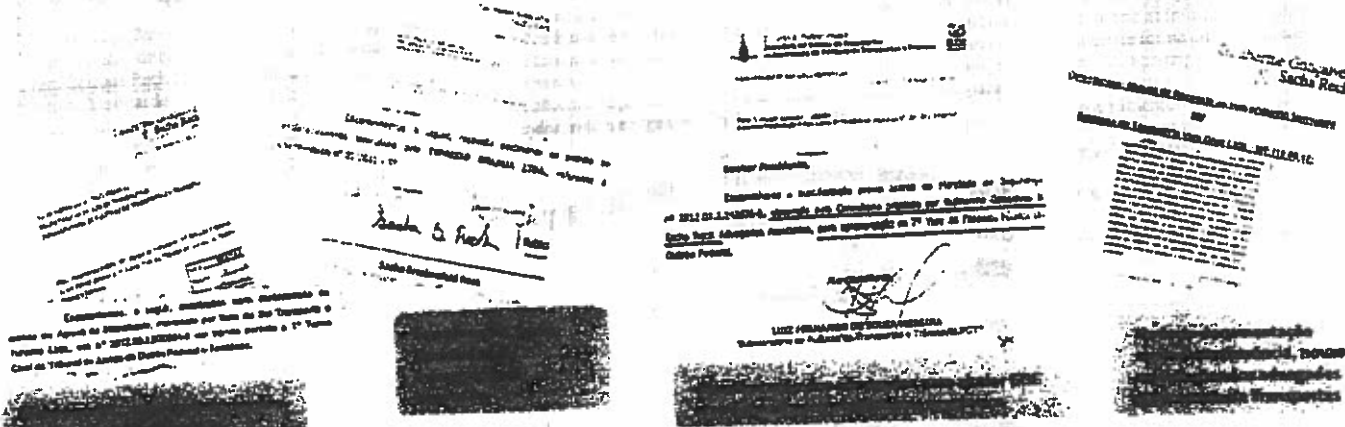
■ Em 2011, o GDF abriu a licitação para o transporte público do DF, dividindo-o em cinco lotes.

■ O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, formado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.

■ Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que deu consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes.

■ O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados presta serviços jurídicos para o Transporte Coletivo Grande Bacia, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin.

■ A Viação Marechal, do Grupo Gulin, ganhou a licitação para a bacia 4 do transporte público do Distrito Federal. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, foi a vencedora da licitação da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, disputa a bacia 1.



A partir destas denúncias, vamos preparar requerimentos para saber do governo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas o que está ocorrendo.

Celina Leão, deputada distrital

O mesmo ocorre na capital federal

Outro município onde o trabalho da Logitrans acabou sendo explorado por uma empresa do mesmo grupo foi em Maringá (PR). Mesmo depois da suposta modernização do transporte coletivo, as linhas continuaram nas mãos da TCCC (Transporte Coletivo Cidade Canção), que é do grupo. Também houve a mesma coincidência em Londrina (PR), com a vitória da Transportes Coletivos Grande Bauru; Rio Claro (SP), com a Rápido São Paulo; e em São José do Rio Preto (SP), com a Expresso Itamarati.

O Grupo Guilín também não pode reclamar da sorte. Ele conseguiu, com a Viação Cidade Sorriso, ganhar lotes em licitações nas cidades paranaenses de Paranaguá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Na licitação do DF, o grupo paranaense levou, com a Auto Viação Marechal, a bacia 4 e terá de dispor de 464 ônibus para atender o Guará, Águas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Park Way.

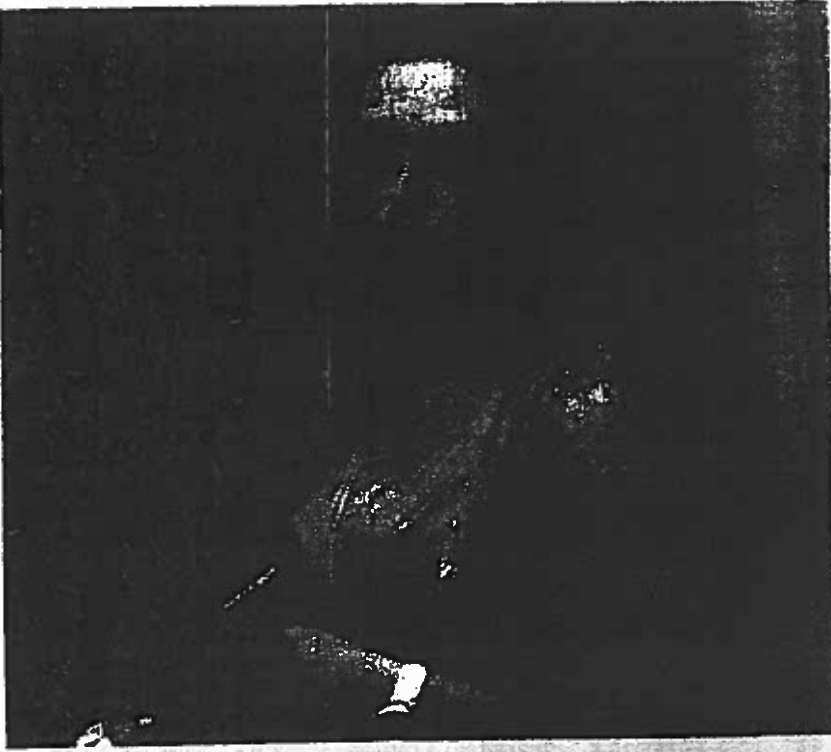
ABRADEC DENÚNCIA

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Melo Ambiente Cidadania (Abradec) entregou, no dia 6 deste mês, uma denúncia ao presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de

Transportes do DF, Galeno Furtado Monte, pedindo a suspensão da Concorrência Pública 001/2011, com valor estimado de R\$ 8 bilhões, que dividiu o transporte público rodoviário do DF em cinco lotes, e as imediatas apurações das irregularidades, com a adoção de punições aos responsáveis.

A peça da Abradec, assinada pela advogada Priscilla Veríssimo de Souza, é farta em provas contra todos os envolvidos. São cópias de documentos que comprovam a relação societária entre as empresas dos grupos Constantino e Guilín e a constatação do Consórcio Logit/Logitrans, que usa o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck como consultor jurídico da licitação. A banca defende as empresas que integram os grupos em vários processos.

A Abradec pede que a assessoria jurídica da banca seja suspensa e a responsabilização de todos os envolvidos na licitação. Além de entregar a denúncia à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF, a Abradec encaminhou cópias do dossiê para o Ministério Público do DF, para o Tribunal de Contas do DF e para a Polícia Federal, pedindo uma investigação sobre as suspeitas.



ENTENDENDO O CASO

» Em 2011, o GDF abriu a licitação para o transporte público do DF, dividindo-o em cinco lotes.

» O edital de licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.

» Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que funcionou como consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de

Transportes do DF.

» O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados presta serviços jurídicos para a Transportes Coletivos Grande Bauru, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Guilín. A Viação Marechal ganhou a licitação para a bacia 4 de transporte público do DF. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, venceu a licitação da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, disputa a bacia 1.

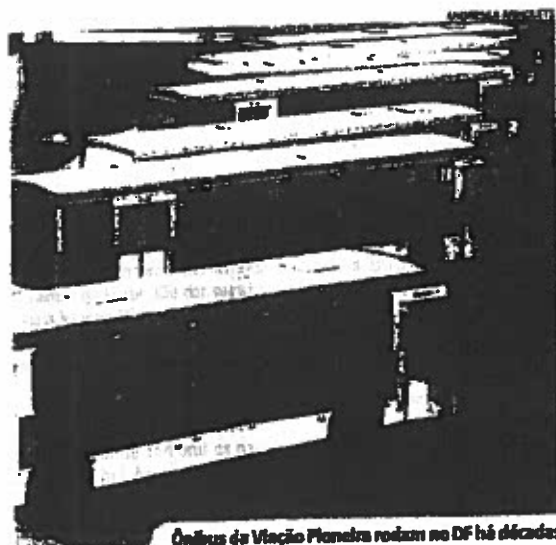
Denúncias na Câmara Legislativa

As discussões a respeito de supostas irregularidades na licitação do transporte coletivo chegaram à Câmara Legislativa. A deputada distrital Celina Leão (PSD) afirma que recebeu as mesmas denúncias por e-mail, mas preferiu esperar para comprovar se elas são ou não verdadeiras. "A partir dessas denúncias, vamos preparar requerimentos para saber do governo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas o que está ocorrendo. Depois disso veremos quais providências iremos tomar", adiantou.

Ela acredita ainda que o Ministério Público já sabia das irregularidades do processo licitatório na época que embargou, por algumas vezes a concorrência. "E ainda teve deputado da base dizendo que era implicância da Justiça com as mudanças no transporte do Distrito Federal", lembrou Celina.

REUNIÃO

A deputada Eliana Pedrosa se mostrou mais cautelosa e afirma que vai aguardar a próxima reunião da Comissão de Transportes da Casa para definir que a oposição fará em relação às denúncias. "Estava aguardando a volta do presidente da Comissão Roberto Negreiros e vamos ver qual o posicionamento da Câmara em relação a esse caso", disse. (Colaboraram Carla Rodrigues e Suzano Almeida)



Ônibus da Viação Pioneira rodam no DF há décadas

AS CINCO BACIAS

» Bacia 1: Em disputa pela Viação Piracicabana e Consórcio Metropolitano, vai operar com 417 ônibus em Brasília, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão, Sudeste/Octogonal, Sobradinho I e II, Fercal e Planaltina.

» Bacia 2: Vencida pela Viação Pioneira, cujas sócias são Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti, terá de ter 660 veículos e atender Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoá e parte do Parkway.

» Bacia 3: Vencida pelo consórcio goiano HP-Ita, que ficou com as

cidades de Samambaia, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II, operando 483 ônibus nestas localidades, com tarifa de R\$ 2,80.

» Bacia 4: Vencida pela Auto Viação Marechal, do Paraná, pertencente ao Grupo Guilín, terá de dispor de 464 ônibus, que vai transportar passageiros do Guará, Águas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Parkway.

» Bacia 5: Vencida pela Expresso São José, terá de ter 576 veículos para atender Brazlândia, Vicente Pires, SIA, Scia/Estrutural, Brazlândia e partes de Taguatinga e Ceilândia.

**Decisão da 1ª Vara da Fazenda Publica do Distrito
Federal que suspendeu os contratos
administrativos da Bacia 1 e 4.**



Processo : 2013.01.1.092892-0
Classe : Ação Popular
Assunto : Licitações
Autor : ELIETE MARIA DE SOUZA e outros
Réu : DF DISTRITO FEDERAL e outros

DECISÃO INTERLOCUTORIA

Vistos, etc.

ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO ajuizaram ação popular em face do DISTRITO FEDERAL, na qual apontaram irregularidades no processo de concorrência n. 01/2011, para reestruturação do sistema de transporte público nesta Capital. Aduz que, no processo, não houve competitividade, que a moralidade pública foi violada. Trazem em seu argumento diversas reportagens veiculadas na mídia local e nacional.

Ao final, requereram a concessão de liminar para determinar a imediata suspensão dos contratos e financiamentos oriundos da Concorrência Pública 001/2011.

A inicial veio acompanhada de documentos de fls. 40/260, 263/229. Sendo posteriormente apresentada a emenda de fls. 231.

Intimado o Distrito Federal para manifestar sobre a liminar no prazo de 72 horas, manteve-se inerte, fl.241.

Parecer do Douto MP, em que requer a concessão da liminar, fl. 244/250, com documentos de fls. 258/298.

É o breve relatório. Passo a decidir.

Decisão de fls. 299/300, determinou que o autor incluísse as empresas vencedoras no pólo passivo, e solicitou informações à Secretaria de Transportes.

Informações prestadas pela Secretaria de Transportes nas fls. 311/358.

Petição das autoras de fl. 365, com documentos de fls. 366/411.

Petição das autoras de fls. 414/454, com documentos de fls. 455/620.

Decido.



Processo Nº 2013.01.1.092892-0

A Lei 4717/65, prevê em seu artigo 5º, §4º, a possibilidade suspensão liminar do ato lesivo ao patrimônio público. Como é consabido, o pedido liminar visa garantir o resultado útil e eficaz da prestação jurisdicional. Para a concessão de liminar faz-se imprescindível a presença dos requisitos da plausibilidade do direito e do perigo do dano irreparável na concessão da medida requerida.

É cediço a admissão do controle de legalidade do ato administrativo por parte do Poder Judiciário, não havendo que se falar em ofensa ao princípio constitucional da independência dos poderes (art. 2º da CF/88).

Neste sentido, o egrégio STJ já se manifestou "ao Poder Judiciário compete apenas o controle da legalidade do ato administrativo, ficando impossibilitado de adentrar na análise do mérito do ato, sob pena de usurpar a função administrativa, precipuamente destinada ao Executivo" (RMS 15.959/MT, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 10.04.2006 p. 299).

O presente processo licitatório é alvo de inúmeras denúncias, notícias na imprensa, procedimentos de investigação e ações judiciais.

Quanto à alegação de que o Grupo Constantino foi vencedor em duas bacias (lotes), contrariando expressa disposição editalícia. Tal questão já foi enfrentada em sede liminar nos autos 2013.01.1.052450-4, Desta 1ª Vara Cível, ocasião em que se entendeu que apesar de haver uma relação de parentesco entre diretores das empresas, não havia vínculo formal entre as empresas, não restava configurada a existência de grupo econômico, pelo que foi indeferida a liminar, transcreve-se o trecho da decisão:

"Da análise dos autos, não vislumbro a prova inequívoca capaz de autorizar a concessão do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, eis que as afirmações do autor, por si sós, não constituem prova inequívoca suficiente para convencer este Juízo da verossimilhança da alegação.

O autor popular alega, em síntese, que as sociedades empresárias Viação Pioneira Ltda e Viação Piracicabana Ltda teriam violado a proibição constante do art. 16.1.2, alínea "g", do edital de abertura, que impede a participação de empresas que tenham sócios em comum entre si, já que os sócios de ambas participam da composição da Expresso União Ltda. O referido dispositivo editalício (fls. 33/34) tem a seguinte redação:

"16.1.2 Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

(...)





Processo Nº 2013.01.1.092892-0.

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;"

Ocorre que as rés Viação Pioneira e Viação Piracicabana não possuem em seus quadros societários qualquer pessoa em comum. A participação de sócios destas na composição de uma terceira sociedade não foi prevista no edital como causa impeditiva à participação.

Deve-se ressaltar, ainda, que as condições que implicam restrição à participação de empresas interessadas devem ser interpretadas de modo estrito, sob pena de prejudicar a competitividade do certame e, em última análise, acarretar a contratação de proposta menos vantajosa à Administração, como ocorreria caso fossem desclassificadas as empresas vencedoras ora indicadas como rés.

Destaco que a própria petição inicial não menciona que a Expresso União tenha participado do certame, não havendo, portanto, ofensa direta aos critérios previstos no edital. No mesmo sentido, a contestação do Distrito Federal informa que a Expresso União não concorreu na licitação, o que é corroborado pela prova documental.

Assim, não se vislumbra de plano a alegada ofensa ao edital de licitação, razão pela qual o pedido de antecipação dos efeitos da tutela deve ser rejeitado".

Quanto à situação envolvendo o presidente da comissão de licitação, Galeno Furtado Monte, ainda que a mídia professe alegações contra a lisura de tal pessoa, mister que se demonstre o cometimento de ato efetivo que obstasse a concorrência ou que configurasse corrupção, no bojo dos presentes autos. Como por exemplo uma das situações proibitivas do art. 9º, da Lei 8666/93. Contudo, nesta fase inicial, tal situação não se encontra comprovada, devendo ser mais bem esclarecida na fase de provas.

Quanto a existência de consultoria administrativa prestada por escritório de advocacia para os membros da comissão de licitação, tal situação em si não é ilegal, vez que a Lei 8666/93, não traz tal proibição. Contudo, tratando-se de atividade tendente a orientar e conceder suporte jurídico a Órgão Público, o Escritório que exerça a função estará vinculado aos princípios que regem a Administração Pública, no que couber.

Quanto a alegação de contratação ilegal do Escritório de Advocacia





Processo Nº 2013.01.1.092892-0

Guilherme Gonçalves & Sacha Reck como consultor jurídico da licitação, que haveria dirigido os trabalhos da Comissão de Licitação inabilitando as empresas concorrentes e habilitando apenas empresas anteriormente patrocinadas pelo escritório de advocacia, tem-se que:

a) O Distrito Federal, através do Secretário de Transportes confirmou que o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck realiza a consultoria jurídica da Licitação, auxiliando na fase interna, inclusive acerca de habilitações.

Logo restou demonstrada a atuação de tal Escritório.

A omissão de tal informação nas publicações relacionadas à licitação levanta grande suspeita sobre a lisura do procedimento de contratação de tal escritório. Registrando-se que o fato de a licitação receber auxílio técnico ou financeiro de órgão internacional não elide o cumprimento RIGOROSO de todas as normas relacionadas à licitação do ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

b) As informações da Secretaria de Transportes não indicaram o contrato de consultoria do mencionado escritório, com seus valores, sua forma de trabalho, e seu prazo de validade.

Não há informações sobre a forma de contratação de tal escritório. Não há indicação se foi feita licitação, ou se houve inexigibilidade de licitação com a exibição do procedimento administrativo próprio.

No depoimento prestado pelo Secretário de Transportes - Senhor José Walter Vazquez Filho à Câmara Distrital, questionado se a contratação do Escritório foi de forma direta (isto é, sem licitação), respondeu:

"Não. As contratações são feitas pelo banco através de listas fechadas e é o banco que escolhe a melhor proposta. Ai, você contrata". (fl. 270, pag 19 do depoimento).

O Secretário referia-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no sentido de que tal Banco indicou o Escritório Sacha Reck.

Porém, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal (fl. 456).

Logo, houve contratação direta do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck. Sem procedimento de dispensa de



M



Processo Nº 2013.01.1.092892-0

licitação. Restando configurada irregularidades em tal consultoria, visto que a empresa que iniciou os trabalhos de elaboração do edital, LOGITRANS tem entre seus diretores o pai do advogado Sacha Reck, senhor, Garrone Reck,

c) Não há indicação ou fundamentação consistente acerca da opção por contratar-se Consultoria Jurídica para auxílio de Licitação, sem que a Secretaria de Transportes auxiliasse-se dos serviços da Procuradoria do Distrito Federal.

A contratação de serviços de advogado para auxiliar comissão de licitação não é proibida pela Lei 8666/93. Contudo, tendo em vista a existência de órgão jurídico de atuação no Poder Executivo, com elevada capacidade técnica e reconhecido eficiência na atividade jurídica, a Procuradoria do Distrito Federal, mostra-se necessário a realização de decisão administrativa prévia com fundamentação consistente a justificar a oneração dos cofres públicos, para custear serviço que poderia ser realizado por Órgão Próprio (Procuradoria do Distrito Federal).

d) A atividade de consultoria realizada pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck ultrapassou a função de mera consultoria, atuando como efetivos julgadores dos atos relacionados ao processo licitatório, especialmente as questões relativas à habilitação dos concorrentes.

Percebe-se a presença do advogado Sacha Reck na elaboração da Ata de apresentação de envelopes. O que é bastante estranho, tendo em vista que a realização dos atos de registro e averbação são competência exclusiva da Comissão de Licitação. (Documento divulgado na imprensa, constante dos autos 2013.01.1.132169-8).

Percebe-se que o mencionado escritório atua em processo judicial, como na apresentação de informações em Mandado de Segurança (nº 2012.00.2.020456-6). Tal atribuição é da competência da Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF. Vez que cabe ao mencionado órgão defender a eventual legalidade do ato administrativo ou dispensar tal defesa (na forma das Orientações Internas da PGDF), quando tratar-se de ato administrativo manifestamente ilegal. (fl. 169).

Também afigura-se estranho que o mencionada escritório atuasse para apresentar peça jurídica para subsidiar a manifestação da Comissão de Licitação à PGDF. Já que a comunicação entre órgãos administrativo não necessita de prévia formalização jurídica do ofício. Bastando que a Comissão encaminhasse informações, que a PGDF iria examinar a legalidade do ato. (fl. 170).





Processo Nº 2013.01.1.092892-0

Há nos autos atas do processo licitatório indicando que membros da comissão sentiam-se constrangidos com a atuação do Escritório de Advocacia Sacha e Reck, já que tal escritório definia previamente o conteúdo das decisões administrativas da Comissão.

As decisões dos recursos administrativos eram definidas pelo Escritório, sendo confirmadas pela Comissão, com ressalvas de alguns membros da comissão. Como se verifica no documento de fls. 620, em que as integrantes da comissão escrevem à caneta: "Parecer não lido, apenas vistado por exigência do Secretário de Transporte".

As cópias de decisões judiciais e petições iniciais de ações, que apontam pela suspeita de fraudes em licitações de transportes no Estado do Paraná, descrevem um roteiro muito parecido ao evidenciando nos presentes autos. Tal como ocorreu nos Autos 11202-06.2013.8.16.0031, da 1ª Vara Cível de Guarapuava, fls. 570/613 e 463/568:

A empresa Logitrans é contratada para a realização do contrato de licitação, abordando os aspectos técnicos;

O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck é contratado como órgão consultor, sem indicação de procedimento prévio de licitação ou procedimento de dispensa/inexigibilidade de licitação.

De se registrar que um dos diretores da Logitrans, Garrone Reck é pai do advogado Sacha Breckenfeld Reck, que atua no mencionado escritório de advocacia. Também é diretor na empresa o senhor Alexis Breckenfeld Reck, irmão do advogado Sacha. (termo de declaração perante MP do Paraná, fl. 83-85).

O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck controla o procedimento de habilitação e inabilitação dos concorrentes;

Empresas que anteriormente celebram contratos advocatícios com o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagram-se vencedoras, apresentando propostas de alto valor.

e) Empresas previamente assessoradas pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagraram vencedoras da licitação. Algumas dessas empresas indicaram o valor máximo de preço de tarifa em suas propostas contratuais ou recebem outros favorecimentos.

A Empresa Viação Piracicabana foi favorecida por apresentar complementação de documentos, posteriormente à fase de apresentação de envelopes. Ofício nº 20/2013 - CEL nº 01/2011-ST, de 08/03/2013, subscrito pelo presidente da Comissão de Licitação, Senhor Galeano Furtado Monte, solicita a seguinte documentação: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício; Termo de abertura de Livro Diário Geral; Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral (...), fls. 615.



Processo Nº 2013.01.1.092892-0

Tal situação evidencia tratamento diferenciado e privilegiado à empresa. Tendo em vista que outras empresas foram excluídas da concorrência pela ausência de um ou dois documentos. Enquanto para a Viação Piracicabana admite-se a juntada posterior de amplo caderno documental.

Na informação da Secretaria de transportes há expressa indicação de que o Escritório de advocacia já atuou para a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda em causas pontuais no Estado de São Paulo. Os sócios dessa empresa são Max Empreendimentos e Participações LTDA, Comporte Participações S/A, e PGM Participações Ltda. Ao passo que a empresa Viação Piracicabana detém como sócios Comporte Participações S/A e Glarus Participações, Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca, Paulo Sérgio Coelho, José Efraim Neves da Silva (alteração contratual de 13/02/2013, fl. 164/165). Sendo que a Comporte Participações S/A tem mais 50% do capital da Viação Piracicabana.

Embora não haja identidade total de sócios. A presença de sócios comuns, com capital significativo na empresa, indica uma orientação comum. Bem como demonstram que o resultado de uma empresa influencia no resultado de outra. O advogado que exerce a competência de Consultoria de Licitação, não pode apresentar parecer em relação a empresa que contenha sócio com capital significativo em outra empresa patrocinada juridicamente pelo mesmo advogado.

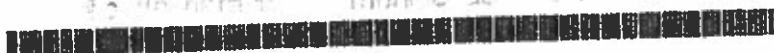
Logo, restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa Viação Piracicabana, suficiente a impossibilitar a realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo

Quanto à Viação Marechal Ltda evidenciou-se que o Escritório de advocacia já fez patrocínio jurídico à mencionada empresa, ainda que seja em relação a dissídios trabalhistas com atuação de Sindicatos.

A Empresa Viação Marechal foi defendida pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck em processos no Estado do Paraná. Inclusive encontra-se envolvida em ação de improbidade com o Advogado Sacha Reck, no Estado do Paraná, havendo decisão judicial determinando indisponibilidade de seus bens.

Logo, restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa Viação Marechal Ltda, suficiente a impossibilitar a realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo.

f) O conjunto de elementos dos autos indicam a ocorrência de fraude





Processo Nº 2013.01.1.092892-0

ao sistema concorrencial:

"Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck é contratado como "empresa" para prestar consultoria jurídica, não sendo apresentado procedimento administrativo de licitação ou de dispensa/inexigibilidade de licitação.

"O Escritório atua de forma incisa e constrangedora, definindo o conteúdo das decisões administrativas. Inclusive com tendo o Advogado Sacha Reck assumido atividades ordinárias da Comissão de Licitação, como a digitação da Ata de Entrega de Envelopes.

"Empresas que haviam utilizado os serviços advocatícios do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck anteriormente são habilitadas nos certames. Ou seja o escritório que faz a consultoria jurídica confere parecer favorável às empresas que são suas clientes, sem indicar qualquer ressalva de suspeição.

"O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck atua como órgão público, na medida em que presta consultoria jurídica para comissão licitatória, mas não utiliza-se dos princípios da Administração, mormente a isonomia.

"As empresas vencedoras recebem tratamento privilegiado da Comissão de Licitação. A Empresa Viação Piracicabana recebeu a benesse de entregar inúmeros documentos posteriormente à fase de habilitação. O que indica tratamento privilegiado, proibido no sistema licitatório.

"As empresas vencedoras oferecem propostas no valor máximo permitido na licitação. Afigura-se estranho que empresas do porte das empresas vencedoras não tenham apresentado propostas em valores menores para concorrerem à licitação. Vez que se qualquer outra empresa habilitada apresentasse proposta de R\$0,01 (um centavo) menor já se sagriam vencedora.

"A Empresa Auto Viação Marechal, vencedora da Bacia 04 apresentou proposta de 2,7192, ao passo que a proposta máxima era do mesmo valor de 2,7192.

Esse comportamento não é usual nem esperado. Toda empresa grande apresenta proposta que permita um mínimo de concorrência com as demais empresas. A proposta indicada pela empresa vencedora indica que esta empresa tinha certeza quanto à inexistência de outros candidatos habilitados na concorrência. O que gera grandes suspeitas em relação ao procedimento licitatório e ao resguardo da amplitude de concorrência.

g) Documentos essenciais da licitação foram sonegados aos órgãos fiscalizadores. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não teve acesso aos dados orçamentários da licitação, como indica as fl. 264/269.

Consta dos autos, pedido de providência realizado pelo MPTCDF indicando a omissão do Poder Público na divulgação dos dados da licitação.

O Ministério Público do Distrito Federal apresenta parecer pela suspensão





4

Processo Nº 2013.01.1.092892-0

dos contratos, apontando irregularidades e ilegalidades no processo licitatório, fls. 244/250.

h) - O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal.

i) - A Justiça do Paraná decretou a indisponibilidade de bens e a quebra de sigilo bancários do advogado Sacha Reck e de seu pai, Garrone Reck, e da empresa Auto Viação Marechal, entre outros réus, em virtude de acusação de fraude em processo de licitação de transportes naquele Estado, através de ação civil pública de improbidade administrativa manejada pelo Ministério Público do Paraná.

j) Quanto às empresas, em resumo:

Quanto à empresa Viação Marechal Ltda, vencedora da Bacia 04: foi determinada o bloqueio de seus bens por decisão judicial no Estado do Paraná; Já contratou os serviços advocatícios do escritório do senhor Sacha Reck; apresentou preço igual ao valor máximo da proposta, em atitude que indicava ter certeza da ausência de concorrência, sendo que, posteriormente, confirmou-se a ausência de concorrência na Bacia em que ganhou o contrato;

Quanto à empresa Viação Piracicabana, vencedora da Bacia 01: apresentou documentos essenciais da licitação em data posterior àquela da apresentação de envelopes, indicando tratamento favorecido; O seu principal sócio, com participação no capital social superior a 50%, também é sócio de outra empresa já patrocinada juridicamente pelo escritório Sacha Reck.

Quanto à empresa Viação Ploneira Ltda, vencedora da Bacia 02. Não restou comprovado que tenha sócio comum com a Viação Piracicabana. Na presente fase processual não restou comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

Quanto ao Consórcio HP-ITA, formado pelas empresas HP Transporte Coletivos Ltda e Ita Empresa de Transportes Ltda, vencedora da Bacia 03. Na presente fase processual não restaram comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

Quanto ao empresa Expresso São José, vencedora da Bacia 05. Na presente fase processual não restaram comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

k) Cediço que muitas ações judiciais discutem a validade da presente licitação. Tal situação é muito comum e natural, tendo em vista a relevância





Processo Nº 2013.01.1.092892-0

da licitação, a importância do serviço de transportes público, o inconformismo das antigas empresas prestadoras com as novas regras de exploração do serviço, os empresários que têm interesse direto em criar obstáculos ou atrasar a finalização do processo, cidadãos que detêm interesse político em afirmar que moveram ação contra a licitação, pessoas do povo que buscam um serviço de melhor qualidade, entre outros fundamentos.

Cada ação discute certos pontos do edital ou do processo em si, apresentando certas provas. Ao Poder Judiciário cabe o exame das provas e alegações produzidas, verificando-se foi descumprida a lei ou os princípios básicos da Administração Pública, mormente aqueles constantes do art. 37 da CF/88 e é disposto na Lei 8666/93.

Mostra-se necessário e urgente a finalização do processo de licitação dos transportes públicos do Distrito Federal. Contudo, essa finalização não poderá ser levada a efeito de qualquer modo, mormente quando o caminho escolhido debanda para a ilegalidade, abuso de poder, ou favorecimento pessoal de algumas empresas.

Também cediço que a Decisão Judicial deverá antever um modo de continuação extraordinária do serviço público, tendo em vista sua essencialidade.

l) No presente caso, em exame inicial, restou demonstrado que a contratação das empresas Viação Marechal Ltda (que foi vencedora da Bacia 4) e da empresa Viação Piracicabana (que foi vencedora da Bacia 1) está eivada de irregularidades e ilegalidades. Bem como, restou demonstrado o comprometimento direto entre essas empresas e o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, o que impede que tal escritório atue em consultoria jurídica nas Bacias em que tais empresas disputarem a concorrência.

Assim, revelando-se a ilegalidade no procedimento licitatório, com favorecimento pessoal de algumas empresas, mormente a partir da fase de habilitação dos concorrentes, deverão ser suspensos os contratos administrativos, relativamente À BACIA 01 E À BACIA 04, e ser determinado o retorno da licitação da Bacia 01 e da Bacia 04 À FASE DE HABILITAÇÃO DE CONCORRENTES E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. Devendo ser estabelecido novos prazo para habilitação dos concorrentes e apresentação propostas. Bem como deverá se impedir que o Escritório preste consultoria relativamente às Bacias disputadas por essas duas empresas.

ASSIM, por todo o exposto, em sede de antecipação de tutela, DECIDO:

a) SUSPENDER O CONTRATO ADMINISTRATIVO DA BACIA 1 (UM) - cuja empresa vencedora foi a VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, determinando que

10/11





Processo Nº 2013.01.1.092892-0

a licitação retorne à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas, devendo ser estabelecidos novos prazos para habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas. Sendo que, se houver a participação da empresa Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda, a Comissão de Licitação não poderá utilizar-se da Consultoria Jurídica do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.

b) SUSPENDER O CONTRATO ADMINISTRATIVO DA BACIA 4 (QUATRO) - cuja empresa vencedora foi a VIAÇÃO MARECHAL LTDA, determinando que a licitação retorne à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas, devendo ser estabelecidos novos prazos para habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas. Sendo que, se houver a participação da empresa Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda, a Comissão de Licitação não poderá utilizar-se da Consultoria Jurídica do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.

c) Determinar que, se as mencionadas empresas (Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda) já estiverem operando o sistema público de transporte, poderão continuá-lo, por no máximo 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente decisão. Vencido esse prazo, a exploração deverá retornar a situação que existia anteriormente à assinatura do contrato administrativo.

d) Recebo a emenda de fls. 305/307. A Secretaria deverá fazer a inclusão no pólo passivo. Citem-se as pessoas jurídicas para responder à ação. Intimem-se da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília - DF, quinta-feira, 26 de setembro de 2013 às 21h38.

Mário Henrique Silveira de Almeida
Juiz de Direito Substituto

Registrado

Último andamento: 26/09/2013 - DETERMINADA PUBLICACAO NO DJE - PAUTA DO DIA -

27/09/2013

Incluído na Pauta: 27/09/2013

11/11



Blog do Mino

Exclusivo: Documentos falam através de computador da licitação de transportes no DF

23/06/2013 10:40



Momento de entrega das propostas da Licitação 001/2011 ST. Humberto Menezes (esquerda), secretário da Comissão de Licitação assiste o cristiano Sacha Reck (direita) advogado do Grupo Constantino, redige a Ata.

Poi Mino Pedrosa

Enquanto o Brasil explode nas ruas com manifestações reivindicando melhores condições e preços nos transportes públicos urbanos, o Distrito Federal fechou a Licitação mais polêmica da história, que conta há dois anos, dando como vencedora do lote 5 a Piracicabana, uma empresa que vai cobrar R\$ 0,49 a mais do que a concorrente eliminada, nas linhas do Park Way e Esafe, áreas consideradas estratégicas pelo Governo que prevê um dos maiores crescimentos metropolitanos nos próximos anos para aquela região. O QuidNovi revela com exclusividade a trama que foi engendrada pelo grupo do Governador Agnello Queiroz para levar R\$ 40 bilhões dos cofres públicos, para um único grupo de transporte coletivo, o de Nenê Constantino, na Capital Federal nos próximos 20 anos.

O computador de Galeno Furtado Monte, o homem que preside a maior e mais polêmica licitação do GDF na área de transporte urbano, revela uma história que chama a atenção da Justiça e do Ministério Público Federal. Foi na residência oficial da vice-governadora, no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, que foi selado o destino de pelo menos R\$ 40 bilhões dos cofres públicos nos próximos 20 anos. Galeno foi convidado pela cúpula da Capital, uma vez que a Licitação, comprometida por fraudes e direcionamentos para empresas de um único grupo, corria o risco de vir a baila, a partir das reportagens publicadas por este colunista no Jornal de Brasília. Ali, era o começo do fim.

No último dia 3 de junho Galeno chegou à vice-governadora e deparou-se com dois subsecretários de Transporte, Jose Augusto Pinto Junior, e Luiz Fernando de Souza Messina, o vice-governador Tadeu Filipei, o procurador-chefe do GDF, e até o chefe da Polícia Civil. Galeno relata os momentos de maior tensão e onde chegou até a fazer contato com o governador Agnello Queiroz.

"Tinha uns quatro caras, secretário, um bocado de gente. Chamaram o procurador chefe e até o chefe da Polícia Civil. Imagina a gente, meu bamaba, com o vice-governador e o governador dando ordens? O Agnello deu a ordem por telefone para fechar a licitação. Foi desgastante. Foi um dia muito difícil. Eu falei para o Filipei: Governador, eu quero conversar a sós com o senhor. Tem muita coisa que vai nos trazer dor de cabeça. Já estou passando situações críticas na família e no ambiente de trabalho. Já tenho uma comissão de sindicância em andamento. Tenho um depoimento na Decap (Delegacia de Repressão às Crimes contra a Administração Pública). Tenho uma demanda do Ministério Público. Tá difícil de me defender. Ele colocou meu advogado pessoal a disposição, não o do Governo, e mandou defender a Comissão."

Galeno também admite uma sociedade com o delator do escândalo da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, no alambique Canibeba, na cidade de Alexânia, em Goiás, próximo do DF, onde a empresa ajuda em grande parte a arrecadação do município. O Durval prestou um terreno na montagem do Alambique.

Galeno revela ainda outro braço de Durval no cenário dos Transportes: trata-se do subsecretário de Políticas de Transporte e Trânsito do DF.

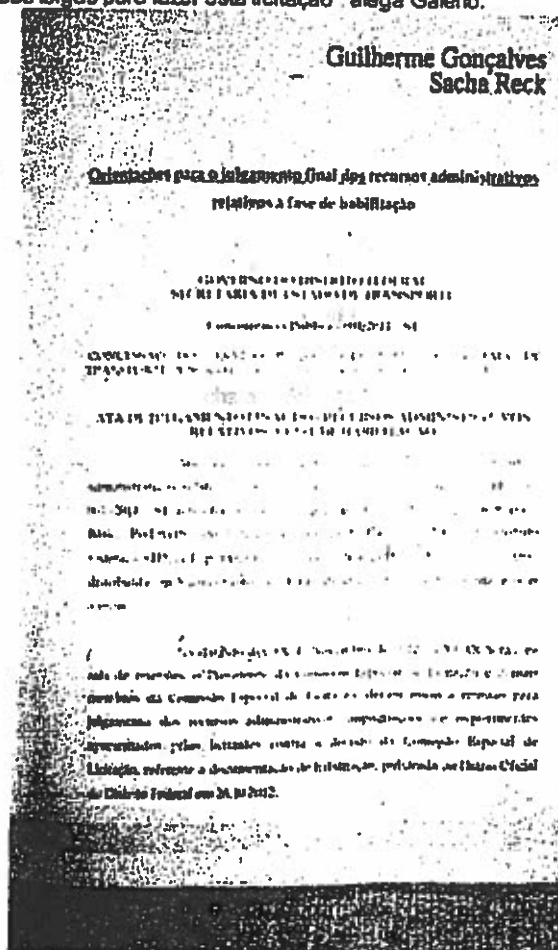
000.000.000.000

emando de Souza Messina.

Fui sócio do Durval, por isso eu era visado. Mas quem me chamou foi o Messina que trabalhou com o Durval lá no Gama. Ele é amigo do Durval! O Messina era o executor do contrato de informática do TJDF na época que Durval era o secretário. Agora era ele que mandava incorporar os documentos do Sacha na Licitação."

O presidente da Comissão de Licitação revela também como foi formatado o edital. Todos dos documentos saíram do escritório paranaense Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. A Comissão não lia um documento sequer, tudo vinha pronto. Tem até uma observação por escrito, em alguns documentos onde uma integrante da Comissão faz ressalva ao assinar revelando que estava sendo pressionada pelo secretário de Transporte José Waller Vazquez Filho. Ela assina, mas explica que não leu e que está em desacordo com o trâmite do edital. Nada disso, foi considerado pelo secretário.

"Toda a licitação foi redigida pelo escritório Sacha Reck. Isso aí já foi negociado antes. Até o resultado da licitação. É o escritório que dá o resultado. É uma enganação. Quem preparou o projeto básico foi o pai do Sacha com o outro filho, que analisa todos os recursos. A licitação foi para inglês ver. Bojaram cinco pessoas legais para fazer esta licitação" alega Galeno.



Documento que comprova a participação direta do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, advogados do Grupo Constantino, na elaboração do processo licitatório que beneficiou as cinco empresas do grupo vencedor.

E continua: "Não existe contrato com o escritório de advocacia. Fiz um documento pedindo ao Augusto Pinto uma cópia do contrato do Governo com o Sacha. Não veio. Mandamos um documento para o Secretário Vazquez, não veio. Quem está pagando o Sacha é o BIRD, através de uma empresa chamada Logit."

O polêmico Edital de Licitação tem a consultoria do Consórcio Logit/Logitrans, que tem como um dos principais diretores Garrone Reck, pai de Sacha Reck. Sacha, por sua vez, é, juntamente com seu sócio Guilherme Gonçalves, advogado dos vencedores do milionário Edital: as empresas do Grupo de Nenê Constantino. Durante todo o processo, Sacha esteve no comando e no dia da entrega da documentação foi ele que digitou a ata do certame. Sacha tirou o secretário Humberto Menezes de seu lugar, deixando-o na plateia assistindo tudo.

O governador Agnello Queiroz, com o vice Tadeu Filippi, acompanhava do Palácio milimetricamente todos os passos do certame. Segundo Galeno, o governador manipulava a publicação dos documentos no Diário Oficial. Galeno alega que estava fazendo um trabalho bem feito e não sabia que estava sendo usado.

Na reta final do certame, dia 28 de maio de 2013, véspera do feriado de Corpus Christi chegou uma demanda do juiz para o presidente da Comissão publicar, num prazo de cinco dias, o recurso da Cooperativa de São Paulo (Coper Brasil) no Diário Oficial. Galeno diz que mandou. Mas o governador Agnello Queiroz mandou retirar a publicação.

Na segunda-feira, dia 3 de junho, acontece a reunião na vice-governadora e a empresa perde todos os prazos do recurso devido a manipulação do governador Agnello Queiroz, no apagar das luzes na véspera do feriado.

"O Agnello mandou tirar minha decisão da boca do Diário Oficial. Isso é uma irregularidade. No dia 4 de junho de 2013 o Diário Oficial saiu com a classificação final do Nenê Constantino. Em 5 de junho, sai no DOF a homologação e adjudicação e o contrato de concessão. Fim."

...ados juntos, no mesmo dia, para não dar espaço para recurso. Atropelou um monte de fases, a licitação fechou."

634
+



direita) redige a Ata na entrega das propostas.

O advogado do Grupo Constantino Sacha Reck (u

Orze empresas participaram da abertura das propostas. No final ficaram somente as cinco do Grupo Constantino. Todas apresentaram envelopes, mas não foram abertos. Ficaram com Galeno e com a Comissão de Licitação. As empresas foram eliminadas na análise de documentação feita por Sacha, selando a trama armada no Palácio do Buriti.

O governador Agnelo reuniu a Comissão e prometeu tudo, o Judiciário para defender Galeno e a Comissão. O presidente diz que "não queria assinar a ata com o resultado final da licitação. Não dava, o negócio não estava certo. Não estava legal!"

Galeno ficou com medo porque a Piracicabana não preenchia os requisitos do edital, os advogados de Nenê Constantino camuflaram as falhas na sociedade da empresa que agora está no nome de funcionários do empresário; José Fraim Neves e Manz Zélia. Durante o processo licitatório a Piracicabana mudou o quadro societário. Primeiro com o próprio Constantino, depois passou para as filhas do empresário, quando os advogados perceberam que não dava para ganhar, bolaram no nome dos empregados mais outra empresa, a Comporte.

Foi feita uma engenharia para montar o Edital de Licitação 01/2011 - ST, de tal maneira que só grandes empresas pudessem ganhar. Mais de 100 documentos foram incorporados durante o certame. Desde o início Sacha Reck redigia tudo. Galeno apenas transcrevia os documentos que chegavam em papel timbrado do escritório de advocacia do Paraná e eram colocados integralmente no papel oficial do GDF. O alto comando da Licitação era tão bem articulado entre o Governador Agnelo Queiroz, Nenê Constantino e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados e a turma Durval que ninguém poderia imaginar que isto viesse a tona.

O presidente da comissão de Licitação vem sofrendo ameaças de morte. Quem não quer acreditar que o computador de Galeno fala e que contou toda a verdade da grande manobra orquestrada pelo Buriti junto com empresários poderosos do transporte coletivo e porque o valor da tarifa dos ônibus não faz diferença no bolso ou então, não utiliza o meio de transporte. Tanto faz!

BRASIL - POLÍTICA

ECONOMIA - INTERNACIONAL

AUDÍO - VÍDEOS

Decisão da 2ª Vara da Fazenda Publica do Distrito Federal determinando a Suspensão dos Contratos firmados, submetidos aos termos do edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011 – ST.


Poder Judiciário
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Segunda Vara da Fazenda Pública

0452

Autor: Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania - ABRADEC.
Réu: Distrito Federal
Autos nº 137964-2-6/2013


Decisão

Vistos etc...

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizado pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e cidadania - ABRADEC contra o Distrito Federal.

Pretende a autora, em breve síntese, a obtenção de provimento jurisdicional de urgência para determinar a suspensão dos contratos administrativos, firmados com as empresas Viação Pioneira Ltda, Viação Piracema Ltda, Auto Viação Marechal Ltda e Consorcio HP-ITA, mediante a Concorrência nº 01/2011 - ST/DF, cujo objeto é a concessão de serviço básico de transporte público coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, em decorrência de supostas irregularidades no processo licitatório.

Para tanto, alega que foram praticadas diversas irregularidades no decorrer do procedimento da referida Concorrência, dentre as quais destacam-se as alusivas ao (à):

-  1) estudo técnico e elaboração do edital da concorrência pelo Consórcio Logit-Logitrans, cujo diretor é Garrone Reck, genitor

do advogado Sacha Reck, o qual acumula dentre outras a função de "consultor jurídico" da Comissão Permanente de Licitação (fls. 6-11);

- 2) violação do disposto no art. 61, p. único da Lei 8686/93 e do art. 13, II, da Lei 9784/99, em razão da participação de terceiros estranhos ao procedimento licitatório, a julgar recursos administrativos, interferir no resultado da licitação, em substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação (fls. 11-14);
- 3) direcionamento do edital e favorecimento aos vencedores com habilitação e contratação de empresas do mesmo grupo econômico, que afronta o item 16.1.2, "g" e "h", d do Edital da Concorrência (fls. 23/25);
- 4) habilitação indevida das sociedades empresárias Viação Rfracabana Ltda e Consórcio HP-ITA, que não cumpriram o edital, por ato do presidente da comissão de licitação (fls. 26-43);
- 5) favorecimento à Viação Marechal Ltda em razão de consultoria prestada pelo escritório de Sacha Reck que atuava, simultaneamente na Comissão especial de Licitação;
- 6) supressão de prazos recursais (itens do edital 20.2, 20.7, 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3).

Fundamenta sua pretensão na proteção ao consumidor e no princípio da livre concorrência.

Acompanharam a inicial os documentos de fls. 49-613.

O Ministério Público apresentou manifestação favorável à concessão da tutela de urgência às fls. 617/631. Na mesma ocasião, requereu a determinação judicial para que a autora demonstre a pertinência temática na defesa dos direitos do consumidor e regularize o pólo passivo para inclusão das

Incluído na Pauta: 03/10/2013

2/6

Último andamento: 02/10/2013 - DETERMINADA PUBLICACAO NO DJE - PAUTA DO DIA - 03/10/2013

635
3

sociedades empresárias vencedoras do certame. Requer também seja declinar a competência deste Juízo em favor da 5ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, em virtude de conexão com os processos nº 2013.01.1095116-7 e nº 2013.01.1.110827-4.

É o relatório:

Decido:

Insta esclarecer, inicialmente, que nos estritos termos do artigo 1º, inc. IV, da Lei nº 7347/85, e previsão no art. 129, inc. III, da Constituição Federal a Ação Civil Pública é o instrumento jurisdicional utilizável com o intuito de evitar danos ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens de direito de valor artístico, estético, histórico, turístico ou paisagístico, ou outros interesses difusos relevantes, bem como para promover a responsabilização daqueles que tenham causado lesão a esses mesmo bens.

Da mesma forma, convém sublinhar que os artigos 110 e 117 da Lei nº 8078/90 alteraram a Lei nº 7347/1985, acrescentando, ao rol das possibilidades do remédio jurídico manejado pelo autor, repise-se, a defesa de "qualquer outro interesse coletivo ou difuso" (art. 1º, inc. IV), o que mereceu também explícita previsão no art. 8º, inc. VII, alíneas a e d, da Lei Complementar nº 75/1993.

Sem discorrer à exaustão acerca de conceitos que já estão cristalizados na doutrina e jurisprudência pátrias, deve-se neste momento apenas indicar que o artigo 81 da Lei nº 8078/90 tratou de conceituar *interesses difusos* como os "transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato" (inc. I). *Interesses coletivos*, por outro lado, são aqueles "transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base" (inc. II).

0456
A pretensão sintetizada na inicial contém projeções concernentes à tutela de interesses difusos, na medida em que almeja o controle de atos praticados na esfera administrativa do réu à luz dos princípios da legalidade e da moralidade.

Em sua causa de pedir, autora aponta as seguintes ilicitudes que produzem efeito invalidante:

- 1) a participação ativa de advogado particular estranho à Comissão Especial de Licitação no julgamento das habilitações, respostas a recursos e julgamento das propostas financeiras;
- 2) afronta ao item 16.1.2, letras "g" e "h", do Edital da Concorrência nº 01/2011 - ST/DF, em razão da habilitação e contratação de sociedades empresárias que compõem o mesmo grupo econômico;
- 3) favorecimento da empresa Auto Viação Marechal Ltda e das integrantes do grupo "Constantino" no processo de habilitação das licitantes.

Ne caso em deslinde, a liminar requerida deve ser deferida a fim de suspender os efeitos dos negócios jurídicos celebrados pela Administração Pública com as sociedades empresárias Viação Piracicabana Ltda e Viação Pioneira Ltda, em virtude de infringência à regra contida no art. 13, inc. II da Lei nº 979/1999, sendo de se investigar no caso em exame, no curso dos presente autos: 1) a participação do Advogado, Sr. Sacha Brekwnfeld Reck na produção de atos administrativos da alçada exclusiva dos agentes da Administração Pública legalmente investidos para essa finalidade; 2) a participação de sociedades empresárias pertencentes a um mesmo grupo econômico, frustrando o caráter competitivo do certame e 3) o pretense favorecimento da sociedade empresária Viação Marechal Ltda e das integrantes do "Grupo Constantino".

Os elementos constantes nos autos são suficientemente claros a respeito da existência de vícios de forma na consecução dos atos retratados na

Incluído na Pauta: 03/10/2013

4/6

Último andamento: 02/10/2013 - DETERMINADA PUBLICACAO NO DJE - PAUTA DO DIA - 03102013

63-
petição inicial, ocasionando assim a incidência da regra contida no art. 2º, letra "b", da Lei nº 4747/1985, o que gerou, por parte da ABRADec o justo receio de que tenha havido indevido direcionamento do certame licitatório para beneficiar as sociedades empresárias pertencentes ao "Grupo Constantino". Os elementos probatórios coligidos aos autos são suficientemente claros para a finalidade de autorizar a concessão da liminar pleiteada.

Por essas razões, com fundamento no art. 12 da Lei nº 7347/1985, e, por visualizar a presença da relevância dos fundamentos do pedido, bem como do perigo da demora, defiro a liminar vindicada a fim de suspender a execução dos contratos firmados pelo réu, submetidos aos termos do Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011. - ST, nos moldes dos itens "a" a "c" do pedido (fls. 46-47), ressaltando que o réu e seus prepostos incorrerão em multa pecuniária (art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC) no montante diário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o caso de descumprimento ao preceito, sem prejuízo das cominações para o caso de desobediência, prevaricação, ou improbidade administrativa - artigos 4º e 11, Inc. II, da Lei nº 8429/92 - ou crime de responsabilidade - art. 4º c/c artigos 12 e 74 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Desde já e *ad cautelam*, extraia-se cópia dos presentes autos, remetendo-os ao Ministério Público, para que, se assim entender, examine a questão à luz do art. 10, Inc. VIII e art. 11, ambos da Lei nº 8429/1992.

Cite(m)-se, inclusive as sociedades empresárias indicadas nos itens "a" e "c", do pedido, que deverão constar no pólo passivo da demanda. Anote-se e corrija-se. Para tanto, promova a autora a devida qualificação das referidas entidades, trazendo aos autos as necessárias contrafeitas para a citação.

Intimem-se.

Brasília-DF, 2 de outubro de 2013.

Incluído na Pauta: 03/10/2013

5/6

Último andamento: 02/10/2013 - DETERMINADA PUBLICACAO NO DJE - PAUTA DO DIA - 03102013

0457

Alvaro Luis de A. S. Ciarlini
Juiz de Direito

Incluído na Pauta: 03/10/2013

6/6

Último andamento: 02/10/2013 - DETERMINADA PUBLICACAO NO DJE - PAUTA DO
DIA - 03102013

Decisão da 8ª Vara Federal suspendendo os repasses de recursos do BNDES e do FINAME para as empresas rés, devendo o BNDES comunicar imediatamente o teor desta decisão às instituições financeiras através das quais opera as linhas de crédito dos programas envolvidos nas operações de financiamento.

Autos n. 62.974-89/2011-DF - Ação Popular - Licitação - Transporte Público do Distrito Federal - Classe 1000

Autores : Eliete Maria de Sousa e Regina Celina Monteiro
Réis : Distrito Federal, Distrito Federal, Banco Central do Brasil - BACEN, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, HP Transportes Coletivos Ltda., Ita Unibank S.A., Viação Fênix Ltda., Auto Viação Marechal Ltda., Expresso São José Ltda., Viação Pioneira Ltda. e Viação Piracicabana Ltda.
Juiz Federal : Antônio Carlos de Almeida da Silva

DECISÃO

ELIETE MARIA DE SOUSA e REGINA CELINA MONTEIRO, qualificadas e representadas nos autos, ajuizam **AÇÃO POPULAR** contra o **DISTRITO FEDERAL, DISTRITO FEDERAL, BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN, BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA., ITA UNIBANK S.A., VIAÇÃO FÊNIX LTDA., AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA., EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA., VIAÇÃO PIONEIRA LTDA. e VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.**, com pedido de medida liminar, objetivando a anulação de contratos de financiamento que se utilizem de linhas de crédito oriundas de operações do BNDES ou por intermédio do FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial, com as empresas vencedoras da Concorrência Pública nº 003/2011, promovida pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Afirmam as autoras, insumos:

(1) o Distrito Federal, em razão da necessidade de renovação dos contratos de Transporte Coletivo de Passageiros, realizou a licitação sob a modalidade de concorrência ST-DF nº 003/2011, estimada em reais de 8 bilhões de reais, e com prazo de concessão de 10 (dez) anos, prorrogáveis por igual período;

(2) para fins de concorrência pública, o território do Distrito Federal foi dividido geograficamente em 5 (cinco) lotes, cada um referente a uma região territorial onde a empresa vencedora deverá operar;

(3) houve diversas irregularidades na referida licitação.

Proseguem as autoras relatando as seguintes irregularidades:

(1) a licitação foi realizada sob a chancela de **GUILHERME GOMCALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS**, responsáveis pela condução da licitação, elaborando os instrumentos de licitação e classificação em nome da Comissão de Licitação, enquanto a empresa vencedora é a **VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.**;

(2) o edital da concorrência foi elaborado pela **LOGITRANS**, de propriedade do Sr. Garrane Reck, que é pai do advogado Sacha Reck, o qual conduziu a licitação.

Aduzem, ainda, as autoras que

As empresas Srs. Sacha Reck e Garrone Reck, e a empresa LOGITRANS, que praticaram idênticas irregularidades no Estado do Paraná.

As Srs. Sacha Reck e Garrone Reck estão sendo investigados naquele Estado por atos de improbidade administrativa e delitos de fraude em licitação, exatamente pelo mesmo motivo pelo qual a Sra. Garrone Reck, através da empresa LOGITRANS elaborava os editais e o livro de preços para empresas de transporte.

Além disso, o mesmo fato ocorrido na licitação investigada no Paraná também ocorreu no Distrito Federal, quando a Procuradoria de Contas do Distrito Federal, em representação formulada pela Procuradora de Contas Márcia Farias, requereu ao Plenário da Corte de Contas Distrital a anulação da licitação por comprovado superfaturamento das tarifas em razão da ausência de competitividade na concorrência.

Assim, ocorreu a formação de oligopólio, visto que, em desobediência ao edital de licitação, duas empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico sagraram-se vencedoras de dois lotes da licitação.

Pedem, por fim, a concessão de medida liminar para a suspensão de contratos entre as empresas vencedoras de licitação.

As fls. 200/201, contestação para apreciar o pedido de medida liminar após as contestações.

As fls. 202/203, contestação da VIACÃO PIONEIRA LTDA, argumentando a perda de objeto ante a celebração dos contratos.

As fls. 102/103, contestação do DISTRITO FEDERAL, argumentando, preliminarmente, litispendência com ação nº 27.972-1/2004, e, no mérito, que

(1) a Companhia LOGIT Engenharia Consultiva Ltda. e LOGITRANS - Logística, Engenharia e Transportes Ltda foi contratada mediante licitação internacional e firmou contrato com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento;

(2) a contratação da Sra. Sacha Breckenfeld Reck deveu-se ao fato de que integrou a equipe de trabalho da LOGITRANS, conforme que atuou na fase interna do processo licitatório visando à elaboração do edital e do contrato da concorrência;

(3) no âmbito da prestação dos serviços de Apoio ao Gerenciamento do PTU/DF, a empresa LOGITRANS contratou a Sra. SACHA RECK e a empresa LOGIT ENGENHARIA LTDA;

(4) as propostas vencedoras eram vantajosas;

Este trabalho foi desenvolvido à consultoria prestada pelo ESCRITÓRIO GUILHERME
SILVA E ASSOCIADOS REDES ADVOCADOS ASSOCIADOS:

... e as ações de improbidade administrativa e outras movidas contra GARRONE

10. em 2001, a alegada atribuição de 2 (dois) lotes a empresas integrantes do mesmo

Por fim, pugna o **CONSELHO FEDERAL** pelo indeferimento da medida liminar e improcedência da demanda.

As fls. 1-105/1314, contestação do BANCO CENTRAL DO BRASIL, alegando sua legitimidade processual.

As fls. 1.316/1.343, contestação do BNDES arguindo, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva, bem como a possibilidade de atuação de diversas instituições financeiras, em razão de que as empresas de transporte rés na lista beneficiárias de recursos do BNDES e do FINAME através de diversos agentes financeiros (bancos); no entanto, alegando a improcedência do pedido.

As fls. 275 e 276, o Ministério da UNIAO arguindo, preliminarmente, sua legitimidade passiva, bem como a inexistência da via-costa e a impossibilidade jurídica do pedido; e, no mérito, pugna pela improcedência da ação.

Às fls. 1.896/1.897, mandado de citação cumprido da VIAÇÃO PIONEIRA LTDA.

As fls. 1.055/1.057, requisição de citação não cumprido da EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA. com
certidão apontando o endereço dos seus representantes legais.

As fls. 1.583/1.584, mediante de citação comprido da VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.

às fs. 1.905/1.904, precatória cumprida para a citação da HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.,
às fs. 1.905/1.906, precatória cumprida para a citação da ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA.

As fls. 1.982, por não ser conhecida para a citação da AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA.

As fls. 1.000/1.001, mostram os autos populares o pedido de concessão da medida liminar, juntando documentos e conclusões dos juizes ao fim de chamar a atenção do Juizo para a necessidade do pronunciamento liminar.

Sucintamente relata-se, a seguir:

Preliminarmente, determino a expedição de cartas precatórias

(1) para a Seção Judiciária do Estado de Goiás – SJGO para a citação da EXPRESSO SÃO JOSÉ com o endereço indicado na petição de fls. 1.899; e

(2) para a Seção Judiciária do Estado do Paraná – SJPR para a citação da AUTO VIAÇÃO PARANACAL LTDA, no endereço indicado na petição inicial, pois erroneamente expedida pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro para a SJGO.

Determina, ainda, a retificação do termo de autuação, já parcialmente retificado às fls. 843, para determinar a inclusão da AUTO EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA.

Tendo, ainda, que os elementos constantes dos autos autorizam o pronunciamento sobre o pedido de medida liminar, pois já permitem uma avaliação preliminar do Juízo acerca da *res in iudicium deducta*.

Atenta, ademais, a PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE PASSIVA do BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, pois não guarda a autarquia com qualquer pertinência subjetiva com a lide deduzida em Juízo, tanto que nenhum pedido é formulado contra o BACEN. EXCLUO, portanto, o BACEN da lide, e determino a retificação do termo de autuação já retificado às fls. 843.

Igualmente, retifico o termo de autuação e termo de autuação para fazer constar como ré a empresa
ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA

REJEITO as preliminares:

(1) de Incompetência, arguida pelo DISTRITO FEDERAL, vis-à-vis o fato de que o BNDES e a União figuram o polo passivo da lide, o que deflagra a hipótese constitucional de atuação da jurisdição federal;

(2) de citação dos bancos que firmaram contratos de financiamento com recursos do BNDES, inclusive via FINAME, com as empresas réas, visto que inexistente a hipótese do art. 47 do CPC, por não figurar o objeto da lide, e a eventual resolução ou suspensão dos contratos de financiamento com recursos do BNDES e do FINAME não lhes afeta, pois são meros agentes financeiros do BNDES e do FINAME;

(3) as preliminares de legitimidade passiva do

(3.1) BNDES, este porque é o gestor dos recursos, ainda que através de agentes financeiros (bancos) credenciados, os quais seguem suas instruções, e da

(3.2) UNIÃO, pois o BNDES, além de gestor de recursos próprios, também gere os recursos de linhas de crédito provenientes do orçamento da UNIÃO, além de ser entidade pública federal integrante da Administração Pública Federal Indireta, a implicar a responsabilidade subsidiária da UNIÃO, e, malgrado seja certo que a simples possibilidade de adimplir obrigações de ente da administração indireta, mediante responsabilidade subsidiária, não gera, necessariamente, a legitimidade passiva da

...em face dos enormes valores envolvidos, exsurge robusto argumento em presença do ante federativo no pólo passivo;

...a possibilidade de instauração da via eleita e de impossibilidade jurídica do pedido, ...a ação popular se preordena exatamente à anulação de atos ...sobrecarregando o público, gerando insegurança sobre os contratos de financiamento objeto da ...passível juridicamente o pedido e adequada a via eleita.

QUANTO A ANÁLISE DO PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR, passo ao seu exame.

A medida liminar ... representa verdadeira antecipação de parte dos efeitos da tutela pleiteada postula, que é a anulação dos contratos firmados por agentes financeiros, na qualidade de agentes do BANCOS, com papéis do BANCOS e do FINAME.

E a concessão da tutela antecipada impõe a necessária concorrência dos requisitos do art. 273 do CPC, a saber: ...verossimilhança da alegação e possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, bem como reversibilidade da medida antecipatória postulada.

A verossimilhança de uma alegação é aquela que situa o convencimento preliminar do magistrado vis-à-vis a prova até então construída nos autos em ponto médio no intervalo que vai da dúvida (pertinente ao início da produção da prova) à certeza (que se pretende alcançar no final do processo). Impregnando-lhe o espírito com a impressão de existência de alta probabilidade no que pertinente à procedência da pretensão autoral, a qual encontra forte amparo na prova até então coligida (fase postulatória ou qualquer outro momento processual após a defesa do réu) a tal ponto de autorizar seja concedido ao autor provisoriamente o bene da via postulada no processo.

Como ensina o mestre CAIMON DE BASSOS,

...a verossimilhança aqui exigida com a ...reclamada para fins de deferimento de medida cautelar. Sem ...e verossimil são sinônimos perfeitos. Quando se fala em ...a probabilidade de a tutela vir a ser deferida, ...a probabilidade de que a futura tutela reclamada seja deferida no caso ...pelo art. 273 do CPC, a probabilidade é ...os fatos narrados pelo autor e objeto de verificação no processo. Daí ...a futura tutela, e adota-se providência que assegure, caso ...seja ele efetivável, com satisfação do vencedor (autor ou réu); aqui, ...o bem da vida reclamado, ainda que em caráter ...e procedidos pelo autor são acreditáveis, têm ...mais próximo de probabilidade, de futuro ...a cautelar, o que se pondera como dotado de alta ...no processo principal; aqui, na antecipação, o ...a acolhida da prova produzida pelo ...já, no processo, a tutela pretendida. Na cautelar, ...o presente. [Destaque nosso.]

Do CAIMON DE BASSOS, José Joaquim. Comentários ao Código de Processo Civil, vol III, 8ª ed., ...25-26.)

Nesta hipótese, portanto, preenche-se os requisitos para a antecipação da tutela via concessão da medida liminar, uma vez que, na espécie, a verossimilhança das alegações e o evidente risco de dano irreparável aos interesses em jogo.

Com efeito, são evidentes as irregularidades que comparecem no processo licitatório objeto da lide e laçada a ofensa ao princípio da moralidade.

E a pergunta que se impõe é: qual tipo de Administração Pública queremos? Transparente ou patrimonialista?

Que os romanos não digam, os federalistas norte-americanos já sabiam e afirmavam, e, por isso, a necessidade, ainda que com todo o respeito ao princípio da reserva da administração, de intervenções pontuais do Judiciário para preservar os valores constitucionais, entre eles, a moralidade e a eficiência administrativa (cf. CF/88, art. 37).

Leitura do texto clássico de JAMES MADISON, no *Federalist Paper* n. 51 [February 8th, 1788]:

But the great security against a gradual concentration of the several powers in the same hands, is in giving to those who administer each department, the necessary constitutional checks and personal motives, to resist encroachments of the others. The interest of the man must be opposed to the interest of the place. It may be a reflection on human nature, that such checks should be necessary to control the abuses of government. But what is government itself but the greatest of all reflections on human nature? If men were angels, no government would be necessary. If angels were to govern men, neither external nor internal controls on government would be necessary.

Tradução: Alexander, MADISON, James; JAY, John. *The Federalist*. Edited, with introduction and historical commentary, by J.B. POLE: Hackett Publishing Company, Inc., Indianapolis, Indiana, 2005, p. 281.¹

Resta a mesma conclusão do federalista JAMES MADISON: se fossemos anjos governados por anjos, para quê governo e divisão de poderes? Para quê juízes e tribunais?

E por fim, um outro trecho de poesia, de VINÍCIUS DE MORAES, e seu SONETO DA SEPARAÇÃO com a seguinte frase de FRENTE, NADA MAIS QUE DE REPENTE.

DE REPENTE NADA MAIS QUE DE REPENTE, lembrei-me de CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE:

Perdeu breje e a esperança. Vulto pávido para a casa.

[Soneto da Perda da Esperança, In *Brejo das Almas*. Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1984.]

¹ Lura tradução: "Mas a grande segurança contra a concentração de vários poderes no mesmo departamento [poder/função estatal] consiste em dar às pessoas que administram cada departamento os necessários controles constitucionais necessários, bem como os elementos pessoais suficientes (necessários para resistir às tentativas dos outros [poderes do Estado]). A provisão para a defesa deve, neste e em todos os outros casos, ser feita com base no interesse do lugar. O interesse do lugar deve ser oposto ao interesse do homem. O interesse do lugar deve ser necessário para controlar os abusos de governo. Mas o que é o governo senão a maior das reflexões sobre a natureza humana? Se os homens fossem anjos, não haveria necessidade de governo. Se anjos fossem a governar os homens, nem controles externos nem internos ao governo seriam necessários." (MADISON, James; JAY, John. *The Federalist* (O Federalista)).

20/12/11

1. Levar em conta a finalidade tendente a orientar e conceder suporte jurídico à Órgão Público, o Escritório de Advocacia Sacha Reck, vinculado aos princípios que regem a Administração Pública, no sentido de:

2. O Escritório de Advocacia Sacha Reck do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, que teria dirigido os trabalhos da Comissão de Licitação, teria sido constituído apenas e habilitando apenas empresas anteriormente habilitadas para a licitação, sem se que:

3. O Escritório de Advocacia Sacha Reck, através do Secretário de Transportes confirmou que o Escritório de Advocacia Sacha Reck realizou a consultoria jurídica da Licitação, auxiliando na fase de habilitação, etapa de habilitação.

Logo, resta demonstrada a atuação de tal Escritório.

A análise da tal informação nas publicações relacionadas à licitação levanta grande suspeita sobre a forma de contratação de tal escritório. Registrando-se que o fato de a licitação ter sido emitida técnica e financeira de órgão interamericano não elide o fato de a licitação ter sido emitida técnica e financeira de órgão interamericano.

b) As informações da Secretaria de Transportes não indicaram o contrato de consultoria do escritório Sacha Reck, com seus valores, sua forma de trabalho, e seu prazo de validade.

Não há indicação sobre a forma de contratação de tal escritório. Não há indicação se foi feita licitação, ou se houve contratação de licitação com a exibição do procedimento administrativo.

Por fim, o processo pelo Secretário de Transportes - Senhor José Walter Vazquez Filho à Comissão de Licitação, questionada se a contratação do Escritório foi de forma direta (isto é, sem licitação), respondeu:

"Não. As contratações são feitas pelo banco através de listas fechadas e é o banco que escolhe a melhor proposta. Al, você contrata". (fl. 270, pag 19 do depoimento).

O Secretário refere-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no sentido de que tal Banco indicou o Escritório Sacha Reck.

Porém, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação com o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação de transporte do Distrito Federal (fl. 456).

Logo, houve contratação direta do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, sem procedimento de licitação. Restando configurada irregularidade em tal contratação, visto que a empresa que realizou os trabalhos de elaboração do edital, LEONFRANES tem entre seus sócios o Sr. Sacha Reck, sendo Sacha Reck, sendo Sacha Reck.

Não há indicação ou fundamentação consistente acerca da opção por contratar-se Escritório Sacha Reck para auxílio da licitação, sem que a Secretaria de Transportes justificasse-se dos motivos para a contratação do Escritório Sacha Reck.

A contratação de serviços de advocacia para auxiliar comissão de licitação não é proibida pela Lei Federal, visto que não há a existência de órgão jurídico de atuação no Poder Executivo, visto que a comissão técnica e reconhecida eficiência na atividade jurídica, a Procuradoria do Distrito Federal, visto que necessário a realização de decisão administrativa para a contratação de comissão de licitação a justificar a criação dos cofres públicos, para custear a contratação de comissão de licitação por Órgão Público (Procuradoria do Distrito Federal).

A contratação de comissão realizada pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, visto que a comissão de licitação, atuando como efetivos julgadores dos atos relacionados ao processo licitatório, especialmente as questões relativas à habilitação dos concorrentes.

Percebe-se a presença do advogado Sacha Reck na elaboração da Ata de apresentação de envelopes. O que é bastante estranho, tendo em vista que a realização dos atos de registro e

Raf

avaliação da comissão de exclusão da Comissão de Licitação. (Documento divulgado na imprensa, com o número 11.12.130-3).

Paralelamente, o mencionado escritório atua em processo judicial, como na apresentação de recurso em favor da Logitrena (nº 2012.00.2.020456-6). Tal atribuição é da competência do Juízo da Vara Cível do Estado Federal - PGDF vez que cabe ao mencionado órgão a defesa da administração pública em sede de ato administrativo ou dispensar tal defesa (na forma das disposições legais em vigor), quando tratar-se de ato administrativo manifestamente ilegal. (fl. 160).

Verifica-se, portanto, também que o mencionado escritório atuasse para apresentar peça jurídica para sustentar a manifestação da Comissão de Licitação à PGDF. Já que a comunicação entre o escritório e a comissão não necessita de prévia formalização jurídica do ofício. Bastando que a Comissão receba as informações que a PGDF irá examinar a legalidade do ato. (fl. 170).

Há nos autos atos do processo licitatório indicando que membros da comissão sentiam-se constrangidos com a atuação do Escritório de Advocacia Sacha e Reck, já que tal escritório definia previamente o conteúdo das decisões administrativas da Comissão.

As decisões dos recursos administrativos eram definidas pelo Escritório, sendo confirmadas pela Comissão, ou resolvidas de alguns membros da comissão. Como se verifica no documento de fls. 620, em que os integrantes da comissão escrevem à caneta: "Parecer não lido, apenas vistado por dirigente do Secretário de Transporte".

As cópias de decisões judiciais e petições iniciais de ações, que apontam pela suspeita de fraudes em licitações de transportes no Estado do Paraná, descrevem um roteiro muito parecido ao evidenciado nos presentes autos. Tal como ocorreu nos Autos 11202-06.2013.8.16.0031, da 1ª Vara Cível de Guarapuava, fls. 590/613 e 463/568:

A empresa Logitrena é contratada para a realização do contrato de licitação, abordando os aspectos relativos:

1) Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck é contratado como órgão consultor para sustentar o procedimento prévio de licitação ou procedimento de dispensa de licitação de licitação.

De se considerar que um dos diretores da Logitrena, Garrone Reck é pai do advogado Sacha Reck e filho do Sr. Sacha Reck, que atua no mencionado escritório de advocacia. Também é diretor na empresa o senhor Álvaro de Almeida Reck, irmão do advogado Sacha. (termo de declaração gerante MP do Paraná, fl. 40-41).

O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck controla o procedimento de habilitação e habilitação dos concorrentes;

Empresas que anteriormente celebraram contratos advocatícios com o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck saíram-se vencedoras, apresentando propostas de alto valor.

Empresas previamente assessoradas pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck saíram-se vencedoras da licitação. Algumas dessas empresas indicaram o valor máximo de preço de tarifa em suas propostas contratuais ou recebem outros favorecimentos.

A Empresa União Paracatuana foi favorecida por apresentar complementação de documentos, posteriormente à fase de apresentação de envelopes. Ofício nº 28/2013 - CEL nº 01/2013-01, de 01/04/2013, subscrito pelo presidente da Comissão de Licitação, Senhor Galeano Furtado de Almeida, solicita a seguinte documentação: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Termo de abertura de Novo Diário Geral, Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral, de 1.04.2013.

Tal situação confere tratamento diferenciado e privilegiado à empresa. Tendo em vista que outras empresas foram desclassificadas da concorrência pela ausência de um ou mais documentos. Enquanto para a União Paracatuana admite-se a juntada posterior de amplo caderno documental.

Na informação da Secretaria de transportes há expressa indicação de que o Escritório de advocacia é ligado para a empresa Transporte Coletivo Grande Bauri Ltda em alguns pontos no Estado do Rio Grande. Os nomes dessas empresas são Max Empreendimentos e Participações Ltda.

Handwritten signature or initials.

Os dados cadastrais das licitações foram encaminhados aos órgãos fiscalizadores. O Ministério Público do Distrito Federal não teve acesso aos dados orçamentários da licitação.

Como foi o caso, o pedido de providências realizado pelo MPTCDF indicando a omissão do Poder Judiciário no âmbito da licitação.

A decisão do Conselho do Distrito Federal apresenta parecer pela suspensão dos contratos, apontando a irregularidade e ilegalidade no processo licitatório, fls. 244/250.

O Ministério Público do Distrito Federal - BID prestou informação no sentido de que a empresa Viçosa Participações Ltda. e a empresa Sack Back para participação no contrato de transporte de passageiros no Distrito Federal.

A empresa Viçosa Participações Ltda. decretou a insolvência de bens e a quebra de sigilo bancários do administrador da empresa, Sr. Sack Back, e da empresa Auto Viação Marçal, entre outros fatos, em virtude de atuação de Sack Back em processo de licitação de transportes naquele Estado, através de uma ação pública de improbidade administrativa manejada pelo Ministério Público do Paraná.

1) Quanto às empresas, em resumo:

Quanto à empresa Viçosa Participações Ltda., vencedora da Bacia 04: foi determinada a suspensão da sua firma por decisão judicial no Estado do Paraná; já contratou os serviços de transporte de passageiros do escritório do senhor Sack Back; apresentou preço igual ao valor máximo da proposta, em atitude que indicava ter certeza da ausência de concorrência, sendo que, posteriormente, tentou apagar a existência da concorrência na Bacia em que ganhou o contrato;

Quanto à empresa Viçosa Participações Ltda., vencedora da Bacia 01: apresentou documentos atestando de licitação em data posterior àquela da apresentação de envelopes, indicando tratamento privilegiado de sua principal ação, com participação no capital social superior a 50%, demonstrando que não possui a personalidade jurídica pelo escritório Sack Back.

2) Quanto às empresas, em resumo:

É no presente caso, em exame inicial, restou demonstrado que a contratação das empresas Viçosa Participações Ltda. (que foi vencedora da Bacia 4) e da empresa Viçosa Participações (que foi vencedora da Bacia 1) está atada de irregularidades e ilegalidades. Além disso, restou demonstrado a existência de ligação entre essas empresas e o Escritório de Advocacia Sack Back, o que impede que tal escritório atue em consultoria jurídica no Distrito Federal, pois não possui a personalidade jurídica pelo escritório Sack Back. (Grifos nossos.)

A decisão estritamente baseada-se nestes autos, bem como os documentos acostados aos autos evidenciam as graves irregularidades nela descritas.

E o que mais chama a atenção é uma REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF) - vista, por cópia, às fls. 78/87 e às fls. 363/373, da lavra da PROCURADORIA GERAL - que indica com dados técnicos e detalhadamente a existência de superlucramento no Distrito Federal da licitação, razão por que o MPTCDF requereu perante a Junta Distrital de Contas a anulação da licitação, e o DISTRITO FEDERAL não enfrentou em sua resposta os números e cálculos consistentes do superlucramento. Não UNIAO, nem DISTRITO FEDERAL, nem SINDIC contestam o Parecer. Parece que foi apenas uma representação.

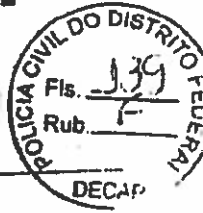
A ABRADEO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO-AMBIENTE E CIDADANIA, por sua vez, conforme demonstram os documentos juntados a estes autos, além de ações judiciais, apresentou denúncia administrativa da falta de documentação, demonstrando graves indícios de

dup

Parecer da Policia Civil o qual conclui que vários atos que eram de competência exclusiva da comissão especial de licitação não foram respeitados, e foram praticados pelo Sr. Sacha Reck, que ao mesmo tempo prestava consultoria ilegalmente e sem qualquer contratação válida a comissão de licitação, também defendia o interesse das empresas que eram suas clientes, garantindo que estas vencessem a licitação sem qualquer competitividade.



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – **DECAP**
Seção de Análise Financeira



RELATÓRIO Nº 118/2014 - SAF/DECAP/DPE/PCDF

PROTOCOLO Nº 1.120.373/2013 - CGP

ORDENS DE MISSÃO Nº 278/2013 e Nº 46/2014 – DECAP

INQUÉRITO POLICIAL Nº 75/2013 - DECAP

ASSUNTO: ANÁLISE DE PROCESSO

DATA: 16/05/2014

DIFUSÃO: DELEGADO-CHEFE DA DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

À consideração do

Dr. Vicente Parahyba Costa Neto

Em, 16/05/2014

6D
feito no ar
In. 75/13-DEO
em. 19.05.14
[Signature]

Senhor Delegado,

Às vezes

Dr. Vi

O presente relatório cuida de cumprir a determinação exarada nas Ordens de Missão nº 278/2013 e nº 46/2014 – DECAP, no sentido de:

1. Analisar o Processo nº 090.000.455/2010 (composto por 160 volumes) e produzir relatório circunstanciado.



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira



1. DA ANÁLISE

O Processo nº 090.000.455/2010 autuado em 01/09/2010 trata da abertura de licitação para prestação do serviço urbano de transporte coletivo considerando o objeto da Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8, sentença às folhas 02 a 09, e é composto por 160 volumes.

Considerando a existência do Processo nº 12.086/2012 – TCDF que já examina a Concorrência nº 01/2011 – ST/DF, a presente análise limitou-se a fatos mencionados no Inquérito Policial nº 75/2013 – DECAP (e seus apensos) que poderiam estar documentados no Processo nº 090.000.455/2010, são eles:

- a) Da habilitação jurídica da VIAÇÃO PIONEIRA e VIAÇÃO PIRACICABANA;
- b) Da suposta dilação do prazo para que a VIAÇÃO PIRACICABANA apresentasse documentos de habilitação;
- c) Do encaminhamento das propostas econômico-financeiras para a empresa LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.; e,
- d) Da participação de SACHA RECK na Concorrência nº 01/2011 – ST.

1.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DAS EMPRESAS VIAÇÃO PIONEIRA E VIAÇÃO PIRACICABANA

Os documentos apresentados pela VIAÇÃO PIONEIRA LTDA., CNPJ 05.830.982/0001-62, no envelope nº 1 foram juntados aos autos às folhas 22973 a 23050, volume 97. A Carta de Credenciamento, datada de 10/09/2012 foi assinada por AURISTELA CONSTANTINO, CPF 214.080.841-04 e CRISTIANE CONSTANTINO FORESTI, CPF 384.927.331-87 únicas sócias cotistas da citada sociedade limitada. Para habilitação jurídica foi apresentada a Décima Primeira Alteração Contratual certificada em 05/09/2012 pela Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 20120715481, bem como, as seguintes declarações:

24



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira



Declaração de observância às restrições ao trabalho de menores; Declaração de não impedimento dos diretores ou administradores; Declaração de não impedimento da licitante; e, Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações.

A Procuração para Credenciamento e o Instrumento Particular de 43ª Alteração do Contrato Social da VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA., CNPJ 54.360.623/0001-02 foram juntados aos autos às folhas 29384 a 29405, volume 128. A citada Alteração Contratual datada de 10/09/2012 e certificada em 30/10/2012 pela Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 473826/12-4 informou a decisão unânime dos únicos sócios da referida sociedade limitada - COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A e GLARUS PARTICIPAÇÕES S/A – no sentido de aceitar a renúncia dos administradores: HENRIQUE CONSTANTINO, CPF 443.609.911-34; RICARDO CONSTANTINO, CPF 546.988.806-10; JOAQUIM CONSTANTINO NETO, CPF 084.864.028-40; e CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR, CPF 417.942.901-25, e designar para o cargo de administradores, com mandato por prazo indeterminado: MARIA ZÉLIA RODRIGUES DE SOUZA FRANÇA, CPF 442.337.286-04; PAULO SÉRGIO COELHO, CPF 162.329.256-53; e, JOSÉ EFRAIM NEVES DA SILVA, CPF 080.434.698-49.

Às folhas 29701 a 29806, volume 130, surge o envelope nº 01 da VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA. com os documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira, com a juntada novamente do Instrumento Particular de 43ª Alteração do Contrato Social.

Observe que a Carta de Credenciamento da VIAÇÃO PIONEIRA LTDA. (figura 1) possui a mesma data da 43ª Alteração do Contrato Social da VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA. (figura 2) e, a proximidade das datas da citada alteração contratual - 10/09/2012 - e a data prevista (inicialmente, já que outro prazo foi fixado posteriormente) para a abertura dos envelopes das propostas - 14/09/2012.

24



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira



Estado de São Paulo através do CRDA nº 2958168, não atendendo às exigências do item 21.3.1.4 do Edital.

- b) *Apresentar demonstrações contábeis firmadas apenas por um dos administradores, em desatendimento ao Contrato Social da empresa e, portanto, não atendendo às exigências do item 21.5.1.1.2 do Edital. A irregularidade dos documentos contábeis apresentados pela Licitante impede a apuração idônea do cálculo do item 21.5.1.4 do Edital pela Comissão, tornando prejudicada a avaliação do Índice de Endividamento Geral da Licitante."*

Em 07/03/2013 a VIAÇÃO PIRACICABANA interpôs recurso administrativo às folhas 31893 a 31953, volume 141.

A Comissão Especial de Licitação solicitou através do Ofício nº 20/2013 – CEL Nº 01/2011-ST, datado de 08/03/2013, os seguintes documentos autenticados, relativos ao período 01/01/2009: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Termo de Abertura Digital do Livro Diário Geral, Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral, Dados Relativos a Assinaturas Eletrônicas, Recibo de Entrega do Livro Digital e Termo de Autenticação dos Responsáveis pela Escrituração. Tal Ofício foi recebido por JOSÉ EFRAIM também em 08/03/2013, fl. 31955, volume 141 (figura 3).

Também em 08/03/2013 GALENO FURTADO MONTE, CPF 048.622.363-91, Presidente da citada Comissão Especial solicitou ao Secretário de Estado de Transporte, através do Memo nº 31/2013 – CEL, fl. 32007, volume 141, liberação dos servidores ÂNGELA D'ARÇ HILÁRIO DE SOUSA, CPF 564.419.671-20 e JOÃO FERREIRA DE PÁDUA, CPF 153.559.421-72 ambos membros da citada Comissão, e autorização para pagamento de diárias e compra de passagens aéreas e rodoviárias para deslocamento dos mesmos à Piracicaba – SP para diligências da citada comissão (figura 4).

Também em 08/03/2013 consta mensagem enviada do endereço de e-mail 'comissaoespecialdelicitacao@gmail.com' para 'eneves@comporte.com.br' solicitando o envio de cópia autenticada do penúltimo balanço financeiro da Viação Piracicabana. Tal mensagem foi reenviada no dia 11/03/2013, fl. 32008, volume 141 (figura 5).



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira



Também em 08/03/2013 consta mensagem enviada do endereço de e-mail 'sthomaz@comporte.com.br' para 'eneves@comporte.com.br' e 'comissaoespecialdelicitacao@gmail.com' encaminhando o arquivo '13664_Certidão.pdf', em anexo, fl. 32009, volume 141 (figura 6). Nas folhas seguintes, foram juntados aos autos Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa com Efeito de Negativa nº 004/2013, expedida com base na Ordem Judicial 181/13 – Processo 0002852-51.2013.8.26.0451 – Vara da Fazenda Pública da Comarca de Piracicaba/SP.

Também em 08/03/2013 consta mensagem enviada do endereço de e-mail 'sthomaz@comporte.com.br' para 'eneves@comporte.com.br' e 'comissaoespecialdelicitacao@gmail.com' encaminhando o arquivo 'RelatorioHC.pdf', em anexo, fl. 32012, volume 141 (figura 7). Nas folhas seguintes, foram juntados aos autos informações fiscais de HENRIQUE CONSTANTINO emitidas em 05/03/2013 por meio do Serviço de Atendimento Virtual (e-Cac) da Secretaria da Receita Federal do Brasil, onde foi destacado que o mesmo possuiu participação no Quadro de Sócios Administradores da VIAÇÃO PIRACICABANA no período de 02/08/2005 até 30/10/2012.

Também em 08/03/2013 consta mensagem enviada do endereço de e-mail 'eneves@comporte.com.br' para 'comissaoespecialdelicitacao@gmail.com' encaminhando 5 (cinco) arquivos em anexo: 'BalancoPatrimonial V. Piracicabana.pdf', 'DRE V. Piracicabana.pdf', 'Termo de Autenticacao Piracicabana.pdf', 'TermoAberturaEncerramento V. Piracicabana.pdf', 'DadosAssinatura V. Piracicabana.pdf', fls. 32018 e 32019, volume 141 (figuras 8 e 9). Nas folhas seguintes, foram juntados aos autos Balanço Patrimonial gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, período de escrituração: 01/01/2009 a 31/12/2009 da VIAÇÃO PIRACICABANA, bem como, a Demonstração de Resultado do Exercício, o Termo de Autenticação nº 126463 do Livro Diário, Termo de Abertura e Encerramento do citado livro e Dados das Assinaturas.

Também em 08/03/2013 consta mensagem enviada do endereço de e-mail 'renan@dalpozzo.com.br' para 'comissaoespecialdelicitacao@gmail.com', 'augusto@dalpozzo.com.br', 'percival@dalpozzo.com.br', 'gabriel@dalpozzo.com.br' e 'eneves@comporte.com.br' encaminhando o arquivo '[Untitled].pdf' em anexo, fl. 32025, volume

14



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DECAP
Seção de Análise Financeira

MPDF
Fl. 1352
GDF
POLÍCIA CIVIL
Fis. 146
Rub. F
DE

Figura 5

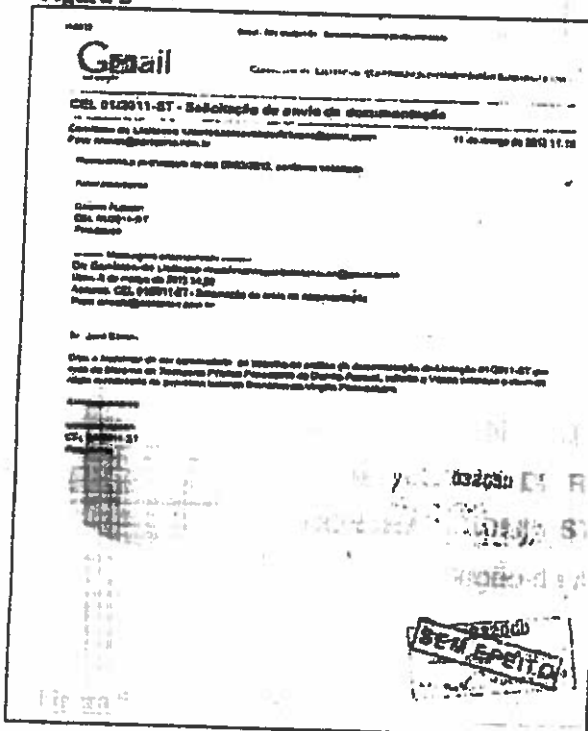


Figura 6

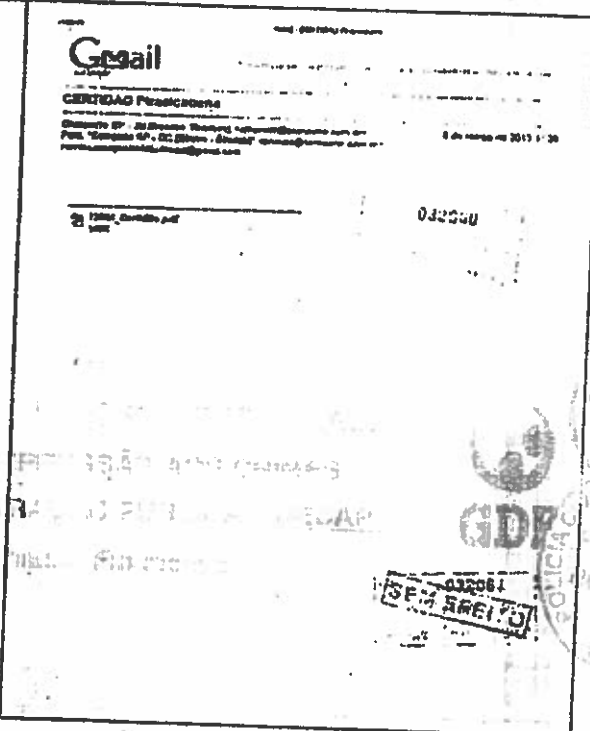


Figura 7

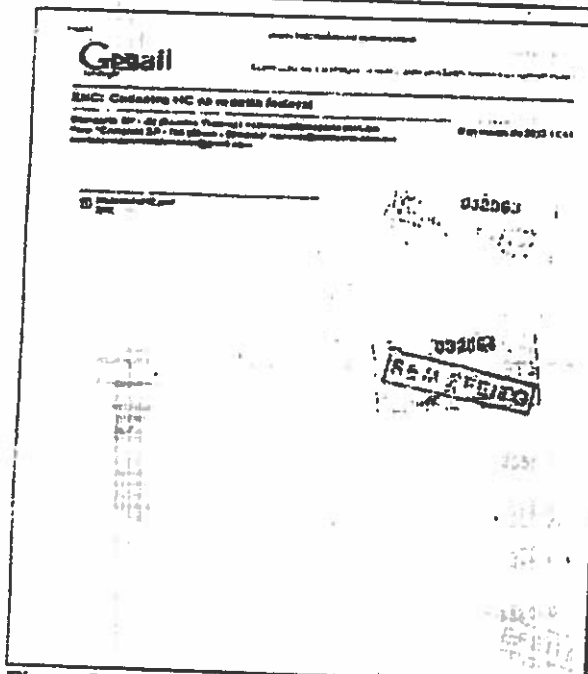
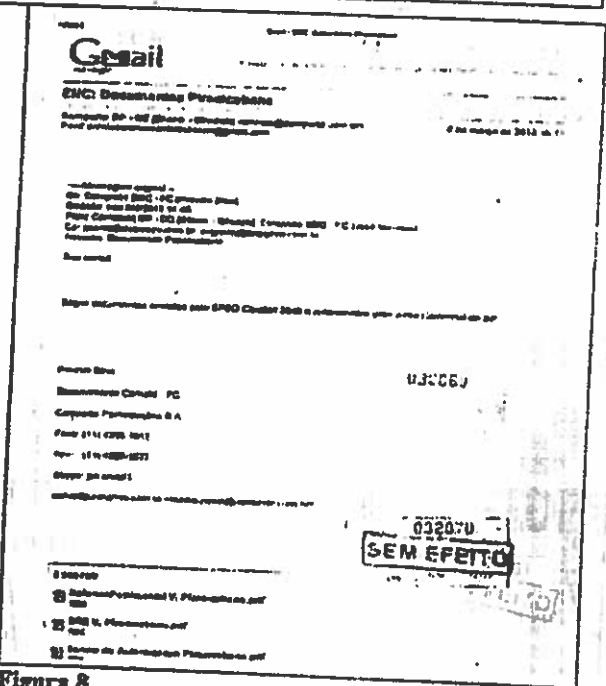


Figura 8



JA



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DECAP
Seção de Análise Financeira



Figura 9

Figura 9 shows a document with a stamp dated 03/25/10 and a stamp from the SEFAZ-DF (Seção de Análise Financeira) dated 03/25/10.

Figura 10

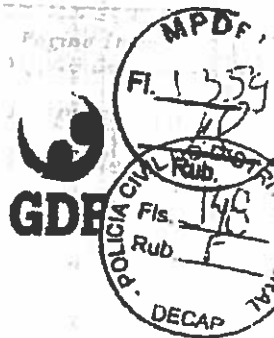
Figura 10 shows a document with a stamp dated 03/25/10 and a stamp from the SEFAZ-DF (Seção de Análise Financeira) dated 03/25/10.

Figura 11 shows a document with a stamp dated 03/25/10 and a stamp from the SEFAZ-DF (Seção de Análise Financeira) dated 03/25/10.

Figura 11



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DECAP
Seção de Análise Financeira



Em 25/03/2013 foi realizado o julgamento final dos recursos administrativos referentes ao Edital de Concorrência nº 01/2011 - ST, onde a Comissão Especial de Licitação decidiu acolher o Recurso da Licitante e reformar a decisão que inabilitou a VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA., considerando que a Recorrente atendeu aos itens 21.5.1.1.2 e 21.5.1.4., afirmando, entre outros, o seguinte, fls. 32648 a 32711, volume 144:

a) "Após detida análise da referida certidão, a Comissão Especial de Licitação verificou que, de fato, o documento atende ao item 21.3.1.4 do Edital, vez que consta expressamente ao final da certidão:"

'Certidão positiva, com efeito de negativa, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, conforme declaração da Procuradoria Geral do Estado-Seccional de Piracicaba, Datada de 29/01/2013 no GDOC - 18970 - 1095515/2013. Tendo em vista que os débitos estão garantidos por depósito judicial integral, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário. (fls.29793)'

b) "Observa-se que os requisitos formais de entrega das demonstrações contábeis na forma da Lei, exigidos pelo Edital, foram devidamente cumpridos pela Licitante perante a Receita Federal, que expediu o Recibo de Entrega do Livro Digital (exigido pelo Item 21.5.1.1.2 do Edital), de forma que a eventual existência de vícios na representação societária da empresa licitante trata-se de questão interna corporis da sociedade, o que não afasta a validade dos dados apresentados perante o Fisco. Assim, não há qualquer prejuízo para a Administração Pública quanto à avaliação dos dados contábeis contidos na documentação digital apresentada pela Recorrente, para verificação do atendimento dos índices contábeis mínimos estabelecidos no Edital."

Observe que a Certidão que não atendia às exigências do item 21.3.1.4 do Edital, após detida análise, atendeu ao referido item. E, as Demonstrações Contábeis que não atendiam às exigências do item 21.5.1.1.2 do Edital, passaram a atender, pois foram considerados devidamente

4



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DECAP
Seção de Análise Financeira



cumpridos pela Licitante os requisitos formais de entrega das citadas Demonstrações perante a Receita Federal.

Não foram vislumbrados nos autos do Processo em voga se, de fato, membros da Comissão Especial de Licitação estiveram em Piracicaba e quais as diligências realizadas, já que os documentos apresentados inicialmente foram julgados suficientes para habilitar a VIAÇÃO PIRACICABANA, conforme registro no relatório de julgamento final dos recursos administrativos.

1.3 DO ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS À EMPRESA LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA:

A Ata de Julgamento das propostas financeiras do Lote 1 datada de 03/06/2013 registrou que a cópia da proposta financeira da VIAÇÃO PIRACICABANA foi submetida a parecer emitido pela empresa LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA., CNPJ 05.093.144/0001-53 por se tratar "de análise e julgamento de cunho eminentemente técnico e financeiro", fls. 35992 e 35993, volume 159. E continua, citando que o relatório elaborado pela citada empresa de consultoria foi integralmente recepcionado pela Comissão Especial de Licitação, fazendo parte da decisão como elemento de motivação para todos os fins de direito. Assim, a VIAÇÃO PIRACICABANA foi classificada nos termos do parecer técnico.

O citado parecer técnico datado de 03/07/2013 foi juntado aos autos às folhas 35989 a 35991 do volume 159 (figuras 12 a 14), possui como título: "Lote 1 - Análise da proposta de viabilidade financeira" e foi assinado pelo Presidente da LOGIT, WAGNER COLOMBINI MARTINS, que concluiu:

"Portanto, temos que a proposta da Piracicabana está dentro dos níveis exigidos de viabilidade financeira e exequibilidade."

Foi verificado que, apesar de constar em todas as Atas de Julgamento das propostas financeiras dos 5 (cinco) lotes que a Comissão Especial de Licitação recepcionou integralmente

4



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira



relatório elaborado pela empresa de consultoria que assessorou a ST na definição do modelo econômico do Edital de Licitação nº 01/2011 – ST, o único parecer técnico assinado pelo representante da LOGIT foi o relativo ao Lote nº 1 que classificou a VIAÇÃO PIRACICABANA (figuras 12 a 14).

Para o Lote 4 foi emitido parecer técnico em 05/04/2013, nos moldes daquele emitido para o Lote 1, com a mesma formatação; mesmos subtítulos e até palavras, porém, assinado não pelo representante da LOGIT e sim por todos os membros da Comissão Especial de Licitação, fls. 33088 a 33090, volume 146 (figuras 15 a 17).

Da mesma forma para o Lote 3, parecer técnico juntado aos autos às folhas 32919 a 32921, volume 145 (figuras 18 a 20).

Para os Lotes 2 e 5 foram localizados apenas as planilhas de cálculos sem qualquer assinatura, fls. 28275 a 28280, volume 122 e 28308 a 28319, volume 123, respectivamente.

Figura 12

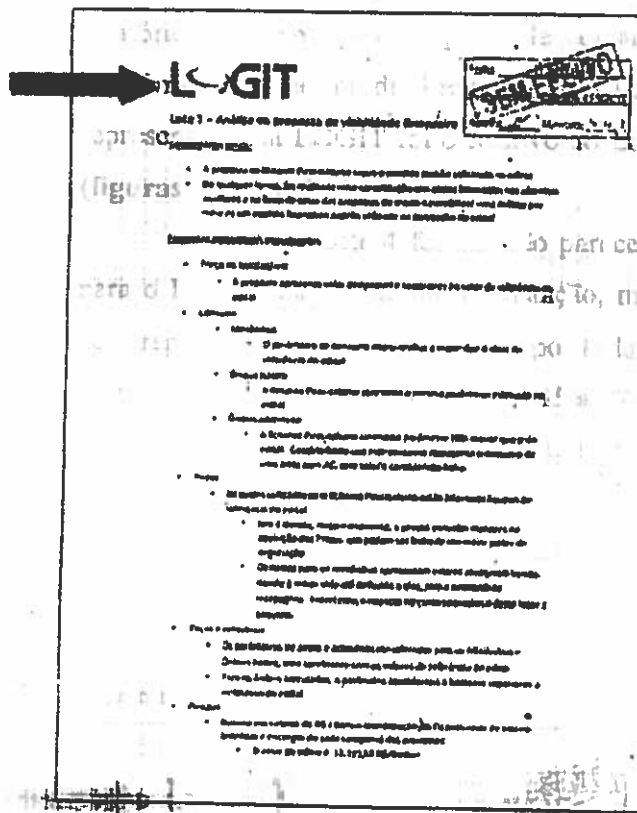
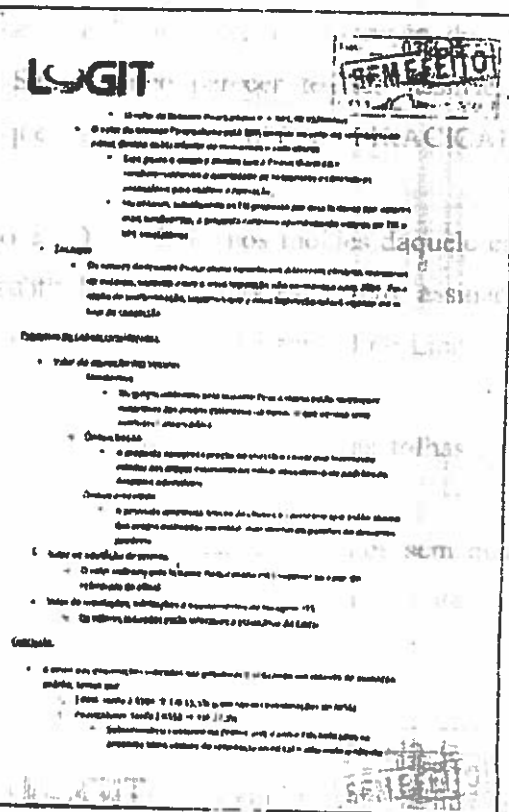


Figura 13



**Figura 19**[illegible][illegible]

Figura 20

for



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DECAP
Seção de Análise Financeira



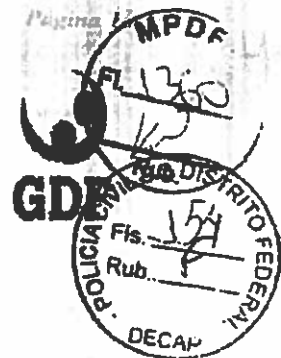
1.4 DA PARTICIPAÇÃO DE SACHA RECK NA CONCORRÊNCIA Nº 01/2011 - ST

Foram identificados no Processo nº 090.000.455/2010 os seguintes documentos que comprovariam a suposta participação de SACHA RECK como consultor da Comissão Especial de Licitação:

- Memorando nº 44/2012/Com. Esp. Lic. 01/2011 - ST, de 03/07/2012, fl. 14856, volume 62;
- Memorando nº 156/2012-SUPOTT/ST, de 29/10/2012, fl. 26325, volume 114 (figura 21);
- Encaminhamento s/nº em papel timbrado do GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS, de 29/10/2012, fl. 26326, volume 114 (figura 22);
- Orientações para resposta a pedido de informações em papel timbrado do GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS, fls. 26327 a 26330, volume 114 (figuras 23 e 24 fls. 26327 e 26330);
- Memorando nº 143/2012/Com. Esp. Lic. 01/2011-ST, fl. 26331, volume 114;
- Esclarecimento do Edital, assinado por GALENO FURTADO com a cópia integral das orientações formuladas pelo escritório GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS, fls. 26332 a 26336, volume 114 (figuras 25 e 26 fls. 26332 e 26336);
- Memorando nº 144/2012/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 12/11/2012, fl. 26341, vol. 114;
- Memorando nº 145/2012/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 13/11/2012, fl. 26347, vol. 114;
- Memorando nº 147/2012/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 13/11/2012, fl. 26368, vol. 114;



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira



- Memorando nº 146/2012/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 13/11/2012, fl. 26369, vol. 114;
- Memorando nº 150/2012/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 28/11/2012, fl. 26446, vol. 114;
- Memorando nº 151/2012/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 28/11/2012, fl. 26447, vol. 114;
- Memorando nº 14/2013/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 29/01/2013, fl. 28716, vol. 124;
- Memorando nº 13/2013/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 29/01/2013, fl. 28717, vol. 124;
- Memorando nº 15/2013/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 29/01/2013, fl. 28719, vol. 124;
- Memorando nº 17/2013/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST, de 30/01/2013, fl. 28720, vol. 124;

Figura 21

Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito

MEMORANDO Nº 151/2012/COM.ESP.LIC. 01/2011-ST
Brasília, 28 de outubro de 2012

Para: Conselho Especial de Licitação – Conselho Público nº 1/2011
Assunto: Resposta – Vação Planalto Ltda.
Referência: Memorando nº 114/2012/Com.Esp.Lic. 01/2011-ST

Seu Execlência,

Em resposta ao presente, em referência, encaminhamos as informações solicitadas, para conhecimento do Conselho. Guilherme Gonçalves e Sacha Reck – advogados associados, com vista a parecer e pronunciamento sobre Conselho de política licitatória para empresa Vação Planalto Ltda, apresentado em 28 de outubro de 2012.

Assinatura:

SACHA RECK
Advogado Associado
GUILHERME GONÇALVES E SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

026353

Figura 22

Guilherme Gonçalves
Sacha Reck

Cartão, 28 de outubro de 2012

AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL,
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

Ref: Resposta a política de licitação proposta por VPLAN – VACAO PLANALTO LTDA, empresa de Consórcio nº 01/2011-ST.

Seu Execlência,

Encaminhamos a seguir, informações para ciência e publicação de licitação proposta para empresa VPLAN – VACAO PLANALTO LTDA, empresa de Consórcio nº 01/2011-ST.

Nesta oportunidade, reiteramos nossa vista de não conceder licitação a consideração.

Assinatura:

Sacha G. Reck
Sacha Gonçalves Reck
GUILHERME GONÇALVES E SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

026353

44



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira



Figura 23

Guthrie Gonçalves Sacha Rock

Relatório de Análise Financeira

— VACÃO PLANALTO LTDA —

020335

Trabalha no posto de informações fornecido pela empresa VACÃO PLANALTO LTDA, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, protocolado em 26.10.2012, em que alega estar desde então sob investigação por parte do 3º Voto do Político e Representação Judicial do Distrito Federal que permitiria a participação no Estado no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Sendo assim, não é possível independentemente com a empresa manter supracitada, a Representação Judicial e a Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

A partir de informações e dados fornecidos pela Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Em razão de dados supracitados de dados VACÃO PLANALTO LTDA, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Figura 24

Guthrie Gonçalves Sacha Rock

Trabalha no posto de informações fornecido pela empresa VACÃO PLANALTO LTDA, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Sendo assim, não é possível independentemente com a empresa manter supracitada, a Representação Judicial e a Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

A partir de informações e dados fornecidos pela Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Em razão de dados supracitados de dados VACÃO PLANALTO LTDA, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comando Especial de Logística nº 01/2011

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Trabalha no posto de informações fornecido pela empresa VACÃO PLANALTO LTDA, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Sendo assim, não é possível independentemente com a empresa manter supracitada, a Representação Judicial e a Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

A partir de informações e dados fornecidos pela Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Em razão de dados supracitados de dados VACÃO PLANALTO LTDA, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Figura 25

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comando Especial de Logística nº 01/2011

Trabalha no posto de informações fornecido pela empresa VACÃO PLANALTO LTDA, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Sendo assim, não é possível independentemente com a empresa manter supracitada, a Representação Judicial e a Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

A partir de informações e dados fornecidos pela Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Em razão de dados supracitados de dados VACÃO PLANALTO LTDA, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, que permite a participação de pessoas físicas e jurídicas no sistema independentemente de aprovação do Conselho.

Figura 26



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira



2. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, foram constatados os seguintes fatos:

a) Que a alteração no Contrato Social da VIAÇÃO PIRACICABANA ocorreu em data próxima à da abertura dos envelopes das propostas (data prevista inicialmente), com a substituição de HENRIQUE CONSTATINO, RICARDO CONSTANTINO, JOAQUIM CONSTANTINO NETO e CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR por MARIA ZÉLIA RODRIGUES DE SOUZA FRANÇA, PAULO SÉRGIO COELHO e JOSÉ EFRAIM NEVES DA SILVA no quadro de administradores da citada empresa;

b) Que a Comissão Especial de Licitação, após ter julgado inabilitada a VIAÇÃO PIRACICABANA, na fase de interposição de recurso administrativo solicitou vários documentos através de e-mail e Ofício à citada empresa, e que esta, em ato contínuo, respondeu encaminhando diversos documentos à Comissão;

c) Que a Comissão Especial de Licitação solicitou ao Secretário de Estado de Transporte passagens aéreas e rodoviárias, bem como, diárias, para que 2 (dois) membros da citada comissão fossem até Piracicaba realizar diligência;

d) Que a Comissão Especial de Licitação reformou seu julgamento, considerando habilitada a VIAÇÃO PIRACICABANA, após análise detida dos mesmos documentos já apresentados inicialmente;

e) Que o único parecer técnico assinado pelo representante da empresa LOGIT, quando da análise das propostas econômico-financeiras, foi o relativo ao Lote nº 1 que classificou a VIAÇÃO PIRACICABANA;

f) Que os relatórios de análise das propostas econômico-financeiras referentes aos lotes 3 e 4 foram assinados pelos membros da Comissão Especial de Licitação, porém, com a mesma formatação e até as mesmas palavras utilizadas no parecer técnico assinado pelo representante da LOGIT; e,

g) Que a Comissão Especial de Licitação, após análise dos documentos apresentados pela empresa LOGIT, concluiu que a mesma não preenche os requisitos necessários para a habilitação, razão pela qual a mesma foi declarada inabilitada.

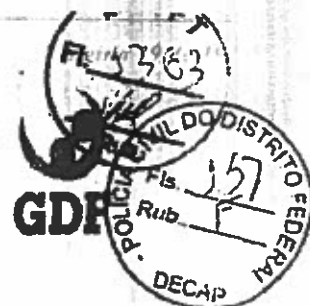
h) Que a Comissão Especial de Licitação, após análise dos documentos apresentados pela empresa LOGIT, concluiu que a mesma não preenche os requisitos necessários para a habilitação, razão pela qual a mesma foi declarada inabilitada.

i) Que a Comissão Especial de Licitação, após análise dos documentos apresentados pela empresa LOGIT, concluiu que a mesma não preenche os requisitos necessários para a habilitação, razão pela qual a mesma foi declarada inabilitada.

54



PÓLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DECAP
Seção de Análise Financeira




g) Que vários documentos comprovam a consultoria prestada por SACHA RECK através do GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS, em especial aqueles constantes às folhas 26325 a 26336 do volume 114.

Isto posto, importa ratificar que a Concorrência nº 01/2011 – ST está sob análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF através do Processo nº 12.086/2011 – TCDF, cujas últimas Decisões de nºs 4940/2013 e 5676/2013, de 08/10/2013 e 14/11/2013, respectivamente, encontram-se em anexo.

Assim, submeto o presente à apreciação de Vossa Senhoria para as providências que julgar devidas e necessárias, encaminhando os 160 (cento e sessenta) volumes do Processo nº 090.000.455/2010 ao Cartório desta DECAP.

É o relatório.


Suzana Pericon Rodrigues da Silva
Matr. 58.874-1

Chefe da Seção de Análise Financeira
SAF/DECAP

Isto posto, importa ratificar que a Concorrência nº 01/2011 – ST está sob análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF através do Processo nº 12.086/2011 – TCDF, cujas últimas Decisões de nºs 4940/2013 e 5676/2013, de 08/10/2013 e 14/11/2013, respectivamente, encontram-se em anexo.

Assim, submeto o presente à apreciação de Vossa Senhoria para as providências que julgar devidas e necessárias, encaminhando os 160 (cento e sessenta) volumes do Processo nº 090.000.455/2010 ao Cartório desta DECAP.

**Documento da Sra. Angela Darc Hilario de Sousa
declarando ter assinado julgamento dos recursos
sem ter lido.**

Documento da Sra. Angela Darc Hilario de Sousa
declarando ter assinado julgamento dos recursos
sem ter lido.

...de habilitação de Condição nº 01/2011-ST

...a seguir, orientações para o julgamento final ... dos
...ativos à fase de habilitação do procedimento ... nº

Nesta oportunidade, reiteramos nossos votos de ... e ...

Atenciosamente,

Sacha B. Reck

Sacha Breckenfeld Reck

SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Decisão da 1ª Vara Cível da Comarca de
Guarapuava/PR, que determinou o bloqueio dos
bens e a quebra de sigilo bancário.**

Decisão

1ª Cível

Comarca de

Guarapuava

PR, que



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA

1ª VARA CÍVEL

Autos nº 11202-06.2013.8.16.0031

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. O Ministério Público promoveu ação de improbidade administrativa em face de LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI, ANA PAULA SILVA POLLI FERREIRA, ANA LUCIA ODEBRECHT MASSARO TOSSIN, MARCEL SCORSIM FRACARO, LUIZ ADRIANO CHOCIAI, GUSTAVO GUEVARA MALVESTITI, PEDRO RENATO FOGAÇA, MARGARETE APARECIDA FELEMA, MARIA FERNANDA DOMINGUES CONDESSA, PAULO DINARTE TAVARES, ALCIONE BASTOS RIBAS, TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA, JEFFERSON RIZENTAL GOMES, RUY CAMARGO E SILVA JUNIOR, SACHA BRECKENFELD RECK, LOGITRANS – LOGÍSTICA ENGENHARIA E TRANSPORTES LTDA, GARRONE RECK, ANTONIO CARLOS MARCHEZERRI, ALEXIS BRECKENFELD RECK, ANDRÉ VINÍCIUS MARCHEZZETI, AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, DÉLFIO JOSÉ GULIN e MARCO ANTONIO GULIN, todos qualificados, alegando diversas irregularidades acerca da Concorrência Pública nº 005/2009, do Município de Guarapuava, para outorga da concessão da operação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros. Afirma que a empresa TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA foi vencedora do certame, todavia não era possível outro resultado na licitação em questão. O requerente descreve a participação de cada um dos requeridos, nos seguintes termos (mov. 01):

"I.A) Luiz Fernando Ribas Carli

O réu Luiz Fernando Ribas Carli, na condição de Prefeito Municipal, participou de todos os atos ilícitos que tiveram por objetivo único beneficiar a Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda. em prejuízo do





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

interesse público e dos direitos consumeristas dos usuários.

Inicialmente, foi o requerido Luiz Fernando quem fixou o caráter exclusivo da concessão e previu a prorrogação imotivada da concessão no ato de justificação. Como dito, tal conduta desrespeitou o princípio da publicidade ao não expor os motivos dessas opções.

Também foi esse réu que, através do Decreto 1.762/200931, delegou poderes para a requerida Ana Paula S. P. Ferreira dar impulso ao procedimento licitatório, o que não seria irregular se não fosse o prévio ajuste entre eles de que esta viesse a fazê-lo sempre de forma a beneficiar a requerida Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda.

Por fim, ao subscrever o Contrato n.º 578/2009, o requerido publicou sua expressa concordância com todas as irregularidades que macularam a fase interna, o Edital de Concorrência n.º 005/2009 e todos os atos deste Procedimento Licitatório, seja porque o Contrato derivou daqueles atos espúrios, seja porque ele mesmo continha os mesmos vícios contidos no Edital.

Parece evidente que o fez em troca de vantagem patrimonial indevida, o que configura o ato de improbidade administrativa previsto no art. 9º, *caput*, da LIA. De qualquer forma, não há dúvidas que o requerido Luiz Fernando frustrou a licitude de processo licitatório e concorreu para que os requeridos Transportes Pérola do Oeste Ltda., Jefferson Rizental Gomes e Ruy Camargo e Silva Junior se enriquecessem ilicitamente (art. 10, *caput* e incisos VIII e XII, LIA). Ou, no mínimo, praticou ato visando fim proibido em lei (art. 11, *caput* e inciso I, da LIA).

Além disso, praticou ato visando fim proibido em lei, pois mesmo os atos aparentemente regulares que praticou, como publicar o Decreto de delegação, teve por objetivo beneficiar os requeridos Transportes Pérola do Oeste Ltda., Jefferson Rizental Gomes e Ruy Camargo e Silva Junior (art. 11, *caput* e inciso I, LIA).

I.B) Ana Paula Silva Polli Ferreira

A requerida Ana Paula Silva Polli Ferreira, que agiu com poderes de Prefeito Municipal ante a delegação obtida através do Decreto 1.762/200932, foi a pessoa que, com o requerido Luiz Fernando Ribas Carli, garantiu o sucesso do intento ilícito. Primeiro, foi ela que publicou o aviso de licitação - fazendo-o antes mesmo de elaborar/assinar o próprio Edital.

Também, foi a ré Ana Paula quem elaborou o Edital que contém todas as dezenas de irregularidades descritas acima que tiveram, em última análise, o objetivo de direcionar o certame para que a ré Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda. lograsse sair vencedora.

A saber:





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

a) Publicação do Instrumento Convocatório em 01.07.2009 sem a metodologia tarifária, que só veio a ser elaborada em 14.09.2009, mas como se esta nele constasse (item 14.6 do Edital). Frise-se que a empresa Turin só foi contratada para elaborar tal metodologia através do Contrato n.º 322/2009 de 30.07.2009, contrato este elaborado pela própria ré Ana Paula;

b) Elaboração do Edital sem a participação da SURG, desrespeitando a Lei Municipal n.º 1.203/2002, Lei esta que chegou a compor um dos Anexos do Edital;

c) Apresentação de nova fórmula de cálculo de tarifa no Edital, também ao arrepio da Lei Municipal n.º 1.203/2002;

d) Inobservância do zelo mínimo na elaboração do Edital, que apresentou no Anexo III Projeto Básico incompleto, e ainda, parcialmente incoerente com os dados apresentados no Anexo VII, que se tratava do estudo do Consórcio LOGIT-LOGITRANS;

e) Inserção de cláusulas restritivas no Edital de Concorrência Pública que prejudicaram a concorrência, como custo elevado para aquisição do edital e requisitos irrazoáveis de habilitação técnica;

f) Inserção de cláusulas de direcionamento no Edital de Concorrência Pública que privilegiaram ilicitamente a requerida Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda., como a exigência de experiência da empresa na operação de transporte coletivo e a construção editalícia quanto às notas parciais de idade da frota, infraestrutura e prazo de início da operação.

Na sequência, a requerida Ana Paula Silva Polli Ferreira, ao ratificar a Dispensa de Licitação e subscrever o Contrato n.º 322/2009 com a Turin Consultoria em Transporte e Urbanismo Ltda., alijou a Comissão Permanente de Licitação do poder dever de julgar as propostas dos licitantes, pois pelo referido Contrato atribuiu-se à Turin a tarefa de dar notas para as propostas técnicas que reputasse adequadas.

Mais uma vez, parece evidente que o fez em troca de vantagem patrimonial indevida, o que configura o ato de improbidade administrativa previsto no art. 9º, *caput*, da LIA. Ou, pelo menos, não há dúvidas que a requerida Ana Paula frustrou a licitude de processo licitatório e concorreu para os requeridos Transportes Pérola do Oeste Ltda., Jefferson Rizental Gomes e Ruy Camargo e Silva Junior se enriquecerem ilicitamente (art. 10, *caput* e incisos VIII e XII, LIA). Ou, ainda, praticou ato visando fim proibido em lei (art. 11, *caput* e inciso I, da LIA).

I.C) Marcel Scorsim Fracaro

O requerido Marcel Scorsim Fracaro, por sua vez, elaborou o parecer jurídico que deu legitimidade a todas as ilicitudes contidas no Edital de Concorrência n.º 005/2009, razão pela qual é de sua responsabilidade os mesmos atos de improbidade administrativa





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

atribuídos à demandada Ana Paula S. P. Ferreira no tocante ao instrumento convocatório.

Na sequência, o requerido Marcel Scorsim Fracaro emitiu parecer jurídico favorável à contratação da Turin Consultoria em Transporte e Urbanismo Ltda., dando legitimidade ao ato que demitiu a Comissão Permanente de Licitação do poder dever de julgar as propostas dos licitantes, pois pelo referido Contrato atribuiu-se à Turin a tarefa de dar notas para as propostas técnicas que reputasse adequadas.

Uma vez mais, parece evidente que o fez em troca de vantagem patrimonial indevida, o que configura o ato de improbidade administrativa previsto no art. 9º, *caput*, da LIA. Se não, ao menos significa que o demandado Marcel frustrou a licitude de processo licitatório e concorreu para os requeridos Transportes Pérola do Oeste Ltda., Jefferson Rizental Gomes e Ruy Camargo e Silva Júnior se enriquecerem ilicitamente (art. 10, *caput* e incisos VIII e XII, LIA). Ou, ainda, praticou ato visando fim proibido em lei (art. 11, *caput* e inciso I, da LIA).

I.D) Gustavo Guevera Malvestiti, Maria Fernanda Domingues Condessa, Pedro Renato Fogança e Margarete Aparecida Felema

Os requeridos Gustavo Guevera Malvestiti e Maria Fernanda Domingues Condessa exerceram a função de Presidentes da Comissão Permanente de Licitação. Os réus Pedro Renato Fogança e Margarete Aparecida Felema foram membros da mesma Comissão. Todos exerceram as respectivas funções no período que ocorreu a Concorrência Pública n.º 005/2009. E, assim, também tiveram atuação dolosa nos ilícitos.

É que, nessa condição, permitiram que do certame participasse a Transportes Pérola do Oeste Ltda., mesmo havendo ela apresentado como representante o réu Sacha Breckenfeld Reck, filho e irmão dos sócios Garrone Reck e Alexis Breckenfeld Reck, da Logitrans empresa esta que em consórcio com a Logit elaborou o estudo que corresponde ao Anexo VII do Edital. Trata-se, aliás, do estudo que deu conteúdo ao Projeto Básico, constante do Anexo III, do mesmo Edital.

Não bastasse, os requeridos Gustavo Guevera Malvestiti, Maria Fernanda Domingues Condessa, Pedro Renato Fogança e Margarete Aparecida Felema, também na condição de julgadores, permitiram que o certame acontecesse com a participação de duas licitantes do mesmo complexo empresarial e mesma família, chancelando a fraude à concorrência.

Isso significa que os demandados Gustavo, Maria Fernanda, Pedro Renato e Margarete Aparecida frustraram a licitude de processo licitatório e concorreram para os requeridos Transportes Pérola do Oeste Ltda., Jefferson Rizental Gomes e Ruy Camargo e





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Silva Junior se enriquecerem ilicitamente (art. 10, *caput* e Incisos VIII e XII, LIA). Ou, no mínimo, praticaram ato visando fim proibido em lei (art. 11, *caput* e inciso I, da LIA).

Também, e apesar da condição de julgadores, estes requeridos demitiram-se de avaliar o certame, deixando tal tarefa à Turin Consultoria em Transporte e Urbanismo Ltda., que apreciou as propostas dos licitantes, dando notas para as propostas técnicas que reputou adequadas.

Trata-se, como já mencionado, de opção que desrespeitou o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, eis que a atuação dos requeridos Gustavo Guevera Malvestiti, Maria Fernanda Domingues Condessa, Pedro Renato Fogaça e Margarete Aparecida Felema, delegou a particular o controle do Poder Concedente sobre o resultado do certame.

Assim agindo, os requeridos Gustavo, Maria Fernanda, Pedro Renato e Margarete Aparecida deixaram de praticar ato de ofício, indevidamente, desrespeitando princípios da Administração Pública (art. 11, *caput* e inciso II, LIA).

I.E) Luiz Adriano Chociai

O requerido Luiz Adriano Chociai, na condição de Diretor do Departamento de Licitações e Contratos, prestou auxílio indispensável aos Presidentes e Membros da Comissão Permanente de Licitação na omissão de julgar ao certame, ao formular a Requisição Preliminar n.º 008/2009 que redundou na Contratação da Turin para esta finalidade.

Tal conduta, como supramencionado, atentou contra o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, pois retirou do Município de Guarapuava, por seu Departamento de Licitações e Contratos dirigido pelo demandado Luiz Adriano, o poder dever de julgar o certame licitatório (art. 11, *caput* e inciso II, LIA).

I.F) Paulo Dinarte Tavares e Alcione Bastos Ribas

O demandado Paulo Dinarte Tavares, na condição de Assessor Especial de Gabinete, foi quem elaborou a "Resposta Pedido de Impugnação", refutando todas as ilicitudes apontadas por pessoa jurídica que indicou alguns dos problemas do Edital.

Ademais, foi esse réu quem elaborou o ato de Adjudicação e Homologação, datado de 10.12.2009, consolidando as gravíssimas ilicitudes praticadas durante todo o certame licitatório.

Em seu auxílio, agiu o réu Alcione Bastos Ribas, que na condição de Assessor Jurídico, emitiu o Parecer Jurídico Conclusivo que recomendava a Adjudicação e Homologação, também datado de 10.12.2009.

O ato de propiciar o privilégio à empresa Transportes Pérola do Oeste era tamanho que, apesar da complexidade declarada do certame, os demandados





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Alcione e Paulo publicaram seus atos de convalidação apenas três dias após a emissão do Resultado de Julgamento.

Isso significa que os demandados Paulo e Alcione frustraram a licitude de processo licitatório e concorreram para os requeridos Transportes Pérola do Oeste Ltda., Jefferson Rizental Gomes e Ruy Camargo e Silva Junior se enriquecerem ilicitamente (art. 10, *caput* e incisos VIII e XII, LIA).

I.G) Ana Lúcia Odebrecht Massaro Tossin

Com suas condutas, a requerida Ana Lúcia Odebrecht Massaro Tossin, ainda que com menor participação do que os demais, auxiliou nos estágios iniciais da montagem viciada da Concorrência Pública n.º 005/2009.

Mais especificamente, a requerida Ana Lúcia Odebrecht Massaro Tossin, na condição de Secretária Municipal de Habitação e Urbanismo, participou da elaboração do "Ato de Justificativa", que fixou o caráter de exclusividade da concessão e definiu prorrogação imotivada no ato de justificação.

Também, elaborou a Requisição Preliminar, a qual não continha sequer o valor do serviço a ser licitado – o que dificultou, até mesmo, a fixação do valor da presente causa.

Agindo dessa forma, a ré Ana Lúcia desrespeitou os princípios da legalidade e publicidade, ambos elencados como fundamentais à Administração Pública (art. 11, *caput*, da LIA).

I.H) Logitrans – Logística Engenharia, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinícius Marchezetti, Garrone Reck e Alexis Brenckenfeld Reck

Ao vencer a licitação e receber a incumbência de realizar o estudo que fundamentou o projeto básico e o Edital de Concorrência n.º 005/2009 fraudulentos, os requeridos Logitrans – Logística Engenharia, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinícius Marchezetti, Garrone Reck e Alexis Brenckenfeld Reck passaram a exercer múnus público.

E, assim, no exercício da função para a qual foram contratados, passaram a ser equiparados a agente público, nos termos do art. 2º, da LIA:

Art. 2º. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele

que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

E foi no exercício dessa função que a Logitrans elaborou estudo direcionado, tudo tendo por contrapartida vantagem patrimonial, consistente, também, na contratação e remuneração, pela Transportes Coletivos





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Pérola do Oeste Ltda., dos serviços do requerido Sacha Breckenfeld Reck durante o certame licitatório.

Assim agindo, Logitrans - Logística Engenharia, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinícius Marchezetti, Garrone Reck e Alexis Brenckenfeld Reck praticaram o ato de improbidade administrativa previsto no art. 9º, *caput*, da LIA. Ou, no mínimo, auxiliaram que terceiros (Transportes Pérola do Oeste Ltda., seus representantes e Sacha Breckenfeld Reck) enriquecessem, nos termos do art. 10, *caput* e inciso VIII e XII, da mesma Lei.

Ou, por fim, praticaram ato visando fim proibido em lei (art. 11, *caput* e inciso I, da LIA).

I.I) Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda., e Transportes Ltda., Auto Viação Marechal Ltda. e representantes legais respectivos

Já entre os réus que não compunham os quadros do serviço público, os requeridos Jefferson Rizental Gomes, Ruy Camargo e Silva Júnior e Sacha Brenckenfeld Reck (representantes da Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda.) e Marco Antonio Gulin e Delfio José Gulin (representante da Auto Viação Marechal Ltda.) devem ser responsabilizados porque trabalharam juntos e em unidade de desígnios com os agentes públicos acima mencionados para que a fraude obtivesse sucesso.

É a disposição da Lei de Improbidade Administrativa:

Art. 3º. As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Por isso, todos os requeridos acima listados incidiram nos atos ímprobos para os quais concorreram ou por meio dos quais se beneficiaram.

Neste aspecto, promove-se sua responsabilização nos moldes do mencionado em relação ao requerido Luiz Fernando Ribas Carli, ou seja, art. 9º, *caput*, ou art. 10, *caput* e incisos VIII e XII, ou, ainda, art. 11, *caput* e inciso I, todos da LIA."

Em sede de liminar, requereu a decretação da indisponibilidade de bens de todos os requeridos, sustentando que o *fumus boni iuris* decorre da demonstração de que os requeridos praticaram atos de improbidade administrativa, sempre com a finalidade de favorecer a requerida TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLO DO OESTE LTDA. E o *periculum in mora* realça-se pela necessidade de garantir a reparação do dano causado, devido ao perigo de dilapidação patrimonial. Levando em consideração os valores da garantia exigida no edital do certamente licitatório (item





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Estado do Paraná

3.4.1, no valor de R\$ 1.500.000,00 – um milhão e quinhentos mil reais) afirma que, com fundamento no artigo 31, III, da Lei nº 8.666/93, que a estimativa total da contratação é de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Com efeito, aplicando-se a margem de rentabilidade apresentada pela vencedora da licitação, PÉROLA DO OESTE, qual seja, 5% (cinco por cento), chega-se ao valor, estimado de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) de vantagem financeira obtida pela requerida em questão.

Por conseguinte, postula pela indisponibilidade dos bens dos requeridos LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI, ANA PAULA SILVA POLLI FERREIRA, MARCEL SCORSIM FRACARO, JEFFERSON RIZENTAL GOMES, RUY CAMARGO E SILVA JUNIOR, SACHA BRECKENFELD RECK, ANTONIO CARLOS MARCHEZZETTI, ANDRÉ VINÍCIUS MARCHEZZETI, GARRONE RECK, ALEXIS BRECKENFELD RECK, MARCO ANTONIO GULIN e DELFIO JOSÉ GULIN no valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

Com relação aos requeridos TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA, LOGITRANS – LOGÍSTICA ENGENHARIA E TRANSPORTES LTDA e AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, requer a indisponibilidade de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) para cada um deles, totalizando R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais).

No tocante aos requeridos de menor participação, como é o caso de PAULO DINARTE TAVARES, ALCIONE BASTOS RIBAS, GUSTAVO GUEVERA MALVESTITI, MARIA FERNANDA DOMINGUES CONDESSA, PEDRO RENATO FOGANÇA e MARGARETE APARECIDA FELEMA, requereu a indisponibilidade no valor de R\$ 150.000,00





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Há questionamentos nos presentes autos, a respeito da legalidade e/ou validade da tarifa contratual, razão pela qual entendo pela existência de relação de prejudicialidade das demandas, o que motiva a conexão.

Assim, justifica-se a distribuição por dependência dos presentes autos a este Juízo (artigo 253, III, do CPC), diante da prevenção estabelecida nos termos do artigo 106, do Código de Processo Civil.

1.1. Ex positis, DEFIRO O PEDIDO DE DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA E A CONEXÃO DOS AUTOS. Relacionem-se no PROJUDI.

1.2. Determino, outrossim, o relacionamento dos presentes autos com os cadernos nº 11197-81.20013.8.16.0031 e 11205-58.2013.8.16.0031, pois neste se debate atos de improbidade administrativa supostamente decorrentes do contrato administrativo subsequente da licitação ora deduzida nestes autos, enquanto naquele há pedido específico para nulidade da licitação e do contrato.

1.3. Seja como for, o andamento de cada um dos processos deve ser realizado de modo individual, não se admitindo a paralisação de sua movimentação em razão da pendência de cumprimento de atos em outro processo.

DESENTRANHAMENTO DE CDS/DVDS APRESENTADOS PELO REQUERENTE

O requerente depositou em Juízo, como demonstra o mov. 07, 04 (quatro) CDs/DVDs.



Página 10 de 44

SUSTENTABILIDADE: Justiça com a vida

ANTÔNIO CARVALHO FILHO
Juiz de Direito



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Analizando o conteúdo das mídias em questão, noto que apenas o DVD que recebeu a descrição "1961" é digno de permanência em depósito nestes autos, uma vez que contém arquivo audiovisual que não pode ser juntado no Sistema PROJUDI, razão pela qual aplicável a exceção indicada no item 2.21.3.4.4¹ do CNGCJ.

Por outro lado, o conteúdo dos CDs e DVDs descritos como 1863, 1919 e 1960 não merecem a aplicação da excepcionalidade, já que dizem respeito, exclusivamente, à reprodução de documentos e fotografias, que podem ser juntados nos autos virtuais através de arquivo PDF.

1.4. Ex positis, determino o levantamento do depósito dos CDs/DVDs indicados como 1863, 1919 e 1960, devolvendo-os ao Ministério Público, por termo nos autos, facultando a juntada dos respectivos documentos até a citação dos requeridos.

1.5. Com relação ao DVD 1961, determino a confecção de DVD segurança, que receberá os mesmos dados descritivos das mídias de audiência audiovisual.

1.6. Saliento, desde já, que as partes não poderão realizar a carga do DVD, podendo, por outro lado, requerer a cópia, no prazo de 05 (cinco) dias, desde que forneça a mídia necessária para a gravação. Dispensio a necessidade de deferimento específico para tal providência, que deverá ser prestada pelo Cartório, a partir da regular provocação da parte interessada.

1.2.21.3.4.4 - Confirmada, por servidor judicial, a impossibilidade de digitalização dos documentos, de maneira nítida e legível, ou em razão do grande volume, a critério do juiz, eles poderão ser arquivados na escrivania/secretaria e, após o trânsito em julgado, devolvidos à parte interessada, aplicando-se, no que for compatível, as disposições dos itens 2.21.3.1.3 e 2.21.3.1.4.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Por outro lado, quando os autos vierem conclusos para decisão saneadora, ou então para sentença, bem como quando houver a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, o DVD juntado pelo Ministério Público deverá acompanhar a conclusão ou remessa.

CERTIDÕES DO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR SOBRE AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DOS REQUERIDOS

O Ministério Público requereu, também, que este Juízo requirite ao Cartório Distribuidor as certidões de eventuais condenações ou ações de improbidade administrativa pendentes de julgamento.

Com o devido respeito, quer me parecer que a providência pode ser realizada próprio requerente sem a participação deste Juízo, uma vez que possui poderes de requisição devidamente estabelecidos pelo artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85. Isso não bastasse, as certidões requeridas são públicas e podem ser obtidas por quaisquer pessoas.

1.7. *Ex positis*, INDEFIRO o pedido de requisição de certidões ao Cartório Distribuidor.

INDISPONIBILIDADE DE BENS DOS REQUERIDOS

O artigo 7º, parágrafo único, da Lei nº 8.429/92 disciplina que, quando o ato improprio causar lesão ao erário ou ensejar enriquecimento ilícito, poderá haver indisponibilidade de bens





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

do demandado, que recairá sobre patrimônio suficiente para assegurar o integral ressarcimento do dano.

A liminar de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa, possui natureza jurídica de cautelar, segundo a doutrina tradicional, porquanto seu objetivo é resguardar a eficácia de provimento jurisdicional final. Partindo-se de tal premissa, para o seu deferimento, imprescindível que estejam presentes os requisitos do perigo da demora e a fumaça do bom direito. Passarei a analisar, separadamente, cada um dos pressupostos.

Verificando as alegações ministeriais, assim como os documentos que instruem a inicial, tenho que o direito invocado é plausível (fumaça do bom direito), ao menos em sede de cognição sumária e superficial que me é permitida neste momento do processo.

As alegações ministeriais apontam para a existência, em tese, de uma complexa organização para o direcionamento da licitação para concessão do transporte coletivo urbano deste Município em favor da requerida TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA. As tarefas e encargos foram cuidadosamente estabelecidos para cada um dos requeridos, que, com parcela maior e menor de participação, levaram ao sucesso da empreitada com o vencimento do certame pela requerida acima apontada. Existem diversos vícios e ilegalidades apontados pelo Ministério Público, desde equívocos formais à enredada artimanha de vencimento da licitação do transporte público.

Da análise do Edital de Concorrência Pública nº 005/2009 aparenta verossimilhança a alegação do Ministério Público de que tanto as regras estabelecidas para a habilitação dos





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Estado do Paraná

concorrentes acerca da qualificação técnica (Item 5.4.1/5.4.2), como para a avaliação da proposta (Item 6.0/6.9) foram feitas sob medida para a requerida TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA, operadora história do transporte público neste município, diga-se.

Especificamente, com relação à habilitação por qualificação técnica, o item 5.1 do Edital de Concorrência Pública nº 005/2009 determina que o licitante apresente ao menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove ter atuado como concessionário ou permissionário de transporte coletivo urbano por no mínimo 08 (oito) anos. Todavia, no item 5.4.1.1 assevera que o tempo de experiência determinado no item 5.4.1 deveria ser comprovado em apenas um sistema de transporte coletivo urbano, ou seja, na mesma cidade, sendo vedada a soma dos períodos de atestados de municípios distintos.

5.4.1.1 – A comprovação requerida no item acima deverá ocorrer em apenas um sistema de transporte coletivo urbano (mesma cidade), não sendo permitida a soma de atestados, de distintos sistemas, para atendimento ao disposto no *caput* deste subitem. Cada atestado apresentado, para cumprir a comprovação de experiência, deverá comprovar o atendimento, no todo, do objeto mínimo definido no item acima.

Quer me parecer que a exigência em questão cheira a invalidade diante do provável confronto com a dicção do artigo 30, II², da Lei nº 8.666/93. A lei alude à comprovação da aptidão para execução do objeto licitado, o qual pode decorrer de inúmeros fatores de acordo das necessidades específicas, no caso, do serviço público.

² Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Não se olvida que na hipótese do essencial serviço de transporte coletivo a experiência anterior é importante elemento de formação da qualificação técnica do licitante, mormente nas cidades de médio e grande porte, como forma de propiciar aos usuários o serviço, desde o início, com a qualidade esperada. Em casos semelhantes esta é a posição adotada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, como se vê no REsp nº 1.257.886/PE:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. EDITAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. PROVA DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA NO DESEMPENHO DE ATIVIDADES SIMILARES OU CONGÊNERES AO OBJETO LICITADO.

1. Trata-se, na origem, de mandado de segurança com o objetivo, entre outros, de reconhecer a ilegalidade de cláusula editalícia que prevê, a título de demonstração de qualificação técnica em procedimento licitatório, a comprovação de experiência anterior em exercício de atividades congêneres ou similares ao objeto da licitação.

2. A instância ordinária reconheceu a ilegalidade dessa cláusula por entender que havia significante abalo ao princípio da competitividade, com ofensa ao art. 30, inc. II, da Lei n. 8.666/93.

3. Nas razões recursais, sustenta a parte recorrida ter havido violação ao art. 30, inc. II, da Lei n. 8.666/93, ao argumento de que a exigência editalícia de prévia experiência no desempenho de atividades objeto da licitação não viola o princípio da igualdade entre os licitantes, na perspectiva de que a Lei de Licitações prevê que a qualificação técnica assim o permite. Aponta, ainda, divergência jurisprudencial a ser sanada.

4. Não fere a igualdade entre os licitantes, nem tampouco a ampla competitividade entre eles, o condicionamento editalício referente à experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, a pretexto de demonstração de qualificação técnica, nos termos do art. 30, inc. II, da Lei n. 8.666/93.

5. Os princípios da igualdade entre os concorrentes e da ampla competitividade não são absolutos, devendo ser ponderados com outros princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado.

6. Tem-se aí exigência plenamente proporcional pois (i) adequada (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida que faz presumir, como meio, a qualificação técnica - o fim visado), (ii) necessária (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

medida de fácil demonstração, autorizando a sumarização das exigências legais) e (iii) proporcional em sentido estrito (facilita a escolha da Administração Pública, porque nivela os competidores uma vez que parte de uma qualificação mínima, permitindo, inclusive, o destaque objetivo das melhores propostas com base no background dos licitantes).

7. Precedentes desta Corte Superior.

8. Recurso especial provido.

(REsp 1257886/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2011, Dje 11/11/2011) (grifei)

Sem fazer considerações sobre o prazo estabelecido como mínimo para a experiência da qualificação técnica, quer me parecer que a vedação de somatório de atestados, na hipótese, representa óbice desproporcional para a participação de outros pretendentes no certame.

A vedação de somatório da experiência apenas se justifica quando o objeto da obra ou do serviço licitado possui determinada complexidade que apenas aqueles que atingiram determinada dimensão quantitativa demonstrarão qualificação para a execução posterior, como na explicação de MARÇAL JUSTEN FILHO:

"A qualificação técnica operacional consiste na execução anterior de objeto similar àquele licitado. Ora, isso significa que a identidade do objeto licitado é que determina a possibilidade ou não de somatório. Dá-se um exemplo: uma ponte de mil metros de extensão não é igual a duas pontes de quinhentos metros. Muitas vezes, a complexidade do objeto licitado deriva de certa dimensão quantitativa. Nesses casos, não terá cabimento o somatório de contratações anteriores. Já, haverá outros casos em que a questão não reside numa contratação única, mas na experiência de executar certos quantitativos, ainda que em oportunidades sucessivas. Enfim, a solução deverá ser encontrada a partir da natureza do objeto licitado. Logo, não cabe indagar se é cabível ou não o somatório de atestados. Essa pergunta está mal formulada. O relevante reside em investigar se o objeto a ser executado caracteriza-se por unidade e indissociabilidade, de modo que a execução anterior de parcelas não configura experiência na execução de um objeto licitado em unidades autônomas, sem que isso





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

produza a sua desnaturação. Somente caberá o somatório quando o objeto licitado comportar fracionamento dessa ordem."³

Deste modo, a restrição do somatório dos atestados, ao meu ver, não se coaduna com a prestação do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, pois qualquer outra empresa ou consórcio que possuisse experiência de 05 (cinco) anos de operação em um município e 07 (sete) anos em outra cidade, totalizando 12 (doze) anos, portanto, sequer seria habilitada no certame ora debatido.

Como bem assertado pelo Ministério Público, a requerida PÉROLA DO OESTE possuía esta qualificação por ser a permissionária história do transporte público de Guarapuava desde 1973.

Os itens 5.4.2 e seguintes estabelecem como requisito para a qualificação da licitante a comprovação de propriedade, direito de uso, compromisso de compra e venda, locação, cessão, comodato, usufruto, ou suas respectivas promessas, de imóvel no perímetro urbano de Guarapuava, com área mínima de 6.000 m² (seis mil metros quadrados) para estacionamento da frota e possuir, ou apresentar condições de abrigar, no mínimo, área coberta de 500 m² (quinhentos metros quadrados) de oficina, 200 m² (duzentos metros quadrados) de área para limpeza dos veículos, 60 m² (sessenta metros quadrados) para abastecimento de veículos, área coberta para instalações administrativas e para realização de treinamento de pessoal.

³ Marçal Justen Filho, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos - 15ª ed. São Paulo : Dialética, 2012, p. 510/511.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

5.4.2 - Prova de propriedade ou de direito de uso (matrícula do imóvel, acompanhada de escrituras ou contratos, em caso de a matrícula não estar em nome do proponente), atual ou futuro(a) e certo(a), nesse último caso condicionado à vitória no presente processo de licitação, do local ou área que será utilizada para garagem da frota, mediante locação ou promessa de locação, compra e venda ou promessa de compra e venda, cessão ou promessa de cessão, comodato ou promessa de comodato ou direito de superfície. A matrícula do imóvel e os eventuais contratos que assegurem a futura propriedade ou direito de uso do imóvel deverão ser instruídos e documentados com plantas baixas do(s) imóvel(is), com indicação de sua área total e de área construída, bem como, breve descrição das instalações do local onde pretende operar a empresa-proponente. O licitante deverá, ainda, apresentar declaração informando o endereço do imóvel e indicando se as instalações existentes no mesmo são próprias ou de terceiros, acompanhada de comprovação de que o local escolhido é compatível, junto à Prefeitura, para abrigar a garagem. A comprovação de compatibilidade se fará através da apresentação de ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO (licença de funcionamento) ou, para o licitante cuja área ou imóvel ainda não possua esse alvará, CONSULTA PRÉVIA para fins de localização e de edificação positiva - todos documentos a serem emitidos pela Prefeitura Municipal de Guarapuava.

5.4.2.1 - O local ou área destinado para a garagem deverá estar localizado dentro do perímetro urbano de Guarapuava, conforme definido em Lei Municipal, possuir (ou apresentar condições de abrigar) área livre para pátio de estacionamento de veículos com, no mínimo, 6.000m² (seis mil metros quadrados) e, ainda, possuir ou apresentar condições de abrigar, no mínimo, as seguintes estruturas:

✓ 5.4.2.1.1 - Área coberta para oficina de manutenção de veículos, com, no mínimo, 500m² (quinhentos metros quadrados);

✓ 5.4.2.1.2 - Área para limpeza e asseio de veículos, com, no mínimo, 200m² (duzentos metros quadrados);

✓ 5.4.2.1.3 - Área coberta para abastecimento de veículos, com, no mínimo, 60m² (sessenta metros quadrados);

✓ 5.4.2.1.4 - Área coberta para instalações administrativas;

✓ 5.4.2.1.5 - Área coberta para realização de atividades de treinamento de pessoal (motoristas, cobradores e demais funcionários).





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Nesta quadra de cognição sumária, quer me parecer que os itens em questão estabelecem exigências iníquas com o objeto da licitação. Não vejo qualquer prejuízo para a administração pública, ou mesmo para os usuários do sistema, que o licitante oferecesse 2 (dois) ou mais imóveis como pátios para estacionamento dos ônibus, se valesse de oficina terceirizada, em outro imóvel, relação negocial com operadores do ramo de combustíveis para abastecimento dos veículos em postos de serviços de terceiros, ou mesmo escritórios administrativos e área para treinamento em prédio comercial.

Por outro lado, vê-se que a vencedora do certame, PÉROLA DO OESTE, operadora história do transporte coletivo, possui, há muito, grande área em seu domicílio que tem exatamente a estrutura estabelecida pelo Edital ora examinado, como se vê da imagem extraída da base de dados do site <www.googlemaps.com>.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Não bastassem os vícios com relação à habilitação, que já seria suficiente para impedir com que diversos interessados se classificassem para a análise das propostas na licitação pública, quer me parecer que existem outros aparentes vícios no edital com relação à avaliação das propostas.

Desde os primeiros itens da avaliação da proposta vê-se aparente tendência a propiciar vantagem à vencedora do certame. Neste sentido são as regras dos itens 6.1.1 e 6.1.2 do edital:

Na avaliação dos fatores acima descritos, serão considerados os seguintes documentos e informações, que deverão ser apresentados no envelope "B" de Proposta Técnica, independente de já constarem no envelope de Habilitação:

6.1.1 - Atestado(s) de experiência(s) técnico-operacional da empresa proponente e certificado de qualidade ISO 9001;

6.1.2 - Declaração de Prazo para Disponibilização da garagem e infraestrutura, bem como, os documentos exigidos no item 5.4.2 e em seus subitens e o item 6.3, todos deste Edital;

O certificado de qualidade NBR ISO 9001 corresponde a um grupo de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão de qualidade para organizações em geral, qualquer que seja o seu tipo ou dimensão. Seja como for, não existe nenhuma norma legal que imponha a qualquer licitante submeter-se às normas e programa ISO 9001 para concorrer à licitação pública. Na verdade, caso a administração pública entenda que os requisitos da ISO 9001 são adequados para a qualificação técnica ou operacional (fase da habilitação) ou na avaliação da proposta (fase de julgamento) deverá indicar no edital todas as regras necessárias para a obtenção do certificado e analisa-las, uma a uma.



Página 20 de 44

SUSTENTABILIDADE: Justiça com a vida

ANTÔNIO CARVALHO FILHO
Juiz de Direito



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

No tocante ao item 6.1.2, repetimos nesta oportunidade, todos os argumentos apresentados sobre a aparente ilegalidade dos itens 5.4.2 e seguintes, do edital.

Não bastasse os verossímeis vícios do edital de licitação, dos quais a cognição sumária e parcial que ora exerço não me permite maiores digressões, deduz-se dos autos uma complexa organização formada por agentes públicos, servidores, sócios e representantes das empresas requeridas, sempre voltados para suposta fraude e simulação da licitação ora examinada.

Especificamente com relação às empresas requeridas, seus representantes e sócios, o requerente logrou êxito em demonstrar, ao menos nesta fase processual inaugural, que havia verdadeiro conluio familiar e societário para favorecer a vencedora do certame. O Sr. SACHA BRECKENFELD RECK, irmão e filho dos sócios ALEXIS BRECKENFELD RECK e GARRONE RECK, da requerida LOGITRANS foi o representante da requerida TRANSPORTES PÉROLA DO OESTE LTDA por ocasião da licitação, o que, no mínimo, aparenta íntima ligação entre as empresas.

Isso não bastasse, a única concorrente além da vencedora da licitação foi a empresa AUTO VIAÇÃO MARECHAL, cujo quadro societário possui relação familiar e negocial com os sócios da PÉROLA DO OESTE. Como narra o Ministério Público, vários sócios das empresas em questão possuem o mesmo patronímico, qual seja, "GULIN". Isso não bastasse, assevera o requerente que as duas empresas, na verdade, integram o mesmo grupo empresarial, atuante no ramo de transporte de passageiros.

Por fim, sustenta que para a habilitação da AUTO VIAÇÃO MARECHAL, houve a locação pela PRINCEPAR PARTICIPAÇÕES





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Estado do Paraná

E ADMINISTRADORES LTDA da garagem exigida pelo edital (mov. 1.38). Ocorre que, até a 16ª alteração do contrato social desta empresa, o quadro societário era formado pela mescla de sócios tanto da PÉROLA DO OESTE, como a AUTO VIAÇÃO MARECHAL, demonstrando, ao menos neste momento, se tratar de um conglomerado empresarial. Quando da locação noticiada pelo Ministério Público, a PRINCEPAR possuía, apenas, como sócios, membros do quadro societário da PÉROLA DO OESTE, sua concorrente no certame (movs. 1.75 e 1.76).

Caso, ao final, sejam provadas as alegações do Ministério Público, não há dúvida que se concluirá que todos os requeridos apontados na inicial concorreram para a realização de um arremedo de licitação pública, que deve ser punida com os rigores legais.

Diante do exposto, é forçoso concluir pela presença de indícios robustos de prática de ato de improbidade administrativa, caracterizando com concretude ímpar o *fumus boni iuris*.

Resta perquirir, finalmente, acerca da presença do perigo da demora.

Muito se discute na jurisprudência se o perigo da demora está consubstanciado na própria norma, sendo desnecessária a sua demonstração concreta, pois decorrente de tutela de evidência, ou se é imprescindível que haja indícios de dilapidação de patrimônio e, portanto, verdadeiro risco ao ressarcimento ao erário.

É indispensável que o operador do Direito, nomeadamente aquele que atue no contencioso judicial, esteja atento ao que se passa no seu cotidiano, na integração prática das normas





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Estado do Paraná

jurídicas e sua efetividade. Cabe aos Juízes a concretização de normas procedimentais e matérias para que se coadunem com os ditames constitucionais e com os princípios mais básicos da República, dentre os quais cito a moralidade administrativa.

Não há como o julgador passar incólume às reiteradas manifestações e reclames da população que brada uníssona o fim da corrupção e da malversação do dinheiro público. O que se espera, principalmente dos aplicadores da Lei, é o atendimento do POVO, quando o próprio POVO requisita a concretização dos primados constitucionais criados em decorrência do seu próprio poder.

Trazendo este Luz para o exame do problema em mesa é necessário traçar alguns pontos para a delimitação da necessidade, ou não, do risco de dano para a concessão da liminar de indisponibilidade. Para tanto, utilizamos de empréstimo a lição de EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA:

"A prematura 'ciência processual dos professores' (*Law-in-books*) defende que a concessão das medidas de urgência tem pressupostos *cumulativos* e *autônomos* entre si: se estiverem presentes, o juiz tem o dever de conceder a medida; se um deles faltã, há o dever de denegá-la. É como uma porta com duas fechaduras: há de se ter as duas chaves para abri-la; uma só não basta. Porém, a 'ciência processual do cotidiano forense' (*Law-in-action*) revela que as coisas não se dão de forma tão simplista e mecânica. No dia a dia forense, quanto mais 'denso' é o *fumus boni iuris*, com menor rigor o *periculum in mora* é exigido; por outro lado, quando mais 'denso' é o *periculum in mora*, olha-se com mais flexibilidade para o *fumus boni iuris*. Em outras palavras: é possível que a presença 'forte' ou 'exagerada' de um pressuposto 'compense' a presença 'fraca' ou 'minguada' do outro, de maneira que a valoração dessa 'suficiência compensatória' cabe ao juiz, que a realiza para cada caso concreto dentro de uma 'margem controlada de discricionariedade'. Portanto, do 'direito vivo', dos 'lances interacionais' da vida diária, extrai-se que esses pressupostos são *interdependentes*, i.e., que entre *fumus boni iuris* e





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

periculum in mora há um 'vaso comunicante', um 'vínculo de complementaridade', um 'liame elástico', de existência insuspeita para a velha doutrina. Trata-se, enfim, de um 'padrão normativo', que apenas se consegue verificar por uma observação metódica da rotina espontânea dos Tribunais, e não por uma leitura exclusiva do Código de Processo Civil e das leis processuais extravagantes."⁴

Com efeito, é própria da atividade judicante, a liberdade de avaliar a suficiência compensatória entre os requisitos para a concessão da liminar. No caso da indisponibilidade de bens não é diferente. Deste modo, quando mais concreto for o *fumus boni iuris*, menor deve ser o *periculum in mora*, até mesmo a sua dispensa.

A doutrina mais vanguardista sobre o tema entende que o requisito do *periculum in mora* é dispensado pelo artigo 7º, da Lei de Improbidade:

"Quanto ao *periculum in mora*, parte da doutrina se inclina no sentido de sua implicitude, de sua presunção pelo art. 7º da Lei de Improbidade, o que dispensaria o autor de demonstrar a intenção de o agente dilapidar ou desviar o seu patrimônio com vistas a afastar a reparação do dano. Neste sentido argumenta Fábio Osório Medina que 'O *periculum in mora* emerge, via de regra, dos próprios termos da inicial, da gravidade dos fatos, do montante, em tese, dos prejuízos causados ao erário; sustentando, outrossim, que a 'indisponibilidade patrimonial é medida obrigatória, pois traduz consequência jurídica do processamento da ação, forte no artigo 37, § 4º, da Constituição Federal.' De fato, exigir prova, mesmo que indiciária, da intenção do agente de furtar-se à efetividade da condenação representaria, do ponto de vista prático, o irremediável esvaziamento da indisponibilidade perseguida em nível constitucional e legal. Como muito bem percebido por José Roberto dos Santos Bedaque, a indisponibilidade

⁴ Eduardo José da Fonseca Costa, Tutela de Evidência e Tutela de Urgência na Ação de Improbidade Administrativa (ou a Indisponibilidade Liminar de Bens à Luz da Teoria da "Imagem Global"), in: Improbidade administrativa: aspectos processuais da Lei nº 8.429/92 / Paulo Henrique dos Santos Lucon, Eduardo José da Fonseca Costa, Guilherme Recena Costa (coordenadores). - São Paulo : Atlas, 2013, págs.: 163 e 164.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

prevista na Lei de Improbidade é uma daquelas hipóteses nas quais o próprio legislador dispensa a demonstração de perigo de dano. Deste modo, em vista da redação imperativa adotada pela Constituição Federal (art. 37, § 4º) e pela própria Lei de Improbidade (art. 7º), cremos acertada tal orientação, que se vê confirmada pela melhor jurisprudência.”⁵

Perfilho a tese da desnecessidade de demonstração do *periculum in mora* para o deferimento da liminar de indisponibilidade de bens daqueles que são imputados como ímprobos.

A tutela cautelar clássica não possui instrumentos suficientes para concretizar a regra do artigo 7º e tampouco o postulado do artigo 37, § 4º, da Constituição da República/88 (§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.).

O princípio da presunção da probidade administrativa não resiste ao confronto dos princípios da máxima efetividade da tutela repressiva da improbidade administrativa⁶ e da vedação a

⁵ Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves, Improbidade Administrativa – 6. ed., ver. e ampl. e atualizada. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2011, págs.: 919 e 920.

⁶ “Não se trata aqui, é importante observar, de defender a eliminação das garantias constitucionais do processo. O que se deve ter em mente é que, em sede de repressão aos atos dos agentes ímprobos, há necessidade de se buscar, mais do que nunca, o necessário equilíbrio entre tais garantia e a efetividade da sanção decorrente da prática do ato de improbidade.

Por isso o intérprete, e em especial o julgador, não poderá processar e julgar as demandas por improbidade administrativa com os olhos voltados apenas para um processo civil individualista, impregnado de um positivismo de superfície totalmente ultrapassado para a solução desses conflitos. Posturas desse tipo, além de olvidarem que se está diante de uma tutela coletiva, acabam representando um grave obstáculo para a efetividade dos processos que apuram atos de improbidade administrativa.” (Gustavo Senna, Tutela Repressiva da Improbidade Administrativa: Princípios Informadores e Microsistema, in: Estudos sobre Improbidade Administrativa, em homenagem ao Professor J. J. Calmon de Passos, Salvador : Editora Juspodivm, p. 306).





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Estado do Paraná

proteção deficiente⁷, mormente na hipótese em que a presunção de probidade se encontra arranhada pelos veementes indícios de fraude e direcionamento de licitação.

Não é por outro motivo que o Colendo Superior Tribunal de Justiça já há algum tempo alterou sua orientação jurisprudencial, para entender a liminar de indisponibilidade de bens na improbidade como tutela de evidência, que dispensa a prova, difícilima, diga-se, acerca do perigo de dano:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 7º DA LEI Nº 8.429/92. TUTELA DE EVIDÊNCIA. COGNICÃO SUMÁRIA. PERICULUM IN MORA. EXCEPCIONAL PRESUNÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO NECESSÁRIA. FUMUS BONI IURIS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL PROPORCIONAL À LESÃO E AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO RESPECTIVO. BENS IMPENHORÁVEIS.

EXCLUSÃO: dos veementes indícios de fraude
1. Trata-se de recurso especial em que se discute a possibilidade de se decretar a indisponibilidade de bens

Não é por outro motivo que o Colendo Superior Tribunal

7. "A concretização das prestações sociais previstas e assumidas na Constituição Federal, como já destacado, depende inexoravelmente de uma administração pública proba e eficiente, não se tolerando que os agentes públicos atuem de forma desonesta e negligente.

Nessa linha, o art. 37, § 4º, da Constituição Federal não deixa qualquer dúvida da existência de um comando constitucional da necessidade de proteção eficiente à probidade administrativa, punindo severamente os agentes ímprobos. Isso é plenamente justificado, vez que o desrespeito à probidade administrativa, como se viu, impede – em diversas hipóteses – que recursos públicos sejam corretamente aplicados, comprometendo a prestação efetiva dos direitos sociais, acarretando, via de consequência, a diminuição na qualidade de vida da população. Destarte, como não poderia ser diferente, há um verdadeiro mandado constitucional de penalização – criminal, civil, político e administrativo – para os agentes ímprobos que desconsideram os princípios básicos da boa administração pública.

Daí porque, para que se tenha uma proteção eficiente, o Estado deve criar mecanismos efetivos para a prevenção e repressão aos atos que caracterizam improbidade administrativa. Esse é o caso da Lei nº 8.429/92." (Gustavo Senna, Tutela Repressiva da Improbidade Administrativa: Princípios Informadores e Microsistema, in: Estudos sobre Improbidade Administrativa, em homenagem ao Professor J. J. Calmon de Passos, Salvador: Editora Juspodivm, p. 308)





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

na Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 7º da Lei 8.429/92, sem a demonstração do risco de dano (periculum in mora), ou seja, do perigo de dilapidação do patrimônio de bens do acionado.

2. Na busca da garantia da reparação total do dano, a Lei nº 8.429/92 traz em seu bojo medidas cautelares para a garantia da efetividade da execução, que, como sabemos, não são exaustivas.

Dentre elas, a indisponibilidade de bens, prevista no art. 7º do referido diploma legal.

3. As medidas cautelares, em regra, como tutelas emergenciais, exigem, para a sua concessão, o cumprimento de dois requisitos: o fumus boni juris (plausibilidade do direito alegado) e o periculum in mora (fundado receio de que a outra parte, antes do julgamento da lide, cause ao seu direito lesão grave ou de difícil reparação).

4. No caso da medida cautelar de indisponibilidade, prevista no art. 7º da LIA, não se vislumbra uma típica tutela de urgência, como descrito acima, mas sim uma tutela de evidência. Uma vez que o periculum in mora não é oriundo da intenção do agente dilapidar seu patrimônio e, sim, da gravidade dos fatos e do montante do prejuízo causado ao erário, o que atinge toda a coletividade. O próprio legislador dispensa a demonstração do perigo de dano, em vista da redação imperativa da Constituição Federal (art. 37, 54º) e da própria Lei de Improbidade (art. 7º).

5. A referida medida cautelar constritiva de bens, por ser uma tutela sumária fundada em evidência, não possui caráter sancionador nem antecipa a culpabilidade do agente, até mesmo em razão da perene reversibilidade do provimento judicial que a deferrir.

6. Verifica-se no comando do art. 7º da Lei 8.429/1992 que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o periculum in mora implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual "os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

7. O periculum in mora, em verdade, milita em favor da sociedade, representada pelo requerente da medida de bloqueio de bens, porquanto esta Corte Superior já apontou pelo entendimento segundo o qual, em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta improba lesiva ao erário, esse requisito é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA

1ª VARA CÍVEL

Precedentes: (REsp 1315092/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2012, Dle 14/06/2012; AgRg no AREsp 133.243/MT, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2012, Dle 24/05/2012; MC 9.675/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, Dle 03/08/2011; EDcl no REsp 1211986/MT, Rel. Ministro HERMAN BENIAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2011, Dle 09/06/2011.

8. A Lei de Improbidade Administrativa, diante dos velozes tráfegos, ocultamento ou dilapidação patrimoniais, possibilitados por instrumentos tecnológicos de comunicação de dados que tornaria irreversível o ressarcimento ao erário e devolução do produto do enriquecimento ilícito por prática de ato ímprobo, buscou dar efetividade à norma afastando o requisito da demonstração do periculum in mora (art. 823 do CPC), este, intrínseco a toda medida cautelar sumária (art. 789 do CPC), admitindo que tal requisito seja presumido à preambular garantia de recuperação do patrimônio do público, da coletividade, bem assim do acréscimo patrimonial ilegalmente auferido.

9. A decretação da indisponibilidade de bens, apesar da excepcionalidade legal expressa da desnecessidade da demonstração do risco de dilapidação do patrimônio, não é uma medida de adoção automática, devendo ser adequadamente fundamentada pelo magistrado, sob pena de nulidade (art. 93, IX, da Constituição Federal), sobretudo por se tratar de constrição patrimonial.

10. Oportuno notar que é pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual a indisponibilidade de bens deve recair sobre o patrimônio dos réus em ação de improbidade administrativa de modo suficiente a garantir o integral ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, levando-se em consideração, ainda, o valor de possível multa civil como sanção autônoma.

11. Deixe-se claro, entretanto, que ao juiz responsável pela condução do processo cabe guardar atenção, entre outros, aos preceitos legais que resguardam certas espécies patrimoniais contra a indisponibilidade, mediante atuação processual dos interessados - a quem caberá, p. ex., fazer prova que determinadas quantias estão destinadas a seu mínimo existencial.

12. A constrição patrimonial deve alcançar o valor da totalidade da lesão ao erário, bem como sua repercussão no enriquecimento ilícito do agente, decorrente do ato de improbidade que se imputa, excluídos os bens impenhoráveis assim definidos por lei, desde que quando estes tenham sido comprovadamente adquiridos também com produto da empreitada ímproba, resguardado, como já dito, o essencial para sua subsistência.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

13. Na espécie, o Ministério Público Federal quantifica inicialmente o prejuízo total ao erário na esfera de, aproximadamente, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo o ora recorrente responsabilizado solidariamente aos demais agentes no valor de R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões e duzentos e cinquenta mil reais). Esta é, portanto, a quantia a ser levada em conta na decretação de indisponibilidade dos bens, não esquecendo o valor do pedido de condenação em multa civil, se houver (vedação ao excesso de cautela).

14. Assim, como a medida cautelar de indisponibilidade de bens, prevista na LIA, trata de uma tutela de evidência, basta a comprovação da verossimilhança das alegações, pois, como visto, pela própria natureza do bem protegido, o legislador dispensou o requisito do perigo da demora. No presente caso, o Tribunal a quo concluiu pela existência do fumus boni iuris, uma vez que o acervo probatório que instruiu a petição inicial demonstrou fortes indícios da ilicitude das licitações, que foram supostamente realizadas de forma fraudulenta. Ora, estando presente o fumus boni iuris, como constatado pela Corte de origem, e sendo dispensada a demonstração do risco de dano (periculum in mora), que é presumido pela norma, em razão da gravidade do ato e a necessidade de garantir o ressarcimento do patrimônio público, conclui-se pela legalidade da decretação da indisponibilidade dos bens.

15. Recurso especial não provido.
(REsp 1319515/ES, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 21/09/2012) (grifei)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. COMPROVAÇÃO DE EFETIVA DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.

1. Trata-se de Recurso Especial Interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que indeferiu o pedido de indisponibilidade de bens, por entender necessária a demonstração de dilapidação patrimonial ou de sua iminência.

2. A Primeira Seção do STJ (REsp 1.319.515/ES, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ acórdão Min. Mauro Campbell Marques, DJe 21.9.2012) firmou a orientação de que a decretação de indisponibilidade de bens não se condiciona à comprovação de dilapidação efetiva ou iminente de patrimônio, porquanto tal medida consiste em "tutela de evidência, uma vez que o periculum in mora não é oriundo da intenção do agente dilapidar seu patrimônio e, sim, da gravidade dos fatos e do montante





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

do prejuízo causado ao erário, o que atinge toda a coletividade".

3. Decisão de origem que diverge da jurisprudência do STJ.

4. Recurso Especial provido para determinar que o pedido de indisponibilidade seja examinado conforme a presença de fundados indícios da prática de atos de improbidade, estando dispensada a prova de dilapidação patrimonial ou de sua iminência.

(Resp 1308865/PA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 25/06/2013) (grifei)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 7º DA LEI 8.429/1992. PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. MATÉRIA PACIFICADA.

JULGADO DA PRIMEIRA SEÇÃO/STJ. RESP 1.319.515/ES. APLICAÇÃO DA SÚMULA 168/STJ.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei 8.429/1992, a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o periculum in mora implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição Precedente: REsp 1319515/ES, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 21/09/2012.

2. Incide, na hipótese, a Súmula 168 do STJ, segundo a qual não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg nos REsp 1315092/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2013, DJe 07/06/2013) (grifei)

Com efeito, diante da evidência da prática de ato de improbidade administrativa, demonstrados pelas provas apresentadas pelo Ministério Público, mister a concessão da medida de indisponibilidade de bens.

Seja como for, quer me parecer que havendo conformação do plausibilidade do pedido de improbidade pelos documentos apresentados pelo requerente, deve militar em favor da





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

sociedade a presunção do risco de que o requerido realize a dilapidação do seu patrimônio. É a conclusão para esta circunstância é bastante simples, pois, se o ímprobo (o que somente será verificado com sentença transitada em julgado) teve a ousadia de violar os princípios basilares da administração pública e locupletou-se indevidamente à custa do erário, ele não teria qualquer obstáculo ou elemento inibidor que o impedisse de ser furtar de futura execução pelo ressarcimento ao erário.

Seguimos, assim, o precioso entendimento esposado pela eminente Juíza de Direito LUCIANA BENASSI GOMES, em decisão proferida nos autos nº 851-06-2012-8-16-0064, da Comarca de Castro

"Havendo indícios veementes de que ocorreu ato ímprobo e de que houve dano ao erário, passível de reparação, é o suficiente para que o Poder Judiciário, agindo para preservar a supremacia do interesse público sobre o particular, determine a indisponibilidade de bens dos requeridos. Imperioso consignar, ainda, que a indisponibilidade de bens não é medida que impossibilita a sua fruição, seu uso e gozo pelo proprietário. Apenas impede, e ainda de forma relativa, a sua disposição. Não obsta, inclusive, que o proprietário disponha do bem após ser autorizado pelo Poder Judiciário mediante oferecimento de bem em substituição."

Por esses fundamentos, entendo que o pedido liminar de indisponibilidade de bens requerido pelo Ministério Público merece deferimento.

Segue o entendimento da Juíza de Direito LUCIANA BENASSI GOMES em decisão proferida nos autos nº 851-06-2012-8-16-0064, da Comarca de Castro

O valor da Indisponibilidade

O Ministério Público requereu a decretação da indisponibilidade de bens dos requeridos nos seguintes patamares:





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA

1ª VARA CÍVEL

- a) R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) em relação aos réus Luiz Fernando Ribas Carli, Ana Paula Silva Polli Ferreira, Marcel Scorsim Fracaro, Jefferson Rizental Gomes, Ruy Camargo e Silva Junior, Sacha Breckenfeld Reck, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinicius Marchezetti, Garrone Reck, Alexis Brenckenfeld Reck, Marco Antonio Gulin e Delfio José Gulin;
- b) R\$ 22.500.000,00 (vinte milhões e quinhentos mil reais) em relação às requeridas Transportes Pérola do Oeste Ltda., Logitrans - Logística Engenharia e Transportes Ltda. e Auto Viação Marechal Ltda.;
- c) R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no tocante aos requeridos Paulo Dinarte Tavares, Alcione Bastos Ribas, Gustavo Guevera Malvestiti, Maria Fernanda Domingues Condessa, Pedro Renato Fogança e Margarete Aparecida Felema;
- d) R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), quanto aos demandados Luiz Adriano Chociai e Ana Lúcia Odebrecht Massaro Tossin.

O artigo 7º, parágrafo único, da Lei de Improbidade, estabelece que a indisponibilidade "recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito".

A melhor interpretação do dispositivo, estabelece que a indisponibilidade terá aplicação aos bens que assegurem o ressarcimento do dano perseguido e do acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento do ímprobo, é, senão, este o espírito dos artigos 5º e 6º, da Lei nº 8.429/92.

Por conseguinte, é o pedido da parte autora que delimita o valor da indisponibilidade, já que ela não se aplica a "todo o patrimônio penhorável, mas apenas sobre bens suficientes e adequados para suportar o montante de eventual condenação de

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VÁRZA CÍVEL

ressarcir danos ou [e] de restituir acréscimos patrimoniais havidos ilicitamente."⁹

Pois bem, analisando o pedido principal do Ministério Público, quer me parecer que há certo descompasso com o pleito liminar, já que em relação aos requeridos indicados nos itens "a" e "b" do tópico 8, há expressiva diminuição sobre o valor da tutela ressarcitória ao erário (mov. 1.1 - fl. 116 - página 112):

- a) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em relação aos réus Luiz Fernando Ribas Carli, Ana Paula Silva Polli Ferreira, Marcel Scorsim Fracaro, Jefferson Rizental Gomes, Ruy Camargo e Silva Junior, Sacha Breckenfeld Reck, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinícius Marchezetti, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinícius Marchezetti, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinícius Marchezetti, Marco Antonio Gulin e Delfio José Gulin;
- b) R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) em relação às requeridas Transportes Pérola do Oeste Ltda., Logitrans e Auto Viação Marechal;
- c) R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no tocante aos requeridos Paulo Dinarte Tavares, Alcione Bastos Ribas, Gustavo Guevera Malvestiti, Maria Fernanda Domingues Condessa, Pedro Renato Fogança e Margarete Aparecida Felema;
- d) R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), quanto aos demandados Luiz Adriano Chociai e Ana Lúcia Odebrecht Massaro Tossin.

Levando em consideração a inexistência de quaisquer outros pedidos acerca da condenação no que se refere ao eventual acréscimo patrimonial indevido dos requeridos, quer me parecer que o *quantum* da indisponibilidade não pode ultrapassar a quantia fixada no pedido final de ressarcimento de bens. Caso contrário, estar-se-ia punindo antecipadamente os requeridos com restrição patrimonial mais intensa e, portanto, desproporcional em relação ao pedido de fundo, o que é inadmissível.

⁹ Teori Albino Zavascki, Processo Coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos - 5. ed. rev. e atual. e ampl. - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 117





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Com efeito, a indisponibilidade deve guardar consonância com os valores fixados no pleito de mérito.

1.8. Ex positis, DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS DOS REQUERIDOS, inaudita altera parte e *initio litis*, com fundamento no artigo 37, § 4º, da Constituição da República/88 e artigo 7º, parágrafo único, da Lei nº 8.429/92, nos seguintes parâmetros:

1.8.1. R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para cada um dos seguintes requeridos: LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI, ANA PAULA SILVA POLLI FERREIRA, MARCEL SCORSIM FRACARO, HEEFERSON RIZENTAL GOMES, RUY CAMARGO E SILVA JUNIOR, SACHA BRECKENFELD RECK, ANTONIO CARLOS MARCHEZZETI, ANDRÉ VINÍCIUS MARCHEZZETI, GARRONE RECK, ALEXIS BRECKENFELD RECK, MARCO ANTONIO GULIN e DELFIO JOSÉ GULIN;

1.8.2. R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para cada um dos seguintes requeridos: TRANSPORTES PÉROLA DO OESTE LTDA, LOGITRANS - LOGÍSTICA ENGENHARIA E TRANSPORTES LTDA e AUTO VIAÇÃO MARECHAL;

1.8.3. R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para cada um dos seguintes requeridos: PAULO DINARTE TAVARES, ALCIONE BASTOS RIBAS, GUSTAVO GUEVERA MALVESTATI, MARIA FERNANDA DOMINGUES CONDESSA, PEDRO RENATO BOGANÇA e MARGARETE APARECIDA FELEMA;

1.8.4. R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para cada um dos seguintes requeridos: LUIZ ADRIANO CHOCIAI e ANA LÚCIA ODEBRECHT MASSARO TOSSIN.

ORGANIZAÇÃO PROCEDIMENTAL DA INDISPONIBILIDADE





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Estado do Paraná

1.9. Com a finalidade de viabilizar o cumprimento da presente ordem sem tumultuar ou impedir o andamento da ação de improbidade, determino ao cartório o cumprimento desta determinação em autos em apartado, a partir de agora chamado de **AUTOS DE INDISPONIBILIDADE E OUTRAS MEDIDAS**, que permanecerão apensos a este caderno, com a finalidade exclusiva de dar concretude a esta decisão.

1.9.1. Com efeito, determino ao cartório que lavre a certidão de inauguração da autuação acima referida, instruindo-a com cópia desta decisão e dos demais atos que forem levados a efeito neste momento.

ATOS CONCRETOS DA INDISPONIBILIDADE - PROVIDÊNCIAS A SEREM REALIZADAS NOS AUTOS DE INDISPONIBILIDADE E OUTRAS MEDIDAS

1.10. Decreto o bloqueio e a indisponibilidade dos valores constantes de contas correntes e aplicações financeiras em nome dos requeridos, pelo SISTEMA BACENJUD, até o limite estabelecido nos itens 1.8.1 à 1.8.4 desta decisão.

1.11. Decreto o bloqueio e a indisponibilidade dos veículos registrados em nome dos requeridos, pelo SISTEMA RENAJUD, até o limite estabelecido nos itens 1.8.1 à 1.8.4 desta decisão, excluindo-se os valores já bloqueados no item acima.

1.12. Oficie-se, de forma individualizada para cada requerido, aos Cartórios de Registro de Imóveis desta Comarca, bem como aos Cartórios das Comarcas em que os requeridos tenham domicílio conhecido, determinando a indisponibilidade dos imóveis de suas propriedades, devendo comunicar a este Juízo o cumprimento da





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA

1ª VARA CÍVEL

medida, no prazo de 05 (cinco) dias, acompanhado de cópia das respectivas matrículas/transcrições com a averbação da informação.

Conste do ofício que a providência não depende de adiantamento das custas respectivas, tendo em vista que o Ministério Público é a parte autora.

1.13. Oficie-se às Presidências dos Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região e Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região noticiando a decisão ora proferida e solicitando a comunicação de todos os Juízes da 1ª Instância: a) para não homologarem acordos, transações, renúncias a direitos ou qualquer outro ato que represente redução patrimonial dos requeridos; b) promoverem a indisponibilidade de bens e direitos dos requeridos existentes em processos judiciais, comunicando a este Juízo, em cópias, acompanhado de cópia das matrículas/transcrições com a averbação da informação.

INSURGÊNCIAS DAS PARTES SOBRE BENS ESPECÍFICOS DA INDISPONIBILIDADE

1.14. A parte que eventualmente insurgir-se contra a indisponibilidade de um ou mais bens, diante de sua impossibilidade, deverá fazê-lo em autos em apartado, que serão apensados aos AUTOS DE INDISPONIBILIDADE E OUTRAS MEDIDAS, sem a necessidade da antecipação de custas processuais.

1.14.1. Os pedidos eventualmente juntados nos presentes autos ou nos AUTOS DE INDISPONIBILIDADE E OUTRAS MEDIDAS, submeter-se-ão ao procedimento ora estabelecido e não tumultuarão o andamento normal do processo, já que o pedido será desentranhado e distribuído em apartado quando as regulares conclusões.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

1.15. Apresentado o requerimento, determino ao Cartório que abra vista ao Ministério Público para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

1.16. Na sequência, venham os autos conclusos.

QUEBRA DOS SIGILOS FISCAL E BANCÁRIO DOS REQUERIDOS

Requeru o Ministério Público a quebra dos sigilos fiscal e bancário de todos os requeridos sob o argumento de investigar a eventual percepção de vantagem indevida.

O artigo 198 do CTN¹⁰ garante a todos os contribuintes brasileiros o direito ao sigilo dos dados fiscais, enquanto os artigos 1º

¹⁰ Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)
I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça; (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação por prática de infração administrativa. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

I - representações fiscais para fins penais; (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

III - parcelamento ou moratória. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

ANTÔNIO CARVALHO FILHO
Juiz de Direito



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

e 2ª da Lei Complementar nº 105/2001¹¹, estabelecem às instituições financeiras o sigilo bancário.

¹¹ Art. 1ª As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1ª São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Lei Complementar:

- I - os bancos de qualquer espécie;
- II - distribuidoras de valores mobiliários;
- III - corretoras de câmbio e de valores mobiliários;
- IV - sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- V - sociedades de crédito imobiliário;
- VI - administradoras de cartões de crédito;
- VII - sociedades de arrendamento mercantil;
- VIII - administradoras de mercado de balcão organizado;
- IX - cooperativas de crédito;
- X - associações de poupança e empréstimo;
- XI - bolsas de valores e de mercadorias e futuros;
- XII - entidades de liquidação e compensação;
- XIII - outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2ª As empresas de fomento comercial ou factoring, para os efeitos desta Lei Complementar, obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas no § 1ª.

§ 3ª Não constitui violação do dever de sigilo:

I - a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II - o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

III - o fornecimento das informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

IV - a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;

V - a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;

VI - a prestação de informações nos termos e condições estabelecidos nos artigos 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 9ª desta Lei Complementar.

§ 4ª A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

- I - de terrorismo;
- II - de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;
- III - de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;
- IV - de extorsão mediante sequestro;
- V - contra o sistema financeiro nacional;



Página 39 de 44

SUSTENTABILIDADE: Justiça com a vida

ANTÔNIO CARVALHO FILHO

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CÍVEL

Estado do Paraná

Todavia, como sabido, os sigilos fiscal e bancário poderá ser mitigado pelo Juiz de Direito no interesse da justiça (artigo 198, § 1º, I, do Código Tributário Nacional e artigo 3º, da Lei Complementar nº 105/2001).

VI - contra a Administração Pública;

VII - contra a ordem tributária e a previdência social;

VIII - lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX - praticado por organização criminosa.

Art. 2º O dever de sigilo é extensivo ao Banco Central do Brasil, em relação às operações que realizar e às informações que obtiver no exercício de suas atribuições.

§ 1º O sigilo, inclusive quanto a contas de depósitos, aplicações e investimentos mantidos em instituições financeiras, não pode ser oposto ao Banco Central do Brasil:

I - no desempenho de suas funções de fiscalização, compreendendo a apuração, a qualquer tempo, de ilícitos praticados por controladores, administradores, membros de conselhos estatutários, gerentes, mandatários e prepostos de instituições financeiras;

II - ao proceder a inquérito em instituição financeira submetida a regime especial.

§ 2º As comissões encarregadas dos inquéritos a que se refere o inciso II do § 1º poderão examinar quaisquer documentos relativos a bens, direitos e obrigações das instituições financeiras, de seus controladores, administradores, membros de conselhos estatutários, gerentes, mandatários e prepostos, inclusive contas correntes e operações com outras instituições financeiras.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à Comissão de Valores Mobiliários, quando se tratar de fiscalização de operações e serviços no mercado de valores mobiliários, inclusive nas instituições financeiras que sejam companhias abertas.

§ 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, em suas áreas de competência, poderão firmar convênios:

VI - com outros órgãos públicos, fiscalizadores de instituições financeiras, objetivando a realização de fiscalizações conjuntas, observadas as respectivas competências;

II - com bancos centrais ou entidades fiscalizadoras de outros países, objetivando:

a) a fiscalização de filiais e subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento no Brasil e de filiais e subsidiárias, no exterior, de instituições financeiras brasileiras;

b) a cooperação mútua e o intercâmbio de informações para a investigação de atividades ou operações que impliquem aplicação, negociação, ocultação ou transferência de ativos financeiros e de valores mobiliários relacionados com a prática de condutas ilícitas.

§ 5º O dever de sigilo de que trata esta Lei Complementar estende-se aos órgãos fiscalizadores mencionados no § 4º e a seus agentes.

§ 6º O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e os demais órgãos de fiscalização, nas áreas de suas atribuições, fornecerão ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, as informações cadastrais e de movimento de valores relativos às operações previstas no inciso I do art. 11 da referida Lei.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Nos casos de improbidade administrativa, quer me parecer que a medida para o levantamento dos sigilos deve obedecer aos seguintes requisitos: a) existência de plausibilidade do pedido de improbidade; b) individualização dos requeridos; c) indispensabilidade dos dados requeridos para a instrução probatória.

Com relação à plausibilidade do pedido, remeto a fundamentação ao que foi dito com relação ao mesmo tópico para o deferimento da indisponibilidade de bens dos requeridos.

Os demais requisitos também estão presentes. Não só os requeridos estão devidamente individualizados, como as ações realizadas por eles também foram objeto de minuciosa descrição pelo requerente. Por fim, entendo que a decretação da medida é indispensável para coligir outros elementos probatórios sobre eventual obtenção de vantagem patrimonial indevida pelos requeridos.

Neste sentido é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. POSSIBILIDADE. DENÚNCIA ANÔNIMA. INVESTIGAÇÃO SOBRE SUA VERACIDADE. POSSIBILIDADE.

1. No que tange à apontada negativa de vigência aos arts. 5º, X e XII, e 93, IX, da Constituição da República, bem como ao art. 458, Inc. II, do Código de Processo Civil, nota-se o ato impugnado trouxe as razões de sua conclusão sobre a possibilidade do quebra de sigilo bancário do requerente. Por fim, a decretação da medida é indispensável para eventual obtenção de vantagem patrimonial indevida pelos requeridos.

2. O art. 1º, § 3º, inc. IV, da Lei Complementar n. 105/01 descaracteriza a violação ao dever de sigilo a comunicação às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa".

3. A seu turno, o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar n. 75/93, em leitura conjugada com o art. 80 da Lei n. 8.625/93, é claro ao dispor que "nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido".

4. Por sua vez, o § 4º do mesmo dispositivo permite a quebra de sigilo quando necessária para a apuração de ocorrência de qualquer ilícito, especialmente nos crimes contra a Administração Pública, como é o caso dos autos, em que há suspeita de prática de corrupção.

De fato, não poderia a privacidade constituir direito absoluto a ponto de sobrepor-se à moralidade pública.

5. Nesse sentido, a proporcionalidade da medida excepcional justifica-se sobretudo diante (i) da evolução patrimonial do recorrente, incompatível com sua renda como agente fiscal da Receita Estadual, (ii) da necessidade de examinar se efetivamente houve enriquecimento ilícito (elemento da improbidade administrativa do art. 9º da Lei n. 8.429/1992) e se existem outros agentes envolvidos, e (iii) da impossibilidade de se comprovar essa evolução senão por meio das declarações de patrimônio e renda prestadas à Receita Federal para fins de fiscalização do Imposto de Renda e da movimentação da CPMF que indicará a consistência ou a inconsistência das informações prestadas ao Fisco.

6. E mais: o objeto encontra-se devidamente especificado, consoante se observa do trecho da petição em que se complementou o pedido de quebra.

7. Impõe-se destacar também que a "denúncia" anônima, quando fundada - vale dizer desde que forneça, por qualquer meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização - não impede a respectiva investigação sobre a sua veracidade, porquanto o anonimato não pode servir de escudo para eventuais práticas ilícitas e ponto de transformar o Estado em verdadeiro paraíso fiscal.

8. Aliás, o art. 2º, § 3º, da Resolução n. 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, é expresso ao prever a necessidade de tomada de providências, ainda que o conhecimento pelo Parquet de fatos constituidores, em tese, de lesão aos interesses e direitos cuja proteção está a seu cargo se dê por manifestação anônima.

Precedentes.

9. Recurso ordinário não provido.

ANTÔNIO CARVALHO FILHO
Juiz de Direito





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA

1ª VARA CÍVEL

(RMS 32.065/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL
MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/02/2011,
DJe 10/03/2011)

Destarte, merece deferimento o pedido de quebra dos
sigilos fiscal e bancário dos requeridos.

**1.17. Ex positis, DECRETO A QUEBRA DOS SIGILOS
FISCAL E BANCÁRIO DOS REQUERIDOS no período de 01.01.2008 a
31.12.2012.**

**1.17.1. Para o cumprimento desta determinação, de
igual modo, determino a abertura de autos em apartado AUTOS DE
QUEBRA DE SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL, através de certidão e cópia
desta deliberação.**

**1.17.2. Decreto, desde já, o segredo de justiça tão
somente em relação aos AUTOS DE QUEBRA DE SIGILOS BANCÁRIO E
FISCAL, autorizando o seu manuseio apenas pelas partes.**

**1.17.3. Para a quebra de sigilo fiscal deve o Cartório
requisitar pelo Sistema INFOJUD, todas as DIRPF e DIRPJ dos
requeridos, no período acima referido.**

**1.17.4. Para a quebra de sigilo bancário deve o Cartório
requisitar pelo Sistema BACENJUD (Minuta de Requisição de
Informações), as informações sobre os extratos específicos de contas
correntes/contas de investimentos, contas poupanças e investimentos
e outros ativos dos requeridos, no período acima referido.**

DISPOSIÇÕES FINAIS

**2. Notifiquem-se os requeridos preferencialmente
pelo correio, para manifestação por escrito, na forma do que dispõe o**





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE GUARAPUAVA 1ª VARA CÍVEL

Estado do Paraná

artigo 17, § 7º, da Lei nº 8.429/92¹², no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se o disposto no artigo 191, do Código de Processo Civil.

3. Cientifique-se o Município de Guarapuava-PR, na pessoa do Senhor Prefeito Municipal, para que, se for de seu interesse, manifeste-se nos termos do artigo 6º, § 3º, da Lei 4.717/65¹³.

4. Decorridos os prazos, venham os autos conclusos para Juízo de Prelibação da exordial.

Intimações e diligências necessárias.

Guarapuava - PR, sexta-feira, 16 de Agosto de 2013.

ASSINADO DIGITALMENTE
ANTÔNIO CARVALHO FILHO
Juiz de Direito

¹² Art.17, §7º. Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

¹³ Art.6, §3º. A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.



PROJUDI - Processo: 0011202-06.2013.8.16.0031 - Ref. mov. 17.1 - Assinado digitalmente por Antonio Jose Carvalho da Silva Filho:14395
16/08/2013: CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR. Arq: Decisão

**Parecer do Ministério Público de Apucarana/PR
recomendando a suspensão da licitação do
transporte em Apucarana/PR.**

Parecer do Ministério Público de Apucarana/PR
recomendando a suspensão da licitação do
transporte em Apucarana/PR



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1903
1903

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, consoante dispõe o art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1.993;

CONSIDERANDO que, fora instaurado nesta Promotoria de Justiça o **inquérito civil** sob o nº **MPPR-0007.11.000460-8**, visando à apuração de irregularidade em procedimento licitatório para a concessão de transporte coletivo urbano desta cidade de Apucarana;

CONSIDERANDO que, no procedimento supramencionado fora juntado exemplar do Jornal "Espaço Aberto", nº 373, circulado nesta cidade, no qual fora editada matéria em sua pag. 03, sob título: *"TCCC e LOGITRANS - Coincidência mercantil"*, bem como pela declaração do repórter Ednei Roberto Rosina Mansano, perante esta Promotoria de Justiça (fl. 262), pelos quais, em síntese, sugerem uma *"ligação mercantil histórica entre LOGITRANS e o grupo CONSTANTINO, o qual inclui diversas empresas, entre elas, a F.C.C.C., que atualmente explora o transporte coletivo de Apucarana"* (texto extraído da declaração);

CONSIDERANDO que em consulta efetuada no "site" da empresa LOGITRANS, foi observado que a referida empresa efetuou o estudo técnico que serviu de base para a elaboração de licitação para a concessão de transporte coletivo em diversas cidades e que, em algumas delas, efetivamente foram vencedoras empresas do Grupo Constantino;

CONSIDERANDO que foi juntado nos autos de inquérito civil supramencionado um e-mail, no qual é narrada a ligação entre a empresa LOGITRANS e o Grupo CONSTANTINO, reforçando a narrativa feita pelo repórter Ednei Mansano como acima já exposto;

CONSIDERANDO que no e-mail acima mencionado fora ventilado que um dos Diretores da Empresa LOGITRANS (Sr. **Garrone Reck**), possui um filho advogado (**Dr. Sacha Breckenfeld Reck**), o qual milita na área de transportes coletivos e patrocina causas do Grupo Constantino, juntamente com o advogado Dr. Guilherme de Salles Gonçalves, conforme documentos indicados no e-mail já citado;

1490



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1904
MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

CONSIDERANDO que em declaração prestada pelo Sr. Garrone Reck a esta Promotoria de Justiça, no dia 14 de março de 2012, fora confirmado formalmente que seu filho (Dr. Sacha) efetivamente trabalha com o advogado Dr. Guilherme de Salles Gonçalves, como acima apontado e, inclusive, *informalmente*, foi dito a este agente ministerial que o escritório em que seu filho trabalha atua patrocinando causas referentes a *transporte coletivo*;

CONSIDERANDO que a empresa V.A.L. (Viação Apucarana Ltda.) atualmente é administrada pelo Grupo Constantino, conforme documentalmente informado por essa Administração Pública a esta Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO que é de conhecimento público que o edital de licitação envolvendo a concessão do transporte coletivo de Apucarana encontra-se, atualmente, em sua fase final (de análise da melhor proposta de preço) e que estão concorrendo duas empresas - Empresa de Auto Ônibus Botucatu e Viação São Francisco; esta última do Grupo Econômico São Francisco;

CONSIDERANDO que as irregularidades sugeridas pelo repórter e também por e-mail, acima apontadas, *caso sejam efetivamente confirmadas*, podem macular a lisura do processo licitatório já citado, por *inobservância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e, moralidade*, inclusive, com eventuais medidas a serem ajuizadas por esta Promotoria de Justiça

CONSIDERANDO que a inobservância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, viola os princípios constitucionais referentes à prática dos atos administrativos, inseridos no art. 37 da Constituição Federal, que estabelece: *a administração pública, direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade* - (destacamos);

CONSIDERANDO finalmente que; ao agente público, que *desrespeitar aos preceitos legais e princípios constitucionais*, bem como aquele que, mesmo não sendo agente público, venha a concorrer ou beneficiar-se da prática ilícita, respondem, além de eventual *prática criminal*, também está sujeito à *responsabilização pela prática de improbidade administrativa*, pela quebra dos princípios

1401



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1905
M. P. - YNA

constitucionais, entre eles o da legalidade, conforme previsto nos artigos 1º, 3º e 11, da Lei nº 8.429/1992¹.

Expede-se a presente

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA²

Ao **Excelentíssimo Senhor JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de Apucarana**, para que usando de suas atribuições legais, **determine a imediata instauração de sindicância³ para a apuração administrativa dos fatos acima apontados**, bem como, se possível, a **suspensão do processo licitatório** já mencionado até sua integral apuração dos fatos, a fim de que seja evitado eventual questionamento judicial, inclusive por parte desta Promotoria de Justiça, para a suspensão do referido certame.

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta Lei.

Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência;

Lei nº 8.625/93 - Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito.

Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

Lei nº 8.625/93 - Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

III - requisitar a autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível;

3

1422



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1908
MINISTÉRIO PÚBLICO
PARANÁ

Por fim, em caso de acolhimento da presente Recomendação, solicito, no prazo de 10 (dez) dias a cópia da referida decisão administrativa ou, sua negativa, para os devidos fins.


Apucarana, 19 de março de 2012.


EDUARDO AUGUSTO CABRINI
PROMOTOR DE JUSTIÇA

BLICCO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Por fim, em caso de acolhimento da presente Recomendação, solicito, no prazo de 10 (dez) dias a cópia da referida decisão administrativa ou, sua negativa, para os devidos fins.

Apucarana, 19 de março de 2012.


EDUARDO AUGUSTO CABRINI
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Classificados

Vida e Cidadania

EDUCAÇÃO SAÚDE COLUNISTAS ESPECIAIS SERVIÇOS E APLICATIVOS

Daniel Castellano/Gazeta do Povo



Documento mostra que trâmites na licitação indicariam um acordo prévio entre as empresas

TRANSPORTE COLETIVO

Sindicatos sugerem formação de cartel e pedem nova licitação

Parecer técnico mostra conluio entre empresas de transporte. Prefeitura de Curitiba diz que anulação de processo depende da Justiça

Publicado em 02/10/2013 | FERNANDA TRISOTTO

Um parecer técnico elaborado por cinco sindicatos, com representatividade em Curitiba e no Paraná, pede a anulação da licitação do transporte coletivo de Curitiba. De acordo com as entidades, os indícios de conluio entre as empresas que venceram o processo de licitação – além de vícios formais e materiais – são suficientes para que a administração municipal refaça o processo.

O documento foi entregue ontem à prefeitura e a diversos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado e União (TCE e TCU), além do Ministério Público (MP). Em setembro, uma denúncia contendo esses mesmos tópicos já havia sido entregue ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Irregularidades

Advogado investigado em Brasília representa a Setransp

Raphael Marchiori

A primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal suspendeu o contrato para operação do transporte coletivo da capital federal nas bacias 1 e 4. Segundo o juiz Mário Henrique Silveira de Almeida o "processo está evadido de irregularidades e ilegalidades por conta de um comprometimento direto dessas empresas com o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck". Um dos sócios do escritório representa o Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp).

Ricardo Mac Donald Ghisi, secretário de governo da prefeitura de Curitiba, citou a decisão como um exemplo de caminho a ser seguido caso seja constatado problemas na licitação do transporte coletivo da capital paranaense. "A Justiça está observando os casos. Estamos acompanhando a situação."

Segundo a decisão judicial em Brasília, "o escritório de advocacia atuou de forma incisiva e constrangedora, definindo conteúdo das decisões administrativas, inclusive tendo Sacha Reck assumindo atividades ordinárias da Comissão de Licitação." O magistrado cita ainda que o escritório, contratado sem licitação para prestar consultoria no processo, teria atuado em favor de empresas cujos sócios foram beneficiados no processo do Distrito Federal.

A Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal determinou a suspensão das licitações e o retorno do processo à fase de habilitação de concorrentes. Determinou ainda que, em caso de participação das empresas Viação Marechal e Viação Piracicabana, o escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck não poderá ser contratado.

A assessoria do Setransp não se pronunciou até o fechamento desta edição. Sacha Reck não retornou as ligações da reportagem.

Quem são

O estudo jurídico foi promovido pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Financeiros e Empresas do Ramo Financeiro de Curitiba e Região (Bancários de Curitiba) e o Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná (Sindiurbano).

Relator

Foi sorteado o relator que conduzirá as investigações sobre transporte coletivo no Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que também encontrou irregularidades na licitação do transporte de Curitiba. O conselheiro Nestor Baptista foi o escolhido, em sorteio realizado nesta semana. Baptista foi indicado ao TC pelo governador Avelino Dias. Ele está de férias e deve retornar ao trabalho na próxima semana, para analisar o relatório elaborado por técnicos do TC.

INFOGRAFICO Veja as irregularidades no parecer elaborado pelos sindicatos

Para a prefeitura, as entidades pedem que seja instaurado um processo administrativo, seguido da suspensão do contrato e da anulação da licitação. Nesse período, o assessor jurídico do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, Eduardo Faria Silva, explica que a prefeitura poderia assumir o serviço de transporte coletivo, o que já ocorreu em outras cidades brasileiras. Por fim, é solicitada a responsabilização dos agentes públicos e privados que tiveram envolvimento nas irregularidades denunciadas.

Novas denúncias

O documento apresentado pelos sindicatos reforça alguns pontos que já foram tocados pelos relatórios da comissão interna de auditoria da prefeitura e do Tribunal de Contas e na CPI do Transporte. Esses itens estão relacionados aos vícios formais e materiais do edital de licitação, principalmente no que diz respeito à falta de parecer jurídico antes da publicação. "O gestor da Urbs assumiu o risco da publicação com todas as irregularidades e ilicitudes", declarou Silva.

No entanto, o material traz mais indicativos de cartelização. "Há indícios claros de que há conluio entre as empresas", diz Silva, que apresentou quatro pontos para sustentar essa tese. Inicialmente, chama atenção a distribuição societária das empresas, com famílias distribuídas em todos os lotes. Outro item é o fato de os consórcios terem apresentado uma única proposta para lotes diferentes, o que indicaria um acordo prévio.

Além disso, um dos documentos exigidos pela licitação – a carta-fiança – foi emitido pela mesma instituição financeira, o banco Itaú, no mesmo dia e com números sequenciais para os três consórcios. Outro indício de conluio seriam as propostas encaminhadas pelas empresas para a Urbs, que apresentam, inclusive, os mesmos erros de português.

Essa parte da denúncia já foi encaminhada ao Cade, em meados de setembro. A denúncia, feita pela Plenária Popular do Transporte, ressalta os indícios de cartelização. O protocolo está tramitando no órgão.

Prefeitura diz que espera decisão judicial

Raphael Marchiori

Representantes dos sindicatos que elaboraram o parecer técnico foram recebidos ontem pelo secretário de Governo, Ricardo Mac Donald Ghisi, que durante o encontro reafirmou a posição da prefeitura: "Cancelamos a licitação se houver uma determinação judicial", disse.

Segundo Mac Donald, uma decisão unilateral da prefeitura poderia ser revertida pelos empresários do setor na justiça. "A lei de concessões prevê a intervenção, mas uma ação de lucro cessante, por exemplo, poderia derrubar a medida e trazer prejuízos aos cofres públicos. O sistema de transporte coletivo custa R\$ 75 milhões mensais e não podemos correr riscos".

Para Lafaita Neves, que esteve presente no encontro e é membro representante da Plenária Popular de Transportes na Comissão da Urbs para Análise da Tarifa, as provas de vício no processo licitatório são fartas e a prefeitura deveria tomar uma medida para evitar maiores prejuízos ao município. "Desde 2009 nos debruçamos sobre problemas na licitação. Desde o ano passado trabalhamos nesse relatório. A prefeitura tem autonomia para cancelar esse processo e deveria fazê-lo para evitar ação por improbidade administrativa".

PROBLEMAS

Um parecer elaborado por sindicatos paranaenses analisou irregularidades envolvendo o transporte coletivo de Curitiba em três aspectos, relacionados à licitação e à cartelização. Veja as conclusões:

VÍCIOS FORMAIS

O que são

São os relacionados à formatação do edital e verificados na origem do documento.

Pontos em destaque

- 1 ausência de indicação do valor de outorga
- 2 ausência de justificativa para adoção dos índices relacionados à comprovação de idoneidade financeira
- 3 ausência de embasamento para limitar a lucratividade das empresas vencedoras com a fixação da Taxa Interna de Retorno em 8,95%
- 4 ausência de justificativa para os critérios de pontuação das empresas por experiência
- 5 ausência de justificativa para os critérios de pontuação para antecipação da operação e de demonstração da viabilidade da bilhetagem eletrônica

VÍCIOS MATERIAIS

O que são

O processo de licitação precisa ser vantajoso à administração pública mediante ampla concorrência. Mesmo assim, é possível favorecer determinados concorrentes na licitação e no contrato.

Pontos em destaque

- 1 definição de objeto
- 2 escolha dos critérios mínimos necessários à habilitação dos interessados
- 3 eleição dos quesitos que serão passíveis de pontuação no julgamento da propostas dos habilitados
- 4 tipificação do que pode ser considerado infração passível de acarretar a imposição de penalidades severas

Conclusão

- Favorecimento das empresas que já atuavam em Curitiba.
- Pedidos abusivos que frustravam a participação externa.

CONCLUSÃO

O que é

A análise jurídica dos documentos apresentados pelas empresas que participaram da licitação mostrou indicativos de cartelização dessas empresas.

Conclusão

- Participação de famílias em diferentes empresas em todos os lotes
- Cada consórcio concorreu para um lote diferente, não apresentando proposta para outros lotes
- Cartas-fiança apresentadas pelos consórcios foram concedidas pela mesma agência bancária, no mesmo dia e com números sequenciais
- Diversas peças apresentadas pelos consórcios apresentavam a mesma redação, incluindo erros de português

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

BLOG DO EDSON SOMBRA

<http://www.edsonsombra.com.br/>

INFORME
ON LINE

03/10/2013

**Transporte no DF
Com sua empresa sob
intervenção no DF, ex-
senador agora ataca o governo**

Ele acusa o diretor do DFTrans, Marco Antônio Campanella, de receber passagens aéreas pagas pela empresa do Grupo Amaral a título de propina.

Ex-senador e empresário do setor de transportes Valmir Amaral retomou nesta terça-feira (1º) denúncia sobre suposto esquema de corrupção no sistema de transportes do Distrito Federal. Ele acusa o diretor do DFTrans, Marco Antônio Campanella, de receber passagens aéreas pagas pela empresa do Grupo Amaral a título de propina. ...

O Grupo Amaral, de propriedade do denunciante, será obrigado a deixar o sistema até dezembro próximo, após licitação promovida pelo governo do DF.

É a empresa que, em dificuldades, está sob intervenção do governo do DF desde fevereiro deste ano, tendo em vista o risco de colapso nas linhas que explorava.

A denúncia entregue no Tribunal de Contas do Distrito Federal em 27 de setembro, é assinada pelo pai de Valmir, Dalmo Josué Amaral, que virou notícia logo após a intervenção em suas empresas, ao ameaçar de morte o governador Agnelo Queiroz e outras autoridades. Ele relata na denúncia que Campanella "exigia que as empresas comprassem as passagens aéreas sob as mais diversas ameaças e com brutal perseguição". O denunciante alega que autorizou a emissão das passagens "temendo represálias". O esquema ocorreria, segundo Amaral, desde julho de 2011.

De acordo com a denúncia, as passagens eram emitidas por uma funcionária do grupo Amaral. O denunciante alega que "cansado

da chantagem, decidiu interromper as compras".

A denúncia foi realizada em 19 de junho à Justiça, mas, intimado a apresentar provas até 4 de julho, Amaral não apareceu.

Esta é a segunda vez que Valmir Amaral segue até o Legislativo para denunciar supostos esquemas de corrupção. Em 30 de novembro de 2009, transtornado, seguiu até a Câmara Legislativa para denunciar que empresários das empresas de ônibus no DF deram R\$ 1 milhão a deputados distritais para que aprovassem o projeto de lei do Passe Livre. Na época, ele não deu os nomes dos distritais acusados pelo esquema corrupto.

Campanella, diretor-geral do DF-Trans, ainda não se pronunciou sobre a denúncia.

*Fonte: Naira Trindade-
Portal Diário do Poder*

Os ônibus dos Constantino voam mais alto do que a Gol

Os Constantino estão buscando em terra firme a prosperidade que não vem dos céus – da Gol, só chove prejuízo. O Grupo Áurea, que reúne os negócios da família no transporte rodoviário, negocia a compra, em um só pacote, de três empresas de ônibus interestaduais. Duas delas atuam na Região Nordeste; a terceira está localizada no Centro-Oeste. Segundo uma fonte ligada ao grupo, a operação poderá superar o valor da última grande aquisição em bloco feita pelos Constantino no setor: a incorporação da **Pássaro Marrom** e da **Litorânea**, há cerca de dois anos, que movimentou cerca de R\$ 400 milhões. O Grupo Áurea congrega mais de 40 empresas de ônibus, com faturamento anual na casa de R\$ 1,5 bilhão.

Não obstante o tamanho da operação do Áurea, o movimento dos Constan-

tino causa uma certa perplexidade. A família está despejando uma frota de recursos em um segmento que só roda em marcha a ré. Desde 2005, o volume de passageiros transportados pelas empresas de ônibus interestaduais tem recuado, em média, 8% por ano. Pergunta que não quer calar: não seria o caso de embarcar esse dinheiro na Gol, que, diga-se de passagem, anda bastante necessitada? No ano passado, a companhia aérea teve prejuízo de R\$ 1,5 bilhão. No primeiro semestre deste ano, amargou novas perdas, no valor de R\$ 508 milhões. A tudo isso, some-se ainda uma dívida superior a R\$ 5,5 bilhões.

Diante da expansão dos negócios do Grupo Áurea, algum desafeto dos Constantino – e não são poucos – poderá dizer que o clã está concentrando seus investimentos em uma área com pouca ou nenhuma go-

vernança corporativa e consequentemente baixa visibilidade. Não custa lembrar que a família se notabilizou por práticas que levaram a Receita Federal a grudar nos seus calcanhares. Recentemente, os Constantino tiveram seu nome envolvido em denúncias de irregularidades na licitação de linhas de ônibus no Distrito Federal. Não quer dizer que o passado vá se repetir. Aliás, espera-se que não. De qualquer forma, línguas ferinas à parte, o fato é que há motivações estratégicas para a decisão da família. Justamente por conta da desaceleração do mercado de transporte rodoviário, os grandes grupos do setor têm corrido atrás de aquisições para aumentar sua escala e, consequentemente, a viabilidade da operação. As próprias circunstâncias favorecem um arrastão, uma vez que os ativos estão depreciados.

Dever cumprido

Marcos Lombardi

Diretor-presidente do Jornal de Brasília

A suspensão do processo de licitação da renovação da frota de ônibus do Distrito Federal, determinada pela primeira Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça não é uma vitória do Jornal de Brasília: é uma vitória da verdade. Ao mesmo tempo em que nos orgulhamos de prestar um bom serviço à sociedade, lamentamos que velhas e condenáveis práticas sobrevivam. E os jornais existem para combatê-las, como fizemos.

O JBr publicou uma série de reportagens exclusivas mostrando que o processo de escolha das novas empresas de ônibus era viciado, repleto de irregularidades que certamente levariam a problemas maiores, prejudicando o usuário do sistema e toda a sociedade. Era um processo que se escondava na propaganda. Ou seja, estava armado para mudar tudo, mas para que tudo ficasse da mesma maneira - menos para alguns operadores que estavam sendo claramente beneficiados.

Houve muita pressão para que este jornal se dobrasse ao interesse dos poderosos: política, econômica e até mesmo ameaças de constrangimentos judiciais. Nos mantivemos firmes, não com o desejo de denunciar irregularidades, mas apenas de procurar a verdade, de lançar luz sobre um certame que insistia em ser construído nas sombras.

O Jornal de Brasília apoia toda e qualquer ação para melhorar o transporte público do Distrito Federal, que está entre os piores do país. Somente um transporte público de qualidade pode devolver às vias da cidade um trânsito mais fluente, mais humano e menos estressante. Não é o que prometia o processo licitatório suspenso pela Justiça. Ao contrário, um erro estava sendo substituído por outro. A diferença é o nome dos beneficiados.

A concentração do serviço em

um único grupo econômico - história que se repete - não atende aos mais elementares princípios da livre concorrência e, pior, se dá com fortes indícios de que a licitação foi dirigidada. Ou não é de se estranhar que o mesmo advogado que ajudou a elaborar o edital atuava também como patrono de empresa vencedora?

O JBr - e também o vespertino Na Hora H - mostrou ainda que a prometida melhoria nos serviços, tão propalada na publicidade oficial, estava longe de ser uma realidade. Vários ônibus "novos" foram encontrados na beira das vias, quebrados. Mostrou-se ainda que o tamanho dos coletivos era menor do que os antigos, ou seja, levavam menos passageiros, com menos conforto.

Ao conceder a liminar que sustou um processo que certamente teria um custo impagável para a população, a Justiça deixou evidente como estávamos corretos em não ceder às pressões e mantermo-nos firmes em informar ao cidadão o que realmente estava acontecendo no transporte público do DF.

O Jornal de Brasília não tem orgulho das denúncias que faz, mas se orgulha dos serviços que presta à sociedade. A publicidade oficial existe para que as autoridades prestem conta do que estão fazendo com o dinheiro público, trata-se de salutar exercício de transparência e responsabilidade. No caso dos ônibus do Distrito Federal, no entanto, não foi o que aconteceu. Eram apenas peças para enganar o povo.

O Jornal de Brasília vai se manter vigilante. Acreditamos que este é o verdadeiro papel de um jornal: servir à sociedade, ser um instrumento que ajude a combater abusos. Contra a obscuridade, o antidoto é a clareza. Afinal, como dizia há quase um século o juiz norte-americano Louis Brandeis, "a luz do sol é o melhor dos desinfetantes".

Mais do mesmo

No DFTrans, as poucas mudanças como a saída de Daniel Correa serviram apenas para possibilitar que o atual diretor do órgão, Antonio Campanella, repassasse o comando para o ex-secretário da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária, Vitor Correa, que é irmão de Daniel Correa. Ou seja, enquanto o órgão se omite em relação às melhorias que o sistema de transporte precisa, o PPL continuará fazendo a festa nos cargos comissionados.

Processo indigna usuários

Passageiros concordam com a necessidade de refazer licitação. Outros temem que fique ainda pior

Suzano Almeida

suzano.almeida@jornaldebrasilia.com.br

A notícia de que a licitação de duas das cinco bacias do transporte público do DF terá de ser refeita dá o que falar nas paradas de ônibus. Desconfiados de como transcorreu o processo, passageiros apoiam a decisão do Tribunal de Justiça do DF (TJDFT). E especialistas alertam que, a partir de agora, novos problemas para os usuários deverão surgir. O Jornal de Brasília noticia as denúncias desde maio último.

A decisão da 1ª Vara de Fazenda Pública levou em consideração a suposta participação fraudulenta do escritório Gonçalves & Sacha Reck, que, além de participar da elaboração do edital, representa as empresas Marechal e Piracicabana, ambas vencedoras dos dois maiores lotes 1 e 4.

Outro ponto levantado pelo magistrado destaca que as empresas receberam tratamento privilegiado, incluindo a ampliação de prazos para que a Piracicabana pudesse entregar documentação necessária para a qualificação.

Apesar de prejudicados pelo atual sistema, devido às péssimas condições que enfrentam diaria-

mente, os usuários concordaram com a decisão do TJDFT. "Mais uma vez, a história se repete. Tudo mancomunado e sempre com irregularidades. Não estou nem um pouco surpreso com a decisão da Justiça. Agora é ver se um dia vai mudar essa grande vergonha", desabafa o desenhista Marco Aurélio Lobo, 33.

SISTEMA INCOMPLETO

Ao analisar o cenário, o pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) e mestre em transporte público Flávio Augusto Dias avalia que os usuários estão desprotegidos. "O passageiro terá problemas para usar o transporte, já que ele está incompleto. Ou se funciona com o sistema de bacias ou com o anterior. Da forma como está, o passageiro pode ter dificuldades ao usar coletivos de um sistema para o outro", analisa.

Dias destaca que os usuários não confiam no transporte, tanto por causa da atual situação, quanto pelas frequentes suspeitas de irregularidades. "O usuário não confia mais no sistema. Confiança: essa é a palavra-chave. O usuário, que já estava vendo a transição acontecer, agora terá que esperar até que o governo faça uma nova licitação", relata o especialista.



pense hissso

Não adianta, aparentemente, resolver um problema, e provocar tantos outros. A população do Distrito Federal sofre com os desmandos do oligopólio no sistema de transporte coletivo há décadas. A licitação sempre foi apontada como a solução. Mas, para que funcione de verdade, deve ser transparente e correta. Do contrário, só piora ainda mais a situação. O brasiliense não quer e não pode ser enganado tão facilmente.

Não existe concorrência

O pesquisador Flávio Augusto Dias acredita que o modelo definido pelo governo Agnelo não é o melhor, pois não incentiva a concorrência. "Antes, você poderia colocar mais de uma empresa em uma mesma linha. Assim, quando uma não cumprisse o horário, a outra ficaria com todo o lucro da concorrente", explica o especialista da UnB, que ressalta: "Para um modelo como esse, deveria haver empresas e um governo sério, e eu não vejo isso acontecendo em Brasília. Os empresários vão tratar os passageiros como sardinhas dentro desses

ônibus".

Usuária do sistema, a promotora de vendas Anne Araújo, 20 anos, moradora de Nova Colina, em Sobradinho, concorda com o especialista no que diz respeito ao lucro visado pelos empresários. Ela espera até uma hora para conseguir pegar um ônibus que lhe deixe próximo à sua casa - que sempre está lotado.

"Temos que esperar tudo isso para pegar um ônibus com linha Planaltina. Os passageiros ficam bravos porque sabem que o carro terá que parar várias vezes antes de chegarem ao destino deles", conta.

Irregularidades do começo ao fim

dizai

O que você achou da suspensão dos contratos das duas empresas?



Maria de Cássia, serviços gerais

É ruim, pois já não tem ônibus. Mas se houve fraude, a Justiça está certa.



Juliana Ribeiro, fiscal de caixa

A suspensão foi boa. Quem sabe assim não haja mais transparência na licitação.



Mirian Regina, promotora de vendas

Os políticos fazem muitas coisas erradas e a população é que fica com prejuízo.



Mauro Cirino, pedreiro

Falta vergonha do governo, que beneficia o empresário e prejudica o trabalhador.

A cada novo capítulo da novela da licitação dos ônibus, mais denúncias surgem. E o JBr está acompanhando todas. Ainda em 2011, quando da elaboração do edital, teria ocorrido a primeira irregularidade com a participação de Galeno Furtado, presidente da comissão de licitação do transporte e ex-chefe de gabinete de Dirval Barbosa, diretor da Caixa de Pandora.

Por ser empresário – dono de um alambique –, Galeno não poderia ocupar o cargo. Além disso, em gravações, ele teria admitido fraudes na licitação e chegou a ser intimado pelo MP. Recentemente, foi transferido para a prefeitura de Alexânia (GO), onde sua empresa está situada, e continua sendo pago pela Codeplan, seu órgão de origem.

Em maio deste ano, o Jornal de Brasília começou a publicar uma série de reportagens que expuseram falhas na elaboração do edital de licitação. Entre elas está a parti-

cipação dos advogados Garrone e Sacha Reck no certame, pai e filho, que defendem os interesses dos grupos Constantino e Gulin, vencedores das Bacias 1 e 4.

SUPERFATURAMENTO

Outro ponto levantado pelo Ministério Público diz respeito ao superfaturamento das tarifas, que no DF tem taxa interna de retorno de 12%, enquanto em Curitiba ela é de 8,95%. Além disso, as empresas assessoradas pela Gonçalves & Sacha Reck ofereceram na disputa o valor máximo possível para a prestação do serviço, enquanto as demais tinham taxas mais baratas.

O MP afirmou que houve excessiva pressa para a conclusão da licitação, o que provocou erros que prejudicaram a competitividade.

O governo Agnelo diz que aguarda a notificação sobre a decisão de suspender os contratos das bacias. A reportagem não conseguiu contato com as empresas envolvidas.

“

Para um modelo como esse, deveria haver empresas e um governo sérios, e eu não vejo isso acontecendo em Brasília. Os empresários vão tratar os passageiros como sardinhas dentro desses ônibus”.

Flávio Augusto Dias, especialista em transporte

Quem é quem

NATHAN VIANA/AGF

DIVULGAÇÃO



Galeno Furtado
Presidente da comissão de licitação. A comissão presidida por ele teria sido conivente com todas as irregularidades levantadas, entre elas, a aceitação de documentos da empresa Piracicabana depois do prazo legal. Galeno tem forte relação com Durval Barbosa.

Garrone e Sacha Reck
Pai e filho, advogados. A empresa do pai ajudou na elaboração do edital de licitação do sistema de transporte. Já o filho (foto) advoga para duas empresas que venceram o certame: Auto Viação Marechal e o Grupo Constantino.

APF/CONSTANTINO

PEDRO VENTURA/AGÊNCIA BRASIL



Família Constantino
Empresas controladas por Nenê Constantino (foto) e parentes venceram a licitação para operar duas das cinco bacias de ônibus. As empresas são Pioneira e Piracicabana. Além disso, a mesma família administra o Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBA).

José Walter Vazquez
Secretário de Transportes. Já foi ouvido na Câmara Legislativa, quando deputados cobraram explicações para as inúmeras denúncias que envolvem a licitação. Vazquez alegou que o certame ocorreu com total legalidade, defendendo a atuação de Galeno Furtado.

TRANSPORTE

Secretaria terá que explicar contratos

Esta semana, a Secretaria de Transporte vai ter que dar explicações à Justiça do Distrito Federal sobre dois contratos do sistema de transporte público, referente às linhas de ônibus que deveriam operar nas bacias 1 e 4. O Tribunal de Justiça do DF suspendeu, na última sexta-feira (27), a contratação das empresas Viação Piracicabana e Viação Marechal.

Na decisão, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública pontua uma suposta relação entre a Viação Piracicabana, a Viação Marechal e um escritório particular de advocacia. Segundo a denúncia, o escritório foi contratado para oferecer consultoria a membros da comissão de licitação do GDF.

Ainda na decisão, o juiz

elencou alguns itens que indicariam a fraude na concorrência. Entre eles, o o fato do GDF não ter aberto o processo de licitação para a realização da consultoria. Com isso, outros escritórios de advocacia não tiveram a oportunidade de se candidatar.

As viagens Marechal e Piracicabana ainda não estão operando no sistema de transporte público. A primeira, que iria administrar a bacia 4, tinha o início das operações previsto para outubro. Com a decisão, os moradores das regiões de parte de Taguatinga, Ceilândia e do Park Way, além de todo o Guará e Águas Claras, terão que esperar até a conclusão do processo. No caso da Viação Piracicabana, a previsão de início era em dezembro.

TRANSPORTE PÚBLICO »

Liminar suspende a licitação

ANA POMPEU



A abertura dos envelopes da licitação ocorreu em dezembro de 2012

A licitação do Sistema de Transporte Público do DF para as bacias 1 e 4 terá que ser refeita. O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública suspendeu, por meio de uma liminar, na noite de quinta-feira, os contratos administrativos firmados com as empresas Viação Piracicabana e Viação Marechal. Ele acatou a acusação de ilegalidade do processo. As duas empresas tinham relação íntima com os sócios do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, que prestou consultoria administrativa para os membros da Comissão de Licitação do governo.

A decisão do juiz determina que a licitação retorne à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas. Caso as duas empresas voltem a participar da disputa, a Comissão de Licitação não poderá usar os serviços do escritório de advocacia envolvido.

A Viação Marechal e os advogados tiveram os bens bloqueados por decisão judicial no Paraná, em decorrência de acusação de fraude em processo de licitação de transportes naquele estado. A empresa “contratou os serviços do escritório de Sacha Reck, apresentou preço igual ao valor máximo da proposta, em atitude que indicava ter certeza da ausência de concorrência, sendo que, posteriormente, confirmou-se a ausência de concorrência na bacia em que ganhou o contrato”, detalha o texto da decisão.

Em relação à Viação Piracicabana, a empresa entregou documentos essenciais para a licitação depois do prazo da apresentação de envelopes, indicando tratamento favorecido. “O

seu principal sócio, com participação no capital social superior a 50%, também é sócio de outra empresa já patrocinada juridicamente pelo escritório Sacha Reck”, apontou o juiz.

A Viação Piracicabana ganhou a licitação para operar a Bacia 1, que inclui Plano Piloto, Sobradinho 1 e 2, Planaltina, Cruzeiro, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal. A Viação Marechal faria as linhas da Bacia 4, em parte de Taguatinga, Ceilândia e do Park Way, além de todo o Guarã e Águas Claras. O prazo máximo para que as duas empresas colocassem a frota nova nas ruas era dezembro deste ano.

Para o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, esse é apenas mais um obstáculo enfrentado no processo de mudança do transporte público. “Vamos recorrer. Já conseguimos derrotar 180 tentativas de impedir que nossa população tenha transporte de qualidade. Temos muita confiança na Justiça de que vamos cassar essa liminar”, afirmou.

EXPRESSO-DF

Ameaça ao plano original de Brasília

Obras do BRT podem ser paralisadas por falta de projeto de integração com o Plano Piloto

O chamado Expresso DF, o BRT-Sul, não tem projeto para sua integração com o Plano Piloto e, portanto, embute um risco para o projeto original de Brasília e ameaça o tombamento. A denúncia foi feita ontem, da tribuna, pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

As obras do Expresso-DF, sistema de transporte coletivo de passageiros que ligará o Gama e Santa Maria ao Plano Piloto começaram em dezembro de 2011, e agora estão perto do Plano Piloto. A grande incógnita, diz o senador, é qual será a solução do GDF para efetivar essa integração.

SEM PROJETO

Rollemberg recebeu informações de um empresário que venceu uma das licitações do Distrito Federal, de um engenheiro que trabalha na obra, de

um perito do Ministério Público e de um funcionário do DFTrans de que não haveria projeto do BRT a partir do momento em que ele ingressa no Plano Piloto. "Isso me pareceu algo tão estapafúrdio que, no dia 9 de julho, apresentei, pela Lei de Acesso à Informação, um requerimento de informações ao governador Agnelo Queiroz solicitando a cópia do projeto", contou. Esse prazo expirou no dia 29 de julho, e Rollemberg não recebeu nenhuma resposta. Conversou com o chefe da Casa Civil, Swenberger Barbosa. Quatro semanas depois chegou-lhe o CD com o que seria cópia do projeto. Encaminhou o CD, para exame, à Consultoria do Senado.

Ontem pela manhã o senador telefonou ao superintendente do Iphan do Distrito Federal, José Leme Galvão. Dele ouviu: "até agora, não apresentaram ao IPHAN ne-

nhum projeto de qual será a solução do BRT para a chegada ao Plano Piloto".

RISCO DE PARALISAÇÃO

"Estamos falando de uma área tombada, Patrimônio Cultural da Humanidade, e qualquer grande projeto de interferência, de intervenção no Plano Piloto precisa de autorização do Iphan", lembrou.

Vem daí sua preocupação: a paralisação das obras. Elas causam imenso transtorno para a população do Entorno Sul. Sem integração adequada, a obra pode ser interrompida por a diligência exigida pelo Iphan. Ou agrediria o projeto original de Brasília.



Continua ►

► Continuação

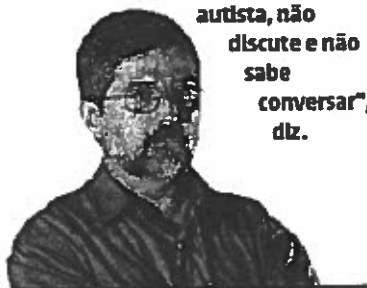
O brasiliense gasta no trajeto entre a casa e o trabalho mais tempo que as pessoas que vivem em capitais como Nova York e Tóquio. Os mais pobres demoram 75% mais tempo que os mais ricos.

Rodrigo Rollemberg,
senador pelo PSB-DF

ponto devista

Frederico Flósculo (foto), professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB afirma que o Burti não tem clareza sobre a maneira de resolver o transporte de massa. O projeto deveria ter sido apresentado ao Iphan. "Está tomando muitas decisões sem o menor diálogo com o Instituto do Patrimônio Histórico e com a comunidade. O governo Agnelo é

autista, não discute e não sabe conversar", diz.



Só com o Iphan

Primeiro superintendente do Iphan brasileiro e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Cláudio Villar de Queiroz, diz que o sistema de transporte com o Entorno Sul será bem-vindo e já vem tarde. Mesmo assim, ressalva, "não há que dispensar a submissão do projeto ao Iphan, porque é essencial a análise por ele".

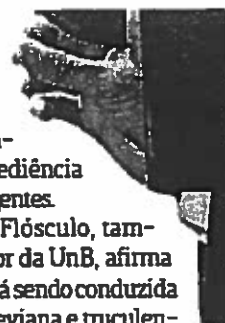
PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Para Villar de Queiroz, é assim que se age para manter a condição de primeira cidade aceita pelas Nações Unidas como patrimônio cultural da humanidade. Sem isso, avisa o professor, se desonraria um instituto histórico.

Descumprir esse princípio, previne, abre condições para se abrir uma ação contra o governo do Distrito Fe-

deral, em função de desobediência às normas vigentes.

Frederico Flósculo, também professor da UnB, afirma que a obra está sendo conduzida de maneira leviana e truculenta. "O maior risco de um projeto não apresentado ao Iphan", explica o professor, "é a improvisação da obra". Segundo ele, a atitude traz risco de descaracterização de Brasília, pois mostra que o governo não tem plano concreto. "O GDF precisa entender que não está fazendo alterações urbanas em qualquer outro lugar do mundo, mas em Brasília. Todas as operações tem de ser conversadas. Como é que o Iphan e a comunidade vai saber como o BRT-Sul vai operar se não há apresentação do projeto?", pergunta.



Justiça barra contratos

Decisão do TJ impede que viações Piracicabana e Marechal operem as duas maiores bacias de ônibus

Isa Staciarini

isa.coelho@jornaldebrasilia.com.br

O novo Sistema de Transporte Público pode sofrer uma reviravolta inesperada pelo governo. Isso porque o Tribunal de Justiça suspendeu a licitação das duas maiores bacias do certame: 1 e 4. A liminar da primeira Vara da Fazenda Pública determina a suspensão dos contratos, por entender que houve revelação de ilegalidade com favorecimento pessoal de empresas. A vencedora da bacia 1 foi a Viação Piracicabana, da família de Nenê Constantino, e a bacia 4 ficou a cargo da Auto Viação Marechal, do grupo Gulin.

A ordem do juiz Mário Henrique Silveira decide o retorno da licitação das duas bacias. Um novo prazo terá de ser estabelecido para a fase de habilitação de concorrentes.

Para a Justiça, a contratação da Piracicabana e Viação Marechal está cercada de irregu-

laridades. São denúncias já relatadas em diversas reportagens do JBr. Entre os problemas está a atuação do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck. Esse último foi o consultor do edital e teria sido advogado de pelo menos três das cinco empresas que venceram a licitação para as bacias 4, 2 e 1.

Segundo a determinação judicial, ficou demonstrado o comprometimento direto das empresas com o escritório de advocacia, e a empresa de Reck não poderia ter atuado como consultora jurídica para o governo.

"Mostra-se necessária e urgente a finalização do processo de licitação, contudo essa finalização não poderá ser levada a efeito de qualquer modo, mormente quando o caminho escolhido debanda para a ilegalidade, abuso de poder, ou favorecimento pessoal de algumas empresas", diz o documento.

ponto de vista

A deputada distrital Celina Leão (PSD) destaca que a decisão é criteriosa, pois avalia que há irregularidades no sistema de licitação. Ela diz que um dos principais indícios de ilegalidade é o próprio Sacha Reck ser consultor do certame e advogado das empresas vencedoras. "A determinação judicial representa a queda da licitação do transporte público no DF. A liminar reconhece os indícios de fraude que aconteceram", ressalta.

Continua ►

BACIAS

1 Piracicabana: Brasília, Sobradinho, Planaltina, Cruzeiro, Sobradinho 2, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal

2 Pioneira: Itapoã, Paranoá, Jardim Botânico, Lago Sul, Candangolândia, Park Way, Santa

Maria, São Sebastião e Gama

3 HP-ITA: Núcleo Bandeirante, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo 1 e Riacho Fundo 2

4 Marechal: Parte de Taguatinga e do Park Way,

Ceilândia, Guará e Águas Claras

5 Expresso São José: SIA, Estrutural, Vicente Pires, Ceilândia (ao norte da Av. Hélio Prates), Taguatinga (ao norte da QNG 11) e Brazlândia

Privilégios para ambas

Para o juiz, as empresas vencedoras receberam tratamento privilegiado da Comissão de Licitação. A viação Piracicabana, por exemplo, pôde entregar documentos depois da fase de habilitação. Além disso, a determinação observa que as ganhadoras ofereceram propostas no valor máximo permitido.

"Esse comportamento não é usual nem esperado. Toda empresa grande apresenta proposta que permita um mínimo de concorrência com as demais. A proposta da vencedora indica que esta empresa tinha certeza quanto à inexistência de outros candidatos habilitados. O que gera grandes suspeitas", diz a decisão.

Além disso, documentos essenciais da licitação foram sonegados aos órgãos fiscalizadores, como o Ministério Público e Tribunal de Contas, que não tiveram acesso aos dados orçamentários da licitação. O governo Agnelo foi intimado a se

manifestar sobre a liminar, mas nenhuma resposta foi dada.

O QUE MUDARIA

Com a nova decisão judicial, caso as duas empresas já estivessem iniciado a operação, elas só poderiam continuar circulando em até 30 dias. Depois, o transporte deveria ser retomado pela empresa anterior.

A expectativa do governo era começar a colocar os ônibus da Viação Marechal em circulação até outubro, e os coletivos da Piracicabana até dezembro.

Ao Jornal de Brasília, um dos advogados de Nenê Constantino, Hermano Camargo, negou que a Viação Piracicabana pertença a seu cliente. Já a Viação Marechal não retornou as ligações até o fechamento desta edição. E o governo Agnelo apenas informou que não irá se posicionar até ser acionado pela Justiça.

881

ônibus devem
operar nas regiões das
duas bacias

LICITAÇÃO DOS ÔNIBUS

Conduta de dupla na mira da OAB

Advogados trabalharam para o governo e também para empresas

Da Redação

redacao@jornaldebrasil.com.br

A Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF) aceitou representação de uma das empresas que perdeu na licitação dos ônibus. Trata-se de uma solicitação para que o Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem autue e processe reclamação contra a conduta dos advogados Guilherme de Salles Gonçalves e Sacha Breckenfeld Reck. A dupla atuou tanto na Comissão Permanente da Licitação da Secretaria de Transportes (Setrans) quanto advogou em favor das empresas dos grupos Constantino e Gulin, vencedores de duas das cinco bacias de ônibus.

O presidente do Tribunal de Ética de Disciplina e conselheiro da OAB, Erik Franklin Bezerra, confirma que o processo foi admitido. "Agora, o processo vai passar pela tramitação para apuração da conduta dos advogados", informou.

Ele prefere não prestar mais esclarecimentos devido ao sigilo do processo. "Todos processos éticos

contra advogados correm de forma sigilosa, baseando-se no Estatuto da Advocacia", pondera. A OAB já havia se pronunciado acerca da "infração disciplinar aparentemente cometida".

PARANÁ

O documento encaminhado à OAB-DF ressalta que a denúncia está sendo objeto de Inquérito Civil que tramita no Ministério Público de Apucarana, no Paraná. "Ora, os advogados representados prestavam consultoria tanto para a Comissão de Licitação da Secretaria de Transportes quanto para as empresas que foram vitoriosas do processo de licitação, fazendo com que as acusações tecidas no escopo da presente representação sejam objetos de devida apuração", diz um trecho do documento. Segundo a representação, o Conselho Federal da OAB também já se pronunciou acerca da infração disciplinar aparentemente cometida.

No Paraná, a suspeita é de que o Grupo Gulin tenha participação em cartel. Um mapeamento feito pela CPI do Transporte Coletivo, instaurada pela Câmara de Curitiba, revela que 68,7% das ações das empresas que compõem os três consórcios e operam na capital estão concentradas nas mãos da família Gulin. Para os vereadores da comissão, o levantamento indica que as empresas se articularam com vistas a eliminar a concorrência.

versão oficial

Em resposta à denúncia, a Secretaria de Transportes do DF informou apenas que o processo de licitação ocorre na OAB e a pasta não se posicionará sobre o assunto. "O Governo do Distrito Federal reafirma a absoluta lisura do certame que selecionou os vencedores da licitação dos transportes, a primeira feita desde a fundação de Brasília", completa a nota.

Bilhetagem eletrônica

Além de controlar parte da frota, a família Constantino também é responsável por administrar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBA), como já mostrou o Jornal de Brasília. A suspeita de Irregularidade foi apontada em auditoria do Tribunal de Contas (TCDF). Na avaliação do tribunal, isso indica conflito de interesse. O governo Agnelo, até agora, nada fez a respeito.



Sacha Reck: Indícios de favorecimento de empresas no DF e no Paraná

Pivô de suspeitas semelhantes

O Jornal de Brasília denuncia as suspeitas de fraude na licitação dos ônibus desde maio deste ano, quando mostrou o suposto favorecimento das empresas assessoradas pelas mesmas pessoas que participaram da elaboração do certame. O Ministério Público e o Tribunal de Contas já apontaram diversas irregularidades.

O JBr mostrou que situação semelhante ocorreu no Paraná, com os mesmos advogados como pivô dos esquemas. A Justiça paranaense determinou o bloqueio de bens e a quebra de sigilo bancário do advogado Sacha Reck e do pai dele, Garone Reck. Na época, em nota, o Sacha Reck negou qualquer irregularidade, informando que não representa a família Constantino (da Pioneira) e nem a Auto Viação Marechal (do Grupo Gulin), que venceram as bacias 2 e 4. Desta vez, a reportagem não obteve retorno da assessoria dos advogados.



G1.COM - DISTRITO FEDERAL

<http://g1.globo.com/distrito-federal>

**RESUMO
DA MÍDIA**

26/09/2013

Com menos de 2 meses em ação, ônibus da nova frota quebra no DF

Veículo da Viação Pioneira teve pane elétrica na W3 Norte nesta quinta.

Segundo a empresa, os veículos ainda estão em fase de ajustes.

Do G1 DF



Ônibus da Viação Pioneira quebrado em parada da W3 Norte, em Brasília (Foto: Lucas Salomão/G)

Com menos de dois meses de operação, um ônibus da Viação Pioneira teve uma pane no sistema elétrico na manhã desta quinta-feira (26) e ficou parado por mais de uma hora no início da W3 Norte, em Brasília.

O coletivo, da Viação Pioneira, começou a circular no dia 29 de julho, quando 30 ônibus foram entregues pelo GDF para operar em sete linhas nas regiões do Itapoã e do Paranoá. O ônibus faz parte da linha que liga as duas regiões à Rodoviária do Plano Piloto.

Segundo o diretor da Pioneira, Fernando Eloia, o problema ocorrido é "raro, mas pode acontecer". Eloia disse que os ônibus novos ainda não atingiram a previsão de manutenção.

"A pane pode acontecer. É raro, não é comum. Os veículos estão na garantia, ainda não atingiram a rodagem prevista para manutenção. É claro que estamos em fase de ajustes. Os fornecedores estão dando suporte para que isto não aconteça mais", afirmou.

O diretor explicou que

alguns problemas podem fazer com que os ônibus sejam desligados automaticamente para evitar danos maiores.

"Os novos veículos têm controle por sistemas eletrônicos. Caso um problema mínimo aconteça, como um fusível queimado, o carro pode parar para que não ocorram danos maiores."

Segundo o diretor técnico do DFTrans, Lúcio Lima, a entidade trata defeitos ocasionais na nova frota como "casos isolados".

"É uma coisa ruim, deselegante. Mas casos assim estão dentro da faixa do aceitável. Se eu comprar um carro particular em uma concessionária, a chance de defeito é quase nenhuma. Agora, se eu comprar 50, 100, 500 carros, a chance de um ou outro ter problema aumenta."

Continua ►

► Continuação

Ainda de acordo com o diretor, no primeiro dia de operação da nova frota, alguns ônibus das empresas vencedoras das licitações apresentaram defeito. "Não sei precisar quantos. Mesmo assim, qualquer produto vem com garantia. Corrigimos os problemas junto às fábricas para que isto não aconteça novamente."

Lúcio Lima disse que 30 veículos novos já estão com o sistema de monitoração em funcionamento. "Na própria licitação, apresentamos um índice de qualidade a ser seguido. Até a primeira quinzena de novembro, quando a frota deve estar completa e monitorada, não aceitaremos falhas, sob pena até, em casos extremos, de cassação das licitações."

Segundo o DFTrans, os coletivos da Viação Pioneira têm motores menos poluentes, itinerários eletrônicos, vidros fumês e bancos estofados. Os ônibus também são equipados com rampas e elevadores para pessoas com cadeiras de rodas ou dificuldades de locomoção, além de lugares especiais.

Renovação

O governo informou que até o fim do ano vai trocar toda a frota de três mil ônibus do Distrito Federal – desde junho, 286 foram entregues.

A primeira entrega foi feita em 28 de junho, quando 50 ônibus da São José começaram a circular na região da Estrutural. A segunda entrega, feita em 13 de julho, foi de 66 ônibus nas regiões de

Ceilândia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Taguatinga e Vicente Pires.

Em 29 de julho, 30 ônibus começaram a operar no Itapoã e no Paranoá. Outros 50 veículos foram entregues no dia 16 de setembro para as duas regiões. No dia 29 de agosto, 80 ônibus passaram a circular em São Sebastião.

Outras duas empresas passarão a operar no DF até outubro: a HP-ITA e a Marechal. As regiões do Jardim Botânico, Lago Sul, Candangolândia, Park Way, Santa Maria, São Sebastião e Gama receberão um total de 640 ônibus da Viação Pioneira, que ganhou a licitação para operar nessas regiões.

Ônibus I

Quem dera se fosse só no Grupo Amaral. Deveriam investigar as linhas da Viação Planeta que saem do Setor "O" na Ceilândia para a W3 Sul. São um lixo.

Monaliza, sobre a matéria:

"Intervenção do governo não resolve problemas do transporte público"

Ônibus II

Acho que se a fiscalização fosse mais eficiente com certeza o povo não sofreria tanto com ônibus sucateados, horários e viagens que não são cumpridos. Vi uma reportagem dizendo que tem 70 novos fiscais aprovados em concurso para entrar, mas o GDF, não sei porque, não toma atitude! Governador olhe para o povo! A eleição vem aí!

Elda Matos, sobre a matéria:

"Intervenção do governo não resolve problemas do transporte público".

*LENADRO MAZZINI***Primeira marcha**

O Governo do Distrito Federal faz esta semana balanço da intervenção nas empresas de ônibus do Grupo Amaral. Os números são positivos, mas parou por aí.

**DF: policia
investiga esquema
para melar licitação**

Virou caso de polícia a licitação do sistema de transporte coletivo do DF. O vice-governador Tadeu Filippelli (PMDB) repassou à Polícia Civil denúncias de uma suposta conspiração para “implodir” comissão de licitação, a fim de “melar” a disputa, cujos últimos vencedores devem ser anunciados antes do feriado de sexta-feira. Até o final de junho, 42% do sistema estarão funcionando com novos ônibus e regras.

Corrida de obstáculos

Até agora, o governo do DF superou 130 tentativas de empresários que atuam no sistema de paralisar a licitação, por meio de ações judiciais.

Jurado de morte

Em meio à licitação, Dalmo Amaral, dono de três empresas sob intervenção, ameaçou matar até o governador Agnelo Queiroz (PT).

Transição dos ônibus em estado de alerta

Forças interessadas em interromper a licitação do novo sistema de transporte público no DF estariam preparando artilharia contra a comissão que coordena o processo. O foco dos movimentos seria no presidente do grupo. A informação teria chegado ao conhecimento da cúpula do governo. Fontes palacianas asseguram que os movimentos podem ir além das fronteiras legais. Por esta razão, a polícia teria sido acionada.

EM MÃOS

Ao voltar do recesso, a procuradora-geral do Ministério Público do DF, Eunice Carvalhido, terá de decidir se acata pedido da ONG Adote um Distrital para ajuizar ação contra o diretor do DFTrans, Marco Campanella, acusado de intimidar servidores que apuram esquemas de corrupção.

Relação investigada

TCDF apura favorecimento de advogados a empresas de ônibus

Da Redação

redacao@jomaldebrasil.com.br

Depois do Ministério Público e da Câmara Legislativa, é a vez do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) pedir explicações a respeito da licitação dos ônibus. O certame é cercado de suspeitas de irregularidades, como o Jornal de Brasília tem mostrado em várias reportagens. As denúncias chegaram ao Tribunal há meses, e só agora foram levadas a plenário.

As representações ingressaram na Corte questionando possíveis irregularidades na fase de habilitação de empresas e atos dos membros da comissão de licitação. Entre as

supostas irregularidades está o possível favorecimento do Escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados às empresas vencedoras do certame.

Os advogados teriam prestado consultoria na licitação e, ao mesmo tempo, trabalhado para os empresários de ônibus. Dessa forma, as empresas Piracicabana, Pioneira – ambas da família Constantino – e Marechal teriam vencido a licitação irregularmente.

DOCUMENTOS

A respeito desta relação entre os consultores e as empresas, o tribunal deu prazo de 30 dias para a Secretaria de Transportes (Setrans) apresentar os esclarecimentos. O TCDF solicitou a cópia do contrato

firmado com o escritório de advocacia, e quer também o resultado do processo administrativo da própria Setrans, que apurou as denúncias.

Os pedidos de investigação da licitação partiram de várias frentes: empresas de ônibus, da deputada distrital Celina Leão (PDT) e da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania (Abradec).

SEM RESPOSTAS

Apesar de todas as suspeitas que rondam a licitação dos ônibus, mais uma vez, a Secretaria de Transportes não se manifestou ao Jornal de Brasília, até o fechamento desta edição. A assessoria de imprensa alegou, desta vez, que participaria de um congresso ontem e não poderia atender a demanda.

8
BILHÕES
é o valor estimado da licitação



Governo Agnelo tem ignorado decisões judiciais relativas à licitação

BACIAS

1 **Viação Piracicabana:** Brasília, Sobradinho, Planaltina, Cruzeiro, Sobradinho 2, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal

2 **Viação Pioneira:** Itapoã, Paranoá, Jardim Botânico, Lago Sul, Candangolândia, Park Way, Santa Maria, São Sebastião e Gama

3 **HP-ITA:** Núcleo Bandeirante, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo 1 e 2

4 **Auto Viação Marechal:** Parte de Taguatinga e do Park Way, Cellândia, Guará e Águas Claras

5 **Expresso São José:** SIA, SCIA, Vicente Pires, Cellândia (ao norte da Av. Hélio Prates), Taguatinga (ao norte da QNG 11) e Brazlândia

Suspensão de contratos

A decisão liminar mais recente do Tribunal de Justiça estabelece a suspensão dos contratos das bacias 1 (Piracicabana), 2 (Pioneira) e 4 (Marechal). Além disso, a mesma liminar estabelece que o GDF reabra a proposta de preços da Cooperbrasil. A empresa havia sido inabilitada porque a procuração do credenciamento de participação foi assinada apenas pelo presidente da viação e não pelo Conselho de Administração.

Ao suspender os três contratos, o juiz Alvaro Ciarlini acatou a denúncia de que a atuação do advogado Sacha Reck, como consultor do edital e advogado das empresas vencedoras, é estranha no julgamento das habilitações, respostas a recursos e propostas financeiras. Isso porque a ação seria exclusiva

dos agentes da administração pública legalmente habilitados para a finalidade.

OLIGOPÓLIO

Além disso, a ordem do Tribunal de Justiça considera que a participação de sociedades empresariais pertencentes a um mesmo grupo econômico frustra o caráter competitivo da licitação, uma vez que a Piracicabana e a Pioneira pertencem à família de Nenê Constantino.

Em caso de descumprimento da ordem, o governo Agnelo pode ser penalizado com multa diária de R\$ 50 mil. No entanto, as ações da Secretaria de Transportes indicam que a Justiça tem sido ignorada. Os ônibus da Viação Pioneira estão sendo colocados em circulação, gradativamente.

Só duas empresas ficam

Isa Stacciarini

isa.roelho@jornaldebrasil.com.br

Duas novas decisões judiciais voltam a colocar em xeque a licitação dos ônibus. Três das cinco empresas vencedoras tiveram os contratos com o governo suspensos. A liminar mais recente, da 2ª Vara da Fazenda Pública, reitera a paralisação da concessão das bacias 1 e 4, cujas vencedoras são as viações Piracicabana e Marechal, e agora inclui a interrupção do contrato da Viação Pioneira, da bacia 2.

A segunda decisão é da 6ª Vara de Fazenda Pública do DF, que exige reabertura da proposta de preços da Cooperbrasil pela Comissão Especial de Licitação. A empresa havia sido inabilitada, mas a Justiça considerou nulo o ato que a retirou da concorrência.



ADVOGADO

Ao suspender os três contratos, o juiz Alvaro Ciarlini acatou a denúncia de que a atuação do advogado Sacha Reck, como consultor do edital e advogado das empresas vencedoras, é estranha no julgamento das habilitações, respostas a recursos e propostas financeiras. Isso porque a ação seria exclusiva dos agentes

da administração pública legalmente habilitados para a finalidade.

50 MIL

reais é a multa diária em caso de descumprimento

Além disso, a ordem do Tribunal de Justiça considera que a participação de sociedades empresariais pertencentes a um mesmo grupo econômico frustra o caráter competitivo da licitação — a

Piracicabana e a Pioneira pertencem à família de Nenê Constanti-

no. E, por último, o juiz considera um favorecimento da empresa Auto Viação Marechal e do grupo familiar no processo de habilitação.

Caso haja o descumprimento da ordem, o governo Agnelo pode ser penalizado com multa diária de R\$ 50 mil. A ação civil pública foi ajuizada pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania (Abradec). O GDF, no entanto, ainda pode recorrer à decisão liminar.

Nova empresa entra na disputa

Já a juíza substituta da 6ª Vara de Fazenda Pública do DF, Joanna D'Arc Medeiros Augusto, determinou que o GDF reabra a proposta de preços da Cooperbrasil. A empresa havia sido inabilitada porque a procuração do credenciamento de participação foi assinada apenas pelo presidente da viação e não pelo Conselho de Administração.

Além disso, o atestado de capacidade técnica não seria suficiente para comprovar a prestação do serviço em nome próprio, uma vez que sua execução é por meio de premissários pessoas físicas.

RESPONSABILIDADE

Entretanto, no entendimento da juíza, a competência de representar

ativamente ou passivamente a viação é uma atitude de responsabilidade do presidente da empresa.

A sentença também condena o ressarcimento dos custos da empresa com a ação judicial e o pagamento de R\$ 500 a título de honorários advocatícios. O GDF tem um prazo de 15 dias para requerer a decisão.

ponto de vista

A deputada distrital Celina Leão (PSD) afirma que a forma como a licitação foi concebida configura erro. Ela destaca que há decisões judiciais a todo momento que sustentam os indícios de irregularidade. "Esta é a terceira liminar julgada no mérito que o juiz concede o direito de revisão da licitação. Esse certame é um processo fraudado, mas a Justiça está agindo", avalia. Sobre a decisão do desembargador presidente do TJDF, que suspende a primeira decisão liminar que paralisava o certame para as bacias 1 e 4, a distrital explica: "Essa decisão pode ser derrubada no Superior Tribunal de Justiça, em segunda instância. O GDF comemora uma vitória que não é definitiva, e para reverter o caso no STJ, a situação é mais complicada", ressalta.

versão oficial

Sobre as duas novas decisões judiciais, o GDF se limitou a dizer que não foi notificado oficialmente. O Jornal de Brasília, porém, fez três questionamentos sobre a decisão judicial para as secretarias de Comunicação e de Transportes que, sequer, foram respondidos.

Licitação pode ser suspensa de novo

Na quarta-feira, o GDF recorreu à decisão liminar da 1ª Vara de Fazenda Pública do DF que suspendia a licitação das bacias 1 e 4. A justificativa encaminhada foi de que a suspensão do certame e a retomada de apresentação das propostas por outras empresas vai contrariar a expectativa da sociedade que deseja urgentemente a melhoria no transporte público. O requerimento aponta que os ônibus atuais estão em estado crítico de conservação e oferecem riscos aos usuários.

O desembargador presidente do TJDF, Dácio Vieira, deferiu a suspensão da decisão liminar de sexta-feira dada pelo juiz da 1ª Vara. A assessoria de imprensa do tribunal justificou que o desembargador não entrou no mérito da decisão do juiz Mário Henrique Silveira, e sim, avaliou a potencialidade de lesão aos interesses superiores. Segundo o tribunal, a decisão liminar foi suspensa, mas o processo deve ter um julgamento de mérito na ação civil pública e se for novamente acionado pelas partes, pode suspender, de novo, em primeira instância, a licitação.

Suspensão da troca dos ônibus é 'só mais uma'

Transporte. GDF menospreza decisão do TJDFT determinando que a licitação volte ao início e promete ingressar com recurso

A Procuradoria do DF deve encaminhar ainda hoje um recurso contra decisão do Tribunal de Justiça (TJDFT) de suspender dois contratos da nova licitação de ônibus, das bacias 1 e 4. A decisão foi emitida pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública Mário de Almeida no sábado, e determina que os contratos sejam anulados e a licitação para estas duas bacias, reaberta. O governo, porém, respondeu que esta é "apenas mais uma" das tentativas de impedir a troca das empresas.

A decisão do juiz se baseou em uma série de indícios de irregularidades que o processo apresentou. A maior dessas foi a contratação do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves &

Sacha Reck como auditor da licitação. Os advogados da empresa também eram representantes das empresas vencedoras da licitação para as duas bacias que tiveram o contrato suspenso, a Viação Piracicabana, que iria abastecer a bacia 1, e a Viação Marechal, que atuaria na bacia 4.

Além do vínculo irregular com as empresas, o TJDFT avaliou que não era necessária a contratação de uma auditoria externa, já que a própria procuradoria do DF poderia ter realizado o serviço. O GDF foi intimado a se manifestar para justificar as acusações, mas não compareceu às sessões.

Calendário comprometido
A previsão do GDF era de que a troca completa da fro-

881

ônibus deverá ser a frota somada das duas empresas atingidas no DF. Os contratos para a prestação do serviço já foram assinados.

ta de ônibus se daria até o fim do ano, mas este novo impedimento dificulta o cumprimento dos prazos. A Marechal, por exemplo, deveria começar a operar ainda em outubro em parte de Taguatinga, Ceilândia, Guará e Águas Claras. Já a Piracicabana começaria suas atividades em dezembro. Ela abasteceria a bacia 1, que compreende Plano Piloto, Sobradinho, Planaltina e Cruzeiro. © METRO BRASÍLIA

Campanella na mira do MP, do GDF e da Câmara

Denúncias no transporte. Diretor do DFTrans é alvo de investigações, mas alega inocência e diz que segue 'cumprindo missão' no governo

Acusado de cobrar passagens de empresas com contratos no GDF para distribuí-las a correligionários, o diretor-geral do DFTrans, Marco Antonio Campanella, enfrenta intensa pressão. Ontem, o Ministério Público do DF abriu processo para investigar denúncias de diretores do Grupo Amaral, controlado pelo GDF desde fevereiro deste ano, de que os pedidos de passagens eram constantes e fruto de chantagem para que a empresa fosse beneficiada.

As mesmas denúncias estão sendo apuradas pela Secretaria de Transparência, a pedido do governador Agnello Queiroz, e pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Legislativa.

Dizendo-se "tranquilo" no cargo que ocupa por ter recebido uma "missão do governador", Campanella se defende atacando o ex-senador Valmir Amaral, um dos donos da empresa de transporte. "É uma falsa denúncia vinda de um mentiroso que não merece crédito. Um revanchista."

Campanella alega que não sabia dos pedidos de passagens, que eram feitos pelo então chefe de gabinete do DFTrans, Vitor de Abreu Corrêa, que depois se tornou secretário-adjunto de Micro e Pequena Empresa do DF e, na semana passada, pediu demissão. "O DFTrans recebe centenas de pedidos de passagens de entidades filantrópicas, sindicais, de classe... Na época, ele achou por bem tentar ajudar, mas jamais foi uma questão de chantagem ou troca de favores", garante Campanella. A reportagem não conseguiu falar com Amaral. **de METRO BRASÍLIA**

Apoio de Filippelli fortalece o diretor



RICARDO MARQUEZ/METRO BRASÍLIA

Do MR8 para o GDF

Marco Antonio Campanella

O diretor-geral do DFTrans foi indicado pelo vice-governador Ta-deu Filippelli, de quem

foi chefe de gabinete. Jornalista formado pela PUC de Santos (SP), Campanella militou no clandestino Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) durante a ditadura militar. Ajudou a fundar o PPL (Partido da Pátria Livre), que preside no DF. **de METRO**

MP vai investigar pedidos de passagens

● A 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios instaurou inquérito para investigar as denúncias de que o diretor-geral do DFTrans, Marco Antonio Campanella, teria recebido passagens de ônibus e bilhetes aéreos de empresas que atuam no transporte do DF para distribuir a pessoas ligadas ao PPL, partido presidido por ele no DF.

O site "G1" teve acesso a notas fiscais e emails de Vitor de Abreu Corrêa, ex-chefe de gabinete de Campanella que depois se tornou secretário-adjunto de Micro e Pequena Empresa do DF, que comprovavam a prática. Segundo reportagem do site, o esquema está em funcionamento desde 2011 e continuou quando o irmão de Vitor assumiu a chefia de gabinete, em 26 de janeiro de 2012. Daniel de Abreu Corrêa foi exonerado no último dia 16.

Grupo Amaral

Valmir Amaral, ex-senador e administrador das empresas de ônibus do Grupo Amaral, disse que



Empresas do Grupo Amaral foram alvo de intervenção do DFTrans

foi seu pai, Damião Amaral, quem pediu para que o MP investigasse o caso há um mês. O Grupo Amaral foi um dos que teria atendido os pedidos do DFTrans por passagens que seriam utilizadas por membros do PPL.

A Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal também abriu, a pedido do governador Agnelo Queiroz, investigação preliminar sobre o caso.

BLOG DO DONNYSILVA

<http://www.blogdodonnysilva.com.br>

**INFORME
ON LINE**

06/11/2013

**Farra com dinheiro público
no Transporte do DF é
tema de discussão na CAS**



Com uma avalanche de denúncias o sistema de Transporte Público do DF é alvo de mais uma discussão, desta vez na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela oposicionista deputada Celina Leão (PDT).

A reunião acontece nesta terça-feira (5) às 10h na sala de comissões da Câmara Legislativa. Foram convidados o secretário de Transportes, José Walter Vasquez, o diretor do DFTrans, Marco Antônio Campanella, o Sr. Dalmo Josué do Amaral – Grupo Amaral, o Sr. Valmir Antonio Amaral - Grupo Amaral, o engenheiro da TCB José Weber Arnalut, o promotor do MPDFT, Dr. Cláudio João Freire e a promotora do Tribunal de Contas do DF, Dra. Márcia Farias. Leia mais

Fonte: Ascom do gabinete da deputada distrital Celina Leão



G1.COM - DISTRITO FEDERAL

<http://g1.globo.com/distrito-federal>



05/11/2013

MP abre inquérito para apurar pedido de passagens no DFTrans

Ex-chefe de gabinete do órgão pedia pagamento de voos a empresas.

Diretor do DFTrans diz que passagens não atendiam interesses individuais.

Do G1 DF

A 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Distrito Federal instaurou inquérito para apurar as denúncias sobre cobrança de passagens de ônibus e bilhetes aéreos para pessoas ligadas ao PPL, partido presidido no DF pelo diretor-geral do DFTrans, Marco Antonio Campanella, de empresas concessionários do transporte público da capital federal.

Campanella disse ao G1 que não tinha conhecimento dos pedidos por passagens. "A chefia de gabinete sempre centralizou os pedidos que vêm de sindicatos, igrejas e entidades. A gente centraliza e envia para as empresas, mas

nunca para as concessionárias", afirmou Campanella. Ele disse que "nenhuma passagem era para atender interesses individuais". "Se são filiados do PPL, é mera coincidência", afirmou.

Notas fiscais e e-mails obtidos pelo G1 mostram que os pedidos eram feitos por Vitor de Abreu Corrêa, ex-chefe de gabinete de Campanella, que depois se tornou secretário-adjunto de Micro e Pequena Empresa do DF. A prática teve início em 2011 e continuou na gestão de Daniel de Abreu Corrêa, irmão de Vitor, que assumiu a chefia de gabinete em 26 de janeiro de 2012. Daniel Corrêa foi exonerado no último dia 16.

Corrêa deixou o cargo de secretário na semana passada. A saída dele foi publicada no Diário Oficial do DF na sexta-feira (1º), dois dias após a denúncia.

"Eu achei melhor sair para poder me defender desse processo, do processo de sindicância, e porque vou provar a inocência. Foram feitos somente encaminhamentos de pedidos da sociedade civil, que foram atendidos e a sindicância vai provar que não houve benefício nesse caso do Grupo Amaral", afirmou Corrêa.

O pedido junto ao Ministério Público foi feito pelo empresário Dalmo Amaral, dono das viagens de ônibus do grupo Amaral. Segundo o filho dele e administrador das empresas do grupo, o ex-senador Valmir Amaral (PP), a denúncia foi feita há cerca de um mês.

"A diretora Carol [Carolina Pereira, diretora de quatro empresas do Grupo Amaral – Rápido Girassol, Jat Taxi Aéreo, Esave Collection e Esave Mídia] achou os e-mails pedindo as passagens. Imediatamente ela me chamou.

Continua ►

► Continuação

Eu sentei de frente com o meu pai e mandei meu pai fazer a denúncia imediatamente. A denúncia é gravíssima”, afirma Valmir Amaral.

Diretor do DFTrans, Marco Antônio Campanella, durante reunião de comissão da CLDF (Foto: Isabella Formiga/G1) Diretor do DFTrans, Marco Antônio Campanella

O DFTrans é responsável por fiscalizar e regular o transporte público no DF. A prática de pedir passagens teve início em 2011 e continuou na gestão de Daniel de Abreu Corrêa, irmão de Vitor, que assumiu a chefia de gabinete em 26 de janeiro de 2012. Daniel Corrêa foi exonerado no último dia 16.

A Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal informou ter aberto na sexta-feira (1º), após determinação do governador Agnelo Queiroz, um processo de investigação preliminar para apurar denúncias que envolvem Marco Antonio Campanella. O secretário afirmou que o procedimento aberto nesta sexta deve durar de 30 a 60 dias.

“É nele [processo aberto nesta sexta] que vamos obter provas. Caso as provas sejam materializadas durante o processo, será aberto um processo administrativo disciplinar. A gente tem as informações de que há os indícios, mas precisa transformar em processo. Qualquer punição agora teria nenhuma base”, afirmou ao G1 o secretário de Transparência, Mauro Almeida Noleto

Ele disse ainda que os envolvidos podem ser chamados pra prestar esclarecimentos. “Possíveis convocações podem ser avaliadas pelo grupo responsável pelo processo. Como se trata de um procedimento em fase preliminar, precisamos de algo para dar elementos para a instauração de um procedimento. É preciso que todo mundo seja ouvido pela força do direito de se defender nesse momento. Vamos levantar informações pra ter uma convicção do que aconteceu”, completou.

Nesta terça-feira (5), Valmir Amaral e o engenheiro José Weber Arnault, que atuou no processo de intervenção do GDF nas empresas do Grupo Amaral, estiveram na Câmara Legislativa do DF para falar sobre as irregularidades no sistema de transporte da capital.

Denúncias

Os pedidos do DFTrans – de passagens aéreas e cessão de ônibus – eram feitos a Carolina Pereira, diretora de quatro empresas do Grupo Amaral – Rápido Girassol, Jat Taxi Aéreo, Esave Collection e Esave Mídia. Segundo ela, a ordem dada pelo presidente das empresas, Dalmo Amaral, era atender a todas as solicitações do DFTrans “sem questionamentos”.

“Seu Dalmo dizia: ‘Tem que atender aos pedidos do Campanella e do pessoal do DFTrans. Eu nunca questionei’. (...) Já tivemos que cancelar contratos para atender a pedidos por ônibus interestadual”, afirmou.

E-mails enviados por Vitor a Carolina revelam que as

Continua ►

► Continuação

empresas de ônibus atenderam a um pedido para comprar de uma vez 14 passagens aéreas para políticos do PPL e sindicalistas, em julho de 2011. O custo total dos bilhetes foi de R\$ 10,1 mil, conforme dados da conversa por e-mail entre a executiva e o ex-chefe de gabinete do DFTrans.

O PPL foi fundado em 2009 por integrantes do antigo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que combateu a ditadura militar. A legenda tem 17,2 mil filiados e integra a base de apoio do governador Agnello Queiroz no Distrito Federal.

Entre os beneficiados está Zivan Roque Tavares, ex-presidente do PPL no Espírito Santo. Ele confirmou ao G1 o recebimento dos bilhetes. Segundo Tavares, "um tal de Campanella" providenciou as passagens de Vitória para São Paulo, onde haveria um congresso da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

"A CGTB informou que mandariam a passagem para a

gente. Quem mandou era ligado ao governo do Distrito Federal e à Presidência da República. Foi esse tal de Campanella. Nós estávamos indo para um evento da CGBT", disse.

De acordo com Carolina, os pedidos por passagens começaram em 2011 e duraram até o segundo semestre de 2012. Ela afirma que os prejuízos com a compra de bilhetes e reserva de ônibus a pedido do DFTrans chegam a R\$ 200 mil. "O prejuízo foi grande, afetava o caixa. A gente já teve que deixar ônibus à disposição por uma semana", disse.

O filho de Dalmo Amaral, o ex-senador Valmir Amaral (PP), que administra as empresas do grupo, confirmou que o pai pagava passagens a pedido de Campanella. Ele afirmou que Dalmo não falaria com a reportagem porque é idoso e está "debilitado". "Foi uma extorsão. Quando fiquei sabendo pedi que ele que denunciasse", disse.

Em fevereiro deste ano, o

governo do Distrito Federal interveio em três empresas de ônibus de Dalmo Amaral – Rápido Veneza, Viação Valmir Amaral e Rápido Brasília Transportes e Turismo. O empresário foi afastado e a gestão foi assumida pelo GDF. De acordo com o GDF, as empresas descumpriram acordos feitos com o Ministério Público para melhorar o transporte no DF.

Segundo Valmir Amaral, a intervenção ocorreu depois que o grupo parou de atender às exigências da direção do DFTrans. "Eu tenho certeza que houve retaliação. A tomada das empresas do meu pai pelo GDF foi uma resposta ao fim dos pagamentos", afirmou.

PPL

Dos beneficiados por passagens aéreas, pelo menos oito integram a direção nacional da CGTB – três do Espírito Santo, um de Mato Grosso do Sul, um de Pernambuco, um de Brasília e dois do Rio de Janeiro.

Vantuir Sabino, que foi candidato a vereador em Serra

Continua ►

► Continuação

(ES) pelo PPL em 2012, e integra a direção nacional da CGTB, foi um dos beneficiados pelas passagens pagas pelo Grupo Amaral a pedido do DFTrans em 2011, para participar do congresso da central sindical em São Paulo.

Ele afirmou ao G1 não saber quem pagou as passagens e hospedagem em São Paulo. Sabino disse que foi convocado a participar do congresso para ajudar a eleger Ubiraci Dantas como presidente da central sindical. Dantas é secretário regional do PPL, representando o partido na Bahia, Espírito Santo e Sergipe.

"Eu desconhecia quem

pagou a passagem e a hospedagem, de coração. Disseram que seriam pagas pelo congresso da CGTB. Eu fui convocado dizendo que teria que estar embarcando de tarde para a Executiva em São Paulo. Minha missão era estar na CGTB para eleger o representante da central, que nos representaria perante a presidente Dilma Rousseff", afirmou.

Outro beneficiado pelas passagens é Marilton José Viana Cavalcanti, que foi candidato em 2012 a vice-prefeito em Recife pelo PPL. Ele não venceu as eleições. O G1 não conseguiu contato com Cavalcanti.

Além das passagens aéreas, havia pedido para cessão de ônibus. De acordo com notas fiscais obtidas pelo G1, a Rápido Girassol, do grupo Amaral, cedeu cinco veículos para transporte de filiados do partido e sindicalistas ligados à CGTB para São Paulo em julho de 2011.

Por ser viagem interestadual, o trajeto e os nomes dos passageiros têm de ser registrados na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a empresa tem de emitir nota fiscal. De acordo com os documentos, a locação de cada ônibus entre os dias 6 e 10 de julho custou R\$ 10. Todas as notas foram emitidas em nome da central sindical.

Parecer ainda não foi localizado no órgão

Procuradoria não tem conhecimento do documento

Redação Jornal Coletivo



Secretário José Walter Vasquez diz que parecer nega que haja problemas

Na semana passada o jornal Coletivo noticiou, com exclusividade, a possível tentativa de fraude na licitação dos transportes públicos do Distrito Federal. Os donos das viações Piracicabana e Pioneira são sócios comuns em outra empresa – Expresso União – o que é vedado pelo edital emitido pela Secretaria de Transportes. Em entrevista à nossa reportagem, o secretário de Transportes, José Walter Vasquez, informou que o governo possui um parecer da Procuradoria do DF afirmando que não se configura a formação de um grupo econômico entre as viações. “Passamos dois

anos e meio trabalhando sério para fazer a licitação. Esse problema de configuração de grupo econômico entre as duas empresas não existe. Foram pedidas mais de 130 liminares e nenhum tocou nesse assunto. Tivemos essa dúvida, mas a Procuradoria do DF deu parecer negando a existência do problema”, afirmou José Walter.

O jornal Coletivo entrou em contato com a Assessoria de Comunicação da Procuradoria do Distrito Federal e o órgão disse não ter conhecimento do parecer até esta data. A Piracicabana é a única habilitada para concorrer à Bacia 1, que atende Brasília, Sobradinho, Planaltina, Cruzeiro, Sobradinho II, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal. Já a Pioneira é uma das vencedoras da licitação e já assinou contrato com o governo do DF para ser a responsável pela Bacia 2, com 640 ônibus. Ela vai atender as regiões do Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoã e parte do Park Way.

Entenda o caso que aponta suposta fraude

A letra G, do item 16.1 - Requisitos para Participação, do Edital de Licitação, veda a participação de empresas que tenham controle societário ou administradores comuns integrantes de outro consórcio que concorra com qualquer lote da licitação. Empresas de um mesmo grupo econômico não podem concorrer a mais de uma bacia. A Piracicabana, que concorre à Bacia 1, tem como grupo societário José Efraim (sócio da Comporte Participações S/A) e Maria Zélia Rodrigues (da Comporte Participações S/A), Henrique Constantino e de Paulo Sérgio Coelho (também sócio da Comporte e Expresso União). A Comporte Participações S/A é uma das que compõem a Expresso União. Já a Viação Pioneira é comandada por Auristela e Cristiane Constantino, também donas do grupo Expresso União. Este é composto por sócios e por três empresas: Renpet, Belatrix e Comporte. Cristiane, além de sócia da Expresso União, é diretora da Belatrix. Já Auristela é diretora da Belatrix, da Renpet e também sócia do grupo Expresso União.

Distrito Federal MP aponta superfaturamento em contrato de R\$ 10 bi da gestão Agnelo

Segundo o Ministério Público, a licitação para substituir toda a frota de ônibus do Distrito Federal beneficiou empresas do grupo Nenê Constantino

Hugo Marques, de Brasília



O governador do DF, Agnelo Queiroz: licitação suspeita (Beto Barata/AE)

O Ministério Público do Distrito Federal defendeu na Justiça de Brasília a suspensão da execução dos contratos das empresas de transporte público, por entender que houve "superfaturamento das tarifas oferecidas pelas empresas vencedoras". A manifestação do procurador Cláudio João Medeiros

Miyagawa Freire, feita com base em parecer do Ministério Público de Contas local, questiona uma licitação de quase 10 bilhões de reais do DF para a substituição de toda a frota do transporte público.

Segundo processo que corre na Justiça de Brasília, as empresas que ofereciam tarifas de ônibus bem menores foram desclassificadas na licitação. O MP também concluiu que houve participação ativa de pessoas estranhas à Comissão de Licitação no julgamento das habilitações, nas respostas a recursos e julgamento das propostas financeiras, uma espécie de consultoria jurídica privada sem qualquer contrato direto com a Administração Pública.

O promotor concluiu ainda que a licitação beneficiou empresas do mesmo grupo econômico. Trata-se do grupo Nenê Constantino, que levou duas das cinco linhas de ônibus em Brasília. Somente cinco grandes empresas foram

classificadas, para as cinco linhas disponíveis na licitação bilionária. Duas linhas mais rentáveis e com maior previsão de expansão populacional ficaram com o grupo de Nenê Constantino. Dois membros da Comissão de Licitação consignaram em documento que não estavam lendo os relatórios que assinavam, mas que tinham que assinar, por determinação do governo local. Esses documentos não foram anexados ao processo oficial da comissão de licitação, mas já estão em poder do Ministério Público do DF.

O processo para derrubar a licitação é movido pela deputada Celina Leão (PDT-DF). "A cidade inteira espera ônibus novos, mas a licitação não pode lesar o erário", diz a deputada.

Procurada pelo site de VEJA, a assessoria do governador Agnelo Queiroz (PT) não se manifestou.

LEGISLATIVO »

Uma CPI que não sai do lugar



Reunião da CPI do Transporte na CLDF: conclusão, até agora, é que a licitação foi "danosa ao Estado" e deveria ser anulada

Comissão da Câmara que investiga a licitação do transporte público do Distrito Federal em 2012 ainda não ouviu os principais nomes relacionados às decisões do período. Depoimentos feitos até agora não acrescentaram em nada as investigações do Ministério Público

» GUILHERME PERA
» MATHEUS TEIXEIRA
» ADRIANA BERNARDES


Iniciada há mais de 100 dias, a CPI do Transporte não avançou em relação às investigações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Até o momento, os parlamentares

ouviram 13 pessoas e, estranhamente, figuras centrais no processo de licitação, como o advogado Sacha Reck, ainda não foram convocadas. Reck é apontado pelo MP como o comandante da licitação, que custou R\$ 7,8 bilhões aos cofres públicos. O então diretor do DFTrans, Marco Antônio Campanella, também escapou de comparecer à CPI, apesar de a convocação ter sido aprovada há 60 dias. Enquanto isso, o secretário de Mobilidade, Carlos Tomé, no cargo há oito meses — que não participou do processo licitatório —, prestará esclarecimentos pela segunda vez na terça-feira.

A única Comissão Parlamentar de Inquérito em curso na Casa tem pouco mais de dois meses de trabalho pela frente para comprovar fraudes na licitação que renovou a frota de ônibus do Distrito Federal no governo passado. Entre os depoentes, três são procuradores do Ministério Público. Outros três, incluindo o secretário de Mobilidade, fazem parte da atual gestão. Também foi ouvido o ex-diretor técnico do DFTrans Raimundo Lúcio da Silva. Ele limitou-se a dizer que não era responsável pelos contratos. O então secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, negou todas as acusações e fez um relatório da gestão. João de Pádua, membro da comissão de licitação e responsável pela elaboração das atas, negou a influência de Sacha Reck no processo, contrariando o entendimento do MPDFT (leia Para saber mais).

O ex-presidente da comissão de licitação Galeno Furtado Monte, ao contrário do que fez Pádua, admitiu a influência de Reck. Ele prestou um dos mais longos depoimentos e afirmou que a ele cabia apenas "aplicar o edital". "Quando a comissão foi nomeada, recebemos o edital e o consultor (Sacha Reck). Ele nos foi apresentado em reunião com os subsecretários Luiz Fernando Messina e José Augusto Pinto





Júnior. Ele (Reck) era o responsável pela parte jurídica, fazia os textos e as atas, e os trazia para que eu assinasse”, admitiu.

O nome de Messina, hoje chefe de gabinete de Rodrigo Delmasso (PTN) — membro suplente da CPI —, também foi citado por Umberto Rafael de Menezes Filho, integrante da primeira fase da comissão de licitação. Ele confirmou, em depoimento, ter alertado o então subsecretário por meio de um documento entregue em mãos que a proposta aprovada “dobraria o valor das tarifas técnicas”. A alteração ocorreu após a retificação no edital da licitação, que anteriormente previa um valor de R\$ 1,50.

A serem ouvidos

De acordo com o presidente da CPI, Bispo Renato Andrade (PR), Messina deve ser ouvido na quinta-feira, assim como Augusto Pinto. Os depoimentos do vereador Jorge Bernardi, presidente da CPI do

Transporte Coletivo de Curitiba, e de Samuel Barbosa dos Santos, diretor jurídico do DFTrans na época do certame e membro da comissão — esse último tinha a presença esperada há 15 dias —, devem ocorrer em breve. “A conclusão a que chegamos é que a licitação foi danosa ao Estado. Os vícios no processo deveriam levar à anulação do processo”, disse o deputado. Apesar disso, o requerimento para ouvir Sacha Reck nem sequer foi aprovado pelos integrantes da CPI. A assessoria do distrital afirma que “se nada mudar, Sacha Reck será ouvido em 1º de outubro”.

Sem lucro

O sistema de transporte público do DF é operado por empresas privadas. O valor pago pelo usuário não cobre os custos operacionais. Por isso, o governo complementa a diferença com a chamada tarifa técnica.

Para saber mais

Improbidade administrativa

Em maio deste ano, a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep) do MPDFT ajuizou ação de improbidade administrativa devido à licitação de 2012 contra Reck, Vazquez, Furtado e o ex-coordenador da Unidade de Gerenciamento do Programa de Transportes Urbanos, José Pinto Junior. Para o órgão judiciário, a atuação do advogado no certame como consultor da secretaria enquanto prestava serviço para empresas vencedoras da concorrência vai contra as regras da Lei de Licitações e Contratos. O MP também aponta outras irregularidades ocorridas no processo.

Documentos contra Reck

O Correio teve acesso a documentos que reforçam as denúncias da influência de Sacha Reck e do direcionamento da licitação do transporte público no Distrito Federal. Em um deles, em papel timbrado com o nome do escritório do advogado, há o texto base para uma ata de reunião para julgamento final de recursos administrativos. O texto é praticamente idêntico àquele com a logomarca da Secretaria de Transportes (Veja fac-símile). Também levanta suspeita o fato de o Consórcio Metropolitano ter entregue proposta com tarifa R\$ 0,59 mais barata e, ainda assim, ter perdido a licitação.

O Consórcio Metropolitano disputou com a Piracicabana a exploração da Bacia 1 para transportar passageiros do Plano Piloto, de Sobradinho, de Planaltina, do Cruzeiro, de Sobradinho 2, do Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal. Apresentou ao governo, em 1º de fevereiro de 2013, a proposta de R\$ 2,0602 para a tarifa técnica. A Piracicabana, por sua vez, pediu R\$ 2,6555 a fim de prestar o mesmo serviço. A proposta foi entregue em 18 de janeiro do mesmo ano. Apesar de o valor ser 22,4% mais alto, a Piracicabana venceu o certame.

CPI DO TRANSPORTE

Ainda mais dinheiro

Deputados descobrem que verbas desviadas superam o previsto e vão mudar estratégia para cercar Reck

A CPI dos Transportes espera ouvir o advogado Sasha Reck apenas em 1º de outubro. Até lá, pretende envolver outros setores do governo nos depoimentos sobre fraude na renovação da frota de ônibus do DF, em 2012.

O presidente da comissão, Bispo Renato Andrade, depois de ter cancelado a reunião da última quinta por "não ter chegado a um acordo" sobre um depoente, revela existir investigação nos Estados Unidos sobre dinheiro desviado por alvos do inquérito.

"O problema era maior do que imaginávamos. Envolve mais setores do governo, mais pessoas e muito mais dinheiro", afirma.

Para ele, é preciso apurar mais fatos e o depoimento de Sasha Reck

seria um dos atos finais da CPI, prevista para ser encerrada em novembro.

O presidente da Comissão ainda ironiza o governo pela recente nomeação para a diretoria do DFTrans de Leo Carlos Cruz, investigado por fraude em licitação no Espírito Santo, e pelo contrato celebrado entre o Metrô e a Logit/Logitrans, citada na CPI e consórcio ligado a Reck.

"Parece que querem contratá-lo de novo para explicar o que houve na gestão anterior. O governo não tem as planilhas do período da licitação para nos apresentar. Quem tem é o Sasha Reck", critica.

A Secretaria de Mobilidade admite que "há muitas incógnitas" na história.



Renato Andrade: para ele, até parece que o Buriti quer contratar Reck outra vez

saibamais

» Nesta quinta, deve acontecer audiência pública em vez de sessão da CPI. Intenção é ouvir empresários, representantes do

governo e do Ministério Público antes de retomar as rodadas de depoimentos, suspensos nas últimas duas semanas.

Overdose de transportes na Câmara

O secretário de Transportes, Carlos Torné, fará uma verdadeira maratona na Câmara Legislativa. Está lá amanhã, para depor à CPI que investiga a licitação dos ônibus e retomará na terça-feira, para falar à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que examina pedido de crédito suplementar de R\$ 52 milhões para custear o sistema de transporte público. Os deputados acreditam que se está perto de um esgotamento do atual modelo. "O subsídio aos transportes no Distrito Federal já chega a R\$1 bilhão por ano e está subindo ainda mais", registra o presidente da Conf. Agaciel Maia (foto). "Esse dinheiro serviria para cobrir as gratuidades, como o passe livre", explica o deputado, "mas se estende a outras despesas e tornou-se o que sustenta as tarifas, sem reajuste há muitos anos".

Inquietação com volume dos subsídios

Os distritais esperam de Carlos Torné um depoimento técnico. Sabe-se que ele falará sobre a quantidade de pessoas transportadas e sobre a qualidade dos serviços, de que é crítico. O problema, mesmo, está nos subsídios, a serem cobertos pelo crédito suplementar. Os deputados se inquietam, como admite Agaciel, com a alta crescente desses desembolsos.



**Transporte caro
e sem qualidade**

Uma auditoria do corpo técnico do Tribunal de Contas do DF apontou falhas graves no transporte escolar da rede pública do DF. O estudo mostrou que a Secretaria de Educação não fiscaliza a prestação do serviço aos alunos. As empresas contratadas não oferecem qualidade, conforto, acessibilidade, segurança e pontualidade aos 44,5 mil estudantes que vão para a escola nesses ônibus.

» » »

Embora haja sérios problemas com o transporte escolar, o custo praticamente dobrou nos últimos anos. Entre 2011 e 2014, a despesa com o serviço cresceu 92,4%. O relatório será incluído na análise das contas do último ano do governo de Agnelo Queiroz (PT), que será relatado em plenário pelo conselheiro Paulo Tadeu, em 21 de setembro.



Os contratos podem chegar a ser vantajosos, se o novo modelo de transporte for colocado em prática.

Carlos Tomé, secretário de Mobilidade

Mais dinheiro no caixa

Deve ser votada hoje uma suplementação de orçamento de R\$ 52 milhões para a Secretaria de Mobilidade. O secretário aproveitou a ida à Câmara para convencer os deputados de que a situação é complicada. De acordo com Tomé, o custo do governo com subsídios no preço das passagens passa dos R\$ 500 milhões por ano - ainda sem o próximo reajuste da tarifa técnica - e o orçamento previsto ficou aquém do

necessário.

A Secretaria de Mobilidade reclama que teve que arcar com subsídios atrasados das tarifas de 2014 e até mesmo da operação branca do BRT. Por tudo isso, a estimativa é que mais R\$ 100 milhões sejam necessários para fechar o ano.

LINHAS TROCAM DE DONO

Os distritais questionaram a troca de linhas de Sobradinho e Planaltina, que antes eram controladas por cooperativas de transporte. A operação passou para a Viação Piracicabana, sem a necessidade de licitação.

Presentes na reunião da CPI, representantes de cooperativas pressionaram os deputados. A sabatina sobre o tema durou mais de duas horas. O secretário de Mobilidade justificou a decisão com o abandono das cooperativas às linhas. Assim, a Piracicabana, por ser detentora da bacia correspondente foi autorizada a operar.

Mesmo com a passagem pela Procuradoria do DF, os deputados ficaram desconfiados sobre a legalidade da troca de concessão.

JOGO POLÍTICO NOS BASTIDORES



» Embora não tenha participado oficialmente da reunião da CPI nem faça parte dela, o líder do governo, Júlio César (PRB) esteve por lá e protagonizou uma movimentação intensa.

» Se tratou ou não de articulação política, o líder do governo é quem pode dizer, mas ele falou ao pé do ouvido com todos os deputados presentes.

» A reunião teve também outros

parlamentares que não fazem parte da CPI. Alguns deles até compuseram a mesa quando os titulares se ausentavam.

» Titular da comissão, o deputado Ricardo Vale (PT) esteve o tempo todo durante a oitiva do secretário de Mobilidade.

» Discretamente, o petista fez uma defesa dos compromissos firmados com as empresas de ônibus durante o governo de

Agnelo Queiroz.

» Vale concordou com o secretário que as condições estipuladas pela última licitação podem passar a ser vantajosas caso o modelo de operação seja implantado.

» Na semana passada, o distrital levantou dúvidas sobre a eficácia da CPI, sob o argumento de depoimentos pouco produtivos.

Secretário presta esclarecimentos

TALES SILVEIRA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Transporte, instalada no primeiro semestre na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), realizou na tarde de ontem (10) a sua segunda reunião extraordinária, onde foi ouvido o atual secretário de Mobilidade do DF, Carlos Tomé. O objetivo da reunião foi em virtude dos membros da comissão considerarem "grave" o fato de o DF estar atualmente praticando tarifas técnicas a preços reais bem acima do que a tarifa cobrada dos usuários.

No começo de sua fala, Tomé explicou rapidamente sobre como funciona o sistema de transporte coletivo de Brasília e relatou sobre as atividades que foram realizadas nos primeiros meses à frente da secretaria. "Realizamos diversas ações e grupos de trabalhos que atuaram analisando as cooperativas do transporte público, o sistema de coleta, bilhetagem e gra-

tuidades. Um outro grupo de trabalho ficou de tratar dos entendimentos dos contratos de concessão e o relatório desse grupo já está em poder da comissão", disse.

Outro ponto tratado pelo secretário foi a explicação dos reajustes para as empresas Pioneira e Marechal de 31,69% e 45,7%, respectivamente, na tarifa técnica - va-

lor apresentado pelas empresas na concorrência do transporte público, que é maior do que o cobrado dos passageiros e a diferença é subsidiada pelo governo. "O valor que estava sendo pago para as duas estava abaixo dos custos e ameaçando a sobrevivência dessas empresas. O que a gente fez foi fazer a revisão agora para garantir o equilí-

brio", explicou Tomé.

O deputado distrital e presidente da CPI, Bispo Renato de Andrade (PR), não poupou críticas ao reajuste praticado pela secretaria. "Eu advoguei por quase trinta anos, inclusive para algumas grandes empresas. Eu nunca vi um contrato igual a esse que o GDF fez, em que não há risco para as empresas e só há



REAJUSTES para as empresas Pioneira e Marechal também foram assunto da reunião





para o Estado e para os usuários. O que percebe-se é que todas as vezes que a empresa pensar que pode quebrar ela vai lá e pede reajuste da tarifa. Quantas empresas estão falindo no Brasil? Só as empresas de ônibus? Não. Nós não podemos ficar reféns dos empresários de transporte público do Distrito Federal", finalizou.

O secretário de Mobilidade comentou ainda sobre uma possível fraude em cerca de 1.525 cadastros que se encontram em desconformidade no sistema de gratuidades provenientes do passe livre a estudantes, idosos e acompanhantes. Esses cadastros foram bloqueados e a secretaria aguarda que os supostos beneficiários venham pedir a reintegração no sistema. "Todas as demais irregularidades que nós encontramos são encaminhadas para os órgãos de controle. Nesse caso específico, o que nós estamos fazendo é aguardando mais uns dias para ver se outras pessoas, além dos 44

que já se identificaram e tiveram seus cadastros refeltos, aparecem e reivindicam os seus respectivos cadastros", disse.

Segundo o deputado distrital e relator da CPI, Raimundo Ribeiro (PS-DB), essa constatação deve ser tratada como caso de polícia. "Esse caso dos cadastrados é um caso de polícia e nessas duas semanas depois que ficou constatado essa fraude nenhuma providência de encaminhamento ao órgão judicial foi enviada? O senhor não tem que só fazer uma auditoria, mas tem que chamar a polícia", indagou.

A próxima reunião da Comissão será nesta quinta-feira (13). Na ocasião, será ouvido o advogado da Associação das Cooperativas de Transporte Coletivo do Distrito Federal, Wagner Pereira da Silva. Outras convocações deverão acontecer, como a do presidente do DFTrans, Léo Carlos Cruz, e de mais dois servidores: Raquel Araújo Portela (Secretaria de Transportes) e Samuel Barbosa dos Santos (DFTrans). A data, porém, ainda não foi definida.

R7 - RECORD NOTÍCIAS

INFORME
ON LINE

<http://noticias.r7.com/brasil/noticias>

11/08/2015

Secretário presta esclarecimentos sobre alto valor repassado a empresas de ônibus no DF

CPI da CLDF investiga irregularidades no transporte público do Distrito Federal



Os parlamentares questionam o fato de o governo gastar cada vez mais dinheiro em repasses para as empresas de ônibus

O atual secretário de Mobilidade Urbana do DF teve que ir até à Câmara

Legislativa nesta segunda-feira (10) para prestar esclarecimentos para os membros da CPI que investiga irregularidades no transporte público do Distrito Federal.

Os parlamentares questionam o fato de o governo gastar cada vez mais dinheiro em repasses para as empresas de ônibus e o secretário foi à cpi para responder à pergunta.

Segundo ele, o número de passageiros e o total de quilômetros rodados estão acima do previsto na licitação e o índice de passageiros por quilômetro, pelo contrário, está abaixo do esperado. Além disso, o secretário garante que o reajuste dos rodoviários também aumenta a despesa do governo, já que o valor da

tarifa para o passageiro permanece o mesmo.

Para as despesas dos últimos seis meses do ano, são necessários mais R\$ 170 milhões para cumprir a demanda. A licitação foi feita no governo passado, mas os deputados da CPI cobram da atual gestão as medidas tomadas para reduzir o rombo no sistema.

O secretário descartou um aumento no preço da passagem e afirmou que já trabalha nas medidas que podem reduzir o valor dos repasses para um número mais próximo do previsto no edital. Em uma das bacias, o aumento já alcança quase 80% em dois anos. entre as iniciativas, estão o combate às fraudes e a redefinição das linhas de uma forma mais eficiente.

TRANSPORTE COLETIVO

CPI promove audiência pública

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Transporte Público Coletivo da Câmara Legislativa realiza audiência pública nesta quinta-feira (27) para discutir o modelo, as diretrizes e a gestão do sistema de transporte do Distrito Federal. De acordo com presidente da CPI, deputado Bispo Renato Andrade (PR), a intenção é ouvir todos os segmentos envolvidos no sistema para identificar os problemas e apontar soluções.

O debate acontece-

rá no auditório da Câmara Legislativa, a partir das 9h, e contará com representantes do GDF, do judiciário, das empresas de ônibus, de cooperativas de transporte, trabalhadores, especialistas, usuários, servidores públicos e veículos de comunicação social. Todos os presentes poderão se manifestar durante a audiência pública, contribuindo com as investigações.

Para discutir o transporte público ideal para o DF, a CPI pretende

abordar temas como as características do modelo implantado (bacias e tronco alimentador), custos do sistema (tarifa usuário, tarifa técnica e catraca livre), qualidade, eficiência, fiscalização, controle e propostas de integração. De acordo com os organizadores, da comissão é grande a expectativa em relação à participação de jornalistas, que possam compartilhar dados e até mesmo denúncias relacionadas à licitação que renovou a frota de ônibus do DF em 2012.

CPI dos Transportes quer quebrar sigilo de investigados

Os integrantes da CPI dos Transportes, que investiga supostas irregularidades na licitação que escolheu as empresas de ônibus hoje atuantes no DF, querem quebrar o sigilo bancário e telefônico dos investigados antes dos próximos depoimentos. A ideia será discutida, em reunião, hoje. Todos os depoimentos do dia foram cancelados.

"A quebra de sigilo é importante para encaixar peças e confirmar informações, suspeitas. Todos que foram ouvidos até hoje e colaboraram com o processo forneceram informações e dados, mas mesmo assim precisamos fundamentar a investigação cada vez mais", explicou o deputado que preside a CPI, Bispo Renato Andrade (PR).

Por enquanto, ainda não foram indicados nomes que podem ter o sigilo quebrado. Já passaram pela CPI perso-

"A quebra de sigilo é importante para encaixar peças e confirmar informações, suspeitas."

BISPO RENATO ANDRADE, PRESIDENTE DA CPI

nagens como o ex-secretário de Transportes José Walter Vazques e o ex-presidente da comissão de licitação, Galeno Furtado Monte.

Sasha Reck

Sasha Reck, o advogado que serviu de consultor jurídico ao governo, participou de todas as etapas do edital e ainda advogou para uma das empresas deverá ser ouvido pela CPI somente no encerramento das investigações. Segundo o deputado Andrade, deixá-lo para o final é uma estratégia calculada.

"Queremos que ele seja a

cereja do bolo. Ele gosta de ser o ator principal, então vamos dar essa honra para ele aqui também", afirma.

Direto de Curitiba

Um dos depoimentos mais aguardados é o do vereador de Curitiba Jorge Bernardi, que tocou, em 2013, uma CPI dos Transportes para investigar uma licitação aos moldes da realizada no DF. O curioso é que, também lá, Sasha Reck atuou como consultor.

Na opinião de Andrade, o vereador conseguirá expor mais detalhes sobre o advogado "faz tudo". O vereador curitibano não conseguiu comparecer ao convite feito na semana passada, contudo, por problemas no voo para Brasília. Ontem, desmarcou por estar doente.



FABIANE GUIMARÃES
METRO BRASÍLIA

Compartilhamento da Lava-Jato

Relator da CPI do Transporte, o deputado distrital Raimundo Ribeiro (PSDB) quer pedir ao juiz Sérgio Moro compartilhamento de informações sobre licitações de ônibus que porventura tenham sido apreendidas na escritório do advogado Sacha Reck. Alvo da Lava-Jato, ele atuou na concorrência para o transporte coletivo no DF.

Rede do corrupção De ônibus do DF à Petrobras

Operação Lava Jato chega a advogado suspeito de fraude na licitação do sistema de transportes de Brasília

Da Redação, com agências
redacao@jornaldebrasil.com.br

A Polícia Federal fez buscas na manhã de ontem, no escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, no centro de Curitiba, que teria recebido R\$ 4,64 milhões entre setembro de 2010 e janeiro de 2013 da Consist Software, R\$ 1,2 milhão entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014 da SWR Informática, e R\$ 423,2 mil entre janeiro de 2012 e abril de 2012 da Consist Business, em todos os casos, a título de "honorários advocatícios".

A busca se fez em nova etapa da Operação Lava Jato, batizada como Pixuleco II, que prendeu o ex-vereador petista Alexandre Correa Romano. A investigação representa a ligação entre dois escândalos, a corrupção na Petrobras e a licitação do sistema de ônibus do Distrito Federal.

É que o advogado Sacha Reck, novo protagonista da Lava Jato, responde a inquérito na capital como articulador de manipulação da licitação, favorecendo um grupo de empresas. A licitação ocorreu no governo petista de Agnelo Queiroz.

VÍNCULO COM O PT

Segundo a Polícia Federal, a banca de Sacha Reck "é ligada ao PT, presta serviços ao PT". O escritório teria 'relações próximas' com a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, e atuou na campanha de Gleisi.

O novo esquema gira em torno de empréstimos consignados no Ministério do Planejamento, a partir do acesso de dados relativos a mais de 2 milhões de servidores públicos. A organização comandada por Alexandre Romano, 'auferia remuneração decorrente desses serviços'.

O escritório 'ligado ao PT' atua na área administrativa, bancária e financeira, consumidor e contratos comerciais.

Segundo a PF, recentemente houve desmembramento da sociedade, mas novos escritórios continuaram a funcionar no mesmo prédio.

Sobre os pagamentos efetuados aos escritórios, a PF afirma que, 'em pesquisa em fontes abertas, não logrou encontrar causas das empresas' que os contrataram. O escritório Guilherme Gonçalves não retomou telefonemas da reportagem.



De mal a pior

A situação do advogado Sacha Reck, já colocado na lista de depoimentos da CPI do Transporte da Câmara Legislativa já é ruim e deve piorar. Quem garante é a presidente da Câmara, deputada Celina Leão, que foi ao Paraná investigar envolvimento de Reck em fraudes. Para Celina, "ele está envolvido não só como operador da licitação, mas também em lavagem de dinheiro". A presidente pedirá agora acesso às informações relativas à nova investigação da PF.

6,2 MILHÕES

de reais foram recebidos pelo escritório, de três operadoras

saiba mais

» O esquema operava em fraudes com valores de empréstimos consignados no âmbito do Ministério do Planejamento, do qual Paulo Bernardo foi titular entre março de 2005 e janeiro de 2011 (governo Lula).

» A PF não atribui a Gleisi e a Paulo Bernardo envolvimento na Pixuleco II. Gleisi é alvo de investigação da Lava Jato na Procuradoria-Geral da

República porque, segundo delatores, teria recebido R\$ 1 milhão na campanha de 2010.

» O esquema teria sido montado em 2010 e ocorreu até julho de 2015, segundo rastreamento de pagamentos de propinas, inclusive para a viúva do ex-secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Duvanier Paiva Ferreira, morto em 2013.

Assessoria foi ignorada

Daniel Cardozo

danielcardozo@jornaldebrasil.com.br

A CPI do Transporte da Câmara Legislativa ouviu ontem da chefe da assessoria jurídica da Secretaria de Transporte que sua equipe e ela própria foram deixadas de fora do processo. Os depurados suspeitam que se tratou de uma manobra para ocultar irregularidades.

A portas fechadas, a advogada Raquel Portela falou aos distritais por quase duas horas. O depoimento revelou que as decisões tomadas no aspecto jurídico ficaram centralizadas no escritório de Sacha Reck, como consultor contratado para orientar a concorrência.

O relator do caso, deputado Raimundo Ribeiro (PSDB), classifica o procedimento como "incomum" em se tratando de órgãos públicos. "Como advogado, vejo como estranho e surpreendente que tudo tenha ficado concentrado em uma consultoria externa. A assessoria jurídica do órgão é paga com dinheiro público e foi simplesmente ignorada", avaliou. O tucano evita falar em prática orquestrada, mas não descarta conluio para fraudar a

licitação. "Foi uma atitude no mínimo temerária e injusta ignorar quem deveria ter participado", completou.

A formação de um grupo restrito em torno da licitação chamou a atenção do presidente da CPI, deputado Bispo Renato Andrade (PR). Mesmo se tratando de um assunto técnico, ele vê elementos suspeitos em torno do processo. "A alegação de que havia empresa de consultoria para fazer esse serviço não bate, porque os documentos giravam ali dentro. Então, devem obrigatoriamente passar pela Secretaria de Transportes. A partir daí ser encaminhado então para a consultoria. Não sabemos as razões ainda, mas é muito estranho", opinou.

Para o petista Ricardo Vale (PT), o depoimento da advogada não se revelou tão claro como na avaliação dos colegas. O distrital acredita que por mais que a assessoria jurídica tenha sido deixada de fora, falta a palavra do advogado Sacha Reck. "Não consigo entender essa demora. Ele já foi apontado como figura influente na licitação e estamos adiando esse momento há muito tempo", reclamou.

Hora de votar

Distritais aprovam mais verba para subsidiar ônibus

A Câmara Legislativa aprovou ontem, finalmente, crédito suplementar de R\$ 52,8 milhões ao Distrito para pagar os subsídios dados às empresas de ônibus. O governador Rodrigo Rollemberg deverá sancionar de imediato o projeto — enviado por ele mesmo aos distritais — para garantir que a operação se faça até o fim do mês.

O pedido de crédito suplementar estava pendente desde junho. A proposta foi aprovada na terça-feira pela Comissão de Orçamento e Finanças, mas não houve quórum em plenário para a votação. Os distritais faltaram de novo na quarta.

O secretário de Mobilidade, Carlos Tomé, foi duas vezes à Câmara para justificar o pedido de

dinheiro. Antecipou aos deputados que, além dos R\$ 52,8 milhões e sem reajuste de tarifas, terá que pedir mais R\$ 116 milhões para fechar o ano.

O projeto aprovado remaneja para os transportes verbas que seriam estava destinadas a obras esportivas e de urbanização no Gama, no Itapoá e em Planaltina, além de construção e reforma de paradas de ônibus.

A Secretaria de Mobilidade afirma que o subsídio custa R\$ 40 milhões mensais e diz que o Orçamento de 2015 previu apenas R\$ 60 milhões para o ano todo. Em março, a pasta já recebeu aval da Câmara para R\$ 120 milhões adicionais.



Câmara Legislativa: uma série de eventos garantiu, ontem, presença maior

saiça mais

• O subsídio elevado decorre do modelo de custeio adotado na licitação do sistema de ônibus feita no governo Agnello.

• Hoje, segundo o secretário Carlos Tomé, o governo paga às empresas 50% do valor de cada passagem.

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a licitação que renovou os contratos de ônibus: o deputado Renato Andrade critica o sistema.

O bispo Renato calcula que o valor subsidiado pelo GDF em cada passagem — a chamada tarifa técnica — aumentou mais de 100% desde o início dos contratos. "Espero que exista bom senso de empresários e do governo para se sentarem à mesa e repactuarem", afirma.

Mais R\$ 52,8 mi em crédito extra para pagar ônibus

● A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou ontem o repasse adicional de R\$ 52,8 milhões à Secretaria de Mobilidade para pagar as faturas de agosto com as empresas de ônibus.

O texto vai à sanção do governador Rodrigo Rollemberg. Se for sancionado nos próximos dias. O dinheiro pode chegar à pasta até o final deste mês. A análise do pedido de crédito suplementar estava parada desde junho.

Remanejo

O projeto remaneja recursos que seriam usados em obras esportivas e de urbanização no Gama, no Itapoã e em Planaltina, além de construção e reforma de paradas de ônibus. O dinheiro irá compor o subsídio que o GDF repassa mensalmente às empresas que operam o sistema.

*ANA MARIA CAMPOS / HELENA MÁDER
GHILHERME PERA / MATHEUS TEIXEIRA*

Aprovada ajuda de R\$ 52,8 milhões para transporte público

Votação da Câmara Legislativa nesta quinta-feira (13/8) garantiu crédito suplementar de R\$ 52,8 milhões para o transporte público. A quantia é suficiente para fechar as contas apenas até o fim do mês.

O GDF prevê fazer mais dois pedidos similares nos próximos meses, pois, segundo cálculos do governo, são necessários mais R\$ 116 milhões para o sistema de transporte até o fim do ano.

O Palácio do Buriti, porém,

deverá sofrer resistência dos parlamentares para realizar outros remanejamentos para o setor. A presidente da Câmara, Celina Leão (PDT), afirmou que a aprovação de hoje foi um "voto de confiança" e que não deve ocorrer mais vezes.

O chefe da pasta, Carlos Tomé, foi à Casa na última terça-feira fazer um apelo aos parlamentares para aprovar o remanejamento e chegou a dizer que sem a verba "Brasília poderia parar". Naquele dia, porém, não houve quórum e a matéria não foi votada, assim como quarta-feira.



Suplementação a duras penas...

Foi a duras penas e sob críticas ao atual modelo deficitário de gestão de pagamento das passagens do transporte público que o governo conseguiu aprovar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa crédito suplementar de R\$ 52,8 milhões para cobrir os subsídios às empresas do setor. O distrital Rafael Prudente votou contra, alegando que "isso já está virando um saco sem fundo". O ex-presidente Wasny de Roure votou a favor, para garantir os serviços, mas admitindo que fazia "papel de bobo". Até o presidente da comissão Agaciel Maia, incluiu no seu parecer favorável que "o sistema privado tem que sobreviver de forma mista, com recursos públicos".

...e já vem outra por aí

O próprio governo deu razões para isso. O secretário de Mobilidade, Carlos Tomé, compareceu à Câmara pela segunda vez em dois dias e fez uma apresentação técnica sobre o desequilíbrio financeiro. Admitiu que em setembro será necessário um novo pedido de suplementação orçamentária, agora de cerca de R\$ 116 milhões, para cobrir os gastos até final do ano.

tá falado

Eu esperava ver um projeto que desse esperança de melhorias no transporte, mas confesso que estou me sentindo um bobo da corte aqui. Não se explica nada com esses números. Essas medidas são protelatórias. Não tem nenhum estímulo para que as pessoas usem o transporte público.



Wasny de Roure, deputado distrital do PT, durante depoimento do secretário de Transportes, Carlos Tomé, à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa

VIOLÊNCIA**Ônibus incendiado**

Um ônibus da Viação Pioneira foi incendiado, por volta das 16h de ontem, na Quadra 15 do Setor Sul, no Gama. Segundo informações da Polícia Militar do DF, três homens encapuzados deram sinal para o ônibus, ordenaram que o motorista parasse na via e pediram para que todos os passageiros saíssem do veículo. Ainda segundo a PM, os três criminosos entraram no coletivo, jogaram gasolina e atearam fogo. O Corpo de Bombeiros foi acionado e conseguiu apagar as chamas. Não houve feridos. Até o fechamento desta edição, os suspeitos não haviam sido localizados.

Gama

Ônibus em chamas causa pânico

Os moradores do conjunto B, da quadra 15, na região Sul do Gama, passaram por momentos de pavor na tarde de ontem. Um ônibus que estava parado no local e, aparentemente, não tinha passageiros dentro, foi incendiado por três homens encapuzados. Segundo testemunhas, eles estavam na parada de ônibus, apenas aguardando a chegada de algum coletivo vazio. Quando o veículo parou, o motorista e o cobrador foram expulsos. O fogo se alastrou e, de acordo com os vizinhos, quase pegou nos fios de condução elétrica da rua. Diante do perigo, muitos saíram correndo de dentro de suas casas.

A suspeita, afirmam, é de uma revolta por parte de traficantes. Recentemente, uma boca de fumo, próxima da cena do crime, foi fe-

chada por policiais. "Havia, ali para baixo, uma boca de fumo e parece que a polícia acabou com o esquema. Então, dizem que é o pessoal de lá que fez isso", conta D.S., 30 anos.

Os bandidos teriam cometido o crime por volta das 14h30 da tarde. Os bombeiros chegaram minutos depois, mas as chamas já haviam se alastrado e acabado com boa parte do ônibus. Do coletivo, restou apenas o esqueleto. O veículo só foi retirado do local por volta das 20h30. Árvores próximas à parada de ônibus do conjunto também foram queimadas junto às chamas do coletivo. "Eu e minha mãe estávamos dormindo na hora em que o ônibus começou a ser queimado. Fomos acordados pela irmã. Parecia que o fogo ia entrar na nossa ca-



Homens encapuzados colocaram fogo no coletivo vazio

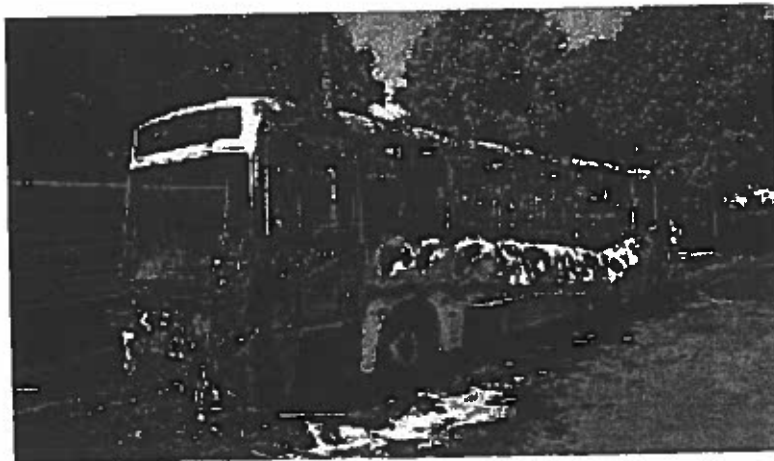
sa", conta ainda o militar E.S., 20 anos. O jovem, sua mãe e irmã saíram correndo para longe do local. "O fogo foi para todo o lado. Uma senhora de idade, da casa ao lado, chegou a passar mal na hora de ir para outro lugar. Foi desesperador

mesmo. Cena de filme", disse.

A equipe do JBr tentou obter mais informações com a Polícia Civil. Porém, até o fechamento desta edição, nada obtivemos respondida. A 20ª deve seguir com as investigações.

Gama

Presos por incendiar ônibus



A Polícia Civil prendeu três jovens suspeitos de terem incendiado um ônibus (foto) da Viação Pioneira na tarde da última sexta-feira na Quadra 15, Conjunto D, do Setor Sul do Gama. A investigação da 14ª Delegacia de Polícia (Gama) identificou seis envolvidos — um deles adolescente — na ação criminosa, mas dois deles estão foragidos. O menor de 16 anos foi apreendido pela Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). Michael Douglas Marques Teixeira, 22 anos; Tiago Henrique Santos Sousa, 18; e Flávio dos Santos Silva, 27, foram presos preventivamente, na manhã de ontem, no Setor Sul do Gama. O delegado-chefe da 14ª DP, Edson Viana, explicou que o grupo ateou fogo ao ônibus em represália a três prisões em flagrante de traficantes ocorridas naquela data. “A delegacia prendeu dois homens por tráfico de drogas e, como forma de retaliação, eles colocaram fogo no coletivo na tarde do mesmo dia. Inclusive, dois deles eram alvo da operação de tráfico de drogas por fazerem parte da quadrilha”, esclareceu. Eles foram indiciados por incêndio qualificado, corrupção de menor, associação criminosa e perigo para a vida ou saúde de outros. Cada um deles pode pegar de seis a 10 anos de prisão.

Entrevista / Jair Tedeschi

Transporte: Tarifa atual é insustentável

Eric Zambon
eric.zambon@jornaldebrasil.com.br

Ao levantar a hipótese de "relação privilegiada" entre a viação Pioneira e a gestão anterior do GDF, o atual secretário de Mobilidade, Carlos Tomé, pisou no calo do ex-diretor do DFTrans, Jair Tedeschi. "Ele falou besteira", critica. Jair ficou apenas sete meses no cargo, mas afirma ter enfrentado falta de recursos e dúvida que o governo Rollemberg termine o mandato sem aumentar o preço das passagens, pois o sistema já opera em déficit.

Condenado por improbidade administrativa pelo Tribunal de Contas, quando à frente do Detran-DF, em 2008, ele se defende e se mostra tranquilo quanto à repercussão do caso. Como cidadão de Brasília "há 50 anos", ele espera, apenas, que alternativas como o BRT e as integrações funcionem como deveriam.

O senhor cogitou que as declarações do secretário tenham sido fruto de desconhecimento ou má-fé. Por que?

Desde o início de novembro fomos informando (à equipe de transição) tudo que era necessário. Tive apenas um contato com o Tomé e fiz questão de perguntar a ele se tinha dúvida. A resposta foi não. Ele disse que, ao contrário, tínhamos informado até mais do que nos fora pedido. Como agora ele vem falar em privilégio? Realmente me aborrece com isso. Sou extremamente cordato. As pessoas têm direito de expressar suas opiniões, mas ele falou besteira.

O secretário chegou a dizer que a forma de pagamento da empresa,

paga pela quilometragem rodada, afrontava a lei. Isso procede?

As empresas que operaram na Copa faziam o transporte gratuito das pessoas da Rodoviária e eram pagas por quilômetro rodado. Era uma forma de remuneração quando você não tinha como saber o número de passageiros. Ele (Tomé) se diz especialista na área, então tem que ter conhecimento. Ele teve desconhecimento porque não leu os documentos encaminhados ou, então, calculo realmente que agiu de má-fé, e aí não aceito, é moleza-gem.

O governo utiliza muito a desculpa de que a culpa é da gestão anterior...

O que avançou em dois meses? A

situação infelizmente piorou. Vã ao BRT e veja como é o sufoco para entrar nos ônibus. Levamos de três a quatro meses para organizar o embarque. Primeiro vem os passageiros com necessidade especial, o idoso, depois tem a fila pra quem vai sentado... Você tinha ônibus de cinco em cinco minutos e ninguém chovia. Continuam de cinco em cinco minutos, mas agora é uma multidão para entrar.

Nos sete meses em que esteve à frente do DFTrans, quais os principais problemas inerentes à gestão de mobilidade?

Tínhamos uma frota sucateada. Existia até bolão para saber quantos ônibus quebrados seriam encontrados nas vias e o governo teve coragem de renovar a frota. O secretário está certo ao dizer que os ônibus novos foram colocados no sistema velho. São cinco BRTs previstos, por exemplo, mas mal conseguimos concluir um. Existem terminais em reforma, existem terminais a serem construídos, outros têm que ser reconstruídos, então foram diversos fatores em que o governo anterior falhou. Confesso que tive dificuldade de encarar novembro e dezembro no DFTrans ano passado por falta de recursos e governo semi-paralisado...





O que avançou em dois meses? A situação infelizmente piorou. Vá ao BRT e veja como é o sufoco para entrar nos ônibus. Levamos de três a quatro meses para organizar o embarque.

Por que faltou dinheiro?

Isso é fruto de não elevar a tarifa. Não acredito que o governo Rollemberg consiga terminar sem ter reajuste tarifário. O sistema adotado é bom para o usuário, mas ruim para o governo. O sistema determina que devo remunerar a empresa pelo custo dela, que hoje está acima de R\$ 4 (por pessoa). A tarifa técnica (custo do transporte dividido pelo número de passageiros pagantes) está num custo médio de R\$ 3,15 hoje. Então quando o passageiro faz o acesso a R\$ 3, o governo já tem que pagar a diferença. Quando ele faz a integração e pega o segundo ônibus, então, o governo paga a passagem toda.

A Secretaria de Fazenda ou a de Planejamento deu alguma explicação sobre a falta de recursos?

Eles estão dizendo agora que o orçamento está subestimado, só que ninguém faz orçamento superavaliado. Pensam "ah, depois tem su-

plementação", mas às vezes não tem. O governo apostou no ganho por conta do servidor. O GDF apostou que os aumentos dados não só para servidor - rodoviários tiveram 20% de reajuste - alavancariam o governo politicamente e ele venceria as eleições e teria mais quatro anos de mandato. Não pegou.


Então, houve mais gastos do que deveria...

Entendo que quando se viu que não tinha como buscar mais recurso, era final do ano. Ai começaram a apagar a luz, fechar torneira, mas aí já era tarde demais.

A integração prejudica financeiramente o sistema público de transporte?

Com certeza. Mas o governo tem que bancar, até porque na campanha o governador falava em bilhete único, então ele não pode mudar esse discurso agora. Isso faz custo para o governo, que banca as passagens, mas





Quando você se candidata e lança sua plataforma, seus projetos, esqueça o que não foi feito, passe a fazer!

são detalhes. O secretário, como técnico da área, diz que a visão do futuro é a integração, o sistema tronco modal (em alusão ao BRT). Então faça acontecer! Deixe de falar sobre o governo passado... Eu sou de Brasília, quero que aconteça no novo governo, quero que o novo governo faça as mudanças!

Como o senhor avaliaria a eficiência do DFTrans?

Algumas coisas são complicadas. Por briga política, a fiscalização saiu do DFTrans em março (de 2014) e foi transferida para a Secretaria de Transportes. Como órgão gestor, passou a não fiscalizar mais, não punir. Perdeu a capacidade de estar em cima da empresa, cobrando.

A partir de agosto teve questão dos recursos financeiros e também não conseguimos terminar o BRT até hoje. Os terminais não foram concluídos, então não tinha como mexer no principal, as integrações, as racionalizações de linha que poderiam melhorar ou diminuir o custo.

Foram implantados ônibus novos em cima de mil linhas aproximadamente, e não era para ser isso. A responsabilidade era do DFTrans, e não conseguimos.

As obras do BRT são de responsabilidade das empresas do consórcio. Elas só trabalhavam quando os repasses eram feitos?

Eles tinham um contrato a cumprir, mas chegou um ponto tal que também iam cobrando. Começaram com um "ah, não tenho dinheiro pra comprar material". Alegavam essas dificuldades.

E isso era um problema do DFTrans?


Não, mas quem era o gestor? a quem afeta? Afeta a população, então o DFTrans tinha que agir. Eu falava: "não é possível que vocês (empresas) não consigam terminar a estação!"

Então a culpa é das empresas?

Não, é um conjunto de fatores que não permitiu...

Mas se existe um contrato e as empresas têm que terminar as obras. Elas não cumprirem não seria responsabilidade delas?

Tem tanta coisa que podem alegar (risos). Demorou a sair o licenciamento, demorou a sair isso, a sair aquilo... Teve a briga para tirar o pessoal da estação Floricultura - e



→

isso era problema do governo -, então são vários fatores.

E quanto à "operação branca" do BRT?

Com três meses era esperado que fosse feita a montagem de tudo e fosse feita a cobrança aos passageiros, mas não foi assim. Estão anunciando a cobrança para daqui a 15 dias, mas não vai ser fácil. Eu acho que não vão conseguir, mas se conseguirem, eu aplaudo. Não há catracas com validadores nas entradas das estações. [...] São detalhes que infelizmente não são da minha época, mas nós tivemos dificuldade e eu fui crítico disso. Como é que você consegue fazer a operacionalização do sistema desse jeito?

Outra questão muito delicada são as constantes greves...

A partir de agosto o orçamento se esvaiu. No caso das empresas, existem três tipos de transferência de recursos. O primeiro é pelo vale-trabalhador. O passageiro adquire crédito e paga R\$ 3 com a integração, se for com dinheiro paga passagem por passagem. As empresas recebem esse dinheiro porque ele não vai para o Tesouro, fica em uma conta específica e a medida que você usa seus créditos, esse dinheiro é





repassado, conforme o número de acessos (aos ônibus da empresa).

O que aconteceu é que a tarifa técnica passou dos R\$ 3 o governo tinha que colocar subsídio, mas não tinha dinheiro (para repassar às empresas, que portanto atrasaram no pagamento de funcionários e geraram greves).

É possível dizer que houve avanço?

Digo o seguinte: em 2008, o Arruda e o Fraga tiveram a coragem de tirar o transporte pirata, criaram as cooperativas. Foi uma coragem também de tirar os camelôs das ruas. O governo Agnelo teve a coragem de tirar os ônibus velhos.

As cooperativas que ainda têm ônibus velhos devem renovar a frota este ano, e a isso o governo Rollemberg tem que estar ligado. Os contratos de 2008 são válidos por dez anos, mas com prazo de renovação de sete anos, mesmo sem a certeza de revalidação do contrato. Já é uma questão do governo.

Mas muita coisa não foi feita...

Se fôssemos reclamar, falaríamos que o Arruda fez a linha verde, a EPTG, mas cadê os ônibus com a porta na esquerda e tal? O governo Agnelo não fez e o atual governo também não.

Quando você se candidata e lança sua plataforma, seus projetos, esqueça o que não foi feito, passe a

fazer! "Ah, mas o tombo da economia...". Isso são dificuldades, mas não impedem o governo de avançar. Não adianta ficar reclamando. Até hoje reclamam da dita dura, mas já tem 30 anos que acabou, então para que ficar reclamando sobre isso? Tem que trabalhar!

E quanto à condenação por improbidade administrativa quando o senhor era diretor do Detran-DF?

Isso aí foi uma sacanagem! Eu era obrigado a fazer registro de veículo alienado. Na época, eu você montava um cartório no Detran ou fazia convênio com os cartórios de nota. Isso foi feito com referendo do Ministério Público e da Justiça. Se eu precisava de mesa e cadeira para montar uma sala, mas não tinha recurso, mandava um pedido para os cartórios e eles faziam projeto, compravam o material e faziam a doação. No final de 2008 isso foi proibido e eu chamei o presidente dos cartórios e falei: "acabou o convênio". Entraram na Justiça contra o meu ato e a Justiça me determinou que mantivesse o convênio. Fui condenado pois cumpri a ordem.

E o senhor ainda luta por isso?

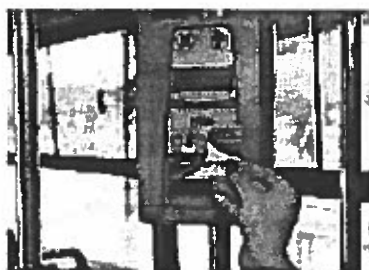
A condenação foi feita e me foi imposta uma multa que não paguei, pois entrei com recurso. Eu não poderia exercer cargo público em cinco anos. Isso vence este ano.

TRANSPORTE PÚBLICO »

R\$ 30 milhões em bilhetes falsos

Secretaria de Transparência e Controle identifica fraude no Sistema de Bilhetagem Automática. Um único cartão era usado mais de mil vezes num só dia. A polícia investiga o esquema, que envolvia empresas fantasmas e servidores do DFTrans

GUILHERME PERA
ISA STACCIARINI



O cartão de vale-transporte pode ser passado na catraca até 16 vezes em um dia, se usado por uma pessoa com deficiência que esteja acompanhada

Uma fraude no Sistema de Bilhetagem Automática (SBA), gerenciado pelo Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans), pode ter causado um rombo de pelo menos R\$ 30 milhões nos cofres públicos do GDF. Uma auditoria realizada pela Secretaria de Transparência e Controle de maio a agosto deste ano constatou as irregularidades no serviço entre 2008 e 2014. A

Polícia Civil abriu inquérito para investigar o esquema.

Pela lei, cada cartão de bilhetagem automática, seja de vale-transporte, passe estudantil ou de deficientes, pode passar até oito vezes na catraca por dia, com exceção daqueles que têm necessidades especiais e entram acompanhados nos ônibus e no metrô. Nesse caso, a pessoa tem direito a 16 entradas diárias. "Identificamos, no próprio sistema, cartões que passaram centenas, sendo que um passou mais de mil vezes", afirma o secretário de Transparência e Controle, Mauro Noleto.

Um dos cartões fraudados registrou, segundo a auditoria, 1.045 transações, com valor acumulado de R\$ 3.135, em 2 de março. Em 26 de março, outras 1.041 vezes, com um gasto de R\$ 3.123. Em 12 de agosto, 1.024, e mais R\$ 2.355,20 de dinheiro público.


Um auditor fiscal do transporte público do DF garante que a fraude pode passar dos R\$ 100 milhões de prejuízo para os cofres públicos. O funcionário, que pediu para não ser identificado, explicou como funcionava a ação criminosa que envolvia empresas fantasmas, operadores do sistema de transporte público e pessoas de cargo comissionado no DFTrans.

Segundo ele, os envolvidos no esquema cadastravam no SBA o nome de uma empresa existente no mercado, mas usavam CNPJ falso, inventado pelos criminosos. Os responsáveis pela ação forjavam o depósito do valor, supostamente feito pela empresa fantasma, referente ao pagamento de vale-transporte dos empregados do estabelecimento na conta bancária do DFTrans. Depois da suposta conferência realizada, o órgão liberava os cartões com os créditos.

A fraude acontecia quando os cartões eram descarregados nos validadores dos ônibus. Muitas vezes, as viagens não existiam e os coletivos estavam parados. O operador do sistema, então, abria um trajeto fictício, passava os créditos e finalizava o percurso. A falsa operação entrava no SBA e o operador do sistema apresentava uma fatura ao DFTrans, da qual constava o transporte dos falsos passageiros.

Com o pagamento realizado pelo órgão, o dinheiro era repartido entre os integrantes da quadrilha. "Estão envolvidos no esquema servidores do DFTrans, funcionários que ocupam cargos comissionados, terceirizados e operadores do sistema de transporte. Os valores eram divididos entre todos", denuncia o auditor.





De acordo com o secretário de Transparência e Controle, o governador Agnelo Queiroz recebeu informações de que o sistema poderia apresentar problemas no começo deste ano. O chefe do Executivo convocou, então, a Secretaria de Transparência e Controle e determinou a realização da auditoria, instaurada em maio e finalizada em agosto. "Não tem ninguém aqui de dentro envolvido atualmente. Havia operadores, usuários, servidores e funcionários terceirizados envolvidos, mas já afastamos quem deveria ser afastado", assegurou o diretor do DFTrans, Jair Tedeschi.

Inquéritos

O titular da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública (Decap), Vicente Parnahiba, revelou a existência de cinco inquéritos de apuração de fraudes no DFTrans.

O último, instaurado em setembro, investiga as irregularidades no SBA. "A auditoria realizada pela Secretaria de Transparência do DF constatou diversas ilegalidades com indicativo de crime. O último inquérito foi instaurado com base na análise. A princípio, a investigação pode resultar em improbidade administrativa, por uma possível má gestão do órgão, ou crime de estelionato contra a administração pública", esclareceu o delegado.

No ano passado, a Associação dos Auditores Fiscais do Transporte Urbano (Assefit) já havia representado a suspeita de ilegalidade no SBA junto ao Ministério Público de Contas e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). Os servidores ainda protocolaram denúncia a Decap e à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Transportes

O encerramento da atual administração do Distrito Federal é dramático. Por meio de um programa de rádio, o dirigente do DFTrans admitiu que o governo deve R\$ 15 milhões para uma concessionária de transporte coletivo. Reconheceu que o mesmo ocorre com as demais prestadoras de serviço do transporte coletivo. O orçamento de 2014 desconsiderou a reforma do sistema, que vinha sendo discutida desde o início da atual gestão, o que levou à falta de previsão de recursos para cobrir o aumento de despesas com a ampliação da frota e do número de usuários. Assim, Brasília assiste, perplexa, ao fim de um governo, sendo punida com greves de trabalhadores. A desorganização se estende a outras áreas, com destaque para a de saúde, cuja intervenção governamental não imprimiu a mudança esperada, para frustração dos usuários.

» Zulmira Quinté,
Park Way

TRANSPORTE PÚBLICO

Um novo problema atrás do outro

Paralisação da Viação Pioneira se soma à pane no sistema de cartões e ao rombo deixado por desvio

Bárbara Fragoso e Ary Filgueira
redacao@jornaldebrasil.com.br

Sem ônibus e sem vale-transporte. Assim foi a quinta-feira dos passageiros da Viação Pioneira, pegos de surpresa com a paralisação dos rodoviários da empresa. E o retorno das atividades não está confirmado. Essa não foi a única vez em que a categoria deixou de comunicar o ato com antecedência, conforme prevê a legislação. A situação tem se repetido, cada vez com uma empresa diferente.

Os 640 ônibus que não saíram da garagem prejudicaram mais de 200 mil passageiros. Os funcionários alegam não receber o pagamento do salário e do auxílio-alimentação do mês passado, que deveria ter sido depositado pelo DFTrans até a última quarta-feira. Cerca de 1,5 mil funcionários pararam as atividades.

A greve atinge Santa Maria, Gama, São Sebastião, Itapoã, Paranoá, Lago Sul, Jardim Botânico, Candangolândia e Park Way. A dívida do governo, que chega a R\$ 15 milhões, é referente ao repasse do passe livre, da passagem de pessoas com deficiência e da "operação branca", devido à gratuidade do Expresso DF. O DFTrans admitiu o atraso e informou que solicitou reforço de outras empresas e cooperativas que atuam nestas regiões.

Segundo o diretor do Sindicato dos Rodoviários, Oswaldo Lima, é frequente a falta de pagamento. "O último atraso foi no dia 20 do mês passado", destaca. Segundo ele, é indispensável paralisar para chamar a atenção do governo. "Nós podemos voltar a circular a qual-

quer momento, mas mediante o depósito", acrescenta.

A Viação Pioneira esclarece que o montante do repasse é referente às folhas de ponto dos funcionários e a outras despesas da empresa. "Investimos na compra de novos ônibus, mais confortáveis, para garantir qualidade à população. Infelizmente, é complicado continuar os trajetos sem o salário pago", ressaltou a assessoria de imprensa da empresa.

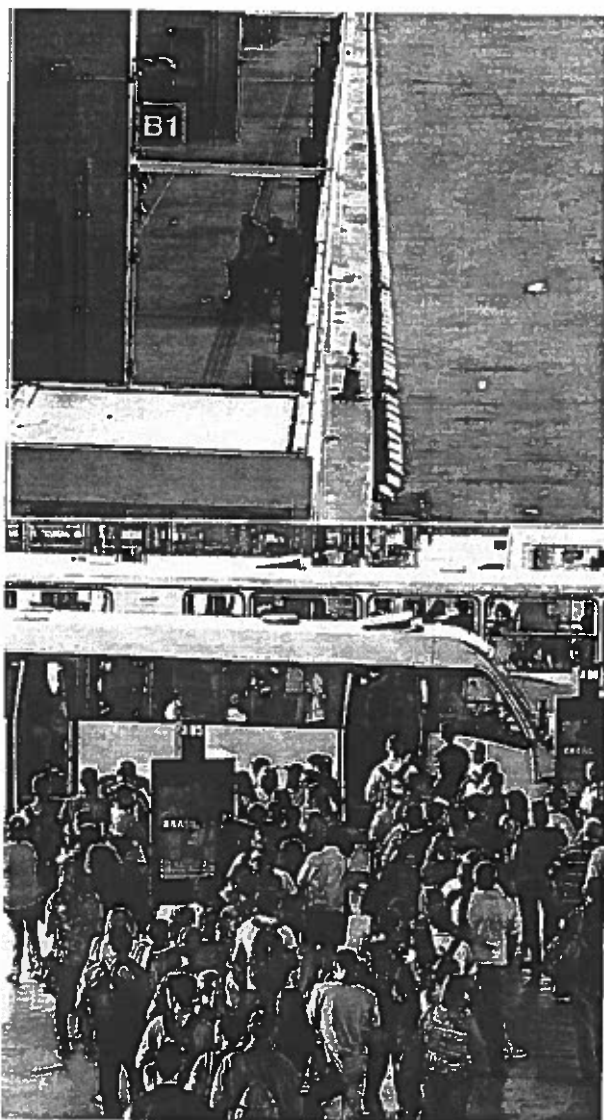
REPASSES

Em nota, o DFTrans explicou que tem feito repasses diários às empresas para suavizar o impacto provocado pela dívida de R\$ 15 milhões. A autarquia argumentou também que, "independentemente dos valores a serem repassados pelo governo, as empresas devem ter caixa para manter sua operação". Segundo o órgão, das cinco empresas que operam no serviço, somente a Pioneira não está circulando.

MEMÓRIA

» A última greve de rodoviários foi da São José e aconteceu no dia 6 de outubro, complicando o deslocamento de cem mil passageiros de Taguatinga, Ceilândia e Brazília.

» Cerca de 540 veículos suspenderam a circulação. Os trabalhadores reivindicavam o pagamento de horas extras e solicitava o parcelamento do desconto do Imposto de Renda, INSS e taxa sindical.



Desvio de R\$ 30 milhões na bilhetagem

O DFTrans é pivô de outra crise, provocada pelos indícios de desvio de dinheiro do sistema de bilhetagem automática. Auditoria da Controladoria do GDF apontou um rombo de R\$ 30 milhões. As irregularidades começaram em 2008 e envolvem empresas fantasmas e concessionárias do transporte público, além do próprio DFTrans.

Conforme detalha a investigação, o esquema funcionava assim: as empresas fantasmas fechavam contrato com o DFTrans, mas não pagavam o valor dos vales-transporte dos supostos funcionários. Mesmo assim, o governo liberava os créditos. Havia cartões usados milhares de vezes em um único dia. Depois, o DFTrans repassava o valor supostamente arrecadado às concessionárias. O dinheiro, então, era dividido entre os envolvidos. Dois funcionários comissionados foram afastados.

O diretor-geral do DFTrans, Jair Tedeschi, reconhece que a denúncia é grave e diz que a Polícia Civil também investiga o caso. "Não há novidade. Isso já foi noticiado na época. Vamos aguardar o desfecho", resumiu. Quanto à pane no sistema da bilhetagem, ressaltou que as recargas deverão ser normalizadas nesta segunda-feira.

NÚMEROS

640

ônibus da empresa
deixaram de circular

200 mil

passageiros foram
prejudicados

Via-crúcis dos passageiros

Com a paralisação da Viação Pioneira, as paradas de ônibus ficaram lotadas e muitas pessoas não conseguiram chegar pontualmente ao trabalho durante o dia de ontem. O bombeiro hidráulico Ribamar Melo, 43, saiu de casa, em Santa Maria, bem cedo, às 5h, mas só conseguiu chegar ao trabalho cinco horas depois, por volta das 10h. "Espero que os ônibus voltem a circular logo para ajudar a gente. Não dá para continuar assim", lamenta.

A greve pegou o servidor público Hélio Martins, 56, de surpresa. "Eu estava no Sítio do Gama (na região de Santa Maria) tentando ir à Rodoviária do Plano Piloto. Não passava nenhum ônibus. Tive que caminhar até a BR-040 para pegar o primeiro que passasse", relata.

A auxiliar de dentista Edneia Evangelista, 47, também moradora de Santa Maria, foi obrigada a acordar mais cedo ontem. "Eu estava na parada de ônibus desde as 4h. Só consegui sair de lá às 5h30, porque peguei carona com um amigo", conta. "A gente sai de casa sem ter hora para voltar. É um desrespeito. Quem paga as consequências é a população", reclama.

A doméstica Conceição de Lima,

Eu estava na
parada desde as
4h. Só consegui
sair de lá às 5h30
porque consegui
carona com um
amigo.

Edneia
Evangelista,
auxiliar de
dentista,
47 anos



55, também enfrentou transtornos. "Desde cedo, os expressos e piratas estavam cheios. É lamentável o descaso", disse.

PIRATAS

Muitos trabalhadores tiveram que se arriscar nas vans, ônibus e transportes escolares piratas. Por volta das 17h de ontem, as filas com destino a Santa Maria e ao Gama, da empresa Cootarde, já davam voltas na rodoviária.

Os comerciantes também foram prejudicados. Izaildo da Silva, 35, vendedor de uma banca da rodoviária, não teve lucro. "O movimento das vendas está muito fraco hoje (ontem)", afirmou.

Auditoria desvenda fraudes de até R\$ 30 mi no DFTrans

Relatório divulgado pela Secretaria de Transparência e Controle mostra que fraudes no sistema de bilhetagem eletrônica podem ter gerado prejuízos de até R\$ 30 milhões aos cofres do DF nos últimos seis anos, período que abrange as gestões de José Roberto Arruda e Agnelo Queiroz.

Em 144 páginas, o documento detalha a falta de controle do DFTrans, agência reguladora do sistema de transporte, nos reembolsos feitos pelas viagens pagas com cartões eletrônicos. "Descobrimos que havia usuários fantasmas e também ônibus fantasmas", conta o secretário de Transparência e Controle, Mauro Almeida Noletto.

Ao ter acesso à rede de

computadores do sistema de bilhetagem automática, os auditores perceberam que havia cartões usados muito acima do limite de oito viagens diárias permitido.

Um dos cartões, por exemplo, foi usado 1.119 vezes em um único dia de 2013, gerando pagamentos de R\$ 2.573,70 para uma empresa que opera linhas na zona rural. "Acreditamos que havia validadores (máquinas que fazem o registro da viagem) fora dos coletivos", afirma o secretário. "Elas seriam uma espécie de ônibus fantasma", completa.

A fraude dependia da participação de servidores terceirizados pelo DFTrans – que controlavam os relatórios sobre as compensações a serem fei-

tas às empresas de transporte –, funcionários das operadoras de transporte público e usuários, que se cadastravam para ter o cartão eletrônico.

Durante o período analisado, o DFTrans contratou duas empresas para cuidar do sistema de bilhetagem – a Fácil, no governo Arruda, e a Transdata, no governo Agnelo.

Os resultados encontrados foram encaminhados à Polícia Civil do DF e ao Ministério Público para a responsabilização criminal. Também foram para a Corregedoria do DF e para o Tribunal de Contas, que cuidarão da responsabilização administrativa.



ÉRICA
MONTENEGRO
METRO BRASÍLIA



Auditoria apura suspeita de desvio de R\$ 30 milhões em sistema do DFTrans

Investigação durou três meses e analisou fraude no vale-transporte.

Esquema envolveria a autarquia, empresas fantasmas e concessionárias.

Do G1 DF

"O sistema permite que você tenha filtros em que você identifique o que está acontecendo e travas. Dá erro lá, cancela, tira do sistema o cartão ou a empresa que está agindo de forma irregular. O que foi percebido foi levado para as autoridades da área de polícia para que se iniciasse a investigação"

Jair Tedeschi, diretor do DFTrans

Uma auditoria feita pela Controladoria Geral do governo do Distrito Federal aponta indícios de desvio de R\$ 30 milhões do sistema de bilhetagem automática do DFTrans. Segundo a denúncia, o esquema envolve empresas fantasmas, concessionárias do transporte público e a própria autarquia. As irregularidades teriam ocorrido entre 2008 e 2014. O diretor do órgão, Jair Tedeschi, diz que já foram adotadas providências.

"O sistema permite que você tenha filtros em que você identifique o que está acontecendo e travas", explicou Tedeschi. "Dá erro lá, cancela, tira do sistema o cartão ou a empresa que está agindo de forma irregular. O que foi percebido foi levado para as autoridades da área de polícia para que se iniciasse a investigação."

A apuração começou em maio deste ano e terminou no fim de agosto. O relatório tem 50 páginas e traz uma possível fraude nos cartões de vale-transporte, que são distribuídos pelas empresas para os funcionários que usam coletivos. O esquema envolveria o DFTrans, empresas de ônibus e quatro empresas fantasmas. Uma delas foi criada com o nome e endereço de um departamento da própria autarquia – a Assessoria Jurídica Legislativa.

De acordo com os auditores, as empresas fantasmas fechavam contrato com o DFTrans, mas não pagavam o valor das passagens para o órgão, como é determinado por lei. Ainda assim, a autarquia liberava os créditos para os cartões que deveriam ser usados por funcionários dessas empresas fantasmas.

A investigação apontou que os

cartões foram usados milhares de vezes de forma irregular, não sendo usados por passageiros nos ônibus do sistema de transporte público. Quando o crédito dos cartões terminava, o DFTrans repassava o valor equivalente às concessionárias que participavam da fraude. O dinheiro, então, segundo a auditoria, era dividido entre os envolvidos no esquema.

O relatório apontou ainda que os cartões dos usuários eram abastecidos com valores altos e usados várias vezes, acima do limite permitido em lei e em curtos espaços de tempo. Um único documento chegou a fazer mais de mil viagens por dia. Em 2 de março, foram 1.045 transações, no valor de R\$ 3.135. Em 26 de março, o cartão foi usado outras 1.041 vezes e gastou R\$ 3.123. No dia 12 de agosto, 1.024 vezes, com ônus de R\$ 2.355,20.

Ainda de acordo com o relatório, outro cartão foi usado 35 vezes em 88 segundos. Os auditores constataram ainda ausência de relatórios mensais de atividades e de medição para comprovar os serviços prestados.

O diretor do DFTrans, que assumiu o cargo em maio, disse que já afastou funcionários suspeitos de envolvimento na fraude. O caso também é investigado pela Polícia Civil.

Transportes

Saibam que, todos os dias, milhares de almas acordam cedo no Distrito Federal e no Entorno. Depois de um simples café da manhã — ou nem isso — espremem-se dentro de carroças obsoletas no caminho de casa para o trabalho e vice-versa. Ninguém escapa: são idosos, crianças, grávidas, empregados domésticos, estudantes. Alguém se importa? Agradeço a boa vontade do Correio Braziliense de apoiar e, quem sabe, promover mudanças na cultura dos ônibus no DF.

» Luis Cezar dos Santos, Asa Norte

BLOG DO EDSON SOMBRA

<http://www.edsonsombra.com.br/>

**INFORME
ON LINE**

28/03/2014

Licitações de transporte: Deputada denuncia esquema nacional de fraude

A deputada Celina Leão (PDT), usou o comunicado de parlamentares desta terça-feira (25) para denunciar um esquema nacional de fraude em licitações de transporte, que engloba várias cidades e envolve a empresa Logitrans, o advogado Sasha Reck e as famílias Gulin e Constantino. ...

“Eu venho denunciando a fraude na licitação do transporte no DF, onde o Sasha Reck era consultor no edital de licitação e advogado das empresas vencedoras do certame, mas hoje sabemos que não é algo isolado é bem maior do que estávamos pensando é um esquema nacional que tem se infiltrado”, denuncia. “A Colômbia entrou em colapso no sistema de transporte e quem

fez todo o estudo foi o pai do Sasha Reck, então mostra que além de não vender um serviço de qualidade a elaboração dos projetos não é bem feita, porque visa atender aos interesses dos empresários e não da população”, completa a deputada.

De acordo com a parlamentar, a Logitrans infiltra consultores nas empresas e no governo, eles fraudam a licitação habilitando as empresas de interesse do grupo. “É um esquema que pode estar causando um prejuízo de quase 50 centavos, por passageiro, nas tarifas públicas. O Estado tem que tentar garantir um preço justo com o menor lucro para o empresário e assim garantir um serviço de qualidade, mas se quem prepara o edital tem outra visão, vai explorar o Estado, vai tirar a concorrência e fazer com que quem mais precisa saia prejudicado”, considera Celina.

A parlamentar citou, também, ampla reportagem do portal G1 sobre o favorecimento das empresas de ônibus no DF e no Paraná, com ênfase para a triangulação entre Logitrans, Sacha Reck e empresas do grupo Constantino ou Gulin, que ocorre, segundo a publicação, em pelo menos outras 11 cidades e os prejuízos para os usuários do transporte público.

“Eu vinha falando que o transporte no DF não iria melhorar, porque iria diminuir o número de ônibus e a qualidade, que foi piorada no edital, o motor é quatro cilindros, quando não deveria ser, outro modelo pode até gastar mais gasolina, mas que carrega um número maior de passageiros. Então o edital foi todo burlado, para beneficiar o empresário e punir a população”, observa Celina.

Continua ►

GDF contesta Justiça Federal

Transporte 1. Governo local diz que decisão judicial que suspende licitação para troca dos ônibus não tem validade nem teria efeito prático, pois ônibus já estão nas ruas



A Justiça Federal encontrou indícios de irregularidades na licitação para a substituição das concessionárias do transporte público no DF e suspendeu, liminarmente, a concorrência. De acordo com o GDF, porém, a decisão do juiz Antônio Cláudio Macedo da Silva, da 8ª Vara Federal, publicada na última sexta-feira, não tem nenhum efeito prático sobre a troca da frota – que está 80% concluída.

A decisão judicial considera irregular a atuação de um escritório de advocacia, que prestou consultoria para a comissão de licitação e era contratado de empresas que participaram da concorrência – denúncia publicada pelo 'Jornal de Brasília'. Segundo o juiz, o processo foi desenhado para beneficiar as empresas, não a população do DF.

A liminar suspende ainda repasses de recursos federais feitos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para as empresas Marechal e Piracicaba comprarem seus ônibus.

"A Justiça Federal não tem competência para decidir ou interferir em uma licitação realizada e concluída no âmbito do DF, sem utilizar verbas federais."

TRECHO DE NOTA OFICIAL DO GDF

Sem efeito

Em nota, o governo local alegou que a Justiça Federal não pode interferir em uma licitação distrital e que a suspensão dos financiamentos federais não tem efeito prático porque os ônibus já foram comprados e estão rodando. As empresas não se manifestaram.

Apesar de reconhecer o financiamento do BNDES, o GDF diz, na nota, que não foram utilizadas verbas federais na troca dos ônibus. O governo não explicou a incongruência e informou que vai se posicionar "no momento oportuno". © JORNAL BRASÍLIA



G1.COM - DISTRITO FEDERAL

<http://g1.globo.com/distrito-federal>

**RESUMO
DA MÍDIA**

24/03/2014

MP investiga suposto favorecimento a empresas de ônibus no DF e PR

Famílias Constantino e Gulin venceram licitações onde Logitrans fez edital.

Filho de sócio da empresa já atuou para companhias ligadas às famílias.

Nathalia Passarinho Do G1, em Brasília



Frota de ônibus do Distrito Federal entregue após vitória na licitação de empresa da família Constantino; advogado contratado é parente de sócios do grupo que elaborou o edital (Foto: Agência Brasília/Reprodução)

Os ministérios públicos do Distrito Federal e das cidades de Apucarana (PR) e Guarapuava (PR) investigam um suposto esquema de

favorecimento em licitações a empresas de transporte público ligadas a duas famílias – Constantino, que controla a companhia aérea Gol, e Gulin, do Paraná.

Os estudos de logística e edital de licitação do transporte público dessas três localidades foram elaborados pela Logitrans, empresa que tem entre seus sócios os consultores Garrone Reck e um filho dele, Alex Reck.

"O fato de meu irmão e meu pai serem sócios da empresa Logitrans, que presta consultoria no setor de transportes, não pode me impedir de advogar para empresas de transporte coletivo. Isso seria uma afronta ao direito constitucional ao livre exercício da profissão."

Sacha Reck

Sacha Reck, um outro filho de Garrone, já defendeu os interesses das famílias

Constantino e Gulin, ligadas aos vencedores das licitações no DF, em Apucarana e Guarapuava.

Segundo suspeita do MP, empresas representadas por Sacha Reck são habilitadas e vencem licitações onde a Logitrans e o escritório do advogado atuam na elaboração dos editais.

A suspeita é reforçada em decisão do juiz federal Antonio Claudio Macedo da Silva, que na última sexta-feira determinou a suspensão de repasses de verbas do BNDES para as empresas vencedoras da licitação no DF renovarem suas frotas.

"A empresa Logitrans é contratada para a realização do contrato de licitação, abordando os aspectos técnicos; o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck é contratado como órgão consultor, sem indicação de

Continua ►

► Continuação

procedimento prévio de licitação ou procedimento de dispensa/inegibilidade de licitação. (...) O escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck controla o procedimento de habilitação e inabilitação dos concorrentes. Empresas que anteriormente celebram contratos advocatícios com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagram-se vencedoras, apresentando propostas de alto valor", diz trecho da decisão.

Diante dos indícios de irregularidades na licitação do Distrito Federal, o Ministério Público do DF pediu à Justiça, no dia 6 de dezembro, a suspensão dos contratos firmados entre o governo e as empresas de ônibus vencedoras da concorrência. Ainda não houve decisão judicial.

Por e-mail, Garrone Reck, disse que o filho dele atuou como membro da equipe da Logitrans na elaboração dos estudos de mobilidade urbana e editais de licitação apenas no

processo de licitação do Distrito Federal. Ele afirmou que a atuação da Logitrans no DF se encerrou antes da abertura do processo licitatório.

Garrone Reck afirma ainda que em nenhuma das cidades "houve a coincidência de a Logitrans atuar como assessora do poder público e Sacha Reck, simultaneamente, como assessor de empresas licitantes". "Sacha Reck não é sócio da Logitrans. Ele tem seu escritório de advocacia que é independente e não possui qualquer submissão ou ligação societária com a empresa Logitrans."

O pai do advogado declarou também desconhecer a atuação do filho em ações judiciais em nome da Piracicabana e Marechal "ou de qualquer outra empresa que tenha participado da licitação do Distrito Federal".

Também por e-mail, Sacha Reck disse que sua participação na licitação do DF não foi irregular. "O fato

de meu irmão e meu pai serem sócios da empresa Logitrans, que presta consultoria no setor de transportes, não pode me impedir de advogar para empresas de transporte coletivo. Isso seria uma afronta ao direito constitucional ao livre exercício da profissão."

Sacha Reck nega também que já tenha prestado serviços a companhias que disputaram licitação onde a empresa do pai e do irmão atua. "Vou repetir: Não há nenhum caso em que a Logitrans preste consultoria a um órgão licitante e eu seja advogado de uma empresa privada que participe da licitação. Isso nunca aconteceu", disse.

Triangulação no DF

Mas no Distrito Federal duas empresas ligadas aos Constantino – viações Piracicabana e Pioneira – venceram a licitação do transporte público, finalizada no final do ano passado. Interesses dos sócios das duas empresas já foram representados por Sacha Reck em ações de outras empresas

Continua ►

► Continuação

da família Constantino. A Viação Piracicabana ganhou a licitação com o valor máximo de tarifa prevista para o lote ofertado – R\$ 2,6555.

Sacha Reck atuou como consultor na elaboração do edital do transporte coletivo do DF, conforme documentos oficiais e informações do secretário de Transportes do DF, José Walter Vazquez. A licitação dividiu o DF em cinco áreas (ou bacias). Cada área foi vencida por uma empresa.

O secretário de Transportes disse que Reck foi contratado pelo governo do DF para orientar a produção do certame porque é uma "referência" na área. "Se houve alguma irregularidade, quem deve responder por isso é o Sacha Reck", afirmou Vazquez.

Sacha Reck negou ao G1 irregularidades na sua atuação na produção dos estudos de mobilidade que deram subsídios ao governo do Distrito Federal para a elaboração do edital.

"No Distrito Federal, minha

atuação teve início num contrato firmado entre o BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) e o Consórcio Logit-Logitrans. Eu era membro do quadro de consultores desse consórcio. A minha atuação como consultor na licitação do Distrito Federal foi legítima e regular."

Segundo o advogado, as suspeitas lançadas sobre sua atuação no processo de licitação "nada mais são do que fruto do desespero e inconformismo de empresas locais que não se sagraram vencedoras do certame".

Marília, Curitiba, Manaus...

Sacha Reck, no entanto, confirmou já ter trabalhado para empresas ligadas às duas famílias em um processo de licitação na cidade de Marília, no interior paulista. "Eu já advoguei, individualmente, para a empresa Viação Cidade Sorriso Ltda, que tem em seu quadro de sócios pessoas físicas de sobrenome Gulin", disse. "E já advoguei, individualmente, para a empresa Transportes Coletivos Grande Bauru, que tem como

sócios algumas pessoas de sobrenome Constantino".

A licitação ocorreu em novembro de 2011, mas a disputa entre as empresas vencedoras da licitação e as que perderam a disputa ainda é alvo de disputa judicial.

"Inicialmente, eu fui contratado para assessorar a empresa Viação Cidade Sorriso Ltda [ligada à família Gulin]", disse Reck. "Após a conclusão da licitação sagrou-se vencedora Sorriso, no lote 2, e a Transportes Coletivos Grande Bauru [controlada pela família Constantino] no lote 1, ambas por terem oferecido a menor tarifa entre diversos concorrentes."

Sacha Reck defendeu ainda a Viação Marechal, também ligada à família Gulin, em ações em Curitiba, conforme procuração de 14 de novembro de 2012 obtida pelo G1. A Marechal venceu um dos lotes da licitação no DF, também com o valor máximo previsto para a tarifa técnica – de R\$ 2,7192.

Continua ►

► Continuação

O advogado, por sua vez, negou ter atuado como advogado da Marechal. "A procuração que recebi da referida empresa se refere a uma ação coletiva do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp), de quem sou advogado. Tenho contrato de prestação de serviços exclusivamente com este sindicato, para tratar de assuntos coletivos envolvendo apenas as concessões do transporte coletivo de Curitiba. Nos termos desse contrato, não está incluída advocacia individual para as empresas filiadas ao Setransp/PR." O sindicato é presidido por Dante José Gulin.

"O senhor Sacha Reck, irmão e filho dos sócios Alex Reck e Garrone Reck, da requerida Logitrans, foi o representante da requerida Transportes Pérola do Oeste por ocasião da licitação, o que, no mínimo aparenta íntima ligação entre as empresas"

juiz Antônio Carvalho Filho, da 1ª Vara Civil de Guarapuava

Reck também defende interesses da família Constantino em ações da Transdata em Manaus, empresa que também opera o sistema de bilhetagem no DF. Em depoimento ao Ministério Público do Paraná, Sacha Reck confirmou já ter atuado para outras empresas da família Constantino – Viação Umuarama, Pássaro Verde, Transporte Urbano Intermunicipal (Turi), Expresso Valônia, Viação Varginha, Via Sul Transportes, Auto Ônibus Botucatu e Grande Bauru.

O G1 entrou em contato com as empresas Comporte, ligada ao grupo Constantino, e Gulin, para comentar o assunto, mas não obteve resposta das companhias até a publicação desta reportagem.

Mais cidades

A triangulação entre Logitrans, Sacha Reck e empresas do grupo

Constantino ou Gulin ocorre em pelo menos outras 11 cidades, conforme apuração do G1.

Em Guarapuava (PR), Sacha Reck e as empresas Transportes Coletivos Pérola do Oeste e Viação Marechal, ambas controladas pela família Gulin, são alvos de uma ação por improbidade administrativa na 1ª Vara Civil da cidade.

A Logitrans elaborou o edital de licitação para exploração do transporte público na cidade em 2009. A vencedora do certame, em dezembro daquele ano, foi a Transportes Coletivos Pérola do Oeste, que passou a receber com a exploração do serviço R\$ 1,35 milhão por mês, conforme informações da prefeitura da cidade.

A empresa teve interesses judiciais representados por Sacha Reck durante o certame, conforme informações do Ministério Público do Paraná, e contratou a Logitrans em 2012 para elaborar um novo

Continua ►

► Continuação

plano de mobilidade urbana. A única concorrente na licitação era a Viação Marechal.

Em agosto de 2013, o juiz Antônio Carvalho Filho, da 1ª Vara Civil de Guarapuava, determinou a indisponibilidade dos bens e quebra dos sigilos bancário e fiscal das duas empresas, de Sacha Reck e dos sócios da Logitrans. Para o magistrado, há indícios de um "verdadeiro conluio familiar e societário para favorecer a vencedora do certame".

"O senhor Sacha Reck, irmão e filho dos sócios Alex Reck e Garrone Reck, da requerida Logitrans, foi o representante da requerida Transportes Pérola do Oeste por ocasião da licitação, o que, no mínimo aparenta íntima ligação entre as empresas", argumentou o juiz.

Em Apucarana, o Ministério Público conseguiu suspender, em março de 2012, uma licitação ao suspeitar das

relações entre Logitrans, Sacha Reck e uma empresa ligada à família Constantino que participava do certame. As empresas Viação São Francisco e Auto Ônibus Botucatu disputavam a concorrência, cujo edital foi elaborado pela Logitrans.

A Auto Ônibus Botucatu foi assessorada por Sacha Reck em ações judiciais em Apucarana e em Marllia (SP), conforme procurações obtidas pelo G1 e declaração feita pelo próprio advogado ao Ministério Público do Paraná.

Em Cascavel (PR), o último estudo de mobilidade urbana foi concluído em 2010 pela Logitrans, que recebeu R\$ 118 mil da prefeitura da cidade. Em 2011, as empresas Viação Capital do Oeste e a Pioneira de Transportes tiveram contratos renovados para a exploração do serviço de ônibus. A Pioneira de Transportes é formada por uma sociedade entre a família Gulin

e Pedro Constantino, de acordo com informações na página da empresa na internet.

R\$ 2,6555 foi o valor com que a Viação Piracicabana ganhou a licitação para operar no DF; a tarifa corresponde ao valor máximo previsto no edital

Em Maringá, a Logitrans recebeu R\$ 139,6 mil da prefeitura para elaborar o edital de licitação, em 2011. A vencedora do certame, com contrato assinado em junho daquele ano, foi a TCCC – Transportes Coletivos Cidade Canção, empresa de Pedro Constantino e Paulo Constantino. A empresa recebe em média R\$ 5 milhões por mês com a exploração do serviço, segundo a prefeitura da cidade.

Em Foz do Iguaçu (PR), a Logitrans elaborou estudo de mobilidade urbana em 2010, e a vencedora da concorrência foi o Consórcio Sorriso, do

Continua ►

► Continuação

Grupo Gulin. A empresa foi representada diretamente por Sacha Reck em ações no Paraná.

Em Cambé, a Logitrans foi contratada para elaborar edital e estudo de mobilidade urbana em 2007. A empresa Til Transportes Coletivos, ligada aos Constantinos, tinha contrato para exploração do serviço de transporte público na cidade até 2001. Apesar do término do contrato, a empresa continua atuando com autorização do município, mesmo após o estudo de mobilidade urbana de 2007, que deveria ensejar nova concorrência.

Já em Londrina (PR), a Logitrans elaborou plano de transporte público em 2007, contratada pelo governo do estado do Paraná, conforme informações existentes no site da própria empresa. A empresa

contratada para atuar na cidade é a TCGL, pertencente ao Grupo Constantino.

Em Jaguariaíva (PR), a Logitrans foi contratada em 2010 pela prefeitura da cidade para elaborar estudo de transporte público. A empresa que explora o serviço é a Princesa do Norte, de propriedade do Grupo Constantino.

Em Ponta Grossa (PR), a Logitrans elaborou plano de transporte municipal em 2005, contratada pela prefeitura. A empresa que explora serviço de ônibus na cidade é a Viação Campos Gerais, do Grupo Gulin.

Nas cidades paulistas que contrataram a Logitrans, a vitória nas concorrências públicas também foi de empresas ligadas a um dos dois grupos empresariais.

Em São José do Rio Preto (SP), a Logitrans elaborou projeto de mobilidade urbana em 2012. Uma das empresas que operam na cidade é a Expresso Itamarati, também de propriedade da família Constantino.

Situação parecida ocorreu em Rio Claro (SP). A Logitrans elaborou estudo de mobilidade em 2004. Em 2011, outra empresa fez o edital e a vencedora foi a Rápido São Paulo, do grupo Constantino.

"O atual contrato da empresa Rápido São Paulo para operar o transporte coletivo no município de Rio Claro é de dezembro de 2011, oriundo de processo licitatório específico, que não teve participação da empresa Logitrans", disse a prefeitura.

Continua ►

► Continuação

Triângulo suspeito no transporte coletivo Como funciona o esquema, segundo o MP



A denúncia

suspeita de cartas marcadas em contratos de licitação para o transporte público em cidades de SP, PR e no DF



Ligação suspeita

em uma ponta, a empresa Logitrans seria contratada para elaborar os editais de licitação e, na outra, empresas das famílias Constantino ou Gulin disputavam e venciam os contratos



Pivô do caso

advogado Sacha Reck, que tem pai e irmão entre sócios da Logitrans, e que defendeu as empresas vencedoras das disputas em casos diversos

Quem são os envolvidos

- Logitrans

empresa de estudos de logística e edital de licitação que tem entre os sócios o pai e o irmão de Sacha Reck

- Sacha Reck

advogado de empresas vencedoras de licitações

- Família Constantino

dona de empresas vencedoras de licitações

- Família Gulin

dona de empresas vencedoras de licitações

Novos ônibus

Justiça suspende licitação

O portal da revista *Veja* traz a informação de que o juiz Antônio Cláudio Macedo da Silva, da 8ª Vara da Justiça Federal, acatou pedido do Ministério Público e suspendeu, em decisão liminar, a licitação para substituir as empresas de ônibus do DF. A decisão interrompe os repasses de recursos do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial aos contratos com a Viação Piracicabana e a Marechal.

A decisão do juiz teve como base a participação do escritório dos advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck na licitação, já que eles seriam responsáveis por prestar consultoria na elaboração do edital e na habilitação e classificação em nome da Comissão de Licitação ao mesmo tempo em que advogavam para empresas participantes, como denunciado em uma série de reportagens do JBr.

Para o juiz, a atividade de consultoria do escritório na licitação "ultrapassou a função de mera consultoria, atuando como efetivos julgadores dos atos relacionados ao processo licitatório".

A revista lembra que por ato idêntico ao praticado no DF, Gonçalves e Reck tiveram os bens bloqueados a pedido do TJ do Paraná e estão sendo investigados por improbidade administrativa.

10 bi

é o valor que pode ser
obtido nos 10 anos de
contrato com as
empresas



Passe livre

Ônibus, metrô e trens gratuitos por três dias... em Paris e nos arredores. Também é de graça, no fim de semana, o aluguel de bicicletas e carros elétricos, nos sistemas Vélib e Autolib. O governo francês tenta assim desencorajar o uso do carro particular. A causa é familiar: a poluição atmosférica. O ar parisiense entrou em alerta máximo.

Será que pega a moda do transporte gratuito em São Paulo, no Rio de Janeiro e noutras metrópoles poluídas? Não pega. É mais fácil distribuir croissant de graça nas padarias paulistanas e cariocas que um prefeito ou governador permitir, numa emergência ambiental, que todos usem ônibus, metrô e trem sem pagar um centavo, com o objetivo de reduzir doenças respiratórias.

O inverno solar e sem chuvas tem produzido dias azuis e 20 graus em Paris. Mas elevou a poluição, na semana passada, a níveis intoleráveis, para os parisienses. O efeito é sentido por todos. A garganta arranha com a tosse, os olhos ardem. Mas não chega nem perto do que já sofri em São Paulo ou em Pequim, na China.

Nenhum francês reclama de prejuízo nas contas públicas ou privadas. Não se insinua que o transporte gratuito temporário resulte em aumento da passagem, para compensar. O argumento do governo foi apenas a saúde da população da região Ile-de-France, que abrange a Grande Paris. Apenas a saúde. E lembramos que doentes custam caro à sociedade. Também foi reduzido o uso de carros oficiais. Em Paris, as autoridades não têm a mania de circular de helicóptero para compromissos ou lazer.

O ideal seria que a França e outros países adotassem medidas radicais e perenes para evitar emergências. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em outubro do ano passado, concluiu o óbvio: o ar que respiramos está repleto de substâncias cancerígenas. Segundo o estudo, 223 mil pessoas morreram com câncer de pulmão em 2010 devido à contaminação do ar, que também eleva o risco de câncer na bexiga. Desagradável ler isso. Ou assustador e didático?

Ficamos doentes com o ar que respiramos. Basta examinar o conteúdo das bolsas paulistanas para saber que rinite alérgica e asma são males comuns, mesmo entre jovens. Todos parecem conformados em pingar suas gotas.

São Paulo é considerada a quinta cidade mais poluída do planeta. Não entro em São Paulo sem colírio na bolsa. Quando estive em Pequim, fiquei estarelecida com o cenário de *Blade Runner*. A fuligem impedia a passagem do

sol. Via famílias inteiras com máscaras, resignadas, nas ruas. No Rio, a qualidade do ar também piorou demais com os engarrafamentos.

Um estudo divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente brasileiro afirma que os carros e caminhões são responsáveis por 70% da poluição do ar nas grandes cidades. Há outras fontes de contaminação, como indústrias, centrais termelétricas e incineração de lixo, mas o maior vilão da má qualidade do ar é "o aumento da frota movida a gasolina e óleo diesel". Mesmo assim, os governos estimularam o aumento explosivo de carros poluentes. De 1980 para cá, a frota cresceu 215%. Isso significa 12 vezes o crescimento da população.

O governo também aposta na energia suja e não renovável. Nos últimos dias, a falta de chuva obrigou o Brasil a acionar todas as usinas térmicas. Somos reféns de uma energia cara, que queima óleo e emite gases. Entre os culpados estão a negligência e a burocracia criminosas das autoridades. Hidrelétricas leiloadas há mais de dez anos não saem do papel por falta de licença ambiental, revelou o jornal *O Globo*.

Se somos impotentes para resolver o curto-circuito federal – e se já sabemos que a conta da incompetência chegará pelo correio –, que tal fazer nossa parte como cidadãos? Ao ligar o motor do carro, lançamos no ar enorme quantidade de substâncias tóxicas, que entrarão nos pulmões de filhos e netos. É preciso pressionar o

governo a melhorar ônibus, trens e metrô, em vez de subsidiar o uso de automóveis. Não é só pelos 20 centavos.

Quem sabe então nossa sociedade considere um hábito digno e civilizado andar de ônibus e metrô, como na Europa. No Brasil, transporte público é sinônimo de pobreza e humilhação. A atriz Lucélia Santos foi fotografada num ônibus lotado no Rio. Internautas deduziram que Lucélia está em crise e em depressão, rejeitada pelas novelas.

"O Brasil é o único país que conheço em que andar de ônibus é politicamente incorreto!!", disse ela. "Isso porque os ônibus e transportes coletivos são precários e ordinários, o que mostra total desrespeito à população! Em qualquer país civilizado, educado e organizado, é o contrário. As pessoas dão prioridade a transportes coletivos para proteger o meio ambiente."

Verdade, Lucélia. E até sai de graça em Paris. ♦

Ruth de Aquino é colunista da ÉPOCA raquino@edglobo.com.br

Uma consultoria e muitas coincidências

Giovanni Carrigan
Especial para o Jornal de Brasília

O possível esquema envolvendo a Logitrans, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e empresas de ônibus dos grupos Constantino e Gulin, que vem sendo noticiado pelo Jornal de Brasília, já foi barrado em uma cidade. Em Apucarana (PR), a ação de um promotor de Justiça evitou a repetição de uma coincidência: em pelo menos um terço das cidades onde a Logitrans prepara os editais de licitação, com o apoio da banca de advogados, os vitoriosos no certame são empresas ligadas aos dois grupos — que usam os serviços dos advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck.

O promotor paranaense Eduardo Augusto Cabrini percebeu a relação entre Logitrans, Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e as empresas durante a licitação em Apucarana, programada para 2012.

"Eu estava caminhando para entrar com uma ação civil pública para brecar a licitação, mas decidi enviar primeiro uma recomendação administrativa ao prefeito, que revogou a licitação e determinou que uma nova fosse feita", revelou.

SUSPENSÃO

O caso ocorreu em março de 2012. Após a recomendação do MP, o então prefeito João Carlos de Oliveira suspendeu a licitação. Duas empresas, a Auto Ônibus Botucatu e Viação a São Francisco, disputavam a primazia do transporte. A segunda empresa integra o Grupo Constantino, dono também da Viação Apucarana, que possuía direitos do transporte coletivo no município. Um mês antes do cancelamento, a Botucatu fora inabilitada pela Prefeitura, e continuou na disputa

apenas por força de liminar.

EDITAIS

Se em Apucarana (PR) o Ministério Público conseguiu impedir a licitação, em outras cidades o sucesso da parceria foi garantido. Nos últimos 12 anos, a Logitrans preparou, em oito estados, mais de 30 editais de formação do transporte público, a maioria no interior do Paraná. E pelo menos um terço destas licitações teve uma coincidência: o vencedor para explorar o transporte veio de uma empresa ligada aos grupos Constantino ou Gulin.

Caso, por exemplo, de Santos (SP), onde a Viação Piracicabana, em sociedade com a Executiva, contratou a Logitrans para elaborar o projeto de transporte. A Piracicabana é uma das empresas que disputam uma das bacias do transporte no DF e integra o Grupo Constantino. Em Uberaba (MG), o fato se repetiu com a Piracicabana.

versão oficial

Sobre as supostas irregularidades na licitação do DF, novamente, a Secretaria de Transportes afirmou que não há qualquer infração às regras do edital pelas empresas vencedoras. "A acusação publicada no Jornal de Brasília já foi explorada por parte da imprensa anteriormente e teve, inclusive, um pedido de liminar negado pela Justiça aos denunciantes", informou. Procurado, o Grupo Constantino não foi encontrado. Pela Gol, também da mesma família, a reportagem foi informada de que só trata de assuntos referentes a empresa aérea.

30
editais teria preparado a
Logitrans em 12 anos, em
oito estados

A partir destas denúncias, vamos preparar requerimentos para saber do governo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas o que está ocorrendo.

Celina Leão, deputada distrital

O mesmo ocorre na capital federal

Outro município onde o trabalho da Logitrans acabou sendo explorado por uma empresa do mesmo grupo foi em Maringá (PR). Mesmo depois da suposta modernização do transporte coletivo, as linhas continuaram nas mãos da TCCC (Transporte Coletivo Cidade Canção), que é do grupo. Também houve a mesma coincidência em Londrina (PR), com a vitória da Transportes Coletivos Grande Bauru; Rio Claro (SP), com a Rápido São Paulo; e em São José do Rio Preto (SP), com a Expresso Itamarati.

O Grupo Gulin também não pode reclamar da sorte. Ele conseguiu, com a Viação Cidade Sorriso, ganhar lotes em licitações nas cidades paranaenses de Paranaguá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Na licitação do DF, o grupo paranaense levou, com a Auto Viação Marechal, a bacia 4 e terá de dispor de 464 ônibus para atender o Guarã, Águas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Park Way.

ABRADEC DENUNCIA

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente Cidadania (Abradec) entregou, no dia 6 deste mês, uma denúncia ao presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de

Transportes do DF, Galeno Furtado Monte, pedindo a suspensão da Concorrência Pública 001/2011, com valor estimado de R\$ 8 bilhões, que dividiu o transporte público rodoviário do DF em cinco lotes, e as imediatas apurações das irregularidades, com a adoção de punições aos responsáveis.

A peça da Abradec, assinada pela advogada Priscilla Verissimo de Souza, é farta em provas contra todos os envolvidos. São cópias de documentos que comprovam a relação societária entre as empresas dos grupos Constantino e Gulin e a contratação do Consórcio Logit/Logitrans, que usa o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck como consultor jurídico da licitação. A banca defende as empresas que integram os grupos em vários processos.

A Abradec pede que a assessoria jurídica da banca seja suspensa e a responsabilização de todos os envolvidos na licitação. Além de entregar a denúncia à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF, a Abradec encaminhou cópias do dossiê para o Ministério Público do DF, para o Tribunal de Contas do DF e para a Polícia Federal, pedindo uma investigação sobre as suspeitas.

Continua ►

ENTENDA O CASO

- » Em 2011, o GDF abriu a licitação para o transporte público do DF, dividindo-o em cinco lotes.
- » O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Rack como um dos diretores.
- » Garrone Rack é pai de Sacha Rack, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Rack Advogados Associados, que funcionou como consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF.
- » O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Rack Advogados Associados presta serviços jurídicos para a Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin. A Viação Marechal ganhou a licitação para a bacia 4 do transporte público do DF. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, venceu a licitação da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, disputa a bacia 1.

AS CINCO BACIAS

- » Bacia 1: Em disputa pela Viação Piracicabana e Consórcio Metropolitano, vai operar com 417 ônibus em Brasília, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão, Sudeste/Octogonal, Sobradinho I e II, Fercal e Planaltina.
- » Bacia 2: Vencida pela Viação Pioneira, cujas sócias são Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti, terá de ter 640 veículos e atender Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoã e parte do Parkway.
- » Bacia 3: vencida pelo consórcio goiano HP-Ita, que ficou com as cidades de Samambaia, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II, operando 483 ônibus nestas localidades, com tarifa de R\$ 2,80.
- » Bacia 4: Vencida pela Auto Viação Marechal, do Paraná, pertencente ao Grupo Gulin, terá de dispor de 464 ônibus, que vai transportar passageiros do Guarã, Águas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Parkway.
- » Bacia 5: Vencida pela Expresso São José, terá de ter 576 veículos para atender Brazlândia, Vicente Pires, SIA, Scia/Estrutural, Brazlândia e partes de Taguatinga e Ceilândia.

Denúncias na Câmara Legislativa

As discussões a respeito de supostas irregularidades na licitação do transporte coletivo chegaram à Câmara Legislativa. A deputada distrital Celina Leão (PSD) afirma que recebeu as mesmas denúncias por e-mail, mas preferiu esperar para comprovar se elas são ou não verdadeiras. "A partir dessas denúncias, vamos preparar requerimentos para saber do governo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas o que está ocorrendo. Depois disso veremos quais providências iremos tomar", adiantou.

Ela acredita ainda que o Ministério Público já sabia das irregularidades do processo licitatório na época que embargou, por algumas vezes a concorrência. "E ainda teve deputado da base dizendo que era implicância da Justiça com as mudanças no transporte do Distrito Federal", lembrou Celina.

REUNIÃO

A deputada Eliana Pedrosa se mostrou mais cautelosa e afirma que vai aguardar a próxima reunião da Comissão de Transportes da Casa para definir o que a oposição fará em relação as denúncias. "Estava aguardando a volta do presidente da Comissão Roberto Negreiros e vamos ver qual o posicionamento da Câmara em relação a esse caso", disse. (Colaboraram Carla Rodrigues e Suzano Almeida)

Licitação I

Se realmente temos um Ministério Público independente, gostaríamos que entrasse em ação, para desarticular esses empresários que há muito tempo vêm agindo da pior maneira possível no transporte público da capital federal. Nada funciona.

Augusto, sobre a matéria:
"Um loteamento de bacias muito suspeito".

Licitação II

Essa tal licitação do transporte público do Distrito Federal não vai resolver o problema caótico do transporte urbano desta metrópole, porque todo o sistema, há muito tempo, foi entregue a turma de caráter duvidoso. Só vemos nas ruas ônibus em péssimo estado de conservação colocando em risco a vida de todos utilizam.

Gabriel Alves, sobre a matéria: "Suspeita de fraude na licitação do transporte público do Distrito Federal".

Licitação de ônibus no DF é alvo de denúncias

Grupos rivais disputam lotes do transporte coletivo que somam R\$ 8 bi

Chico de Gois

BRASÍLIA Uma licitação de cerca de R\$ 8 bilhões para renovação da frota de ônibus em Brasília vem sendo alvo de denúncias de irregularidades em meio a uma disputa entre grandes empresas do setor, que há anos controlam o transporte público na capital do país. A mais recente acusação partiu da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Abradec), de Brasília, que é dirigida por dono de uma empresa de ônibus. A entidade sustenta que um escritório de advocacia contratado pela Comissão de Licitação da Secretaria de Transportes do DF atua, ao mesmo tempo, para uma companhia de ônibus da família Constantino que participa da concorrência.

O governo e o escritório negam que estejam beneficiando algum grupo e afirmam que o que está havendo é uma disputa entre os concorrentes.

"Interesses não republicanos"

O edital de licitação foi divulgado em meados do ano passado e prevê a divisão do transporte público local em cinco áreas, proibindo a participação do mesmo grupo em mais de um lote. Quatro áreas já tiveram homologados seus vencedores. Só uma ainda está em licitação, que deve ser encerrada no mês que vem.

O principal concorrente dos Constantino, donos também da companhia aérea GOL, é o grupo do empresário Wagner Canhedo. Os dois, mais as empresas do ex-senador Valmir Amaral, dominam, atualmente, a frota de ônibus de Brasília.

A denúncia, protocolada na própria Comissão de Licitação, diz que o escritório Guilherme Gonçalves, Sacha Reck e Advogados foi contratado para fazer pareceres a fim de "subsidiar a manifestação da comissão". A Abradec, que é presidida por Denis Bastos Sarausa e opera linhas de serviço de transporte rural no DF, afirma que Sacha Reck é filho do diretor da Logitrans, Garrone Reck, que colaborou na elaboração do

edital. A Abradec foi desqualificada do certame.

Além disso, afirma a Abradec, o escritório de advocacia trabalhou para Transporte Coletivo Grande Bauru, da família Constantino. A associação acusa os advogados de também ter atuado a favor de uma empresa que já venceu um dos lotes, a Marechal, da família Gulin.

O secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, negou que a Guilherme Gonçalves, Sacha Reck e Advogados atue para favorecer alguém. Disse que o escritório foi contratado para assessorar a comissão e que seus pareceres não têm poder de decisão.

- Todo fato contencioso não é analisado por esses advogados, mas pela Procuradoria Geral do estado. Temos consciência tranquila do que fizemos e dos interesses não republicanos. Mas todas as evidências são claras de que não tem privilégio algum para ninguém porque o edital era de conhecimento público há seis meses, e a Logitrans se retirou do grupo técnico que elaborou a primeira minuta do edital em março de 2012, antes, portanto, do edital final - declarou Vazquez.

LICITAÇÃO DE ÔNIBUS NOVA SUSPEITA DE FRAUDE

TERÇA-FEIRA, 14 de maio de 2013 no www.df.com.br Assinaturas: 0800-612221 Ano 42, nº 12.598

Jornal de Brasília.

LICITAÇÃO DE ONIBUS



Nova suspeita de fraude

Duas empresas ligadas à família Constantino vão operar as linhas no DF....



COM ESTILO

SELO 3



MERLOT

SELO 3

Um loteamento de bacias muito suspeito

Giovanni Carrigan
Especial para o Jornal de Brasília

A série de reportagens iniciada ontem pelo Jornal de Brasília, mostrando a relação suspeita entre a Secretaria de Transportes do DF (Setrans), a consultoria Logitrans e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, traz novos indícios de que a atual licitação teve cartas marcadas. Pelas regras da Concorrência Pública 001/2011, gestada em conjunto pela pasta e pelo Consórcio Logit/Logitrans, com a colaboração jurídica do escritório de advocacia, o sistema público de transporte foi dividido em cinco lotes, com diferentes localidades e cidades abrangidas, sendo proibido que uma empresa

opere em mais de uma área.

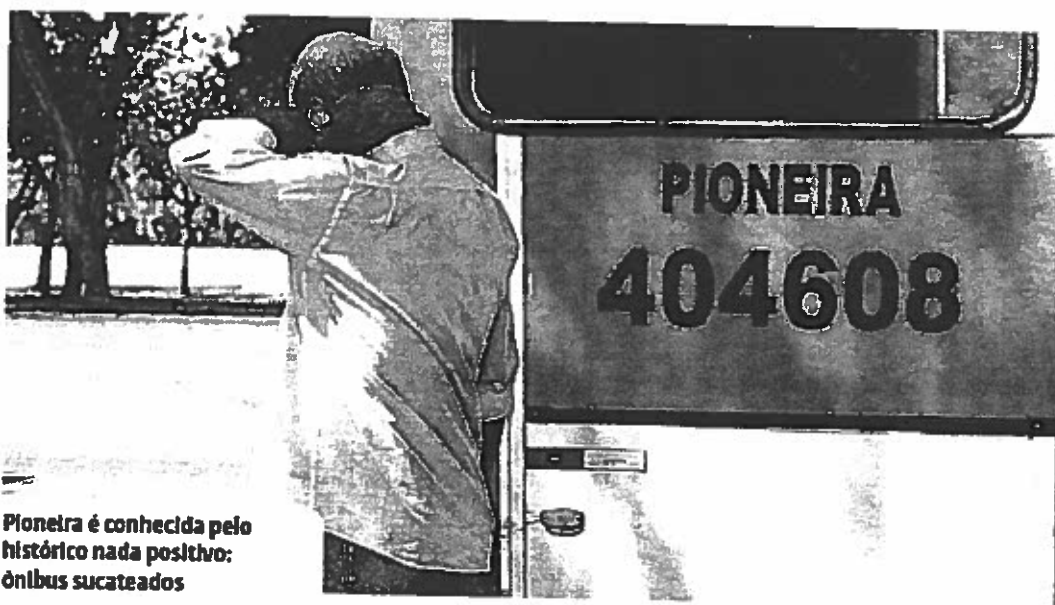
Aparentemente, era uma medida para evitar a concentração do transporte nas mãos das mesmas empresas e estimular a disputa. Mas, após todos os trâmites, chegou-se a apenas cinco habilitados para disputar 90% do sistema (exceto as linhas da estatal TCB), avaliado em mais de R\$ 6 bilhões pelo edital e hoje estimado em R\$ 8 bilhões. Ou seja, sobrou um grupo para cada bacia, eliminando o espírito principal da concorrência, que é a competição entre as empresas para obter menor preço e maior eficiência, o que beneficiaria a população.

LOGITRANS

O filé mignon da licitação (os lotes 1, 2 e 4) caiu justamente nas

mãos dos clientes do escritório de Sacha Reck, filho de Garrone Reck, o homem que é diretor da Logitrans, empresa que integrou o consórcio que elaborou o edital da concorrência.

A bacia 2, avaliada em mais de R\$ 1,2 bilhão, foi entregue em dezembro passado à Viação Pioneira, sediada no Guará e cujas sócias são Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti, respectivamente diretoras administrativa e financeira da empresa, como consta na 11ª alteração contratual, registrada na Junta Comercial do DF em 31 de agosto passado. Com 640 veículos, a empresa da família Constantino atenderá Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Bo-



Pioneira é conhecida pelo histórico nada positivo: ônibus sucateados

Continua ►

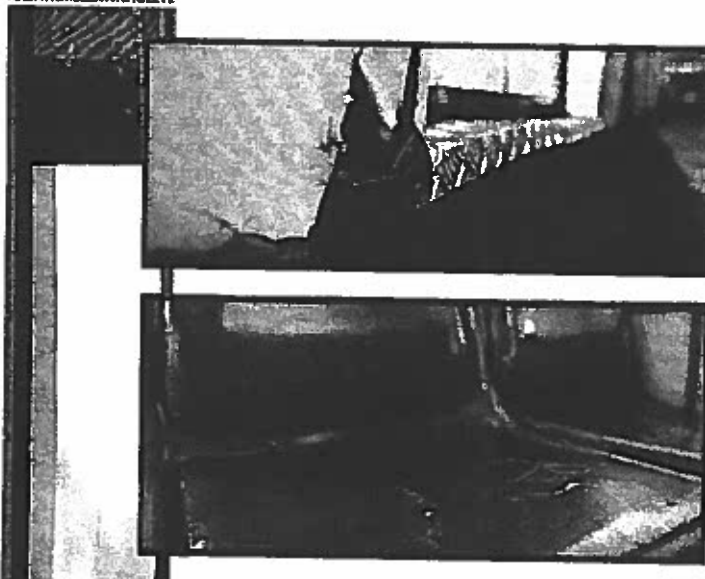
tânico, Itapoã e parte do Park Way.

Auristela e Cristiane também são sócias ou administradoras das empresas União Transporte de Cargas e Encomendas, União Participações Imobiliárias, Belamix Participações, Renper Participações e Expresso União. Nesta última, participam como administradoras da Comporte Participações, cujos sócios são Constantino Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino. A Comporte tem 99,9% das ações da Viação Piracicabana, ao lado da Glarus Participações, detentora de apenas uma quota societária, apenas para cumprir a formalidade legal em torno das empresas limitadas.

pense hissso

Anunciada como a salvação do transporte público do DF, a licitação de quase toda a frota de ônibus trouxe esperança aos usuários do sistema. Embora muitas pessoas tenham sempre um pé atrás em algumas medidas do governo, as supostas irregularidades pegaram muita gente de surpresa. Para se ter uma ideia da dimensão dos fatos, se for concluída da forma como está hoje, a família Constantino poderá controlar 40% do transporte público do DF, um negócio que pela primeira vez é licitado e que deverá render R\$ 8 bilhões em dez anos.

FOTOS: ANDRESSA AMHOLETE



Continua ►

Relações perigosas

O Edital de Concorrência prevê que empresas, direta ou indiretamente, de um mesmo grupo econômico ou com quem tenha qualquer sócio comum, não podem participar da licitação, mesmo que em bacias diferentes. Abaixo, acompanhe a cadeia de relacionamento entre as empresas da família Constantino.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

EMPRESAS IRMÃS

Viação Pioneira Sócios:

- » Auristela Constantino Alves
- » Cristiane Constantino Foresti

Expresso União Sócios:

- » Belatrix Participações (Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti)
- » Comporta Participações (Henrique Constantino e Joaquim Constantino Neto)
- » Rampet Participações (sócios: Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

► Continuação

Administradores:

- » Auristela Constantino Alves
- » Cristiane Constantino Foresti
- » Rangel Participações
- » Eduardo Constantino Alves
- » Belatrix Participações
- » Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca
- » Paulo Sérgio Coelho
- » José Efraim Neves da Silva
- » Comporta Participações

Viação:

Piracicabana

Sócio:

- » Comporta Participações (Henrique Constantino e Joaquim Constantino Neto)
- » Glarus Participações (Maria Zélia)
- » Rodrigues de Souza Franca e Paulo Sérgio Coelho

Administradores:

- » Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca
- » Paulo Sérgio Coelho
- » José Efraim Neves da Silva

Formulário de identificação da empresa, com campos para nome, CNPJ, endereço e contato.

Belatrix Participações, que também tem como sócias Auristela e Cristiane

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Expressão Unânime dos Sócios: Comporta, Belatrix e Rangel.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Formulário de registro de participação societária, contendo campos para nome da empresa, CNPJ, endereço, e uma seção para a expressão unânime dos sócios.

Manobras para entrar da disputa

A manobra de colocar Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti como administradoras Comporte Participações, mas fora da composição societária, visaria driblar a lei, pois as duas não estariam societariamente vinculadas às empresas. Porém,

como são donas da Renpet Participações e da Belatrix Participações, elas estão unidas aos controladores da Viação Piracicabana, o que configuraria uma burla à regra que determina um grupo por bacia.

Apesar disso, a Comissão de Licitação da Setrans habilitou a Piraci-

cabana à disputa da bacia 1, avaliada em quase R\$ 1 bilhão, operando com 417 ônibus em Brasília, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão, Sudeste/Octogonal, Sobradinho I e II, Fercal e Planaltina.

A empresa reinou sozinha até início de abril, quando o Consórcio

Metropolitano conseguiu liminar que permitiu sua participação. O grupo fora barrado da disputa por não possuir Certidão de Regularidade Fiscal e ter pessoas ligadas ao ex-senador Valmir Amarel, afastado do sistema após uma intervenção do GDF em suas empresas.

NÚMEROS

1 bilhão

de reais é o valor aproximado da bacia 1, que inclui o Plano Piloto.

417

ônibus serão colocados nas ruas nas regiões dessa bacia.

Diversas falhas em balanços e documentos

O mesmo cuidado usado para eliminar o Consórcio Metropolitano não valeu para a Auto Viação Marechal, do Paraná. A empresa do Grupo Gulin ganhou a bacia 4, cujo valor oficial bate na casa dos R\$ 1,2 bilhão, e terá de colocar 464 ônibus para rodar no Guarã, Aguas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Park Way. Na fase de habilitação, a Marechal não apresentou o documento de inscrição estadual, forneceu números diferentes de CNPJ, tinha balanço patrimonial e demonstrativo de resultados em desacordo ao que determinava o edital e, por fim, não entregou documentos indispensáveis, ganhando do presidente da Comissão de Licitação, Galeno Furtado, um estanho prazo extra para corrigir os erros.

Em nova coincidência, os grupos Gulin (da Auto Viação Marechal) e Constantino (da Viação Piracicabana) contratam o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados para defender seus interesses em vários processos licitatórios, como o que ocorre em Marília (SP). Naquela cidade, a banca de advogados representa a Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino.

O próprio Sacha Reck e/ou seu sócio Guilherme Gonçalves advogam nas ações 7426-49.2012.8.26.000, 7435-11.2012.8.26.000, 18521-76.2012.8.26.000, 18527-83.2012.8.26.000, 58938-71.2012.8.26.000, 81478-16.2012.8.26.000 e 83514-31.2012.8.26.000. A jornada dupla de consultores de licitações do transporte e advogados de empresas de ônibus também ocorre em Curitiba, onde o escritório defende a Marechal nos processos 0995073-8, 991677-0, 1007174-4 e 1010783-8/01 e 715376-6.

APARENTE NORMALIDADE

A Secretaria de Transportes já licitou outras duas bacias. A bacia 3 foi vencida pelo consórcio goiano HP-Ira, que ficou com Samambaia, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II, operando 483 ônibus com tarifa de R\$ 2,80. E a bacia 5 está nas mãos do Expresso São José, que terá de apresentar 576 veículos para Brazlândia, Vicente Pires, SIA, Scia/Estrutural, Brazlândia e partes de Taguatinga e Ceilândia. Um negócio valorado em quase R\$ 1,4 bilhão.

E nem mesmo nestas duas bacias deixou de haver suspeitas de irregularidades. Na bacia 3, segundo denúncia da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente Cidadania (Abradec), quem assinou o compromisso de constituição do consórcio não tinha poderes para tanto, o que levaria à anulação das fases seguintes da concorrência.

No caso da bacia 5 (de R\$ 1,5 bilhão), o problema se deu na fase de propostas financeiras. O atestado de capacidade técnica da São José afirma que a empresa tem 283 veículos, segundo o DFTrans, mas a empresa teria apenas 187. Apesar disso, as empresas foram vencedoras.

Jogo de empurra

Quando o assunto são as suspeitas de fraude, órgãos do GDF não esclarecem a situação

Carla Rodrigues
Especial para o Jornal de Brasília

Um sistema frágil, ultrapassado e cheio de irregularidades. Assim é hoje o transporte público do Distrito Federal. E as expectativas de modernização após a etapa final da licitação, que trouxe à tona as novas empresas responsáveis pelas cinco bacias da região, estão próximas de acabar. Por meio de denúncias, em matéria publicada ontem, o Jornal de Brasília colocou em xeque o edital que deu início ao processo de renovação das frotas.

Documentos publicados no *Diário Oficial da União* mostram relação entre advogados consultores do edital que ajudaram na elaboração das disposições. Tudo começa com o Consórcio Logitrans, responsável pela modelagem da licitação. Um dos seus diretores é Garrone Reck. A empresa que advoga a favor dos grupos Marechal e Pioneira, ganhadores das bacias 4 e 2, é a Guilherme Gonçalves e Sasha Reck Advogados. Garrone Reck e Sasha Reck são pai e filho. Evidências levam à suspeita de favorecimento na disputa.

Hoje, segundo divulgação da Setrans, as duas empresas vencedoras são as futuras responsáveis pelas bacias que englobam passageiros do Guará, Aguas Claras, parte de Ceilândia, Taguatinga, Park Way, Gama, Para-

noá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoã e outra parte do Park Way. A agência de advogados defende os grupos Constantino e Gulin, que têm ligação direta com as Viações Marechal e Pioneira.

FALTA DE RETORNO

Procuradas, nenhuma das empresas envolvidas na suspeita (Logitrans, Sacha Reck, Marechal e Pioneira) se pronunciaram sobre o caso. Todas disseram que responderiam, mas não houve retorno. A princípio, a Setrans informou que não se posicionaria, pois o secretário José Walter Vazquez acredita que a denúncia não é contra o órgão. A assessoria de imprensa sugeriu que quem deveria dar opinião acerca da suposta fraude é a Procuradoria-Geral do DF. Esta salientou que a licitação foi feita pela secretaria e que não deve se envolver no caso.

Mais tarde, a Setrans se manifestou, informando que nega qualquer irregularidade na licitação, inclusive no que diz respeito às alegações formalizadas pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania (Abradec).

A reportagem do JBr procurou o GDF. A assessoria de imprensa informou que daria retorno, mas não se pronunciou. Um e-mail também foi enviado ao órgão.

Continua ►



Entenda a denúncia

» O Governo do Distrito Federal contratou o Consórcio Logit/Logitrans para fazer a modelagem do novo sistema de transporte público do DF, que dividiu a cidade em cinco bacias.



» A Logitrans Logística, Engenharia e Transportes é uma empresa de Curitiba, que já fez modelagens de sistemas de transporte público semelhante em outras cidades, como Apucarana (PR), que tem como um dos diretores Garrone Reck.

A SUSPEITA...

Em várias ocasiões, a empresa paranaense usa o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados como consultoria jurídica para apoiar seus projetos, inclusive no DF. Garrone Reck e Sacha Reck são, como os nomes

Guilherme Gonçalves
Sacha Reck

evidenciam, pai e filho. A banca de advocacia defende, em várias causas, os grupos Constantino e Guin, que operam empresas de transporte rodoviário em dezenas de cidades e levaram duas bacias no DF.

Auto Viação **MAPECHAL**

» Bacia 4: Vencida pela Auto Viação Marechal, do Paraná, do Grupo Guin, terá de dispor de 464 ônibus, que vai transportar passageiros do Guará, Águas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Park Way.



» Bacia 2: Vencida pela Viação Pioneira, do Grupo Constantino, terá de ter 640 veículos e atender Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoã e parte do Park Way.

Na mira do TCDF e MP

As denúncias estão sob a mira do Tribunal de Contas do DF e do Ministério Público, órgãos que informaram ter recebido a denúncia no início deste mês. O suposto esquema está sendo analisado pelas instâncias, antes de começar a ser investigado.

O MP informou que acompanha o processo de licitação desde o início, no meio de 2012. E que recebeu a denúncia no dia 10 deste mês. O documento é analisado para ser enviado para a 2ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep). O TCDF afirmou ter recebido a queixa um pouco antes, no dia 8. A acusação está sendo examinada.

Para o especialista em Administração Pública, José Matias-Pereira, da Universidade de Brasília (UnB), os indícios de fraude mostram a recorrente falta de transparência em processos de licitação no GDF. "Licitações são onde ocorre o número maior de desvios de

“

São indícios que mostram a necessidade de o governo vir a público, a partir do governador, e esclarecer”.

José Matias-Pereira, especialista da UnB

verba e abrem portas para a corrupção”, avalia. O docente diz que os órgãos de controle e fiscalização e a sociedade devem estar atentos aos trâmites de concessões de empresas.

Ele salientou que o suposto esquema deve prejudicar o transporte, serviço essencial. “São indícios que mostram a necessidade de o governo vir a público, a partir do governador, e esclarecer questão tão grave”.

Licitação

Espero, realmente, que a licitação dos ônibus transcorra com lisura e clareza para que possamos contar, enfim, com um transporte digno. Caso isso não ocorra, podemos ter, na verdade, uma continuidade do sistema atual com todas as suas falhas e mazelas.

Romualdo Santana, Taguatinga

Suspeita de fraude na licitação do transporte

Giovanni Carrigan
Especial para o Jornal de Brasília

Um dos piores problemas do Distrito Federal, o sempre arcaico transporte público da capital, tem tudo para virar um escândalo de grandes proporções. Ao investigar a concessão para a prestação e exploração do serviço básico rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (STPC-DF), o Jornal de Brasília encontrou com uma série de indícios de irregularidades que serão alvo de reportagens ao longo dos próximos dias.

O sistema atual de transporte público, cuja ineficiência é evidenciada pelos ônibus velhos e constantemente enguiçados nas ruas, tem poucas chances de melhorar diante das irregularidades que vêm sendo cometidas desde a abertura, pela Secretaria de Transportes, da licitação que prometia mudar tudo isso. E, para piorar, é grande a chance de entrar na mira das autoridades, inclusive do Tribunal de Justiça do DF (TCDF), do Ministério Público do DF e da Polícia Federal.

BACIAS

Gestada pelo GDF a partir de 2011, a concessão para a prestação e exploração do serviço básico rodoviário do STPC-DF dividiu, em cinco lotes (ou bacias), as rotas a serem administradas pelas empresas que vão operar os ônibus. Com valor hoje estimado em R\$ 8 bilhões e permitindo a operação das linhas por dez anos, renováveis por outros dez, o edital teve vícios apontados desde sua primeira edição, em março do ano passado.

Depois de ser suspenso após decisão do TCDF, o processo começou a, aparentemente, andar na linha a partir do segundo semestre do ano passado, com a definição dos primeiros vencedores. Era uma falsa impressão de normalidade. Na verdade, a concorrência tocada pela Secretaria de Transportes tem indícios de fraude, que podem beneficiar grupos que operam empresas de ônibus em várias cidades do Brasil. A primeira suspeita está na elaboração do edital. Segundo documento enviado ao TCDF pela Secretaria de Transportes, a responsabilidade pela modelagem foi do Consórcio Logit/Logitrans.

A Logitrans Logística, Engenharia e Transportes é uma empresa de Curitiba (PR) que tem como um dos diretores Garrone Reck

Em várias ocasiões, a empresa paranaense usa o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados como consultoria jurídica para apoiar seus projetos. No DF não foi diferente, como mostram documentos expedidos pela Comissão Especial de Licitação, com pedido de auxílio para elaborar uma contestação ao mandado de segurança impetrado pela Viação Jardins, empresa eliminada da licitação. O memorando é assinado pelo presidente da comissão, Galeno Furtado Monte.

INTERESSES

Garrone Reck e Sacha Reck são, como os nomes evidenciam, pai e filho. Aparentemente, para uma empresa da iniciativa privada, usar como consultoria jurídica o escritório de um parente não significaria nada demais, não fosse por um detalhe: a banca de advocacia defende também, em várias causas, os interesses dos grupos Constantino e Gulin, que operam empresas de transporte em dezenas de cidades do País. Casos, por exemplo, das ações na Justiça de São Paulo envolvendo as empresas Transporte Coletivo Grande Bauru (do Grupo Constantino) e a Viação Cidade Sorriso (do Grupo Gulin).

Coincidência ou não, empresas vencedoras na concorrência em curso no DF pertencem aos dois grupos - a Viação Pioneira (do Grupo Constantino) e a Auto Viação Marechal (do Grupo Gulin).

As suspeitas envolvendo o transporte público do DF foram alvo de denúncia apresentada há uma semana pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Melo Ambiente e Cidadania (Abradec) à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF, com cópia para o TCDF, Ministério Público e Polícia Federal. Até agora, não houve resposta aos questionamentos.

O Jornal de Brasília entrou em contato com a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Transportes do DF, que alegou não ter condições de responder os questionamentos. Disse, porém, que as dúvidas serão esclarecidas no decorrer da semana, mediante contato. O secretário José Walter Vazquez Filho e o subsecretário José Ronaldo Persiano não atenderam as ligações.

» Amanhã: Apenas 5 habilitados para disputar controle de negócio de R\$ 8 bilhões

Entenda a denúncia

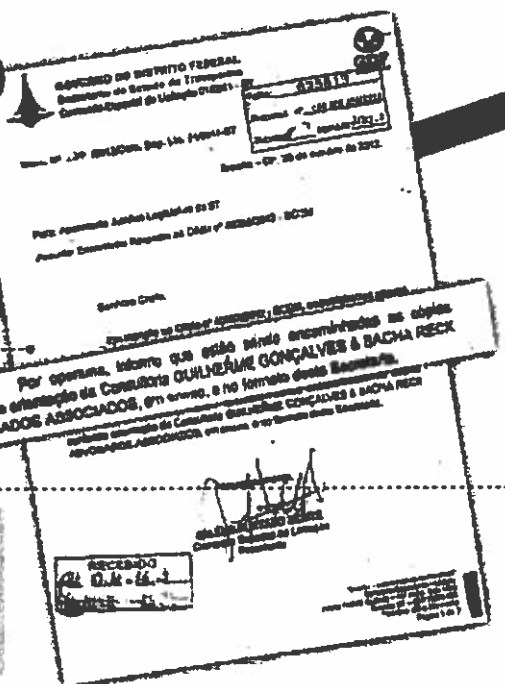


O Governo do Distrito Federal contratou o Consórcio Logit/Logitrans para fazer a modelagem do novo sistema de transporte público do DF, que dividiu a cidade em cinco bacias.

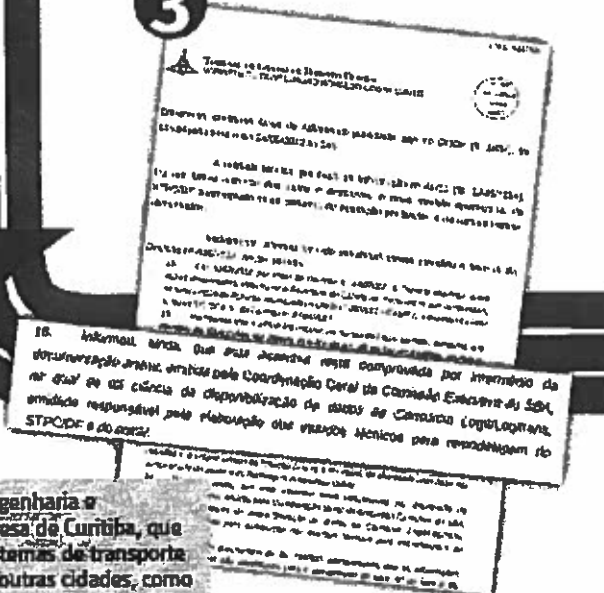


A Logitrans Logística, Engenharia e Transportes é uma empresa de Curitiba, que já fez modelagens de sistemas de transporte público semelhante em outras cidades, como Apucarana (PR), que tem como um dos diretores Gamone Reck.

1



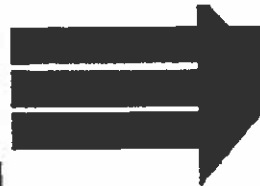
3



Continua ►

► Continuação

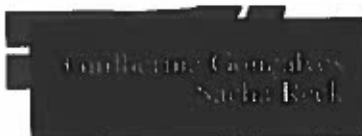
- 1 Memorando do GDF comprova orientação dada pelo advogado Sacha Reck
- 2 Documento do advogado com novas orientações
- 3 Parecer do TCDF mostra que a Logitrans integra consórcio que elaborou edital
- 4 Extrato do Diário da Justiça de SP liga Sacha Reck à Grande Bauru, do Grupo Constantino
- 5 Extrato do Diário da Justiça do Paraná liga os advogados à Viação Marechal
- 6 Cadastro mostra Henrique Constatino como sócio da Grande Bauru
- 7 Certidão mostra que a Auto Viação Marechal tem os Gulin como sócios



Notícia publicada no Paraná

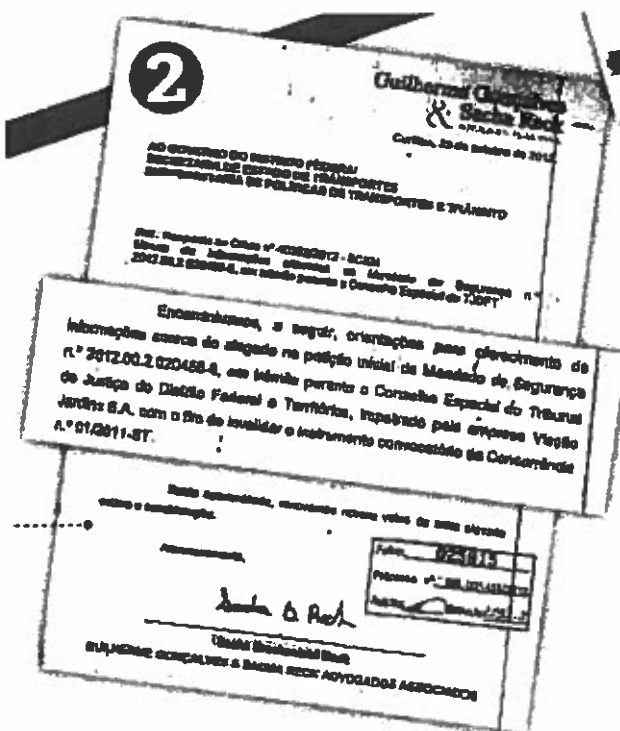
Garone Reck

A novidade do processo investigativo é a denúncia de que o advogado Sacha Breckardes Reck, filho do diretor da Logitrans, Garone Reck, estaria advogando pelo Grupo Constantino. Cabrini afirma que já ouviu o pai do advogado e este admitiu que o filho advoga no transporte coletivo em todo o País, mas não especificou em favor de qual empresa. Sacha Reck deverá ser ouvida hoje pela manhã pelo promotor.



A suspeita...

Em várias ocasiões, a empresa paranaense usa o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados como consultoria jurídica para apoiar seus projetos. Inclusive no DF, Garone Reck e Sacha Reck são, como os nomes evidenciam, pai e filho. A banca de advocacia defende, em várias causas, os grupos Constantino e Gulin, que operam empresas de transporte rodoviário em dezenas de cidades e levaram duas bacias no DF.



Continua ►

Desa Lúcia Samardá Giacomet

4

Reportagem: Curitiba, 14 de Fevereiro de 2013

Diário de Justiça Eletrônico - Caderno Judicial - 2ª Instância

São Paulo, Ano VI - Edição 1364 781

0007428-49.2012.8.26.0000 - Agravo de Instrumento - Marília - Relator José Maria Câmara Junior - Agravante: Transporte Expresso Vale do Sol Ltda. - Agravado: Expresso Vale do Sol Botucatu Ltda. - Advogado: Guilherme de Sales Gonçalves (OAB: 21989/PR) - Advogado: André de Almeida Neves (OAB: 38083/PR) - Advogado: Cristiano de Souza Mazeto (OAB: 148760/SP) - Advogada: Camila Helras de Lima Martins (OAB: 199050/SP) - Advogado: André Luis Amoroso de Lima (OAB: 223281/SP) - Advogado: Emanuel Tavares Costa (OAB: 36571/SP) - Advogado: Gabriel de Oliveira Otoboni (OAB: 262589/SP) - Advogado: Olegário Santos de Araújo (OAB: 324201/SP) - Advogado: Ivan Henrique Moraes Lima (OAB: 236578/SP)

Auto Viação MARECHAL

Bacia 4: Vencida pela Auto Viação Marechal, do Paraná, do Grupo Gulin, terá de dispor de 464 ônibus, que vai transportar passageiros do Guarã, Águas Feras e parte de Ceilândia, Tinguatunga e Park Way.



Bacia 2: Vencida pela Viação Pioneira, do Grupo Constantino, terá de ter 640 veículos e atender Gama, Paraná, Santa Maria, São Sebastião, Gandangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoli e parte do Park Way.

5

Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv)
0001. Processo: 0995073-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 0916770 Agravo de Instrumento. Impetrante: Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano do Passaieiros de Curitiba e Região Metropolitana, Consórcio Transbus, Auto Viação Redentor Ltda., Araucária Transporte Coletivo Ltda., Expresso Azul Ltda., Consórcio Portual, Transporte Coletivo Glória Ltda., Auto Viação Santo Antonio Ltda., Orlando Bertoldi & Cia Ltda., Auto Viação Marechal Ltda., Consórcio Pioneiro, Viação Tamandará Ltda., Cod Transporte Coletivo S.A., Viação Cidade Bomim Ltda., Auto Viação São José dos Pinhais Ltda., Advogado: Guilherme de Sales Gonçalves, André de Almeida Neves, Neliene Peron Coelho Rezak, Nathalia Lima Barreto. Impetrado: Desembargador Relator da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Relator: Desa Lúcia Samardá Giacomet

Continua ►

► Continuação

cientação

do
araná
chái
latino
ão
ios

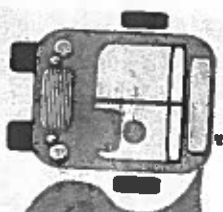
[illegible][illegible]

Brasília, sexta-feira,
17 de maio de 2013

JORNAL DE BRASÍLIA

3

Cidades.



Onde há fumaça...



FELIPE VIEGAS

TCDF aceita denúncia

Tribunal dá dez dias para Secretaria de Transportes se explicar sobre supostas fraudes na licitação

Giovanni Carriagan
Especial para o Jornal de Brasília

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em sessão realizada na tarde de ontem, decidiu aceitar as denúncias sobre as diversas irregularidades apontadas na licitação dos transportes, divulgadas pelo Jornal de Brasília desde a última segunda-feira, e deu um prazo de dez dias para a Secretaria de Transportes se explicar.

gício estimado em mais de R\$ 8 bilhões. De acordo com o edital da licitação, todo o serviço foi distribuído em cinco bacias, e cada uma deveria ser operada por uma empresa diferente, sem qualquer vínculo com as vencedoras de outras bacias. Porém, segundo as denúncias, a família Constantino teria vencido a exploração de duas bacias: uma com a Viação Pioneira e outra com a Viação Piracicabana.

Outra grave denúncia apresentada ao Tribunal de Contas revela que um escritório de advocacia privado (Guilherme Gonçalves & Sacha Reck), cujo um dos sócios (Sacha Reck) é filho de um dos donos da empresa contratada para elaborar o edital de licitação (Logitrans), estaria ao mesmo tempo prestando consultoria para a Comissão de Licitação e para pelo menos duas empresas que disputam a concorrência: a Viação Piracicabana e a Auto

Marechal. Do cum entos alestam que o advogado Sacha Reck orientou a Secretaria de Transportes nos questionamentos feitos por empresas que contestavam o resultado da licitação.



Do cum entos alestam que o advogado Sacha Reck orientou a Secretaria de Transportes nos questionamentos feitos por empresas que contestavam o resultado da licitação.

ENTENDA O CASO

» Em 2011, o GDF abriu a licitação.

» O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.

» Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que deu consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes.

» O mesmo escritório presta serviços jurídicos para a Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin.

» A Viação Marechal, do Grupo Gulin, ganhou a licitação para a bacia 4. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, foi a vencedora da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, disputa a bacia 1.

Suspeita de favorecimento na comissão

Uma terceira denúncia apresentada diz respeito à solicitação de documentos para a Viação Piracicabana quase um mês depois da abertura dos envelopes, o que vai contra o que determina a Lei 8.666 (das Licitações). Os envelopes foram abertos no dia 4 de fevereiro e o pedido dos documentos foi feito no dia 8 de março.

Cópias do pedido de uma extensa lista de documentos enviada pelo presidente da Comissão de Licitação, Galeno Furtado, e da resposta da empresa integram a denúncia oferecida ao Tribunal de Contas do DF e Ministério Público pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania (Abradec) e pelo Consórcio Sogima, formado por cinco empresas do DF, derrotado na concorrência.

Procurado ontem pela reportagem, Galeno Furtado desligou o telefone logo após atendê-lo. Já a Secretaria de Transportes nega qualquer tipo de irregularidade. A Comissão de Transportes da Câmara Legislativa também pediu explicações ao GDF sobre as denúncias.

17.5.13

QuidNovi

<http://www.quidnovi.com.br/novo/home/>

**INFORME
ON LINE**

17/05/2013

Por Mino Pedrosa

Licitação suspeita: Transporte público de Brasília deixa Agnelo Queiroz na berlinda.

Há vários meses, esta coluna noticiou que o delator da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, tem o braço direito, Galeno Furtado Monte, servidor de carreira da CODEPLAN, em Brasília, e que serviu de chefe de gabinete do delator no tempo em que esteve à frente do órgão.

Galeno continua presidindo a comissão especial de licitação que trata do transporte público do Distrito Federal. O delator mantém um elo com o governador Agnelo Queiroz, por meio de contratos de prestação de serviços. Além de pessoas

nomeadas em postos chave.

Tudo isso acontece para manter os adversários de Agnelo Queiroz sob a mira do delator Durval Barbosa. Mas, o que não foi divulgado, até agora, é que o Palácio do Planalto, por intermédio da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, está por trás de todo o movimento, envolvendo o transporte coletivo da capital da república.

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, empurrou, goela a baixo do governador Agnelo Queiroz, o escritório do advogado Guilherme Gonçalves que sempre cuidou da parte jurídica da família e do PT do Paraná.

Guilherme alugou uma casa no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, para comandar, dali, alguns negócios vinculados ao Palácio do Buriti e do Palácio do Planalto, atendendo a ministra Gleisi Hoffmann.

A mansão pertence a Reinaldo de Almeida Cesar, vice-presidente da Associação Nacional dos Policiais Federais. Agora, o Palácio, que parecia ter o controle, indicando empresas para atuar em Brasília no transporte coletivo, pode estar se envolvendo num grande escândalo de corrupção enterrando de vez o sonho da presidente Dilma Rousseff em fazer a ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, governadora do Paraná.

**M RESUMO
DA MÍDIA**

Por Mino Pedrosa

Licitação suspeita: Transporte público de Brasília deixa Agnelo Queiroz na berlinda.

Há vários meses, esta coluna noticiou que o delator da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, tem o braço direito, Galeno Furtado Monte, servidor de carreira da CODEPLAN, em Brasília, e que serviu de chefe de gabinete do delator no tempo em que esteve à frente do órgão.

Galeno continua presidindo a comissão especial de licitação que trata do transporte público do Distrito Federal. O delator mantém um elo com o governador Agnelo Queiroz, por meio de contratos de prestação de serviços. Além de pessoas

nomeadas em postos chave.

Tudo isso acontece para manter os adversários de Agnelo Queiroz sob a mira do delator Durval Barbosa. Mas, o que não foi divulgado, até agora, é que o Palácio do Planalto, por intermédio da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, está por trás de todo o movimento, envolvendo o transporte coletivo da capital da república.

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, empurrou, goela a baixo do governador Agnelo Queiroz, o escritório do advogado Guilherme Gonçalves que sempre culdou da parte jurídica da família e do PT do Paraná.

Guilherme alugou uma casa no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, para comandar, dali, alguns negócios vinculados ao Palácio do Buriti e do Palácio do Planalto, atendendo a ministra Gleisi Hoffmann.

A mansão pertence a Reinaldo de Almida Cesar, vice-presidente da Associação Nacional dos Policiais Federais. Agora, o Palácio, que parecia ter o controle, indicando empresas para atuar em Brasília no transporte coletivo, pode estar se envolvendo num grande escândalo de corrupção enterrando de vez o sonho da presidente Dilma Rousseff em fazer a ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, governadora do Paraná.

R7 - RECORD NOTÍCIAS

INFORME
ON LINE

<http://noticias.r7.com/brasil/noticias>

17/05/2013

Funcionários de empresa de ônibus fazem paralisação no Paranoá



Os ônibus ficaram sem circular por 20 minutos

Funcionários da empresa Viação Planeta fizeram uma paralisação nesta quinta-feira (16), por volta do meio

dia. O motivo foi porque a empresa não liberou o pagamento como havia combinado.

De acordo com a assessoria de imprensa dos rodoviários, cerca de 70 ônibus que fazem a linha do Paranoá, região administrativa do Distrito Federal, ficaram 20 minutos sem circular.

Depois da ameaça, o dinheiro já estava na conta dos trabalhadores, que voltaram ao trabalho normalmente. Segundo a assessoria, não houve confusão e os ônibus estão circulando normalmente.

Será que vai mesmo mudar?

Permanência de empresas após a licitação e suspeitas de irregularidades no certame alimentam a dúvida dos passageiros

Carla Rodrigues

Especial para o Jornal de Brasília

Hoje, 13 empresas são responsáveis pelo transporte público do Distrito Federal. Após a licitação para um prometido novo e moderno serviço, serão apenas cinco. Tudo bem até aí. O problema são as várias suspeitas de fraude no certame. Uma série de reportagens do Jornal de Brasília vem mostrando ao longo das últimas semanas as supostas irregularidades na concorrência pública que elegeu as ganhadoras das cinco bacias, avaliadas em R\$ 8 bilhões no total. Com tantas suspeitas vindo à tona, a população se questiona sobre a possibilidade de "trocar seis por meia dúzia".

Sem muita expectativa de que o sistema melhore, muitos rodoviários reclamam da falta de transparência na licitação. Eles afirmaram à reportagem que os jornais sabem mais do que eles. Além disso, demonstraram total insatisfação com os veículos que rodam pela cidade. "Os

ônibus realmente estão sucateados, difíceis de dirigir. É uma pressão trabalhar assim", confessou o motorista da Pioneira Roberto Luiz, 48 anos.

Cerca de um milhão de pessoas dependem dos ônibus diariamente, segundo a Setrans. Conforme números oficiais de 2012, a frota é composta por 2.851 ônibus e micro-ônibus em 1.012 linhas, além de 103 veículos na zona rural em 92 linhas. Foram registradas 14.388 autuações por irregularidades no ano passado, em 23.226 vistorias.

O péssimo estado de conservação dos ônibus foi registrado pela reportagem. São bancos quebrados, painéis sem botões necessários para o bom funcionamento dos carros, rodas empenadas, e faltam em muitos o mais importante: vistorias.

SERVIÇO "PÉSSIMO"

Além dos passageiros enfrentarem longas filas de espera, muitos encaram diariamente a tarefa de se acomodar em ôni-

bus superlotados e sucateados. "O serviço está péssimo. A possibilidade de renovação é boa, anima. Mas se já começar com irregularidades não vai funcionar. São cadeiras quebradas, motoristas despreparados, são mal educados. Se chove, pinga dentro do ônibus. Muitos têm mais de 15 anos, nem deveriam rodar mais, mas a fiscalização deixa", disse o representante comercial Alberto Bom Jardim, 46 anos, usuário da São José, uma das vencedoras da licitação.

HORAS DE ESPERA

Estudante, Fabia Cardoso, 17 anos, sofre com o atraso dos veículos. "Fico horas na parada esperando ônibus que deveriam passar de meia em meia hora. Já perdi vários compromissos por conta disso. É uma irresponsabilidade do governo com a população", reclama.

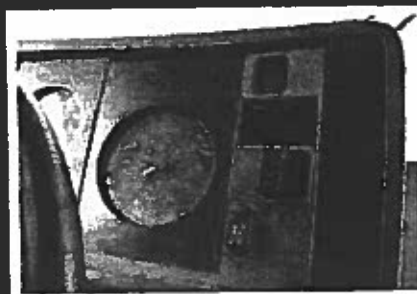
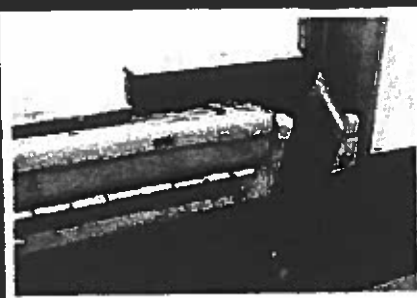
Para ela, caso haja irregularidade na licitação, nada vai mudar. "Os mesmos empresários vão mandar. É a gente, como fica?", questiona. Diariamente, ela vai de Sobradinho a Santa Maria. Um percurso longo, que depende da pontualidade e agilidade do transporte.

14,3 MIL

autuações foram feitas em 2012

Continua ►

► Continuação



nisso

Os flagrantes que a reportagem fez, mostrando o sucateamento da frota atual, não são difíceis de serem feitos. Basta ir à Rodoviária – onde a fiscalização deveria estar. E se alguns empresários vão continuar dominando esse mercado, o que muda?

Família faz manobra em licitação de R\$ 8 bi no DF

Fábio Fabrizi / BRASÍLIA

Uma ação na Justiça do Distrito Federal questiona uma manobra da família Constantino, dona da Gol Linhas Aéreas, para controlar quase a metade do transporte público de Brasília – um negócio que está pela primeira vez em licitação e que deve render R\$ 8 bilhões em dez anos. Embora uma lei distrital proíba que um mesmo grupo econômico explore mais de 25% da frota de ônibus da cidade, as empresas administradas pelos herdeiros do patriarca Nenê Constantino já asseguraram 24% e estão no páreo para abocanhar mais 16%.

A situação suscitou questionamento no Tribunal de Justiça do DF, que avalia pedido de um dos consórcios concorrentes para regular todo o processo, em curso desde o ano passado. Para o governo de Agnelo Queiroz (PT), apesar da provável concentração do serviço nas mãos da família, não há irregularidade.

Há décadas fatiado pelos Constantino e outros dois grupos, que vinham operando sem contrato, os ônibus do DF serão divididos agora em cinco lotes ou "bacias de transporte", desenhados conforme a região atendida. A briga pelo maior deles, com 640 veículos, foi vencida pela Viação Pioneira, registrada em nome de duas filhas de Ne-

nê, Auristela e Cristiane.

Pela regra do edital, não podem concorrer no mesmo lote ou em lotes distintos empresas que tenham controle societário ou administradores comuns. Diante disso, os Constantino inscreveram na disputa por outro lote, com 417 ônibus, a Viação Piracicabana, com sede em Piracicaba (SP).

A empresa tinha como sócios e administradores outros quatro filhos de Nenê – Henrique, Ricardo, Joaquim e Constantino Júnior –, que se retiraram do comando dos negócios um mês após o lançamento do edital. No lugar deles, foi nomeado um grupo de funcionários. A família continua, contudo, acionista da Comporte Participações, holding que controla a Piracicabana e outras firmas.

A disputa por quatro dos cinco lotes já está definida. Se ficarem com o último, os Constantino serão hegemônicos no controle dos ônibus da capital federal. Outros barões do transporte em Brasília, como o empresário Wagner Canhedo, dono da extinta Vasp, já estão de fora, ao menos oficialmente. A família Amaral, do ex-senador Valmir Amaral, concorre indiretamente com os donos da Gol, por meio do Consórcio Metropolitano, para ficar com a fatia restante do serviço. Uma das empresas do grupo pertence à ex-mulher do parlamentar.

Posição oficial
"Só posso atuar com base no que está na lei. Não posso presumir que os irmãos (Constantino) vão se juntar para explorar o serviço"
José Walter Vazquez Filho
SECRETÁRIO DE TRANSPORTE DO DF

Aval. A movimentação dos Constantino tem aval do governo do Distrito Federal, que elaborou parecer a respeito. O secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, diz que, embora se trate de um negócio

Continua ➤

► Continuação



Patriarcas. Herdeiros de Constantino disputam linhas

em família, não se configura, do ponto de vista jurídico, a formação de um único grupo econômico. Isso porque não há pessoas em comum nos quadros de sócios e de administradores das duas viações. Além disso, as estruturas operacionais, ao menos por ora, são distintas.

"Só posso atuar com base no que está na lei. Não posso presumir que os irmãos vão se juntar para explorar o serviço", disse Vazquez. No papel, os donos das duas empresas só são sócios na Expresso União, do Rio.

Ação no TJ do DF foi ajuizada pelo Consórcio Sogima, desabili-

tado pela Comissão Especial de Licitação. O tribunal negou liminar para suspender o processo, alegando ser necessária análise aprofundada dos documentos.

Procurada pelo Estado, a Comporte Participações, dos Constantino, informou que os quatro filhos de Nenê estão fora dos negócios da família em Brasília há anos. Segundo a holding, não há qualquer relação societária, administrativa ou operacional entre as viações Piracicabana e Pioneira. A Comporte sustenta que as alterações no comando da Piracicabana não têm a ver com a licitação no DF.

PARA LEMBRAR

Em 2007, Joaquim Roriz (PMDB-DF) renunciou ao mandato de senador para não ser cassado após denúncia de que teria recebido propina do empresário Nenê Constantino. Era dele cheque de R\$ 2,2 milhões que Roriz disse ter usado para comprar uma beteira de R\$ 300 mil. Os dois foram denunciados pelo escândalo em 2010.

Com o episódio, descobriu-se que Roriz, em seus quatro

mandatos como governador do DF, concedeu benefícios às empresas que controlam o transporte público, entre elas as viações da família de Constantino. Nenê foi acusado de estar por trás da tentativa de homicídio de seu ex-genro, em 2008, e de ordenar, em 2001, o assassinato de um líder comunitário. No ano passado, a Justiça revogou a prisão preventiva do empresário, que cumpria pena em casa.

TRANSPORTE PÚBLICO »

Justiça suspende contratos

» CAMILA COSTA
» ALMIRO MARCOS

O processo de parte da renovação dos ônibus do Distrito Federal poderá atrasar. Decisão da 21ª Vara federal suspendeu 40% dos contratos, referentes às bacias 3 e 4, que atenderão 10 regiões administrativas. De acordo com a justiça, o Governo do Distrito Federal (GDF) não analisou as propostas apresentadas pela Consórcio Metropolitano em 2014 uma das concorrentes em 2014 nas licitações dos contratos, descumprindo medida judicial expedida em 8 de abril.

A decisão do juiz federal titular da 21ª Vara, Hamilton de Sá Dantas, diz que o DF terá de reconhecer e julgar regularmente ditas propostas, nos termos do edital, sob pena de imposição de multa em 2014. O GDF teria sido notificado ontem, no entanto, a Secretaria de Transportes

e a Procuradoria Geral do DF só se pronunciarão depois de conhecimento oficial. No texto da decisão, o DF adianta que não há descumprimento porque, quando foi notificado, as bacias 3 e 4 já tinham sido licitadas.

A ação foi movida pela Consórcio Metropolitano depois que o GDF desabilitou a empresa para concorrer às licitações das bacias 3 e 4. O parecer da Comissão Especial de Licitação, na época, foi de que a Consórcio Metropolitano não tinha condições de concorrer por não ter apresentado os documentos necessários.

Para atender às bacias 2, 3, 4 e 5, os contratos estão assinados. A bacia 1 ainda está em disputa, pela Consórcio Metropolitano e a Viação Piracicabana, de São Paulo. Os novos ônibus entram em circulação no início de julho para as cidades que compõem as bacias 2 e 5. E a expectativa era de que até outubro nas cidades das bacias 3 e 4.

Justiça Federal manda suspender licitação

Decisão se refere às bacias 3 e 4. Governo terá de abrir as propostas do Consórcio Metropolitano

Isa Staciarini
isa.coelho@jornaldebrasil.com.br

Não bastassem as denúncias de irregularidades que pairam sobre a licitação do Sistema de Transporte Público do DF que viraram tema de uma série de reportagens no Jornal de Brasília na semana passada, e que estão sob análise do Tribunal de Contas e do Ministério Público do DF, a Justiça Federal foi acionada e mandou suspender a concorrência porque o GDF descumpriu uma decisão judicial.

A 21ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região determinou a imediata suspensão do contrato de concessão das bacias 3 e 4. O motivo é uma liminar judicial concedida em 8 de abril em favor do Consórcio Metropolitano e descumprida pelo GDF. A ordem do

juiz federal Hamilton de Sá Dantas era que a Secretaria de Transportes abrisse as propostas da empresa, uma vez que o motivo alegado pela pasta para a retirada da Consórcio Metropolitano da disputa não seria juridicamente válido.

5
bacias dividirão o novo sistema de transporte público

Devido ao descumprimento da decisão judicial por parte do governo, o TRF suspendeu o prosseguimento da licitação das duas bacias que a empresa concorria. O contrato de concessão que já havia sido assinado e publicado no último dia 29 contemplava o consórcio HP-ITA, de Goiás, para operar a bacia 3, e a Auto Viação Marechal para ser a responsável pela bacia 4.

PEDIDO

O novo embargo da licitação das duas bacias aconteceu por meio de uma petição formulada pelo advo-

BACIAS

» A bacia 1 atende as regiões de Brasília, Sobradinho, Planaltina, Cruzeiro, Sobradinho II, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal.

» A bacia 2 abrange as cidades de Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoã e parte do Park Way.

» A bacia de número 3 vai atender as regiões do Núcleo Bandeirante, Samambala, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II.

» A bacia 4 inclui parte de Taguatinga, Ceilândia, Guará, Águas Claras e parte do Park Way.

» A bacia 5 é composta por Brazlândia, Ceilândia, Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Estrutural, Vicente Pires e parte de Taguatinga.

Continua ►

gado do Consórcio Metropolitano, Walter Xavier Filho. O assessor jurídico da empresa enviou à 21ª Vara Federal uma documentação que esclarece o descumprimento da determinação. O requerimento considera que o governo não seguiu a ordem judicial em razão da publicação no *DODF* das empresas que assumiriam cada um dos lotes.

A petição da empresa relata que, em resposta à Justiça, o GDF afirma que cumpriu fielmente a decisão do júri. Segundo o documento, o Distrito Federal afirma, em trecho da petição, que "não há que se falar em descumprimento de ordem judicial, pois quando foi intimado da decisão judicial, apenas o lote 1 pendia de análise das propostas. Segundo alega, os lotes 3 e 4 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras".

A decisão judicial do dia 8 de abril determinava que as propostas fossem abertas, analisadas e julgadas conforme o edital, uma vez que a justificativa do atraso na entrega da documentação relativa à habilitação do Consórcio Metropolitano não constituía, se-

gundo o juiz titular, justo motivo para a exclusão no certame licitatório. A justificativa é de que "o pequeno atraso de quatro minutos não desrespeita o princípio de igualdade entre os licitantes, nem mesmo causa atraso no andamento do processo licitatório", diz o trecho da liminar do juiz.

O assessor jurídico da empresa, Walter Xavier Filho, explica que logo depois da publicação do contrato de concessão das bacias 3 e 4 no *DODF* o Consórcio Metropolitano reclamou ao juiz. "Se as propostas da empresa forem consideradas vencedoras, o resultado será modificado. Assim, o Consórcio Metropolitano foi prejudicado em razão da comissão que sequer abriu os envelopes. A decisão judicial foi desrespeitada pelo governo", diz.

CRIME

Segundo o advogado, a empresa almeja que os envelopes contendo as propostas das empresas sejam analisados. "É isso que consórcio espera, e caso a liminar não seja cumprida, outras medidas mais graves serão tomadas. Desrespeitar decisão judicial é crime", reclama.

Trâmites para conseguir participação

A assessoria jurídica do Consórcio Metropolitano relata que, em 4 de fevereiro, seus representantes entregaram a documentação para participar da licitação pública, na modalidade concorrência para atuar no transporte público do DF.

Dentre os documentos exigidos está a Certidão de Regularidade Fiscal. No dia 15 de fevereiro, a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional instaurou um processo administrativo. Cinco dias depois, a Procuradoria cancelou, por meio da Portaria 47, a Certidão de Regularidade da empresa Transporte Cidade de Brasília, que teria entregado o referido documento, cuja vigência iria até 12 de março. O órgão alegou que havia débitos fiscais da empresa junto à Fazenda Federal.

A portaria foi publicada no dia 26 de fevereiro. Com a decisão, a comissão do processo licitatório retirou o consórcio da disputa pelas bacias. A empresa alega que só soube da decisão dois dias depois, quando da abertura da habilitação para o certame.

NOTIFICAÇÃO

Depois disso, a empresa envolvida no caso diz que pagou as pendências exigidas, sem qualquer discussão, "até porque era pequeno o montante noticiado pela Portaria 47". A defesa argumenta que como o consórcio e a empresa envolvida não tinham sido notificados previamente, sem a chance do contraditório, ajuizou uma ação no TRF da 1ª Região, para cancelar a portaria.

A 21ª Vara da Seção Judiciária do DF deferiu o pedido e concedeu liminar para que o consórcio voltasse a participar da licitação, sendo considerada irregular a recusa de sua habilitação.

versão oficial

Procurada pelo Jornal de Brasília, a Secretaria de Transportes disse que tomou conhecimento do fato pela imprensa e que a pasta ainda não foi notificada formalmente pela Justiça. Portanto, segundo o órgão, um pronunciamento só será concedido após intimação. Pela decisão, o Distrito Federal se defendeu afirmando que, quando da determinação de consideração das propostas do Consórcio Metropolitano, apenas a bacia 1 ainda estava em processo de escolha. As bacias 3 e 4 já haviam sido julgadas na época.

Documentos mostram vínculo

Da Redação

redacao@jornaldebrasilia.com.br

No último dia 13, o Jornal de Brasília deu início à publicação de uma série de reportagens com denúncias de supostas irregularidades na licitação do novo sistema de transporte do DF. Uma das denúncias em apuração pelo Tribunal de Contas do DF e pelo Ministério Público diz respeito ao fato de um escritório de advocacia dar consultoria para as empresas que disputam a concorrência e para a própria Comissão de Licitação do GDF.

Em nota enviada ao JBr, o advogado Sacha Reck, um dos sócios do escritório, nega qualquer irregularidade, informando que não representa a família Constantino (da Pioneira) e nem a Auto Viação Marechal (do Grupo Gulin), que venceram as bacias 2 e 4.

Porém, documentos obtidos pela reportagem (*confira abaixo*) mostram que o escritório de Sacha Reck e Guilherme de Salles Gonçalves,

tem uma procuração outorgada pela Auto Viação Marechal, com amplos poderes, datada de novembro de 2012. Na mesma data, uma outra procuração foi concedida aos advogados pela Viação Cidade Sorriso, também do Grupo Gulin.

Em um outro documento, uma procuração ad judicium, datado de 5 de janeiro de 2012, a Transporte Coletivo Grande Bauru, que integra os negócios da família Constantino, constitui como seus procuradores, entre outros, os advogados Guilherme de Salles Gonçalves e Sacha Breckenfeld Reck.

DEFESA

Apesar da documentação, a nota assinada por Reck destaca que "inexiste, assim, qualquer contrato de assessoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados com as empresas Pioneira, Viação Piracicabana e Auto Marechal Ltda. na área de licita-

ENTENDA O CASO

» Em 2011, o GDF abriu a licitação para o transporte público do DF, dividindo-o em cinco lotes.

» O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.

» Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que deu consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes.

» O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados presta serviços jurídicos para a Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin.

» A Viação Marechal, do Grupo Gulin, ganhou a licitação para a bacia 4 do transporte público do Distrito Federal. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, foi a vencedora da licitação da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, disputa a bacia 1.

ções públicas, tampouco quanto ao objeto da concorrência 01/2011-ST." O advogado disse ainda que não foi procurado pela

reportagem, o que não condiz com a verdade, uma vez que seu escritório foi acionado nos dias 13 e 14 de maio.

Continua ►

PROCURAÇÃO

Outorgante: AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA.

Outorgado(s):
Guilherme de Salles Gonçalves,
Sacha Breckenfeld Reck.

FINCUL 102215301
ALTERAÇÃO

COMPORTE PARTICIPAÇÕES S.A.

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

TRANSPORTE COLETIVO GRANDE BAURU LTDA.

Guilherme de Salles Gonçalves,
Sacha Breckenfeld Reck.

PROCURAÇÃO

Outorgante: VIAÇÃO CIDADE SOBRISO LTDA.

Outorgado(s):
Guilherme de Salles Gonçalves,
Sacha Breckenfeld Reck.

Justiça suspende licitação dos ônibus

Decisão. 21ª Vara Federal suspendeu contratos já assinados para as bacias 3 e 4 para que o Consórcio Metropolitano seja incluído na concorrência. GDF não comentou

A licitação dos transportes que pretende renovar completamente a frota de ônibus do DF enfrenta nova polêmica. O juiz Hamilton de Sá Dantas, da 21ª Vara Federal, suspendeu os contratos firmados pelo governo para a administração das bacias 3 e 4.

De acordo com o juiz, o GDF descumpriu determinação de 8 de abril que definia a análise das propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano para as bacias 1, 3 e 4.

Depois de ter sido desclassificado pela comissão de licitação, o Consórcio Metropolitano voltou à concorrência com um mandato judicial. Mas o GDF tinha considerado que a decisão abrangia apenas a bacia 1, única que aquela data não tinha tido seu resultado divulgado.

Na composição do Consórcio Metropolitano está incluída a empresa Transporte Cidade Brasília, cuja proprietária é Lúcia Amaral, ex-mulher de Valmir Amaral, ex-senador e dono

do Grupo Amaral, cujas empresas estão sob intervenção do GDF.

A licitação para a bacia 3, que compreende as linhas de Núcleo Bandeirante, Samambaia, Riacho Fundo I e II e Recanto das Emas, foi vencida pelo consórcio HP-ITA, de Goiás.

Já a bacia 4 ficou para a Auto Viação Marechal, empresa paranaense. As linhas incluem parte de Taguatinga, Ceilândia e do Park Way, além de do Guará e Águas Claras.

A Secretaria de Comunicação do GDF informou que o governo só se manifestará depois que tiver sido comunicado oficialmente.

Na segunda-feira, o governador Agnelo Queiroz e o vice-governador Tadeu Filipelli estiveram em uma fábrica de Botucatu (SP) para aprovar a fabricação dos veículos que serão usados no DF. Os ônibus são encomenda da Viação São José, vencedora da bacia 5, que copreende Ceilândia, Brazlândia e Taguatinga. ● METRO BRASÍLIA

TRANSPORTE

Justiça manda suspender dois contratos de licitação

ALESSANDRO DANTAS/DESTAK



Renovação de frotas de ônibus do DF ainda dependem de seleção

Os contratos feitos pelo governo do Distrito Federal com duas empresas de ônibus para explorar as bacias 3 e 4 do novo sistema de transporte público foram suspensos ontem por decisão da 21ª Vara Federal. De acordo com o juiz Hamilton de Sá Dantas, a determinação dada pela Justiça no dia 8 de abril para que as

propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano para as bacias 1, 3 e 4 fossem consideradas foi descumprida pelo governo local.

O GDF diz que, quando recebeu a determinação, o Metropolitano foi incluído na licitação da bacia 1, a única que ainda estava em disputa, já que as empresas que vão rodar na 3 e 4 já haviam sido escolhidas no dia 26 de abril.



Justiça suspende contratos do novo sistema de transporte público do DF

Para juiz, GDF tinha que considerar propostas de Consórcio Metropolitano.

Governo afirmou que vai se pronunciar sobre decisão quando for notificado.

Do G1 DF

Decisão da 21ª Vara Federal suspendeu os contratos das bacias 3 e 4 de renovação da frota do transporte público do Distrito Federal. O juiz Hamilton de Sá Dantas avaliou que o GDF descumpriu determinação do dia 8 de abril que definia a análise das propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano para as bacias 1, 3 e 4.

Pela decisão, o Distrito Federal se defendeu afirmando

que, quando da determinação de consideração das propostas do Consórcio Metropolitano, apenas a bacia 1 ainda estava em processo de escolha. As bacias 3 e 4 já haviam sido julgadas na época.

Os contratos das bacias 3 e 4 foram assinados no dia 26 de abril e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal no dia 29 de abril. O G1 procurou a Secretaria de Transportes, que informou que só vai se manifestar sobre a suspensão quando for notificada oficialmente.

Bacias

O consórcio HP-ITA, de Goiás, foi escolhido para operar a bacia 3. A empresa havia oferecido proposta de tarifa técnica de R\$ 2,80 - valor cobrado do governo

para transportar um passageiro. Os coletivos irão atender o Núcleo Bandeirante, Samambaia, Riacho Fundo I e II e Recanto das Emas.

Já a bacia 4 ficou sob responsabilidade da Auto Viação Marechal. A empresa cuidará de uma das regiões mais populosas do Distrito Federal, que inclui parte de Taguatinga, Ceilândia e do Park Way, além de todo o Guará e Águas Claras.

O Consórcio Metropolitano e a Viação Piracicabana apresentaram proposta para a bacia 1 no dia 16 de abril. Vence a concorrência a empresa que oferecer a menor tarifa técnica. A secretaria não informou em que prazo a comissão vai avaliar as propostas.

Continua ►

► **Continuação**

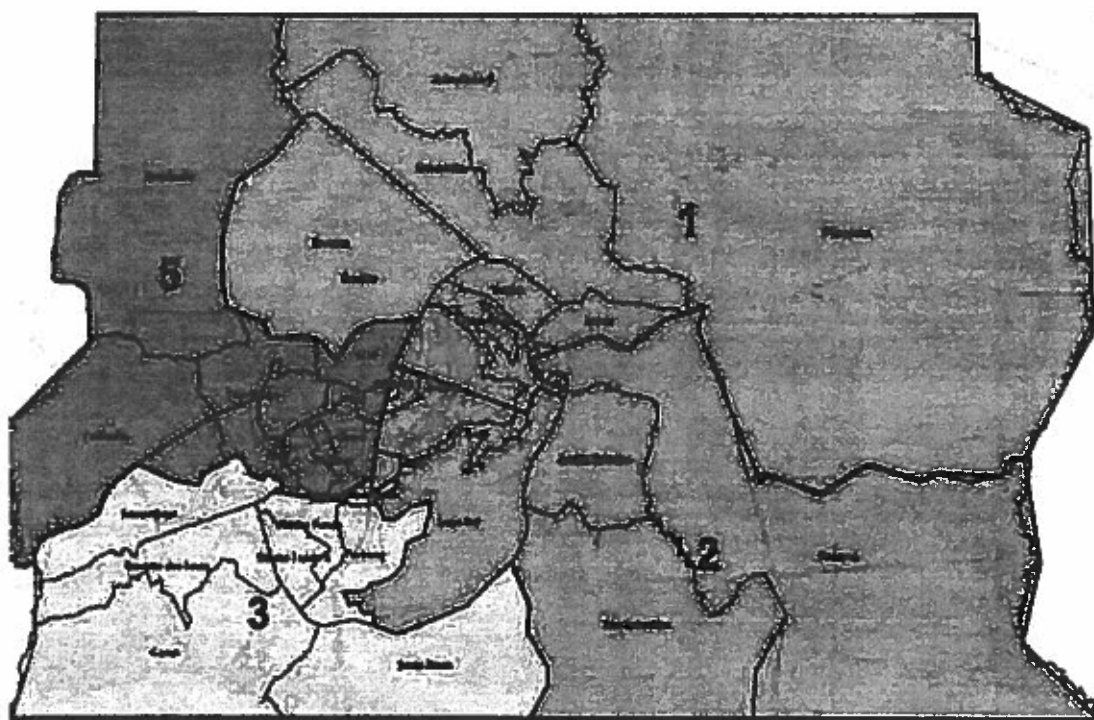


Ilustração com as bacias de transporte público que serão implementadas no DF

TRANSPORTE PÚBLICO »

Pente-fino nas empresas

Governo do Distrito Federal cria comissão para determinar se as permissionárias que sairão do sistema de transporte público terão direito a indenizações. Licitações estão na fase final de escolha das novas operadoras

» ANA MARIA CAMPOS



O Grupo Viplan é um dos que deixarão as ruas do DF assim que as novas permissionárias assinarem os contratos

Uma comissão formada por integrantes do Governo do Distrito Federal vai analisar se as permissionárias do transporte coletivo que deixarão de operar com os novos contratos licitados, como a Viplan, a Planeta e o Grupo Amaral, têm direito a alguma indenização financeira. Coordenado pela Secretaria de Transportes, o grupo terá um prazo de 180 dias para apresentar uma conclusão, a contar a partir da última segunda-feira, quando o trabalho foi determinado em decreto pelo governador Agnelo Queiroz (PT). O

estudo vai estabelecer o encontro de contas entre Executivo e as 21 empresas do sistema, com base na Lei nº 8.987/95, que trata de concessões e autorizações de prestação de serviços.

O artigo 42 da referida lei estabelece a possibilidade de celebração de acordo entre o Executivo e as empresas a respeito de eventuais créditos decorrentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a exemplo de renovação da frota. O vice-governador Tadeu Filippelli (PMDB), coordenador da área de transportes, explica que o trabalho deverá ser referendado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. “Pagamentos não serão realizados sem que sejam submetidos aos órgãos de controle”, disse.

Filippelli afirma que eventuais pendências não discutidas e quitadas com as permissionárias poderão ensejar longas disputas judiciais. “Não podemos permitir a judicialização do processo de licitação em decorrência de desatenção a direitos empresariais adquiridos e previstos em lei”, afirma o

vice-governador. A comissão será composta por representantes das secretarias de Transportes, da Fazenda, de Planejamento e Orçamento, de Transparência e

Controle, da Procuradoria-geral do DF e do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans). Os nomes serão definidos até o fim da semana.

Medidas emergenciais

Uma outra comissão, presidida por Filippelli, vai definir medidas emergenciais a serem adotadas na fase de transição do atual sistema para o já licitado. Até o momento, duas empresas que participaram da concorrência já assinaram contrato, Pioneira e Expresso São José, para atuar respectivamente nas bacias Sudeste e Noroeste. As duas empresas devem assumir a parte que lhes cabe no sistema até junho, colocando nas ruas ônibus zero-quilômetro, com padrões de conforto superiores aos atuais.

Na semana passada, o governo divulgou o nome das duas concorrentes entre 11 na disputa habilitadas a permanecer no páreo. Nenhuma delas atua no Distrito Federal. A Auto Viação Marechal opera há mais de 60 anos em Curitiba (PR), e o Consórcio HP-ITA é formado por duas empresas de Goiânia. O processo está em grau de recurso, quando as interessadas poderão apresentar impugnações. Caso sejam mantidas apenas essas concorrentes, apenas duas bacias serão atendidas nessa fase, a três (Sudoeste) e a quatro (Centro-Oeste). Será aberta, assim, mais uma fase para que todos os

Continua ►

LENADRO MAZZINI

Segurança total

O Governo do DF reforçou com policiais de elite a segurança do vice, Tadeu Filippelli, e da cúpula da Secretaria de Transportes que interveio na Viação Amaral. O dono da empresa mandou recado velado para preposto do governo: "Diga ao vice que ele não tem nada a perder. Temos contas a acertar, e vamos acertar". O recado foi claro.

Reposição

As empresas Amaral, que atendem boa parte da população do DF, descumpriram metas contratuais. Dezenas de ônibus estão quebrados e foram para oficinas do governo, que compra equipamentos. Os funcionários dizem que nunca viam tantas peças.

Ases do chão

A intervenção é séria. A capital e Região Metropolitana estão dominadas hoje por três famílias: Amaral, Nenê Constantino e Wagner Canhedo - este tem 850 ônibus. Curiosamente, os dois últimos são os donos da GOL e da falida Vasp.

TRANSPORTE PÚBLICO »

Permissionários ficam sem obter indenização

O STJ nega pedido de R\$ 1 bilhão feito por 10 empresários do ramo, que sugeriam perdas nas tarifas cobradas entre 2000 e 2004. É a segunda derrota do grupo na Justiça

» CAMILA COSTA



A Viplan está entre os permissionários que apelaram ao STJ para conseguir indenização: para o tribunal, inexistência de licitação impede pagamento

Dez permissionários do sistema de transporte público do Distrito Federal tiveram o pedido de indenização no valor de R\$ 1 bilhão negado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O grupo alegava defasagem no reajuste das tarifas entre março de 2000 e dezembro de 2004. Porém, no entendimento da 2ª Turma do STJ, a inexistência de uma licitação para a prestação do serviço impede o pagamento de qualquer compensação pelo DF por suposto desequilíbrio econômico e financeiro.

É a segunda vez que as empresas têm o pedido negado (leia Entenda

o caso). Da decisão, ainda cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF). Entre os 10 permissionários, está a Viação Planalto (Viplan), que sofreu intervenção do GDF no fim do ano passado depois de criar obstáculos ao repasse das linhas para as empresas vencedoras da licitação do novo sistema de transporte do DF. O Correio entrou em contato com a diretoria da Viplan, mas não teve retorno.

O ministro relator do recurso, Og Fernandes, avaliou que a concessão de serviços públicos deve ter as permissões renovadas exclusivamente por concorrência pública como prevê a Constituição Federal. No entanto, as operadoras não participaram de processo licitatório a fim de continuar prestando o serviço de transporte coletivo no DF.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) esclareceu que, nesses casos, o que prevalece é a política tarifária imposta pelo poder público. Ainda de acordo com a defesa apresentada pela PGDF, a existência de permissão, precedida de licitação, “é pressuposto para o pedido de indenização por suposta ruptura do equilíbrio contratual. Não basta, porém, a mera permissão. É preciso que ela seja regular, vale dizer, precedida de licitação”.

“Ineficientes”

A procuradora Cristiana de Santis afirmou que existem diversas ações movidas pela Viplan com alegação de prejuízo, e essa primeira decisão do STJ será importante para dar embasamento às próximas. “Eles (os permissionários) sustentam que houve prejuízo o tempo todo, mas quem mora em Brasília e anda de ônibus sabe que a frota não estava sendo renovada. Se o serviço estivesse sendo prestado com qualidade, a demanda de passageiros não diminuiria. Não existe nexo de causalidade”, justificou Cristiana.

Segundo ela, a PGDF aguarda recurso ainda no STJ. “Eles acreditam que, mesmo sendo ineficientes, o Estado é obrigado a responder pelo serviço deles e ainda arcar com os custos, mas a legislação é expressa e não há direito”, afirmou.

Fiscalização no Entorno

A Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF esteve, na manhã de ontem, com o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos. O encontro foi marcado para apresentar os nomes dos representantes de Planaltina de Goiás que vão compor uma comissão de fiscalização com o objetivo de vistoriar as empresas que oferecem

Continua ►

o serviço de transporte. A prioridade será checar se a quantidade de veículos é suficiente para atenderem a demanda. De acordo com informações da secretaria, o levantamento deve terminar hoje. Um parecer será emitido até sexta-feira, com soluções para o problema do transporte público de Planaltina de Goiás.

Entenda o caso

Alegação refutada

A Viplan e outros permissionários do sistema de transporte do DF entraram com recurso no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) alegando que as tarifas fixadas entre 2000 e 2004 não consideravam a quilometragem rodada pelos veículos. As empresas dizem que os valores estavam abaixo dos patamares condizentes com os custos operacionais dos serviços prestados. O TJDFT se posicionou a favor do entendimento da primeira instância, que julgou o pedido de indenização improcedente, já que as permissões foram renovadas sem licitação. Inconformados, os permissionários recorreram ao Superior Tribunal de Justiça, que concordou com a decisão do TJDFT.

TRANSPORTE PÚBLICO

STJ nega pedido de indenização

Empresas querem R\$ 1 bi alegando defasagem nas tarifas

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de indenização de R\$ 1 bilhão feito por permissionários do transporte público no DF que não prestavam o serviço amparados por licitação. A 2ª Turma do STJ concordou com os argumentos da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), que defende que a inexistência de licitação para a prestação do serviço impede o pagamento de qualquer indenização pelo DF por suposto desequilíbrio econômico-financeiro.

As empresas de ônibus buscavam a indenização sob o argumento de que haveria defasagem no reajuste das tarifas, que estariam sendo atualizadas em percentual inferior aos custos do serviço. As empresas sustentavam, assim, a existência de desequilíbrio econômico-financeiro na prestação do serviço e pediam o pagamento de indenização de R\$ 1 bilhão ao DF.

SEM LICITAÇÃO

Entretanto, no julgamento no STJ, prevaleceu o argumento da PGDF de que o DF não deve qualquer indenização a permissionários que não participaram de processo lici-

catório. Para Procuradoria Administrativa da PGDF, a existência de permissão, precedida de licitação, "é pressuposto para o pedido de indenização por suposta ruptura do equilíbrio contratual. Não basta, porém, a mera permissão. É preciso que ela seja regular, vale dizer, precedida de licitação".

A obrigatoriedade de licitação foi reafirmada no julgamento do recurso no STJ pelo ministro Og Fernandes, relator do caso. Ele afirmou que, para o reconhecimento do direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão do serviço de transporte coletivo, "toma-se indispensável a prévia licitação".

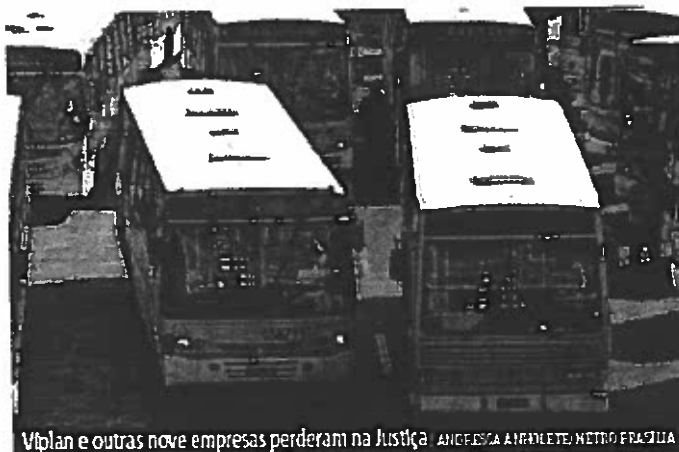
Outra alegação das empresas foi de que não estariam sendo remuneradas pela quilometragem efetivamente feita. Entretanto, a Lei Distrital 239/1992 adota o princípio da quilometragem admitida para o cálculo da remuneração do serviço.

ENTENDA O CASO

» As empresas ajuizaram ação por suposta quebra do equilíbrio econômico dos contratos firmados entre março de 2000 e dezembro de 2004, período em que as permissões foram renovadas sem licitação.

» Em primeira instância, o pedido foi negado. Em segunda instância, o TJDF manteve o entendimento, pois entendeu que os contratos com as empresas não preveem a indexação da tarifa à inflação.

Indenizações. STJ nega pedido de ressarcimento a empresas de ônibus do DF



Viplan e outras nove empresas perderam na Justiça. ANGELO ANTONETTO/METRO BRASILIA

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou o pedido de indenização que dez empresas de ônibus que estão deixando o sistema moviam contra o GDF. Elas pediam uma indenização do governo alegando que, no período entre 2000 e 2004, o DF-Trans (Transporte Urbano do DF) fixou um valor de passagem muito baixo, inferior à quilometragem rodada pelas linhas.

As empresas já haviam perdido o processo na primeira instância, mas recorreram da decisão. O minis-

tro Og Fernandes, relator do recurso, afirmou que não foi comprovado o prejuízo financeiro das empresas. Além disso, para Fernandes, a garantia do equilíbrio da contratada só é indispensável no caso de licitação do serviço -- o que não ocorreu.

Entre as empresas que entraram com pedido de indenização estão a Viplan, a Lotáxi e a Condor (do grupo Canhedo); e Rápido Veneza, Viação Amaral e Rápido Brasília (do Grupo Amaral). Nenhuma se manifestou.

© METRO BRASILIA



G1.COM - DISTRITO FEDERAL

<http://g1.globo.com/distrito-federal>

**RESUMO
DA MÍDIA**

11/02/2014

STJ nega indenização de R\$ 1 bilhão a empresas de ônibus no DF

Companhias com contrato sem licitação alegaram 'desequilíbrio econômico'.

Só vencedoras de concorrência pública têm direito a pagamento, diz STJ.

Lucas Nanini Do G1 DF

O Superior Tribunal de Justiça negou o pedido de indenização a dez empresas de ônibus que firmaram contrato para prestação de serviço, sem licitação, no transporte público do Distrito Federal, entre 2000 e 2004. Ao todo, as companhias pediam cerca de R\$ 1 bilhão por suposto "desequilíbrio econômico financeiro".

As empresas alegam que tiveram prejuízo porque o reajuste das tarifas não

acompanhou os custos do serviço. Outro argumento é que o valor pago por quilômetro rodado durante o período foi inferior ao percurso feito pelos ônibus.

Entre as empresas que entraram com pedido de indenização estão a Viplan, a Lotáxi e a Condor (do grupo Canhedo) e três das companhias do grupo Amaral – Rápido Veneza, Viação Valmir Amaral e Rápido Brasília Transportes e Turismo. O G1 entrou em contato com as permissionárias, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

O STJ decidiu que o governo do DF não deve atender o pedido das empresas de ônibus porque a inexistência da licitação

impede o pagamento de qualquer indenização por desequilíbrio econômico-financeiro.

A Procuradoria Geral do DF (PGDF) havia alegado que a existência de permissão sem concorrência "é pressuposto para o pedido de indenização por suposta ruptura do equilíbrio contratual. Não basta, porém, a mera permissão. É preciso que ela seja regular, vale dizer, precedida de licitação".

Como o pedido das empresas foi indeferido em três instâncias, as companhias só podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) se houver algum ato do governo que tenha ferido a Constituição.



Assine 0800-0315000

Correio Braziliense

Concursos

TV Brasília

SuperEsportes

Entretenimento

Classificados

Diários Associados

(0) Comentários

Votação:

8+1 0

Compartilhe:

|More 1|

STJ nega pedido de indenização da Viplan e outros licenciados do transporte

Para o órgão, a licitação é indispensável para contratos de permissão de serviço de transporte público

Publicação: 11/02/2014 11:46 Atualização: 11/02/2014 16:07

A tentativa da Viação Planeta (Viplan) e de outros permissionários do serviço de transporte público no Distrito Federal de receber indenização do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans), por suposto abuso de tarifas firmados no período de março de 2000 a dezembro de 2004 foi frustrado mais uma vez. Depois do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) julgar improcedente o pedido de indenização, por entender que não houve comprovação do prejuízo ou do descumprimento das condições da permissão do serviço, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concordou com a decisão do TJDF.

Lela mais notícias em Cidades

De acordo com o ministro Og Fernandes, relator do recurso, a prévia licitação é indispensável para a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em contratos de permissão de serviço de transporte público, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 175 da Constituição Federal.

Entenda

A Viplan e outros permissionários entraram com recurso no TJDF por alegarem que as tarifas fixadas entre 2000 e 2004, não consideravam a quilometragem rodada pelos veículos e estava abaixo dos patamares condizentes com os custos operacionais dos serviços prestados.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) manteve o entendimento da primeira instância e julgou improcedente o pedido de indenização, já que as permissões foram renovadas sem licitação. Inconformados, os permissionários recorreram ao STJ, que também concordou com a decisão do tribunal de origem.

A Viplan foi procurado pelo Correio mas ainda não se posicionou sobre a decisão.

Saiba mais...

Viplan operava com ônibus piratas nas linhas do Distrito Federal

Licitação para novos ônibus do DF não surtiu efeito; reclamações continuam

Tags: stj nega pedido indenização

Envie sua história e faça parte da rede de conteúdo dos Diários Associados.
Clique aqui e envie seu vídeo, foto, podcast ou crie seu blog. Manifeste seu mundo.

QuidNovi
novidade no portal

BUSCAR



QuidNovi

BLOG DO MINO

BRASIL - POLÍTICA

ECONOMIA - INTERNACIONAL

ARTE - COMPORTAMENTO

ESPORTE

ÁUDIO - VIDEOS

Blog do Mino

Exclusivo: Documentos falam através de computador da licitação de transportes no DF.

3/06/2013 19:49



Momento de entrega das propostas da Licitação 001/2011 ST. Humberto Menezes (esquerda), secretário da Comissão de Licitação assiste o certame. Sacha Reck (direita) advogado do Grupo Constantino, redige a Ata.

Por Mino Pedrosa

Enquanto o Brasil explode nas ruas com manifestações reivindicando melhores condições e preços nos transportes públicos urbanos, o Distrito Federal fechou a Licitação mais polêmica da história, que corria há dois anos, dando como vencedora do lote 5 a Piracicabana, uma empresa que vai cobrar R\$ 0,49 a mais do que a concorrente eliminada, nas linhas do Park Way e Esafe, áreas consideradas estratégicas pelo Governo que prevê um dos maiores crescimentos metropolitanos nos próximos anos para aquela região. O QuidNovi revela com exclusividade a trama que foi engendrada pelo grupo do Governador Agnelo Queiroz para levar R\$ 40 bilhões dos cofres públicos, para um único grupo de transporte coletivo, o de Nenê Constantino, na Capital Federal nos próximos 20 anos.

O computador de Galeno Furtado Monte, o homem que preside a maior e mais polêmica licitação do GDF, na área de transporte urbano, revela uma história que chama a atenção da Justiça e do Ministério Público Federal. Foi na residência oficial da vice-governadora, no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, que foi selado o destino de pelo menos R\$ 40 bilhões dos cofres públicos nos próximos 20 anos. Galeno foi convocado pela cúpula da Capital, uma vez que a Licitação, comprometida por fraudes e direcionamentos para empresas de um único grupo, corria o risco de vir à baila, a partir das reportagens publicadas por este colunista no Jornal de Brasília. Ali, era o começo do fim.

No último dia 3 de junho Galeno chegou à vice-governadoria e deparou-se com dois subsecretários de Transporte, José Augusto Pinto Junior, e Luiz Fernando de Souza Messina, o vice-governador Tadeu Filipelli, o procurador-chefe do GDF, e até o chefe da Polícia Civil. Galeno relata os momentos de maior tensão e onde chegou até a fazer contato com o governador Agnelo Queiroz.

“Tinham uns quatro caras, secretário, um bocado de gente. Chamaram o procurador chefe e até o chefe da Polícia Civil. Imagina a gente, o velho barnabé, com o vice-governador e o governador dando ordens! O Agnelo deu a ordem por telefone para fechar a licitação. Foi esgastante. Foi um dia muito difícil. Eu falei para o Filipelli: Governador, eu quero conversar a sós com o senhor. Tem muita coisa que aí nos trazer dor de cabeça. Já estou passando situações críticas na família e no ambiente de trabalho. Já tenho uma comissão de sindicância em andamento. Tenho um depoimento na Decap (Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública). Tenho uma demanda do Ministério Público. Tá difícil de me defender. Ele colocou seu advogado pessoal à disposição, não é o do governo, e mandou defender a Comissão.”

Galeno também admite uma sociedade com o delator do escândalo da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, no alambique Cambéba, na

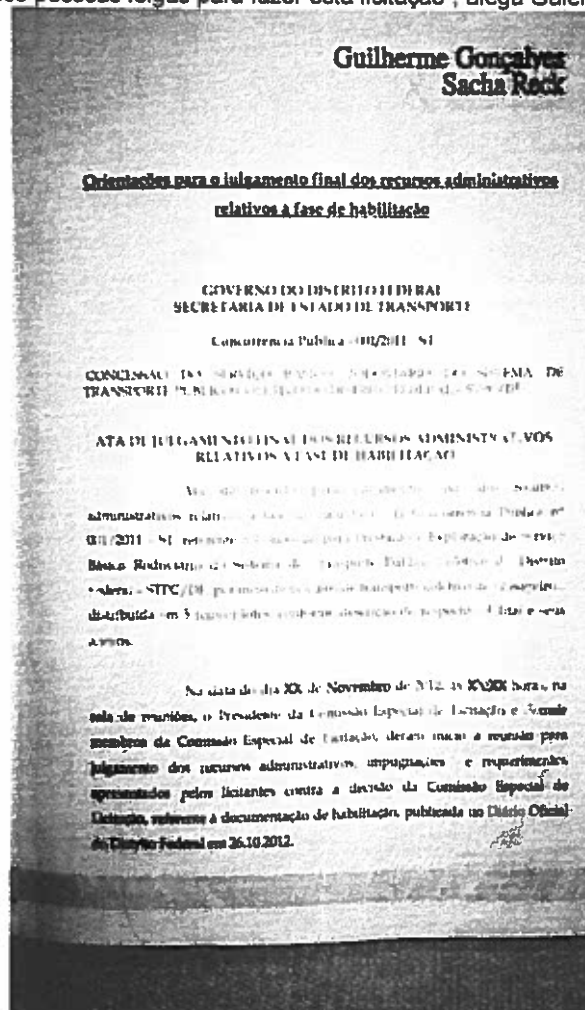
dade de Alexânia, em Goiás, próximo do DF, onde a empresa ajuda em grande parte a arrecadação do município. O Durval prestou um depoimento ao Ministério Público Federal, buscando a delação premiada, no qual revelou ter investido R\$ 700 mil com trator, aminhão e terreno na montagem do Alambique.

Galeno revela ainda outro braço de Durval no certame dos Transportes: trata-se do subsecretário de Políticas de Transporte e Trânsito do DF Luiz Fernando de Souza Messina.

Fui sócio do Durval, por isso eu era visado. Mas quem me chamou foi o Messina que trabalhou com o Durval lá no Gama. Ele é amigo do Durval! O Messina era o executor do contrato de informática do TJDF na época que Durval era o secretário. Agora era ele que mandava incorporar os documentos do Sacha na Licitação."

O presidente da Comissão de Licitação revela também como foi formatado o edital. Todos dos documentos saíam do escritório brasiliense Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. A Comissão não lia um documento sequer, tudo vinha pronto. Além de uma observação por escrito, em alguns documentos onde uma integrante da Comissão faz ressalva ao assinar revelando que estava sendo pressionada pelo secretário de Transporte José Walter Vazquez Filho. Ela assina, mas explica que não leu e que está em desacordo com o trâmite do edital. Nada disso, foi considerado pelo secretário.

Toda a licitação foi redigida pelo escritório Sacha Reck. Isso aí já foi negociado antes. Até o resultado da licitação. É o escritório que dá o resultado. É uma enganação. Quem preparou o projeto básico foi o pai do Sacha com o outro filho, que analisa todos os recursos. A licitação foi para inglês ver. Botaram cinco pessoas leigas para fazer esta licitação", alega Galeno.



Documento que comprova a participação direta do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, advogados do Grupo Constantino, na elaboração do processo licitatório que beneficiou as cinco empresas do grupo vencedor.

continua: "Não existe contrato com o escritório de advocacia. Fiz um documento pedindo ao Augusto Pinto uma cópia do contrato do governo com o Sacha. Não veio. Mandamos um documento para o Secretário Vazquez, não veio. Quem está pagando o Sacha é o IRD, através de uma empresa chamada Logit."

O polêmico Edital de Licitação tem a consultoria do Consórcio Logit/Logitrans, que tem como um dos principais diretores Garrone Reck, pai de Sacha Reck. Sacha, por sua vez, é, juntamente com seu sócio Guilherme Gonçalves, advogado dos vencedores do milionário edital: as empresas do Grupo de Nenê Constantino. Durante todo o processo, Sacha esteve no comando e no dia da entrega da documentação foi ele que digitou a ata do certame. Sacha tirou o secretário Humberto Menezes de seu lugar, deixando-o na plateia assistindo tudo.

O governador Agnelo Queiroz, com o vice Tadeu Filipelli, acompanhava do Palácio milimetricamente todos os passos do certame. Segundo Galeno, o governador manipulava a publicação dos documentos no Diário Oficial. Galeno alega que estava fazendo um trabalho bem feito e não sabia que estava sendo usado.

a reta final do certame, dia 28 de maio de 2013, véspera do feriado de Corpus Christi chegou uma demanda do juiz para o presidente a Comissão publicar, num prazo de cinco dias, o recurso da Cooperativa de São Paulo (Coperbrasil) no Diário Oficial. Galeno diz que mandou. Mas o governador Agnelo Queiroz mandou retirar a publicação.

Na segunda-feira, dia 3 de junho, acontece a reunião na vice-governadoria e a empresa perde todos os prazos do recurso devido a manipulação do governador Agnelo Queiroz, no apagar das luzes na véspera do feriado.

O Agnelo mandou tirar minha decisão da boca do Diário Oficial. Isso é uma irregularidade. No dia 4 de junho de 2013 o Diário Oficial saiu com a classificação final do Nenê Constantino. Em 5 de junho, sai no DODF a homologação e adjudicação e o extrato de concessão. Foram publicados juntos, no mesmo dia, para não dar espaço para recurso. Atropelou um monte de fases, a licitação acabou."



(direita) redige a Ata na entrega das propostas.

O advogado do Grupo Constantino Sacha Reck (a

Onze empresas participaram da abertura das propostas. No final ficaram somente as cinco do Grupo Constantino. Todas apresentaram envelopes, mas não foram abertos. Ficaram com Galeno e com a Comissão de Licitação. As empresas foram eliminadas na análise de documentação feita por Sacha, selando a trama armada no Palácio do Buriti.

O governador Agnelo reuniu a Comissão e prometeu tudo, o Judiciário para defender Galeno e a Comissão. O presidente diz que "não queria assinar a ata com o resultado final da licitação. Não dava, o negócio não estava certo. Não estava legal!"

Galeno ficou com medo porque a Piracicabana não preenchia os requisitos do edital, os advogados de Nenê Constantino camuflaram as falhas na sociedade da empresa que agora está no nome de funcionários do empresário: José Fraim Neves e Mariz Zélia. Durante o processo licitatório a Piracicabana mudou o quadro societário. Primeiro com o próprio Constantino, depois passou para as filhas do empresário, quando os advogados perceberam que não daria para ganhar, botaram no nome dos empregados mais outra empresa, a Comporte.

Foi feita uma engenharia para montar o Edital da Licitação 01/2011 – ST, de tal maneira que só grandes empresas poderiam ganhar. Mais de 100 documentos foram incorporados durante o certame. Desde o início Sacha Reck redigia tudo. Galeno apenas transcrevia os documentos que chegavam em papel timbrado do escritório de advocacia do Paraná e eram colocados integralmente no papel oficial do GDF. O alto comando da Licitação era tão bem articulado entre o Governador Agnelo Queiroz, Nenê Constantino e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados e a turma Durval que ninguém poderia imaginar que isto viesse à tona.

O presidente da comissão de Licitação vem sofrendo ameaças de morte. Quem não quer acreditar que o computador de Galeno fala e que contou toda a verdade da grande manobra orquestrada pelo Buriti junto com empresários poderosos do transporte coletivo é porque o valor da tarifa dos ônibus não faz diferença no bolso ou então, não utiliza o meio de transporte. Tanto faz!

BRASIL - POLÍTICA

MINO PEDROSA

ECONOMIA - INTERNACIONAL

OPINIÃO

ARTE - COMPORTAMENTO

FALE CONOSCO

ESPORTE

ANUNCIE AQUI

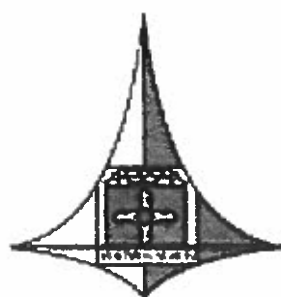
ÁUDIO - VIDEOS

EXPEDIENTE

Blog do Mino

O bode expiatório.

28/06/2013 07:18




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DIÁRIO DO DISTRITO

O Diário Oficial do Distrito Federal de terça-feira 11 junho de 2013 publicou a exoneração de Patrícia Crisostómo de Queiroz do cargo de natureza especial, símbolo CNE-05, de diretor de publicação e revisão, da coordenadoria do Diário Oficial da Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal.

A exoneração foi publicada como se Patrícia estivesse pedindo demissão. A verdade tem que ser dita. Segundo o presidente da polêmica licitação dos transportes público do DF, Galeno Monte, o governador Agnelo Queiroz mandou segurar a publicação do DODF que tratava da licitação.



O site **QuidNovi** publicou com exclusividade os bastidores do atraso da publicação que culminou com a desclassificação de uma das empresas concorrentes. O presidente da licitação ao revelar a manobra deixou o pescoço da diretora do DODF na forca. Logo após a revelação o governador determinou que Patrícia fosse exonerada, atribuindo a servidora o vazamento da manobra.

A servidora tomou conhecimento da exoneração no dia em que publicou. Recebeu um recado direto: "Se comentar algo a respeito, sua demissão estará vinculada a recente prisão de seu marido como grileiro de terra". Patrícia está depressiva e em tratamento de saúde.

Irregularidades que podem anular licitação

Avaliação é de procuradora, em relatório que aponta possibilidade de superfaturamento

Carla Rodrigues

carla.rodrigues@jornaldebrasil.com.br

Denúncias e suspeitas de fraude na licitação do transporte público do Distrito Federal não param de surgir. O Jornal de Brasília teve acesso a relatório do Ministério Público no Tribunal de Contas do DF, no qual são apontados indícios de superfaturamento na definição da tarifa para o certame. Uma representação, carimbada pelo gabinete da procuradora Márcia Farias, aponta a possibilidade de superestimação de valores, como a taxa interna de retorno (TIR), calculada em 12% para o concessionário, sendo que em Curitiba (PR), por exemplo, a concorrência fixou essa taxa em máxima de 8,95%. Ou seja, o edital do DF é 35% superior ao percentual da capital do Paraná.

Os motivos para o cálculo, entretanto, são mal expostos no edital e nunca foram amplamente discorridos pela Secretaria de Transportes. E o pior: a taxa influencia nas

pontodevista

Especialista em Administração Pública, o professor da UnB José Matias-Perreira diz: "Diante do exposto é preciso que tanto o governador quanto o secretário de Transporte venham a público para dar transparência às denúncias de fraude e superfaturamento". Para ele, agora, as possíveis irregularidades trazidas à tona são mais consistentes, pois se tratam de "números e dados". "Isso mostra que alguma coisa está sendo mal conduzida", garante.

Além disso, avalla, "o pior das denúncias é a probabilidade de o consumidor pagar por uma passagem mais cara". As suspeitas, aponta, "são preocupantes e precisam ser amplamente examinadas". Sobre a atuação do Ministério Público, ele acredita: "Esses novos dados vão apenas consolidando a necessidade de mais transparência no processo de licitação. O MP, como fiscal da Lei, deve estar vigilante para atuar".

tarifas das passagens. Ou seja, mesmo com o GDF afirmando que até o final de 2014 as passagens não vão aumentar, isso é possível, sim. As irregularidades, na avaliação da procuradora, seriam suficientes para anular o certame.

Na contramão das denúncias, a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (Prodep), do MP, continua apurando os fatos. Desde abril deste ano as denúncias se tornaram públicas. Questionado, o órgão informa apenas que "oportunamente, adotará as providên-

28.
Vera Cru-
nados
CARACT

29.
Carla-100

30.
Licitações

Continua ►

[illegible]

28. Portanto, pelo transcrito, ressaltando-se o Sr. Adevandro, ou a empresa Vera Cruz (supostamente de Araxá/MG), da falta dos mesmos elementos já mencionados pelo Parquet, para elaboração de sua proposta financeira, CARACTERIZANDO CERCEAMENTO À COMPETIÇÃO.

29. Por consequência, verifique-se no resultado da aplicação a função de taxa mínima no valor máximo, ou próximo. Mais, consoante disporde nos parágra-

30. ~~Faltas essas considerações, o Ministério Público emenda suas alegações suficientes a melhorar a análise de todo o certame. Embora na nobre e~~

Ata da reunião realizada em 10 de maio de 1961, às 14h30, no salão de festas da Prefeitura Municipal de São Paulo, SP.

[illegible]

1. Ato de Ingresso e de saída e movimento de dentro e para o
fora do ambiente. 2. Seguros sanitários
(Previdência Social,
etc.)
3. Ato de sair e de regresso ao ambiente por motivos pessoais.
4. Ato de sair e regresso ao ambiente por motivos de segurança ou de saúde pública.
5. Ato de sair e regresso ao ambiente por motivos de segurança ou de saúde pública.
6. Ato de sair e regresso ao ambiente por motivos de segurança ou de saúde pública.
7. Ato de sair e regresso ao ambiente por motivos de segurança ou de saúde pública.
8. Ato de sair e regresso ao ambiente por motivos de segurança ou de saúde pública.
9. Ato de sair e regresso ao ambiente por motivos de segurança ou de saúde pública.
10. Ato de sair e regresso ao ambiente por motivos de segurança ou de saúde pública.

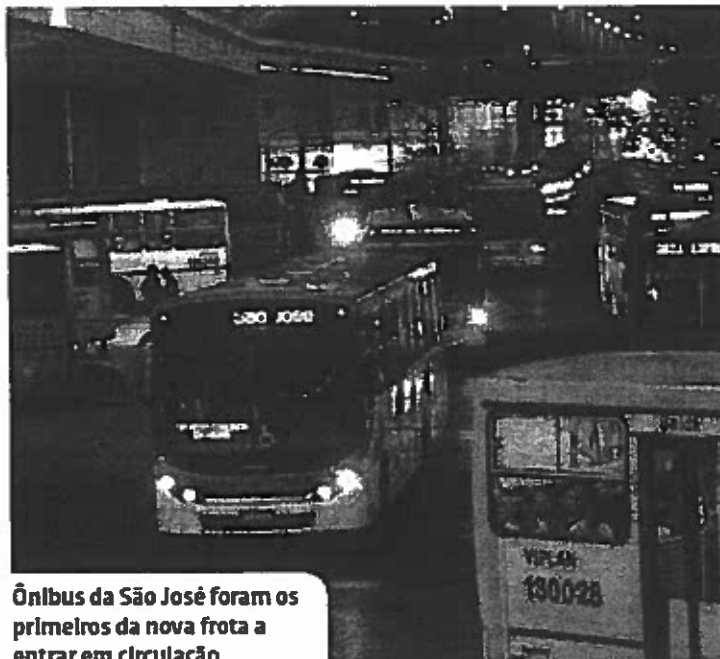
ciascabiveis". Enquanto isso, o GDF anuncia que a licitação foi concluída. Alguns dos veículos, 39 deles, já estão rodando na Estrutural.

A fixação da taxa de retorno em 12%, apontam especialistas, pode se reverter, num momento em que o País discute as tarifas do transporte, em aumento no preço das passa-

gens do DF. Ou seja, mais uma vez é bem provável que o cidadão pague a conta. Para ficar mais claro, a TIR é um cálculo feito para igualar, no final das contas, os custos dos embolsos e desembolsos. "Essa conta interfere na tarifa paga pela população. Por isso, imaginamos que o governo deve ter calculado a taxa em função do preço que imagina cobrar", avalia o economista Roberto Piscitelli, da UnB.

Continua ►

FOTOS: EDU RIZZO



Ônibus da São José foram os primeiros da nova frota a entrar em circulação

AS CINCO BACIAS

1 Vencida pela Viação Piracicabana, vai operar com 417 ônibus em Brasília, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão, Sudoeste/Octogonal, Sobradinho I e II, Fercal e Planaltina.

2 Vencida pela Viação Pioneira, cujas sócias são Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti, precisa ter 640 veículos e atender Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoã e parte do Parkway.

3 Vencida pelo consórcio golano HP-Ita, que ficou com as cidades de Samambaia, Núcleo

Bandeirante, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II, operando 483 ônibus nestas localidades.

4 Vencida pela Auto Viação Marechal, do Paraná, pertencente ao Grupo Gulin, terá de dispor de 464 ônibus, que vai transportar passageiros do Guará, Águas Claras e parte de Cellândia, Taguatinga e Parkway.

5 Vencida pela Expresso São José, precisa ter 576 veículos para atender Brazlândia, Vicente Pires, SIA, Scia/Estrutural, Brazlândia e partes de Taguatinga e Cellândia.

O QUE É A TIR

- » É uma taxa de desconto hipotética que, quando aplicada a um fluxo de caixa, faz com que os valores das despesas, trazidos ao valor presente, sejam iguais aos valores dos retornos dos investimentos, também trazidos ao valor presente.
- » Ela é a taxa necessária para igualar o valor de um investimento com os seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa. Sendo usada em análise de investimentos, significa a taxa de retorno de um projeto.
- » Por isso, o valor interfere na tarifa técnica, que é a diferença entre o valor cobrado do governo pela empresa de transporte e o que é pago pelo passageiro. Essa diferença é a parte subsidiada pelo governo. Quando a tarifa técnica é de R\$ 2,80, o passageiro paga R\$ 2 e o GDF repassa mais R\$ 0,80.

Rapidez foi prejudicial

A representação da procuradora, de 27 de maio, já na fase de conclusão, aponta: "Verificou-se no resultado da licitação a fixação da tarifa técnica no valor máximo ou próximo. Mais, consoante discurrido nos parágrafos 2 a 16, para a bacia 4, tal tarifa estaria superfaturada ao resultar taxas de retorno reais de 19 para 40%, a depender das condições de financiamento, em cenário atual de Selic a 7,5%, ou CDI a 7,2%, ou inflação de 6%".

Adiante, seguem as denúncias: O Ministério Público entende haver irregularidades suficientes para motivar a anulação do certame. Embora na nobre e difícil missão de licitar, pela primeira vez, o trans-

porte coletivo do DF, a celeridade que se quis imprimir foi em grau excessivo, restando falhas não sanadas que prejudicam a competitividade e a economicidade".

O documento destaca a "rapidez" em que o processo licitatório aconteceu, exigindo cautela, com análise profunda do orçamento e dos números, determinando, assim, "a suspensão do procedimento licitatório apenas pelo tempo necessário para que a comissão de licitação apresente as planilhas de cálculo, de dados, de memoriais, e as fundamentações de valores expressos no edital, que serviriam de base para a formação da proposta financeira de eventuais licitantes".

Processo nas mãos de Paulo Tadeu

Já recebida pelo conselheiro do TCDF, Paulo Tadeu, que foi secretário de Agnelo Queiroz na Secretaria de Governo e na Casa Civil, o processo do qual a representação faz parte está seguindo seu curso normal, tramitando conforme preveem o Regimento Interno do TCDF, a Lei Orgânica do DF e a Constituição. A sua tramitação, informou a assessoria do ex-parlamentar, "pode ser acompanhada pelo site do TCDF - www.tc.df.gov.br - na página principal (lateral esquerda "Consultas processo do TCDF") lançar o número do processo: 1208611".

Aliás, vale lembrar que o conselheiro, que está de licença por conta do falecimento da mãe, após a análise das denúncias de irregularidades, reconheceu que "não é certo" Galeno, presidente da Comissão de Licitação, ser sócio gestor de uma empresa. O fato chamou a atenção a ponto de ele relatar que não poderia tomar uma decisão monocrática e pedir que o assunto fosse analisado pelo plenário. Sua assessoria disse que "todas as decisões foram objeto de discussões e decisões do conjunto dos conselheiros do TCDF. Tão logo ele esteja pronto será levado à deliberação do Plenário do TCDF".

Ao assumir a cadeira de conselheiro, Paulo Tadeu ressaltou que "o processo (a licitação) precisa chegar a seu final, respeitando a legalidade e a transparência".

Denúncias sem fim

Todas as supostas irregularidades na licitação começaram em 2011, já na elaboração do edital. O documento foi preparado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores. Ele é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados, que funcionou como consultoria para a Comissão de Licitação, coordenada por Galeno Furtado.

Galeno, ex-chefe de gabinete do delator da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, contrariando a Lei 8.112, é sócio-administrador da goiana Alambique Cambéba. Servidores ou funcionários que desempenham a função de agentes públicos são proibidos de participar da administração de sociedade privada e, também, de exercerem o comércio.

O escritório de Sacha Reck presta serviços para o Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso

e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin. A Marechal ganhou a bacia 4 do transporte do DF. A Pioneira venceu a licitação da bacia 2 e a Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, foi ganhadora da bacia 1.

EXPLICAÇÕES

A Bancada do DF no Congresso Nacional pediu ao Governo do DF esclarecimentos urgentes sobre as denúncias veiculadas com exclusividade pelo Jornal de Brasília. De acordo com o documento, "relatório do MPDFT adverte para o risco

de que haja formação de oligopólio". A representação pede ainda atenção ao fato de Galeno ser homem de confiança de Durval Barbosa.

Além disso, em junho, a deputada Celina Leão (PSD) protocolou representação no MP contra o secretário de Transportes, José Walter Vazquez, pedindo a anulação da licitação por "vícios insanáveis".

8
BILHÕES
de reais é o valor
da licitação

Irregularidades são repudiadas no Senado

Parlamentar do DF questiona fato de situação do chefe da Comissão de Licitação contrariar as leis

Carla Rodrigues
Especial para o Jornal de Brasília

Galeno Furtado. O nome do presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Transporte começou a incomodar, além de deputados distritais e federais, o Senado. Em discurso no plenário da Casa, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB) repudiou o fato de o coordenador do processo licitatório ser ex-chefe de gabinete de Durval Barbosa.

Além dos vários indícios de irregularidades no certame, e da própria ligação de Galeno com o delator do esquema Caixa de Pandora, o Jornal de Brasília denunciou também o fato de o comandante da licitação ser, contrariando a legislação, sócio-majoritário e gestor administrativo da Alambique Cambéba, companhia situada em Goiás.

Sobre a licitação, o parlamentar disse ainda: "Transporte público. A soma de 'melhorando muito' com 'melhorando' dá 11,7%; a soma de 'piorando' com 'piorando muito' dá 61,6%", afirmou, citando pesquisa realizada pelo Instituto de Opinião e Pesquisa (O&PBrasil).

Na semana passada, deputados federais pediram explicações ao GDF sobre as supostas irregularidades na licitação. A bancada cobrou

providências para que o processo resulte, realmente, na melhoria no serviço oferecido, com transparência. Para tanto, dois ofícios, enviados ao governador Agnelo Queiroz, e ao secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, questionando o fato de as vias Ploneira e Piracicabana, que pertencem à mesma família, ganharem a licitação.

"Fizemos nossa parte. Cabe agora ao MP e ao próprio TCDF tomar as atitudes cabíveis. Estamos aguardando retorno dos ofícios, se é que vamos ter resposta", disse o deputado Reguffe (PDT).

COMÉRCIO

Por determinação da legislação, servidores públicos não podem exercer o comércio, exceto na qualidade de acionistas, cotistas ou comanditários. Contudo, no DF, mais uma vez, a Lei não é cumprida. A situação de Galeno é taxada de absurda por especialistas.

"É cabível, sim, substituir o presidente da comissão. E, além disso, fazê-lo responder uma ação administrativa, já que ele está indo contra o que diz a lei. Não podemos admitir isso", salientou o especialista em direito administrativo Mamede Said, da UnB.

A soma de 'melhorando muito' com 'melhorando' dá 11,7%; a soma de 'piorando' com 'piorando muito' dá 61,6%.

Rodrigo Rollemberg, senador, sobre pesquisa do transporte

SECRETÁRIO SERÁ OUVIDO

» Hoje, o secretário de Transportes, José Vazquez Filho, será ouvido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O convite partiu da deputada Celina Leão (PSD).

» A distrital de oposição quer saber por que em meio a tantas denúncias, relacionadas a problemas com as vencedoras do certame, o GDF manteve a assinatura de contrato com as novas empresas.

» "Quando o governador decidiu licitar o transporte de Brasília, eu subi à tribuna e o elogiei, mas hoje temos denúncias de que as mesmas empresas continuarão a comandar o transporte local, mesmo após 50 anos de desmandos", disse a parlamentar na semana passada, em entrevista ao JBr.

2
bancas do transporte
serão comandadas pela
família Constantino

Depoimento controverso

Um depoimento cheio de contradições. Assim foi a declaração de Sasha Reck, advogado da família Constantino, ao Ministério Público do Paraná para tentar esclarecer sua ligação com as empresas interessadas na licitação de transporte do Paraná, supostamente favorecidas no certame. O JBr teve acesso ao documento. O consultório dele prestou consultoria na licitação do DF.

No primeiro momento, o advogado afirmou que sua relação com o grupo acontece por meio de várias empresas ligadas aos Constantino, e não diretamente. "Seu escritório já fez assessoria para a Auto Onibus Botucatu, em assunto relativo a contrato de concessão na cidade, a qualquer concorrer com a empresa São Francisco nesta cidade de Apucarana; o declarante nega, desta

forma, qualquer vínculo com o Grupo Constantino de forma genérica", diz o processo.

Porém, mais à frente, Sasha Reck acaba se contradizendo: "O declarante passou a patrocinar, além da empresa Sorriso, também a empresa Grande Bauru, pertencente ao Grupo Constantino, tendo lhe sido outorgada procuração para representação judicial ampla nessas causas". Aí também, o advogado afirmou que não presta nenhuma outra assessoria ao grupo.

Contudo, ainda no texto, esquecendo-se de que as supostas irregularidades na licitação do DF começaram ainda no edital, o advogado Sasha Reck afirma que ele mesmo trabalhou na elaboração do documento que dava início ao certame.

Licitação na mira do MPDF

Um sargento da PM que integrava a equipe de segurança do governador Agnelo Queiroz na solenidade de entrega de novos ônibus para a população da cidade Estrutural, percebeu que o governador estava assustado e trêmulo com a possível presença de manifestantes. Preocupado, o sargento observou a área e, para alívio de Agnelo, disse que o caminho estava livre.

O governador desceu do ônibus com um sorriso maroto e deixou o evento. A imprensa, que fazia a mega cobertura, deu um destaque, comparando Agnelo a um chefe de estado. Os ônibus entregues eram de uma das empresas vencedoras da polêmica licitação questionada na Justiça.

O presidente da licitação, Galeno Monte, será chamado na próxima semana pelo Ministério Público do Distrito Federal para prestar esclarecimentos sobre a polêmica licitação. A deputada Celina Leão entrou com uma ação popular na Justiça tentando anular a licitação. A entrega prematura dos ônibus fez o governador cancelar a licitação para evitar o cancelamento do certame.

Onde há fumaça...

Atestado adia explicações para agosto

Da Redação

redacao@jornaldebrasilia.com.br

Explicações somente para depois do recesso parlamentar. Convidado pela deputada distrital Celina Leão (PSD) a prestar esclarecimentos na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o então presidente da Comissão de Licitação, Galeno Furtado, enviou atestado médico para justificar a ausência ao debate.

A reunião seria hoje na Casa. Contudo, o estado de saúde do coordenador do certame o impediu de participar. Com o recesso dos distritais, o empresário só deve comparecer à reunião em agosto, quando os servidores retomam suas atividades.

De acordo com o atestado médico, Galeno está com dores na região lombar. Ele foi ao Hospital Municipal de Alexânia (GO) para

se consultar. Contudo, procurado pela reportagem do Jornal de Brasília no município, na Alambique Cambéa, empresa do qual é dono, contrariando a Lei, a reportagem foi informada que ele estaria internado em Brasília, em um hospital local. Entretanto, não souberam informar em qual estabelecimento.

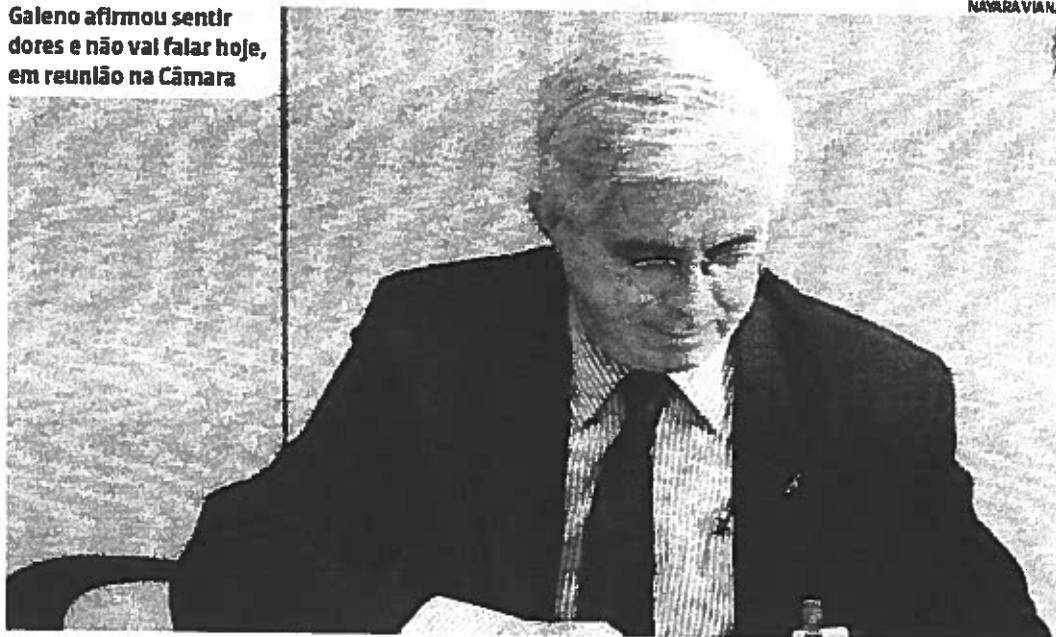
DORES

Porém, para Celina Leão, as dores parecem "oportunistas". "É um atestado que não mostra nem qual é a doença que ele tem. É muito ruim, em termos de prestação de esclarecimentos, que ele não se apresente à Comissão agora, à essa altura do campeonato", avaliou a parlamentar. Os novos ônibus da suspeita licitação do transporte público devem começar a rodar ainda hoje pela cidade. Segundo a Secretária de Transportes, serão 50 veículos da nova frota.

Continua ►

Galeno afirmou sentir dores e não vai falar hoje, em reunião na Câmara

NAVARA VIANA



saiba mais

» Durante a audiência pública, promovida após suspeitas de fraude denunciadas pelo JBr, o secretário de Transportes salientou que Galeno tem sua profunda confiança.

» E mais: não vê atos ilícitos no fato de Galeno ser ex-chefe de gabinete de Durval Barbosa.

Para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), no entanto, o fato de o contrato começar a ser executado não prejudica as ações do órgão em relação às denúncias de fraude no documento. "O Ministério Público vai tomar as medidas cabíveis oportunamente", afirmou.

AUDIÊNCIA

Em recente audiência na Câmara para tentar esclarecer as suspeitas de fraude no processo de licitação do transporte público, o

secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, alegou que nada tem de errado Galeno Furtado ser dono da Alambique Cambéba. Na avaliação, por ser celetista, Galeno pode ter comércio.

Porém, no desempenho do papel de presidente da comissão, o coordenador da comissão do certame atua como agente administrativo público. O que, para especialistas, o submete a todas as regras da Lei 8.112, que determina: servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

O bode expiatório

O Diário Oficial do Distrito Federal de terça-feira 11 junho de 2013 publicou a exoneração de Patrícia Crisóstomo de Queiroz do cargo de natureza especial, símbolo CNE-05, de diretora de publicação e revisão, da coordenação do Diário Oficial da Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal.

A exoneração foi publicada como se Patrícia estivesse pedindo demissão. A verdade tem que ser dita. Segundo o presidente da polêmica licitação dos transportes público do DF, Galeno Monte, o governador Agnelo Queiroz mandou segurar a publicação do DODF que tratava da licitação.

O site QuidNovi publicou com exclusividade os bastidores do atraso da publicação que culminou com a desclassificação de uma das empresas concorrentes. O presidente da licitação ao revelar a manobra deixou o pescoço da diretora do DODF na forca. Logo após a revelação, o governador determinou que Patrícia fosse exonerada, atribuindo a servidora o vazamento da manobra.

A servidora tomou conhecimento da exoneração no dia em que publicada. Recebeu um recado direto: "Se comentar algo a respeito, sua demissão estará vinculada a recente prisão de seu marido como grileiro de terra". Patrícia está depressiva e em tratamento de saúde.

Sábado, 22 Junho 2013 17:11

Resposta à Revista Veja

-
- tamanho da fonte
 - [Imprimir](#)



Senhor editor,

Na reportagem "Cartel da roda presa", publicada na edição com data de 26/6, a revista Veja confunde-se no emaranhado de informações que só se conectam na fantasia da reportagem. O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados foi contratado pelo Banco Mundial em 2009, a partir de um acordo de cooperação técnica para prestar consultoria no processo de licitação do transporte público do Distrito Federal.

Como, à época, o GDF era administrado por um político do DEM, é ridícula e absurda a sugestão de que a escolha do escritório tenha alguma relação com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Assim como ridícula e absurda é a especulação da infantil reportagem a respeito do presidente da comissão de licitação do Novo Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, um servidor público com 25 anos de carreira que, pelo grau de excelência de seus serviços, chefiou diferentes gabinetes em várias oportunidades e em diferentes instâncias do Governo do Distrito Federal -- muito embora a reportagem, sabe-se lá com que intenção, tenha relatado apenas uma dessas passagens ocorrida onze anos atrás, informação, aliás, omitida no texto.

O Governo do Distrito Federal reafirma a absoluta lisura do certame que selecionou os vencedores da licitação, a primeira feita desde a fundação de Brasília, e informa que

inicia, no próximo dia 28 de junho, a substituição total dos ônibus sucateados por veículos zero quilômetro, com o que os usuários da Capital Federal passarão a usufruir da frota mais confortável, moderna e menos poluente do Brasil.

Ugo Braga

Secretário de Estado de Comunicação Social

Publicado em Informações



**CONVERSA COM O
GOVERNADOR**



**AGENDA DO
GOVERNADOR**



**MOMENTO DA
COPA**



GDF FAZ

Licitação

Eu não acredito no MPDFT. Basta ver a situação urbanística do Guará, do Parque Ecológico do Gama e de Aguas Claras para ver se o MP local está preocupado com o povo. Enfim, para mim, os moradores das "satélites" não têm um ministério público de verdade. Como quem usa ônibus são os moradores das "satélites" não é preciso ser muito esperto para ver que será apenas mais um teatro.

Leonardo Rocha, sobre a matéria: "Ministério Público está de olho no monopólio do transporte".

Licitação 2

Conclui-se por que os prefeitos, governadores e até o presidente insistem em aprovar a Emenda à Constituição (PEC) 37, que limita o poder de investigação do Ministério Público. Se com este instrumento institucional o Governo do DF não tem sequer um pequeno susto em permitir que a Viação Piracicabana do todo poderoso Nene Constantino participe da Licitação do Transporte do DF em duas bacias (áreas) onde a lei de licitações não permite, nota-se que o Sr. Governador não tem medo.

Laercio Santos, sobre a matéria: "Ministério Público está de olho no monopólio do transporte".

Onde há fumaça...



Celina Leão protocolou
partem o convite a José
Walter Vazquez Filho

Secretário é convidado a prestar explicações

Suzano Almeida

suzano.almeida@jornaldebrasil.com.br

A deputada Celina Leão (PSD) protocolou, ontem – como havia antecipado ao Jornal de Brasília – o convite ao secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, para que ele preste esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades na licitação dos ônibus. O convite para o dia 18 de junho pode ser remarcado, caso haja problemas com a agenda do secretário.

"Quando o governador decidiu licitar o transporte de Brasília, eu subi à tribuna e o elogiei, mas hoje temos denúncias de que as mesmas empresas continuarão a comandar o transporte local, mesmo após 50 anos de desmandos", justificou Celina, que questionou

por que o governo permitiu que a empresa que presta assessoria a duas das empresas vencedoras fizesse a licitação.

EMBATE

O deputado Olair Francisco (PT do B) afirmou não ver problemas sobre os vencedores da licitação. "Se houve uma licitação e elas venceram, é porque elas foram aprovadas em tudo pela lei. O problema não é quem ganhou, mas sim o governo, que tem a obrigação de fiscalizar essas empresas, não permitindo os desmandos delas", declarou.

Caso Vazquez rejeite o convite, ele poderá ser convocado pela Casa. Neste caso, a ausência dele poderá acarretar em processos de responsabilidade jurídica.

saiba mais

» Durante a licitação para o novo sistema de transporte público, o governo dividiu o DF em cinco bacias.

» Entre as vencedoras, duas estão ligadas à família Constantino, que opera há décadas no DF.

» A última empresa a assinar contrato com o GDF foi a Piracabana, mesmo sob recomendação contrária do MP.

» Estão previstos 2.500 ônibus novos para o DF.

A investigação continua

Após o fracasso do depoimento do secretário de Transportes do Distrito Federal José Walter Vázquez Filho na Câmara Distrital, onde ele foi pego na mentira pela deputada Celina Leão (PSD), vem aí uma convocação bombástica.

Agora, a parlamentar pretende convocar Galeno Furtado Monte, presidente da polêmica licitação milionária de transporte urbano para tentar explicar o que aconteceu.

Ressaca

O inferno astral de Galeno parece não ter fim. Quem está de olho no ex-chefe de gabinete de Durval é a Polícia Federal. Tudo por conta de uma denúncia de que nos subsolos do alambique Cambéa, que pertence ao presidente da comissão de licitação dos transportes, há uma fortuna em cachaça estocada. Algo como um milhão de litros, orçados no mercado em até 50 milhões de reais. Como a aguardente é destinada prioritariamente à exportação, há suspeitas de que a birta seria usada para lavar dinheiro. No lugar de cachaçaria, há quem proponha que a razão social seja mudada para lavanderia. Pela lei 9.613, a pena para lavagem de dinheiro chega a 18 anos, bem mais que os 12 anos de pinga envelhecida que Galeno manteria em alguns tonéis.

Investigação no DFTRANS

Está nas mãos da Procuradora-Geral do Ministério Público do Tribunal e Contas do Distrito Federal Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira várias representações de irregularidades no DFTRANS. As denúncias foram feitas pela ASSEFIT – Associação dos Auditores Fiscais de Transporte do DF e envolvem o Sistema de Bilhetagem Automática – SBA. Os auditores mostram que o transporte clandestino no DF é realidade e que a qualquer momento a bomba que ronda por todo país em manifestações populares pode estourar no colo do governo petista de Agnelo Queiroz.

Na mira da polícia

A DECAP – Delegacia Especial de Repressão aos Crimes Contra a Administração Pública – investiga fortes indícios de enriquecimento ilícito de Lúcio Lima, diretor Técnico do DFTRANS. Após sua nomeação, o diretor, que é cobrador de ônibus, na empresa Viplan, obviamente licenciado no momento, passou a dar sinais de riqueza sem ter ganhado na mega-sena. Durante os três anos à frente do DFTRANS, Lúcio comprou uma camionete por R\$ 130 mil à vista, um supermercado e recentemente uma revenda de carros usados.

Tudo isso tem intrigado a polícia, que também já sabe que os bolsos de Lúcio Lima começaram a encher após ele ter feito a campanha de Agnelo Queiroz ao GDF. Com a vitória, o governador petista premiou o “companheiro” trocador de ônibus com um cargo de diretor Técnico no DFTRANS, afinal ele “entende” de transporte.

Deputados distritais ouvem secretário

**José Walter Vazquez Filho defende
que situação do presidente da
Comissão de Licitação é legal**

Carla Rodrigues
Especial para o Jornal de Brasília

Durante audiência na Câmara Legislativa para tentar esclarecer as suspeitas de fraude no processo de licitação do transporte público, o secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, alegou que nada tem de errado o presidente da Comissão de Licitação, Galeno Furtado, ser também dono da Alambique Cambéba. Na avaliação do coordenador de Vazquez, por ser celetista, Galeno pode, sim, exercer comércio. Porém, no desempenho do papel de presidente da comissão, o coordenador da comissão do certame está atuando como agente administrativo público. O que, para especialistas, o submete a todas as regras da Lei 8.112, que determina: servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Ou seja, é ilegal e atenta contra a moral o fato de Galeno exercer comércio, mesmo sendo celetista, como salientou, por várias vezes, José Walter Vazquez. Segundo o especialista em administração pública

José Matias-Pereira, não está em jogo a origem do emprego - neste caso, a Codeplan.

"O que está em jogo é o papel que Galeno desempenha como presidente da comissão. Neste cargo, ele assume as responsabilidades de um agente público. Por isso, está, sim, submetido à Lei 8.112", disse. Esta legislação proíbe os servidores de participa-

rem de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e, também, exercer o comércio.

CONFIANÇA

Durante a audiência pública, promovida após suspeitas de fraude denunciadas pelo JBr, o secretário de Transportes fez questão de salientar que Galeno tem sua profunda confiança. E mais: não vê atos ilícitos no fato de Galeno ser ex-chefe de gabinete de Durval Barbosa e, agora, ser dono de uma empresa. "Quem escolheu Galeno fui eu. E um funcionário da Codeplan desde 1982. Um servidor pela CLT. Portanto, não existe um assentamento que o desabone", disse.

170

questionamentos
judiciais foram feitos
em relação à licitação

Continua ►



Cellina classificou participação de advogado como "imoral"

Atuação suspeita de advogado

Ainda sobre as possíveis relações de Sasha Reck, advogado que ajudou a elaborar o edital, com empresas que venceram a licitação, o secretário apenas declarou que "o sr. Sasha Reck tem contrato com a Setrans porque é um advogado extremamente competente. Ele estudou ações de antigos editais para que não se repetissem os mesmos erros. Não tem vínculo com nenhuma empresa ganhadora das bacias".

Contudo, a distrital Celina Leão (PSD) classificou a participação do advogado no certame como "imoral". A resposta de Vazquez à ponderação da deputada: "Moral e lei nem sempre se confundem. Moral é uma coisa muito relativa".

Sobre o fato de Viação Pioneira e a Piracicabana serem da mesma família, Vazquez respondeu: "O fato de uma empresa mudar seus sócios durante o processo não tem problema". Durante os esclarecimentos, contudo, o secretário de salientou que a licitação se encerrou para o governo. Na contramão disso, porém, destacou: "Caso o judiciário entenda que alguém deve ser desclassificado, que isso seja feito".

ENTENDA O CASO

» O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.

» Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que deu consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Setrans.

» O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck

Advogados Associados presta serviços jurídicos para a Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin.

» A Viação Marechal ganhou a licitação para a bacia 4 do transporte público do DF. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, foi a vencedora da licitação da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, venceu a bacia 1.

Empresários rebatem acusações do governo

Transporte. Donos de empresas que deixarão o sistema negam tentativa de tumultuar a transição, enquanto GDF garante que vai intermediar recolocação de 15 mil rodoviários

O setor de transportes enfrentará dias "tensos" até a próxima sexta-feira, quando os primeiros ônibus de empresas vencedoras da licitação para a troca da frota entrarão em circulação na Estrutural. O diagnóstico é do vice-governador do DF, Tadeu Filippelli.

Em entrevista à rádio BandNews FM, Filippelli disse que a Secretaria de Segurança Pública investiga a participação dos empresários que vão perder as concessões em atos que resultaram no quebra-quebra de segunda-feira na rodoviária. "Esta é a última chance deles de tentar chantagear o governo na busca de qualquer benesse", afirmou o vice-governador.

Presidente do sindicato patronal e dono da Viplan, o empresário Wagner Canhedo Filho rechaçou as acusações. "Nenhum empresário jamais faria isso, eu garanto". Para Canhedo, o que motivou o protesto que terminou com ônibus quebrados e manifestantes e policiais feridos foi a insegurança dos

rodoviários. "O GDF quer fazer essa transição sem diálogo com a categoria deles ou mesmo conosco sobre o que vai acontecer na questão trabalhista e das indenizações às quais as empresas têm direito", opinou.

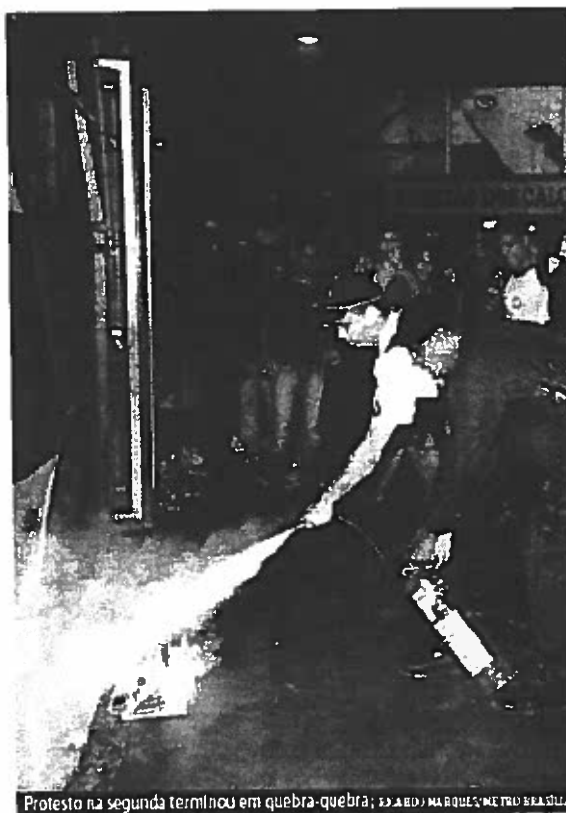
Promessa de empregos

Para acalmar os rodoviários, que interditaram a Rodoviária do Plano Piloto sem o apoio do sindicato da categoria, o GDF apresentou uma carta na qual firma o compromisso de intermediar a contratação dos cerca de 15 mil profissionais que perderão seus empregos pelas empresas que assumirão o sistema.

O governo informou que criará um banco de dados com informações dos trabalhadores para repassar aos vencedores da licitação. A transição trabalhista será acompanhada por uma comissão.



RAPHAEL VELEDA
METRO BRASÍLIA



Protesto na segunda terminou em quebra-quebra; EDUARDO MARQUES/METRO BRASÍLIA

ALTO-FALANTE

O DEM local, à frente o coronel Fraga, cobra moralismo de Agnelo mas não olha pro seu próprio rabo. Não conta, por exemplo, aquela farsa montada por Fraga com Canhedo, de desfilar 2 mil "novos ônibus" para enganar a população quando se sabe que eram sucatas pintadas. Ou que o contrato de R\$ 780 milhões pra construção do Estádio previa apenas o concreto e nada dentro.

"Quem nunca fez nada, conta história"

Fraga, um milagreiro. Coronel da PM que ficou riquíssimo com a sua marca de atacar, alirar.



"Não me comprometam. Não tenho nada com ele"

Arruda que foi e sempre será um político forte querendo distância do coronel.

Frota nova

Os primeiros ônibus novos deverão chegar no início de julho e são das empresas São José e Pioneira, vencedoras das licitações 5 e 2, respectivamente. Todos os outros devem estar circulando até dezembro deste ano. O Jornal de Brasília procurou o governo para mais informações, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno.

Denúncia levanta suspeita

Uma denúncia que envolve o transporte público do DF acende o sinal de alerta sobre a legalidade de um longo certame da atual gestão pública. As suspeitas do esquema obscuro tratam de fraudes no longo processo.

Entre as denúncias publicadas em primeira mão no blog do jornalista Mino Pedrosa está a participação de uma alta autoridade do GDF nas decisões da licitação, além de prováveis resultados de empresas vencedoras que teriam sido combinados e documentos do processo licitatório que seriam confeccionados por um escritório de advocacia. As supostas irregularidades teriam participação de autoridades do alto escalão de cargo no governo do PT, como integrantes da Secretaria de Transportes, Polícia Civil e até da Procuradoria do DF.

Tudo foi dado com exclusividade pelo blog QuidNovi, do profissional de comunicação Mino Pedrosa. A ação teria sido armada entre empresas privadas ligadas ao empresário Nenê Constantino e o governo local. Segundo o jornalista, a trama que teria sido engrenada pelo grupo do governo supostamente "levaria R\$ 40 bilhões dos cofres públicos para um grupo de transporte coletivo, o de Nenê Constantino, na capital federal nos próximos 20 anos".

O blog traz declarações bombásticas embasadas em supostas informações prestadas pelo presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Transportes do DF.

Galeno Furtado Monte, homem que esteve ligado ao delator do escândalo Caixa de Pandora, Durval Barbosa. Segundo Mino Pedrosa, foi em uma mansão no Lago Sul que o destino de, pelo menos, R\$ 40 bilhões havia sido selado. De acordo com a página eletrônica, Galeno foi convocado pela cúpula da capital, já que a licitação corria riscos.

Em um dos trechos do blog, Pedrosa aponta o que Galeno teria declarado: "Uma alta autoridade deu a ordem por telefone para fechar a licitação. Foi desgastante. Foi um dia muito difícil". E o presidente da Comissão de Licitação teria revelado outro comparsa de Durval no processo, integrante da pasta de transportes. Até a documentação do certame não escapou de acusação.

DOCUMENTOS

Segundo a denúncia, os documentos para a formatação do edital eram confeccionados pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. De acordo com o blog, o presidente da Comissão de Licitação aponta que nenhuma papelada era lida.

Ele ressalta que em um dos documentos há assinatura de uma das integrantes da comissão que registra uma observação. "Ela faz ressalva ao assinar revelando que estava sendo pressionada por um integrante da Secretaria de Transporte. Ela assina, mas explica que não leu e que está em desacordo com o trâmite do edital. Nada disso foi considerado pelo secretário", explica.

FINANCIAMENTOS E SUBSÍDIOS

- » Em meio às manifestações que ocorrem pelo País pedindo a melhoria do transporte público e a redução das passagens, uma questão tem sido levantada pelos manifestantes: o financiamento de campanhas eleitorais protagonizado pelas empresas do setor.
- » “O que está acontecendo hoje é que nós temos campanhas financiadas com base na troca por contratos públicos posteriores. Isso tem que acabar”, disse o diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE),
- Marion Rels, durante um ato no Congresso Nacional, em abril.
- » Se não bastasse isso, além dos contratos milionários para oferecer o serviço e do montante arrecadado com as passagens, o governo ainda arca com subsídios para as empresas.
- » Em 2011, por exemplo, o GDF aumentou o repasse de R\$ 2 milhões para R\$ 9 milhões mensais, para compensar o “prejuízo” dos empresários com o passe livre dos estudantes, idosos e deficientes.



Com medo de perder o emprego, rodoviários pararam o sistema

As manobras da licitação

O blog traz declaração de Galeno sobre a farsa da licitação com base nos supostos documentos redigidos pelo escritório Sacha Reck. Sustentado pelo jornalista, o texto aponta que o certame de licitação tem a consultoria do Consórcio Logit/Logitrans, cujo um dos principais diretores é Garrone Reck, pai de Sacha Reck. Segundo Pedrosa, Sacha é, com o sócio Guilherme Gonçalves, advogado das empresas vencedoras da licitação pertencentes ao grupo de Nenê Constantino.

No dia 28 de maio e quase no fim do processo licitatório, chegou uma demanda do juiz para o presidente da Comissão de Licitação publicar, em um prazo de cinco dias, o recurso da Cooperativa de São Paulo (Cooperbrasil) no Diário Oficial. Galeno diz que mandou a ordem, segundo Pedrosa, mas a alta autoridade do GDF mandou retirar a publicação.

Em 3 de junho, ocorreu a reunião na mansão do Lago Sul e a Cooperbrasil perdeu os prazos do recurso. O blog traz declaração de Galeno

que teria afirmado para Pedrosa: "A autoridade do GDF mandou tirar minha decisão do Diário Oficial. No dia 4 de junho o DO saiu com a classificação final de Constantino. Em 5 de junho, sai no DO a homologação e adjudicação e o extrato de concessão. Foram publicados juntos, no mesmo dia, para não dar espaço para recurso. A licitação fechou."

PROPOSTAS

Onze empresas participaram da abertura das propostas. Ao final ficaram somente as cinco do Grupo Constantino, segundo o blog Quid-Nowi. Todas apresentaram envelopes, mas não foram abertos. As empresas foram eliminadas na análise de documentação feita por Sacha. Segundo o jornalista, a autoridade do GDF reuniu a comissão e prometeu apoio jurídico para defender Galeno e a Comissão. Contudo, de acordo com o blog, Galeno diz que "não queria assinar a ata com o resultado final da licitação. Não dava, o negócio não estava certo!"

MEMÓRIA

» O então prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), foi morto com 11 tiros em 2002. A promotoria desconfia que o crime é político e Sombra é apontado como mandante. O crime teria sido encomendado porque o prefeito ameaçava acabar com o suposto esquema de corrupção no setor de transportes na cidade.

» Sete pessoas foram mortas, depols, misteriosamente:

» Dionísio Aquino Severo – Sequestrador de Daniel e testemunha. Uma facção rival o matou três meses após o crime.

» Sergio "Orelha" – Escondeu Dionísio em casa após o sequestro. Fuzilado em novembro de 2002.

» Otávio Mercier – Investigador. Telefonou para Dionísio na véspera da morte de Daniel.

» Antonio Palácio de Oliveira – Garçom de Daniel na noite do crime. Fevereiro de 2003.

» Paulo Henrique Brito – Testemunhou a morte do garçom. Morto 20 dias depols.

» Iran Moraes Redua – O agente funerário que reconheceu o corpo do prefeito jogado na estrada morreu com dois tiros em novembro de 2004.

» Carlos Delmonte Printes – Legista que atestou marcas de tortura no cadáver de Celso Daniel, foi morto em 12 de outubro de 2005.

Frota renovada

Transporte coletivo em Brasília tem a cada licitação um capítulo de novela. Em abril deste ano, o desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) J. Costa indeferiu pedido do consórcio do Grupo Sogima para cancelar todo o trâmite da concorrência pelo novo modelo do sistema de transporte coletivo do DF. Vitória do governo local. Feita a licitação para a renovação da frota, que previa ônibus novos, poluindo menos. Os veículos passarão a circular, segundo o secretário José Walter Vazquez Filho, a partir de julho, em Brasília, Sobradinho 1 e 2, Planaltina, Cruzeiro, Lago Norte, Sudoeste, Octogonal, Fercal e Varjão, pela Viação Piracicabana e o Consórcio Metropolitano, com uma frota de 417 ônibus. A São José vai cobrir a área do SIA, SCIA, Vicente Pires, parte da Ceilândia, parte de Taguatinga e Brazlândia, com uma frota de 576 ônibus. A previsão para as outras cidades é de que os novos ônibus comecem a circular a partir de outubro. A expectativa da população está nas novidades prometidas pelo governo, com qualidade melhor e mais conforto para os usuários. Todos os veículos deverão estar preparados para receber cadeirantes, com ar-condicionado, bancos estofados, pisos antiderrapantes, isolamento térmico e acústico. Ao lado de cada porta, um cesto de lixo. Os letreiros ficarão na frente e na lateral. Sistema de GPS também será obrigatório. Além das câmeras, haverá comunicação interna, com informações sobre paradas e destinos. (Circe Cunha)

Pedido de explicação, dessa vez, no Congresso

Daniel Cardozo

daniel.cardozo@jornaldebrasilia.com.br

A bancada do DF no Congresso Nacional uniu forças para pedir explicações sobre a licitação do transporte público, marcada por denúncias de fraudes e supostos favorecimentos a empresas – como tem mostrado o Jornal de Brasília. Os parlamentares cobraram providências para que o processo resulte, realmente, na melhoria no serviço oferecido, com transparência.

Dois ofícios, enviados ao governador Agnelo Queiroz, e ao secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, questionavam o fato de as viações Pioneira e Piracicabana, que pertencem à mesma família, estarem envolvidas no processo. Além disso, os parlamentares demonstraram preocupação com a presença de nomes próximos a Durval Barbosa, delator do escândalo Cabra de Pandora, ligados à licitação.

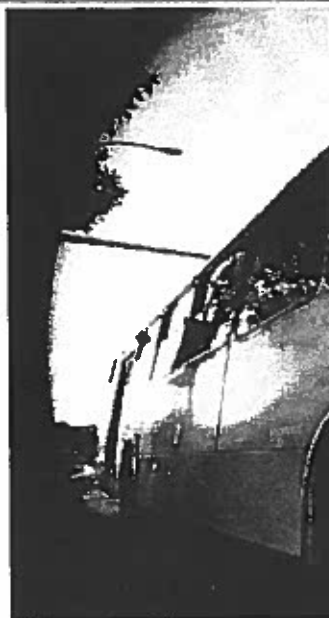
A procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do DF, Eunice Pereira Carvalhido, e ao presidente do Tribunal de Contas, Inácio Magalhães Filho, foram solicitados esclarecimentos sobre medidas adotadas e informações já levantadas sobre as possíveis irregularidades.

Todos os documentos foram assinados pelos senadores Cristovam Buarque (PDT) e Rodrigo Rollemberg (PSB), e pelos deputados Luiz Pitman (PMDB), Izaki (PSDB), Jaqueline Roriz (PMN), Reguffe (PDT), Erika Kokay (PT) e Ronaldo Fonseca (PR).

PRIORIDADES

Com pesadas críticas às prioridades do GDF, Pitman acredita que investimentos em áreas prioritárias estão sendo deixados de lado. "Essa cidade parece que virou uma festa de pão e circo. Me causa surpresa que nesse fim de semana que se gastará R\$ 5 milhões em festa, sendo que o maior evento não está ocorrendo na Esplanada e sim no estádio", disparou.

E para Cristovam, a aposta nos



Cadê a transparência plena do processo de algo que vai durar 20 anos?

Cristovam Buarque, senador, ao lado de Luiz Pitman

ônibus para solucionar o transporte público do DF é uma escolha questionável. "Estamos evoluindo no mundo inteiro, para sair do transporte de ônibus, para o VLI, metrô e outros sistemas de linha, inclusive elétricos. Está se fazendo um acordo longo baseado em ônibus. Isso não vai resistir. Antes disso, deveria ser feita a continuação do metrô para Sobradinho e Planaltina, fazer a segunda linha, para Santa Maria, por exemplo", defendeu.

A maneira como está sendo conduzido o processo também é uma preocupação do senador. "Cadê a transparência plena do processo de algo que vai durar 20 anos? Isso exige uma licitação cuidadosa".



Recomendação

O Ministério Público também está de olho na precariedade do sistema de ônibus e nas supostas irregularidades na licitação. Na semana passada, o Jornal de Brasília mostrou que o MP recomendou a não habilitação da Piracicabana, mas o governo sequer enviou resposta aos promotores. A instituição planeja as próximas medidas a serem tomadas.

EMPRESAS IRMÃS

VIAÇÃO PIONEIRA

SÓCIAS

- » Auristela Constantino Alves
- » Cristiane Constantino Foresti

EXPRESSO UNIÃO

SÓCIOS

- » Belatrix Participações (Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti)
- » Comporte Participações (Henrique Constantino e Joaquim Constantino Neto)
- » Renpet Participações (sócios: Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti)

ADMINISTRADORES

- » Auristela Constantino Alves
- » Cristiane Constantino Foresti
- » Renpet Participações
- » Eduardo Constantino Alves
- » Belatrix Participações
- » Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca
- » Paulo Sérgio Coelho
- » José Efraim Neves da Silva
- » Comporte Participações

VIAÇÃO PIRACICABANA

SÓCIOS

- » Comporte Participações (Henrique Constantino e Joaquim Constantino Neto)
- » Glarus Participações (Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca e Paulo Sérgio Coelho)

ADMINISTRADORES

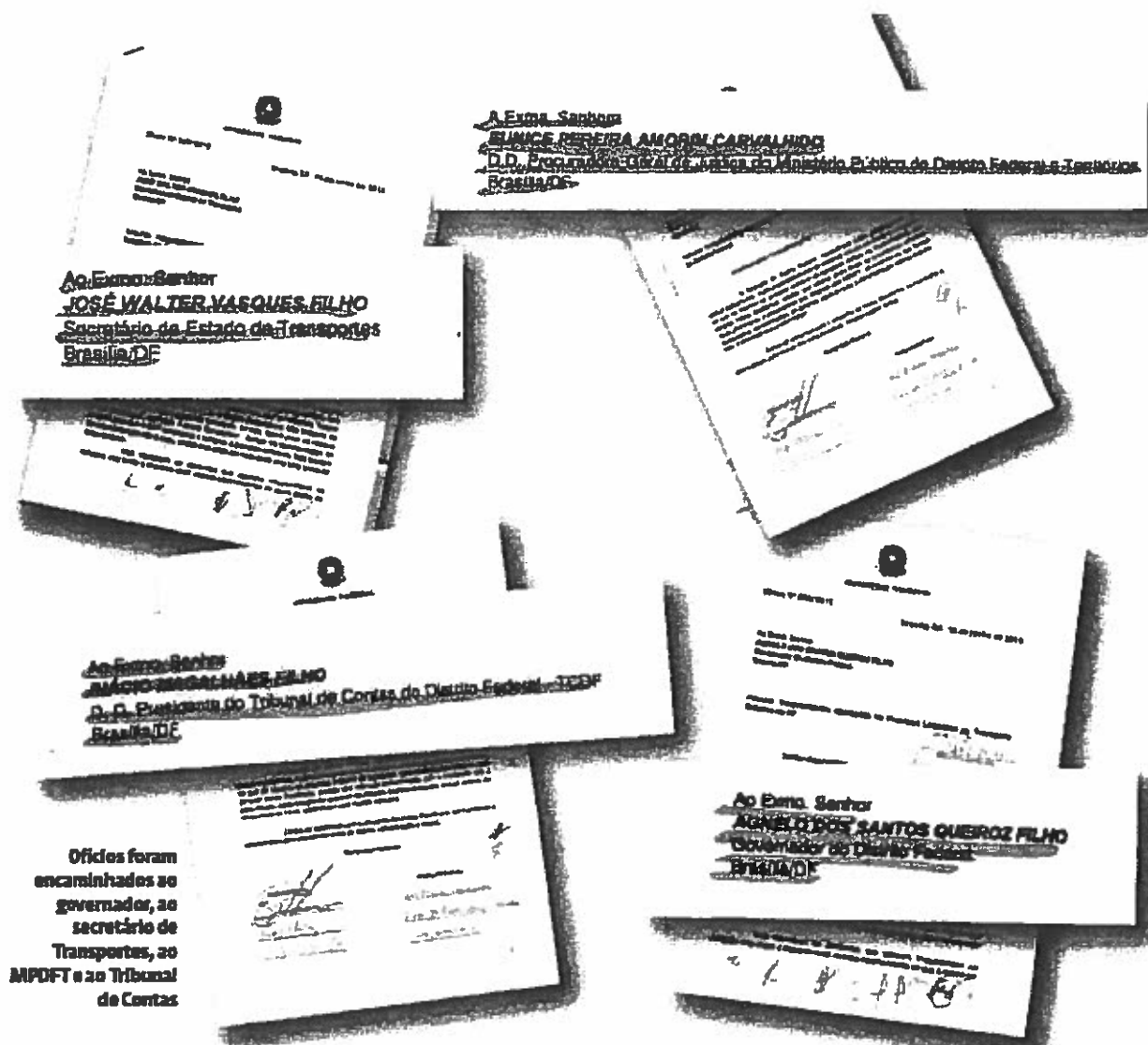
- » Maria Zélia Rodrigues de Souza, Paulo Sérgio Coelho e José Efraim Neves da Silva



versão oficial

Ao ser questionada pela reportagem, a Secretaria de Transportes, que recebeu um dos ofícios dos parlamentares, afirmou que o posicionamento deveria ser solicitado à Secretaria de Comunicação. Por e-mail, a Secom respondeu apenas que "o GDF não vai se posicionar pela imprensa".

► Continuação



Continua ►

dizai

**Você acredita na melhora
do transporte público
após a licitação?**

Acho que sim, mas para
isso precisa acabar
com esse monopólio.



Rafael da Silva,
técnico em
telecomunicações

O que faz o ser ruim é a
concentração do serviço
com as mesmas empresas.



Deize Vicente,
auxiliar
administrativa

Não tenho fé nenhuma de
que vai melhorar. Essa
licitação foi tudo encenação.



Werley
Fernandes,
estudante

Consultoria suspeita

Conforme o Jornal de Brasília mostrou, as supostas irregularidades começaram logo na elaboração do edital, que teve participação do Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores. O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados, que tem Sacha Reck, filho de Garrone Reck, como sócio, deu consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Serrana.

O mesmo escritório presta serviços para a Transporte Coletivo Grande Bauri, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin. A Marechal ganhou a licitação para a bacia 4. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, foi a vencedora da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, venceu a bacia 1.

A vencedora da bacia 4 também conseguiu participar do certame, mesmo após ter descumprido o regulamento. A Comissão de Licitação concedeu um estranho prazo extra para corrigir os erros.

Denúncia chegou a conselheiro, mas...

...nada foi feito para impedir que Galeo Furtado, ligado a Durval Barbosa, comandasse licitação

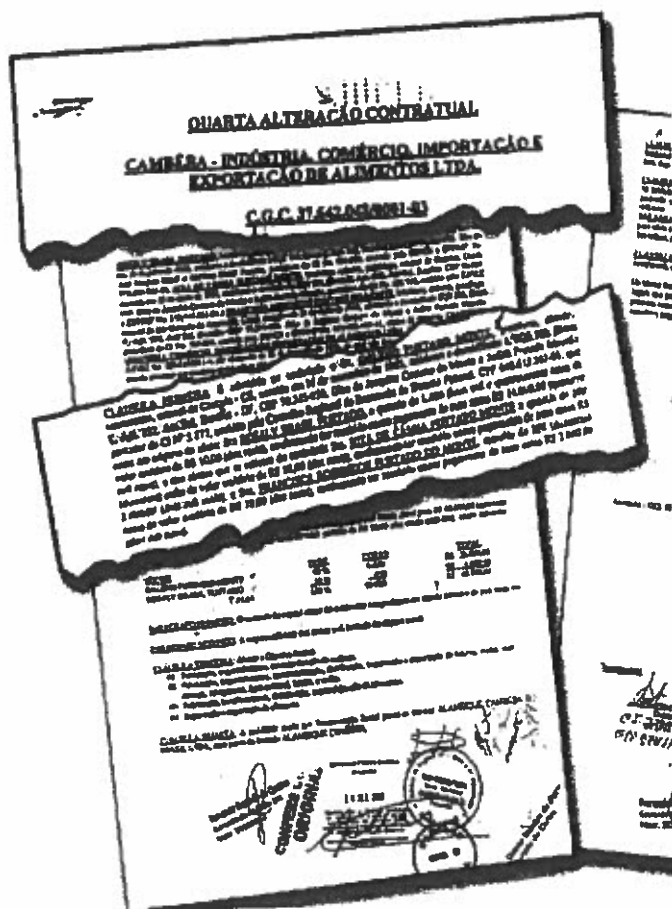
Mino Pedrosa

Especial para o Jornal de Brasília

O homem que usou a caneta para cancelar a maior concorrência pública para o transporte coletivo no Distrito Federal não poderia estar exercendo o cargo de presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Transportes. Galeo Furtado Monte é o sócio majoritário e gestor administrativo da empresa Alambique Cambéba do Brasil Ltda, localizada no município de Alexânia (GO), o que contraria a legislação. Conforme a lei, o servidor não pode "exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou

comanditário". Se não bastasse isso, Galeo tem ligação direta com Durval Barbosa, delator do escândalo da Caixa de Pandora. O Jornal de Brasília tem mostrado as supostas irregularidades no certame.

A denúncia feita ao Tribunal de Contas do DF foi recebida pelo conselheiro Paulo Tadeu. Paulo Tadeu foi o superpoderoso secretário de Agnelo Queiroz, tendo acumulado a Secretaria de Governo e a Casa Civil até a chegada de Swedenberger Barbosa, em março de 2012. Em outubro de 2012, a pasta foi para Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, porque Paulo Tadeu foi agraciado por Agnelo para o TCDF, sendo o



► Continuação

mais novo conselheiro daquele tribunal, aos 45 anos. Na posse, Tadeu afirmou: "Serei intransigente. Continuarei fiscalizando o dinheiro público. Mas é fundamental que obras e licitações de saúde e transporte público não sejam interrompidas."

ACESSO À INFORMAÇÃO

Esta afirmação do conselheiro, que tem seu emprego garantido até os 70 anos, quando cairá na compulsória, parece explicar tudo que está acontecendo na Licitação do Edital de Concorrência 1/2011 - ST. Mas a denúncia feita ao TCDF, que teria chegado a Paulo Tadeu, parece apenas um detalhe, entre as várias irregularidades que afrontam a lei na mais controversa licitação do governo de Agnello Queiroz.

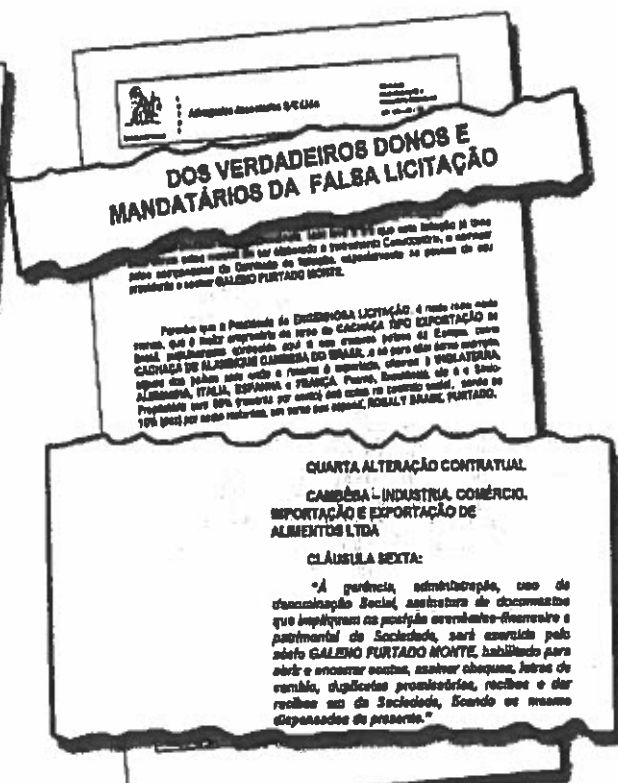
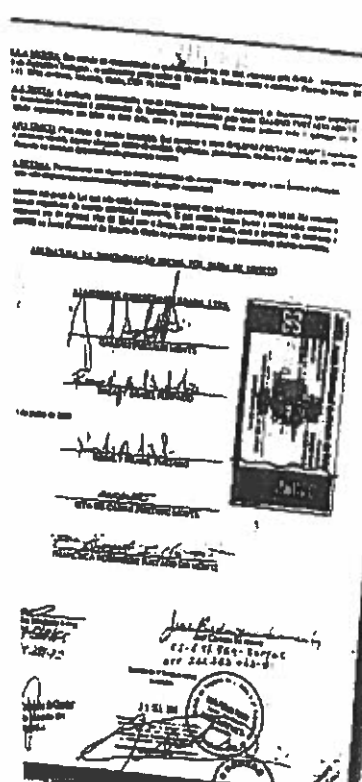
O Jornal de Brasília revelou com

exclusividade que Galeno tem estreita relação com o delator da Caixa de Pandora Durval Barbosa. O ex-secretário do governo Arruda montou durante duas décadas um dos maiores esquemas de corrupção da política. Da cadeira da presidência da Companhia Planejamento (Codeplan), Durval, assessorado por Galeno Furtado Monte, seu chefe de gabinete, mapeou os pontos estratégicos para permanecer no poder independentemente de qual fosse o governo.

Nomeado por Agnello, Paulo Tadeu é o mais jovem conselheiro do Tribunal de Contas



RENATO AMALUQUE/EXL



Continua ►

Denúncias no TCDF

O Jornal de Brasília revelou com exclusividade que Durval Barbosa, nesses 20 anos de poder, usou várias pessoas como laranja para esconder o dinheiro desviado dos cofres públicos para alimentar o poder de comandar as pessoas a exemplo de Galeno Furtado.

A relação entre o então secretário e chefe de gabinete chancela a relação de poder que Durval exerce sobre Galeno. E poderia confirmar que o governador Agnelo está refém da conversa gravada pelo delator na ocasião de sua visita ao 10º andar do Palácio do Buriti, às vésperas das eleições. Ali, Durval teria dado as garantias de que deixaria o caminho livre para Agnelo.

DENUNCIANTES

As denúncias ao Tribunal de Contas partiram de vários interessados. Além das empresas de ônibus concorrentes, a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania alega que a licitação está sendo fraudada e pede a suspensão.

O conselheiro do TCDF e ex-secretário Paulo Tadeu, após a análise de todos os pontos de irregularidades questionados, reconheceu que a questão de Galeno ser sócio gestor de uma empresa privada e estar à frente de uma licitação não é certo. O fato chamou a atenção do conselheiro a ponto de ele relatar que não poderia tomar uma decisão monocrática e pedir que o assunto fosse analisado pelo plenário.

Pela lei 8112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, diz: "Ao servidor é proibido participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comandatário."

Segundo a quarta e última alteração contratual do Alambique Cambeba, "a gerência, administração, uso da denominação social, assinatura de documentos que impliquem na posição econômica e financeira e patrimonial da sociedade será exercida pelo sócio Galeno Furtado Monte". Isso se tornaria mais um argumento para que a licitação seja cancelada. E toda esta manobra, orquestrada há anos por Durval Barbosa, prova que ele nunca esteve fora do poder.

RECOMENDAÇÃO DO MPDFT

» O Ministério Público do DF também constatou as irregularidades do certame. Por isso, recomendou que a Viação Piracicabana fosse excluída do processo. A empresa vencedora da bacia 1 é da família Constantino, que, por meio da Viação Pioneira, ganhou outra bacia. Um mesmo grupo comandando duas partes do sistema seria considerado oligopólio.

Continua ►

O JBR DENUNCIOU

» No último dia 9, o **Jornal de Brasília** mostrou que o delator do escândalo da Caixa de Pandora, **Durval Barbosa**, pode continuar dando as cartas no governo Agnelo. Usando — em postos-chaves — homens de sua inteira confiança, como o presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Transportes, **Galeno Furtado Monte**.

» **Durval Barbosa Rodrigues** montou durante duas décadas um dos maiores esquemas de corrupção já vistos na política do Brasil, comandando o esquema de arrecadação das principais áreas do Governo do Distrito Federal.



ANDRESSA ANHOLETE

Durval Barbosa: relação direta com o comandante da licitação



RAFAELA FELICIANO

Galeno Furtado: ex-chefe de gabinete de Durval Barbosa

Medida enérgica à vista

Carla Rodrigues

Especial para o Jornal de Brasília

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) vai acionar medidas judiciais que podem culminar em processos cível, criminal e administrativo contra o GDF. Aparentemente sem arrependimentos, a Secretaria de Transportes (Setrans) não se pronunciou até agora sobre o descumprimento da recomendação do MPDFT, pedindo a revogação da decisão que habilitou a Viação Piracicabana a participar do certame. Ao contrário, além de poder concorrer, a empresa ganhou a licitação da bacia 1, em abril último, que inclui Plano Piloto, Sobradinho, Sobradinho II, Planaltina, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, Varjão e Fercal.

O problema é que a empresa paulista tem ligação direta com a Viação Pioneira, da família Constantino, como o JBr já mostrou. E isso configura um suposto oligopólio: quando o serviço se concentra nas mãos de poucos empresários. Diante das supostas irregularidades, a Ordem dos Advogados do OAB-DF informou que vai apurar, junto ao MPDFT, os responsáveis pelo esquema na licitação.

INADMISSÍVEL

"Não tem como admitir que o transporte público se reúna, mais uma vez, nas mãos de um único grupo", apontou o conselheiro da Ordem Fernando de Assis Bontempo. Para ele, a desobediência demonstra total descaso da pasta com o interesse público, já que as supostas fraudes devem atrasar o processo de renovação das frotas.

"Essa situação atenta contra a população: uma mesma pessoa atuando como gestor de mais de uma empresa que ganhou a licitação. Isso nos leva a crer que houve a chamada formação de oligopólio", diz.

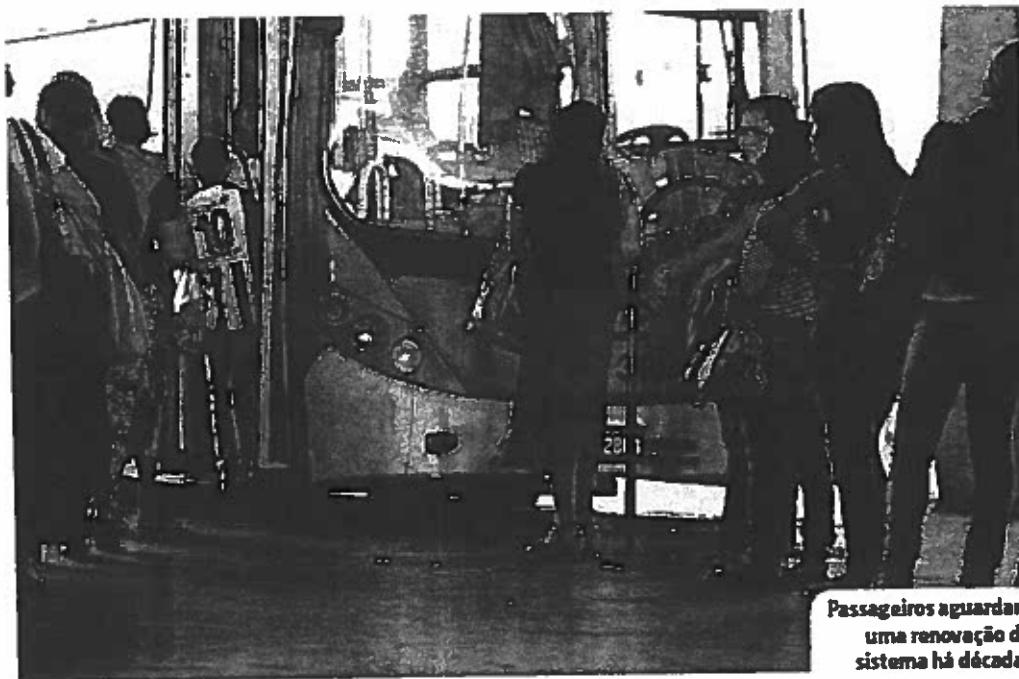


CONVOCAÇÃO NA CÂMARA

» A deputada Celina Leão (PSD) oficializará hoje o convite ao secretário de Transportes, José Walter Vazquez Filho, para que ele dê explicações. O apelo será feito por meio da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

» A distrital de oposição quer saber por que em meio a tantas denúncias, relacionadas a problemas com as vencedoras do certame, o GDF manteve a assinatura de contrato com as novas empresas. "Se não há nada a temer, ele virá, e não haverá a necessidade de uma convocação", declarou.

» Para a convocação são necessários três votos de cinco membros da CAS. Mas a deputada acredita que não terá problemas em relação a isso.



Passageiros aguardam uma renovação do sistema há décadas

Nada reverte descumprimento

O MPDFT informou ao Jornal de Brasília que não recebeu nenhuma resposta da Setrans. E mesmo que haja algum tipo de manifestação da pasta, não há mais o que possa reverter descumprimento da recomendação. "O prazo era de sete dias corridos e venceria nesta segunda-feira (ontem), pois conta do recebimento por parte da empresa, que foi no dia 3. Porém, não se aplica, já que houve o descumprimen-

to", disse a instituição.

As evidências, somadas ao fato de Durval Barbosa, delator do esquema Caixa de Pandora, estar diretamente envolvido com o presidente da Comissão de Licitação da Setrans, Galeno Furtado Monte, que atuou como chefe de gabinete e braço direito dele por quase sete anos, apontam para um futuro incerto no transporte público do Distrito Federal.

"Cabe à OAB-DF acompanhar as providências que serão adotadas pela Setrans, já que o órgão deve dar um retorno ao MP e revisar o processo licitatório. Lembrando que isso retardaria toda a licitação e prejudicaria, claro, a população local", destacou o conselheiro da OAB Fernando Bontempo.

FAMÍLIA CONSTANTINO

Com o resultado da licitação, cujo

último contrato assinado foi justamente com a Piracicabana, grupos economicamente ligados foram os vencedores de dois lotes, contrariando as regras do edital. Piracicabana, da bacia 1, e Pioneira, da bacia 2, são controladas pela família Constantino. Estes, que aliás, já integram o sistema de transporte público do DF há anos.

"RENOVAÇÃO"

Na época da assinatura do último contrato, porém, ironicamente, o governador Agnelo Queiroz destacou que "com a licitação encerrada, entramos agora numa nova fase de entrega. Toda a frota estará renovada até o fim deste ano e, enfim, depois de mais de 50 anos, nosso povo terá direito a um transporte digno". Porém, poucos são os esclarecimentos sobre o suposto oligopólio. (Colaborou Suzano Almeida)



Fernando Bontempo, conselheiro da OAB-DF

TRANSPORTE PÚBLICO

Barulho provoca um alerta

Depois do bate-boca, comissão diz que está acompanhando a batalha da oposição com a base governista

Suzano Almeida

suzano.almeida@jornaldebrasilia.com.br

a Justiça permitiu a continuidade da licitação”.

A queda de braço entre a base governista e a oposição, por conta das denúncias de irregularidades na licitação do transporte público do Distrito Federal, tem tomado proporções cada vez mais hostis no Legislativo. Diante das frequentes cenas de bate-boca, como a que ocorreu na primeira sessão da Câmara Legislativa após o recesso, na última quinta-feira, o presidente da Comissão de Transporte Público, Robério Negreiros (PMDB), decidiu se posicionar e declarou que a comissão está acompanhando o desenrolar da batalha.

Para o peemedebista, dificilmente a ação da deputada Celina Leão (PSD), que tem denunciado as irregularidades, como a participação do escritório Sacha Reck na elaboração da licitação, mesmo sendo contratado por duas das empresas que venceram a disputa, terá forças para cancelar o certame. “A questão central levantada pela oposição ainda não teve um posicionamento da Justiça, que a propósito decidiu não suspender a compra dos carros. A Justiça tem dado o aval para a licitação”, afirma Robério, que completa: “Eu entendo o papel da oposição, mas a questão é que

INSUFICIENTE

Robério Negreiros lembra que apesar do trabalho do Ministério Público do Distrito Federal, que pediu a antecipação de tutela, o que significaria a suspensão da compra de novos carros até que todas as denúncias fossem julgadas, ser louvável, o despacho do órgão não é o suficiente para que ela seja paralisada, já que a decisão é da Justiça.

Segundo o presidente, as denúncias contra a licitação estão sendo acompanhadas de perto pela comissão: “A cada matéria que sai na mídia eu peço que se façam cópias para os membros da Comissão para que eles possam ser balizados sobre o que está acontecendo”.

As melhorias no transporte público não podem ser a qualquer custo. Como parlamentar e cidadão eu não permitiria.

Robério Negreiros, presidente da Comissão do Transporte Público

Continua ►

RAPHAEL RIBEIRO



Robério Negreiro garante que denúncias são acompanhadas de perto

“Deputada fez o seu papel”, diz Robério

O presidente da Comissão de Transporte Público da Câmara Legislativa acredita que apenas fatos novos deverão causar algum impacto capaz de paralisar a licitação.

“O Tribunal de Contas do DF deu parecer favorável ao andamento da licitação e não há fatos novos que possibilitem essa paralisação. Caso esses fatos novos apareçam, a Comissão não se furtará, mesmo que eu como presidente faça parte da base do governo. As melhorias no transporte público não podem ser a qualquer custo. Como parlamentar e cidadão eu não permitiria”, declara Robério Negreiro.

ECONOMIZOU TEMPO

O deputado afirma que não houve omissão dos membros da pasta na hora de convocar o secretário de Transporte, José Walter Vazquez, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias e que se necessário convocaria quem fosse necessário. “Não chamamos o secretário por uma questão de economia de tempo, já que a deputada Celina Leão o convidou, por meio da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)”, justifica Negreiro, que conclui: “Diante dos fatos apresentados, neste momento a Comissão não tem o que fazer, não temos como balizar as denúncias. A deputada está fazendo seu papel de oposição”.

EXPANSÃO DE SAMAMBAIA À mercê do descaso

Da Redação

redacao@jornaldebrasil.com.br

Moradores das quadras 800 e 1000 de Samambaia fazem um desabafo: não aguentam mais as promessas não cumpridas pelo governo. Desde que a chamada expansão de Samambaia foi criada, os problemas não param de surgir na região. Os principais, enumera a população, são o esgoto a céu aberto, o transporte público ineficiente e a falta de investimento no local na área da saúde.

Como se já não bastassem tantos problemas, a previsão das lideranças comunitárias é de que este cenário piore quando for construído o aterro sanitário, obra que substituirá o Lixão da Estrutural. E por falar em lixo, a sujeira nas ruas e fossas abertas são parte das reclamações.

Prefeito comunitário da QR 1.029, Delso Pereira reclama da negligência do governo e dos problemas do local. "Aqui, nós vivemos ao deus-dará, é como se não existíssemos. Já informamos as autoridades e nos reunimos com o governo, mas ninguém pensa na gente. Nos jogaram aqui e nos deixaram abandonados, sem saúde, sem transporte... Somos tratados pior do que animais", desabafa.

ÔNIBUS

O transporte é uma das principais reivindicações da população. São cerca de dez mil moradores nestas quadras, e quem depende dos ônibus não está nada satisfeito. O governo chegou a prometer a eles que o terminal rodoviário de Samambaia passaria a ser na região, mas nenhuma providência foi tomada até o momento.

Os moradores relatam que poucas linhas atendem a região. Na maioria das vezes, é preciso andar mais de três quilômetros para conseguir pegar um ônibus. E o que diz a atendente de padaria Lais Oliveira, 18 anos, que também denuncia a demora. "É muito ruim para a gen-

te. As vezes eu tenho que ficar esperando quase duas horas pra conseguir ir ao trabalho", disse.

Moradora da expansão de Samambaia há três anos, Isis Lins, 20 anos, diz que outro problema constante é a criminalidade. "A segurança aqui praticamente não existe. Sempre acontecem roubos e nunca se vê sequer uma viatura da polícia, ao menos fazendo a ronda. Ficamos totalmente inseguros", afirma.



FALTA DE ATENÇÃO

A cabeleireira Silvana Batista, 42 anos, mora na região desde sua criação.

Ela diz que sempre ouviu reclamações dos clientes, e lamenta a falta de atenção do governo com a comunidade. "Tudo aqui deixa muito a desejar. O transporte quase não existe, raramente passa ônibus. Mas o que mais me deixa indignada é o aterro sanitário. Se faz mal para o pessoal da Estrutural, vai fazer mal para a gente. Por que o governo quer isso? Será que não somos importantes? As vezes é o que parece mesmo, pois nunca somos ouvidos", diz.

A Administração Regional de Samambaia e o GDF foram procurados pela reportagem, mas não se pronunciaram.

saiba mais

» Na semana passada, o Tribunal de Contas (TCDF) suspendeu mais uma vez o edital de contratação de empresa para a prestação de serviços, operação e manutenção do aterro de Samambaia.

» Uma representação aponta possíveis irregularidades no edital em relação à divergência no prazo de formulação do preço, incompatibilidade do objeto licitado, variação de 10% nos preços e diferenças nos quantitativos de resíduos sólidos a serem encaminhados ao aterro.

Bombardeio nos transportes

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Distrital, Celina Leão (*foto*), foi convidada a participar da CPI dos Transportes Públicos no estado do Paraná. O convite foi feito porque a deputada entregou ao Ministério Público do DF um dossiê capaz de anular a licitação dos transportes coletivos de Brasília.

A deputada constatou que um grupo do Paraná dirigiu a licitação para vencer a empresa do conhecido Nenê Constantino, dono da Gol. Celina vai trazer na sua bagagem mais documentos que comprovam uma licitação fraudulenta. Na volta do recesso parlamentar, a deputada promete cobrar de seus pares a abertura de uma CPI.

Já está convocado o presidente da comissão de licitação, Galeno Furtado Monte, que terá de explicar como foi conduzido o processo licitatório. Nas próximas semanas o clima parece que vai esquentar na Capital Federal.

Em tempo

O presidente da comissão especial de licitação dos transportes público coletivo de Brasília, Galeno Furtado Monte, gravou uma fita em áudio e vídeo após ter sofrido ameaça de morte. O conteúdo é bombástico. A gravação está em poder de pessoas muito próximas a Galeno. Parte da nebulosa história da licitação foi publicada no site QuidNovi com exclusividade.



Zebrinhas serão trocadas, mas GDF não sabe como

Os zebrinhas já têm prazo definido para deixar de circular por Brasília. Até o fim de dezembro, a empresa Piracicabana deve assumir as linhas do Plano Piloto e os coletivos tradicionais devem ser trocados por novos micro-ônibus. Não está definido, porém, se haverá mudanças nos itinerários dos veículos ou no número de ônibus circulando.

Segundo o diretor técnico do DFTrans, Lúcio Lima, as 13 linhas de transporte que eram cobertas por zebrinhas vão continuar existindo, mesmo com o fim do uso do veículo característico. "Os trajetos podem sofrer pequenas mudanças, mas nada substancial vai ser alterado", sustenta Lima.

Atualmente, há 77 zebrinhas circulando no DF. Este número será mantido nas primeiras semanas de funcionamento do serviço, mas este não será a quantidade definitiva de veículos. A licitação estabelece que seja respeitado o limite de no máximo quatro pessoas por m² nos veículos, portanto o número de carros disponíveis pode aumentar ou diminuir, de-

pendendo das avaliações que serão feitas nas primeiras semanas de operação da nova empresa.

Tratamento pessoal

A estudante Rosana Alves, 35, defende um aumento no número de carros. Segundo ela os que circulam atualmente

passam lotados e atrasados, mas, ainda assim, Rosana diz que não ficaria sem o transporte. "É uma relação muito diferente da dos ônibus comuns. Na zebrinha que passa no Cruzeiro e no Sudoeste, todo mundo se conhece. Não há uma pessoa que entre no ônibus e não converse com

o motorista e com os outros passageiros", conta.

Essa relação de proximidade com os passageiros é um dos aspectos mais valorizados pelos motoristas dos zebrinhas. "Todo mundo é muito educado, a convivência é totalmente diferente da que o motorista tem no transpor-



Mesmo com a superlotação, passageiros consideram serviço eficiente. | FOTIA: GUSTAVO M. SILVA

Continua ►

77

micro-ônibus devem circular na bacia 01 (Sobradinho, Planaltina e Plano Piloto) em dezembro, como uma 'versão teste' do novo sistema. O número pode mudar depois disso.

re convencional", diz o motorista Edemilson da Silva, 37.

Adequação da rota

Entre as mudanças previstas com o fim dos zebrinhas está um projeto de retomar, nos novos micro-ônibus que farão as linhas locais, a característica de transporte de vizinhança. A principal delas é a inserção de um sistema de GPS que permitirá o monitoramento em tempo real da trajetória de cada veículo. Este monitoramento irá obrigar os motoristas a cumprir as rotas e passar por dentro das quadras residenciais. A rota original de 10 das 13 linhas de ônibus passa por dentro das quadras mais afastadas, mas o trajeto não é muito respeitado. **© METRO BRASÍLIA**

História

Serviço movido a mudanças

O serviço de zebrinhas foi instituído em julho de 1980, mas só passou a operar no ano seguinte. O nome foi escolhido por votação popular nessa época, e era uma brincadeira com a pintura listrada dos veículos.

No início, o objetivo do serviço era fazer com que os brasilienses deixassem os carros em casa e passassem a usar o transporte público. Naquela época, o serviço era sofisticado e confortável e tinha a tarifa como diferencial. A passagem cobrada era de 40 cruzeiros, enquanto o ônibus comum custava quase a metade: 25. A tarifa só se igualou a dos convencionais na década de 90.

© METRO BRASÍLIA

TRANSPORTE PÚBLICO

Mais suspeitas sobre licitação

Deputada cobra ações do Cade e do Ministério Público contra as manobras

Suzano Almeida

suzano.almeida@jornaldebrasil.com.br

A distrital Celina Leão (PSD) iniciou duas novas ações que aumentam as suspeitas sobre a licitação do transporte público do Distrito Federal. A primeira representação foi direcionada por ela ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para que apure possível formação de monopólio por empresas ligadas ao grupo Constantino.

A segunda pede ao Ministério Público que recomende ao Banco Central o cancelamento — ou a não realização — de financiamentos para as empresas que venceram o certame, que está em processo de julgamento no Judiciário local.

RECOMENDAÇÃO JÁ FOI FEITA

De acordo com a parlamentar, o MP já havia recomendado ao Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Transporte, que investigassem as empresas Viação Pioneira e Viação Piracicabana ambas

do grupo Constantino, que venceram respectivamente as bacias 2 e 1, da licitação feita no ano passado.

A deputada destaca, na denúncia ao Cade, que outro fato que pode ter favorecido a criação do monopólio: a participação dos advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, no certame. São representantes da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru, também do grupo Constantino.

Celina recorda ainda que o escritório de Sacha Reck fez a consultoria para a elaboração do Edital, o que seria um “flagrante desrespeito ao princípio da impessoalidade”.

NÃO CONVINCE

Segundo Celina, a Secretaria de Transporte justificou a participação de Sacha Reck por meio de um contrato feito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmado em 2008, mas a justificativa não convenceu a parlamentar.

“Por mais que as pessoas queiram maquiagem as fraudes da licitação, cometeram erros ao tentar dar legalidade aos crimes cometidos durante a licitação, como ocorre com a participação do Sacha Reck”, declara Celina Leão, que ainda tenta viabilizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Tentaram maquiagem as fraudes da licitação e dar legalidade aos crimes, mas nisso cometeram erros.

Celina Leão, deputada distrital pelo PSD

saiba mais

- » A licitação do transporte foi dividida em cinco bacias, que cobrem todas as cidades do DF.
- » Duas das cinco bacias foram vencidas por empresas do Grupo Constantino: Viação Pioneira e Viação Piracicabana.
- » Das irregularidades observadas pela deputada Celina Leão, uma se refere a participação do escritório do advogado Sacha Reck, que presta serviço para o Grupo Constantino e para Viação Marechal, vencedora da licitação.



Paradas lotadas são uma realidade constante para milhares de usuários

ENTENDA O CASO

» Todas as supostas irregularidades na licitação começaram em 2011, já na elaboração do edital. O documento foi preparado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores. Ele é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados, que funcionou como consultoria para a Comissão de Licitação, coordenada por Galeno Furtado.

» Galeno, ex-chefe de gabinete do delator da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, contrariando a Lei 8.112, é sócio-administrador da goliana Alambique Cambéa. Servidores ou funcionários que desempenham a função de agentes públicos são proibidos de participar da administração de sociedade privada e, também, de



exercerem o comércio.

» O escritório de Sacha Reck presta serviços para o Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin. A Marechal ganhou a bacía 4 do transporte do DF. A Pioneira venceu a licitação da bacía 2 e a Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, foi ganhadora da bacía 1.

Danos irreparáveis ao erário

No documento que analisa a ação popular, são legitimados os indícios de veracidade das acusações e destacados os danos irreparáveis aos cofres públicos caso as empresas que venceram a concorrência comecem a operar e a licitação seja anulada. "Feitas essas considerações preliminares e constatadas a ve-

rossimilhança das diversas irregularidades narradas na presente ação popular por intermédio dos documentos instrutórios, verifica-se que há fundado dano irreparável caso as empresas que 'venceram' a concorrência 01/2011-ST/DF comecem a operar", apontou o documento.

De acordo com os dados, caso os

contratos sejam mantidos, a indenização dos investimentos feitos pelas empresas será expressiva. "O Estado será obrigado a indenizar os vultuosos investimentos feitos pelas empresas, como financiamento dos ônibus, rescisão dos contratos de trabalho, construção de garagens nos termos do edital etc", assegura.

Novo processo pede suspensão

A população aparece no centro desse entrave provocado pelas denúncias de irregularidades. "Deveras, a população do Distrito Federal, suportará as anulações advindas da concorrência 01/2011-ST/DF, que atingirão cifras milionárias, ou até bilionárias, a depender da época em que for decretada a nulidade, as quais poderiam ser aplicadas em serviços públicos essenciais, como saúde e educação", mostra a conclusão do Ministério Público, com base na ação popular.

Além disso, no documento, de 1º de agosto de 2013, o promotor demonstra a preocupação com a demora do julgamento do processo. "Não bastasse, a demora no julgamento do processo poderá agravar sobremaneira dano experimentado pela sociedade, bem como inviabilizar a prestação jurisdicional pretendida em virtude do risco de consolidação de uma situação fática ilegal no serviço público de transporte coletivo de transporte coletivo do Distrito Federal", relatou.

TUTELA

Por fim, a ação manifesta o desejo do Ministério Público para que a tutela seja deferida: "Diante do exposto, o Ministério Público manifesta-se no sentido de que o pedido de antecipação seja deferido para suspender a execução dos contratos firmados entre o Distrito Federal e as empresas que receberam a adjudicação da concorrência e ainda não estão operando o sistema de transporte público do DF".

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep), explica quais são os fundamentos da ação popular. "A ação popular mencionada se baseia em suspeitas de irregularidades prati-



cadadas durante a realização da licitação para concessão do serviço básico de transporte coletivo do Distrito Federal. Dentre os fundamentos da ação está: a participação do advogada Sacha Reck e a concentração de duas bacias no mesmo grupo econômico", explica.

PREVENÇÃO

De acordo com a Prodep, o principal objetivo é anular a licitação por completo e tem natureza preventiva. De acordo com o documento, o objetivo principal da ação popular consiste em anular todo o procedimento licitatório. No entanto, o pedido de antecipação de tutela tem natureza preventiva, uma vez que visa suspender temporariamente a execução dos contratos até que o Poder Judiciário julgue definitivamente o caso.

Continua ►

Sem verba para suspeitos

A deputada entrou com novo pedido ao Ministério Público para que este intervenha junto ao Banco Central, recomendando que ele não realize ou cancele os financiamentos para as empresas do transporte público.

Em seu pedido Celina Leão justifica que as empresas ainda estão com processo sob judice e que, caso sejam condenadas, o governo teria que lhes ressarcir os valores gastos com a aquisição de ônibus.

A recomendação já havia sido feita pelo próprio MP para o Tribunal de Justiça do DF. Na oportunidade, o juiz da 2ª Vara Fazendária não concedeu a antecipação de tutela, o que paralisaria a compra de novos carros até que o processo estivesse julgado.

Para a deputada a decisão foi a correta, já que o caso teria que ser antecipado pela Justiça que poderia de forma prematura dar ganho de causa para as investigadas.

Ainda sem respostas

Ações são ignoradas e licitação prossegue sem explicações

Patrícia Fernandes

patriciafernandes@jornaldebrasil.com.br

Mais um capítulo da polêmica que envolve o processo de licitação do transporte público do Governo do Distrito Federal (GDF). Desta vez, trata-se de uma ação popular contra a licitação. Em meio a um vendaval de questionamentos, a população decidiu recorrer à Justiça para garantir a preservação do patrimônio público do DF.

A ação se junta a outra, apresentada meses atrás, pelo Ministério Público no Tribunal de Contas do DF, no qual são apontados indícios de superfaturamento na definição da tarifa para o certame. Em ambas é recomendada a suspensão da licitação até que todos os questionamentos sejam esclarecidos. Explicações também foram pedidas ao governo por parlamentares da bancada do DF no Congresso e por deputados distritais. Até agora, no entanto, não foram apresentadas respostas por parte dos responsáveis pela licitação e o processo prossegue, mesmo com tantas dúvidas sobre sua legalidade.

SUSPENSÃO

A ação popular, carimbada pela 1ª Vara de Fazenda Pública e assinada pelo promotor Cláudio João Medeiros, pede a suspensão da execução dos contratos firmados entre o Distrito Federal e as empresas participantes da concorrência 01/2011. Caso a recomendação não seja obedecida, segundo o promotor, os cofres públicos estão



“Caso a recomendação não seja obedecida, os cofres públicos estão sujeitos a danos irreparáveis.

Cláudio João Medeiros, promotor

sujeitos a danos irreparáveis ao erário. Ou seja, caso a licitação seja concluída e posteriormente anulada, o Estado

terá que reembolsar os gastos das empresas.

O documento, de 1º de agosto, aponta diversos indícios que comprometeriam todo o processo seletivo. “O requerimento de concessão de liminar para suspender a execução dos contratos assinados pela Secretaria de Transportes do DF e as empresas vencedoras da concorrência merece ser concedido, uma vez que estão devidamente preenchidos os conceitos de verossimilhança das alegações e da existência de fundado receio de dano irreparável, principalmente e de maneira reflexa para toda a sociedade do Distrito Federal”.



Passageiros, muitas vezes, precisam brigar por um espaço dentro dos coletivos

pontodevista

Para o especialista em Administração Pública Antônio Siqueira, o cenário de denúncias tende a tornar o processo licitatório duvidoso. "Se a proposta da licitação é mudar, a quantidade de denúncias mostra que estamos no caminho errado. A licitação precisa ser clara e a prova de dúvidas. Se continuar assim, continuaremos com o mesmo sistema caótico", explicou. De acordo com ele, o ideal é que o GDF acate todas as recomendações. "O processo precisa ser transparente. Não dá para ignorar as recomendações judiciais. Se as dúvidas continuarem existindo, a qualidade do processo público tende a se manter baixa", relatou.

Superestimação na definição de tarifas

Essa não é a primeira vez que a idoneidade da licitação do transporte público no DF é colocada em cheque. Denúncias e suspeitas de fraude pipocam a todo momento. No dia 12 de julho de 2013, o *Jornal de Brasília* divulgou em primeira mão o relatório do Ministério Público no Tribunal de Contas do DF, no qual são apontados indícios de superfaturamento na definição da tarifa para o certame. Uma representação, carimbada pelo gabinete da procuradora Márcia Farias, aponta a possibilidade de superestimação de valores, como a taxa interna de retorno (TIR), calculada em 12% para o concessionário, sendo que em Curitiba (PR), por exemplo, a concorrência fixou essa taxa máxima em 8,95%.

As motivações para o cálculo são apontadas como mal expostas no edital. E o pior: a taxa influenciaria nas tarifas das passagens. Ou seja, mesmo com o GDF afirmando que até o final de 2014 as passagens não vão aumentar, isso seria possível, sim. As irregularidades, na avaliação da procuradora, seriam suficientes para anular o certame.

FALHAS NÃO SANADAS

Na recomendação, o Ministério Público afirma que existem irregularidades suficientes para motivar a anulação do certame. De acordo com o órgão, a rapidez do processo resultou em falhas não sanadas que prejudicam a competitividade e a economicidade.

Em junho, outra recomendação marcou o nebuloso cenário da licitação. Desta vez, o MPDFT recomendou que o GDF, por meio da Secretaria de Transportes, revogasse a decisão que habilitou a empresa Viação Piracicabana a participar do certame. Contudo, a recomendação não somente foi ignorada, como a empresa foi a ganhadora da licitação da bacia 1.

ANDAMENTO

Sem resultados

- » De acordo com o MPDFT, nas ações ajuizadas contra a concorrência número 01/2011 não houve nenhuma decisão judicial que determinou a paralisação da licitação ou da execução dos contratos.
- » Assim, em que pese a existência de diversas medidas tomadas judicialmente por empresas licitantes ou consórcio de empresas, o Poder Judiciário até o presente momento permitiu a continuação do certame, bem como a execução dos contratos.

Manifestação popular

Para o professor de Direito Público Mamede Maia Filho, a ação popular marca o novo momento vivido pela população. Segundo ele, é a prova concreta da cidadania. "É uma forma de o cidadão participar mais diretamente dos negócios públicos e de defender o direitos de terceiros. Vale destacar que ele está defendendo os direitos coletivos e não os próprios. Além disso, acho muito interessante que o MP tenha se manifestado no sentido de que o pedido seja deferido", declarou.

Ele explica o que acontecerá, caso a ação seja acatada pelo Judiciário. "Caso os contratos sejam suspensos, o próximo passo será analisar o teor de cada um. Se forem comprovadas irregularidades, serão anulados. Se não, segue a licitação", desta-

cou. Ele afirma que o prejuízo ao erário só acontece quando a licitação é concluída e anulada posteriormente. Ou seja, na fase licitatória, os gastos das empresas não são contabilizados.

DECISÃO

Segundo Mamede, a partir de agora todos os lados envolvidos serão ouvidos. "A partir do parecer do MP, a recomendação segue para a apreciação do juiz, que vai ouvir todos os agentes da questão. Feito isso, será decidido se a suspensão será acatada ou não", afirmou.

A preocupação, no entanto, por parte dos usuários do transporte público e dos próprios promotores, é que o processo demore e, caso as irregularidades sejam confirmadas, o prejuízo seja irreversível.

TRANSPORTE PÚBLICO

Bate-boca no Plenário

Chico Vigilante e Celina Leão trocaram acusações na tribuna no primeiro dia de trabalho da Câmara

Daniel Cardozo

danielcardozo@jornaldebrasil.com.br

Após ter viajado à Curitiba para saber mais sobre as empresas vencedoras da licitação do transporte público do DF, no valor R\$ 8 bilhões, a deputada Celina Leão (PSD) prometeu novidades na investigação. A parlamentar garantiu que a presidente local do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irá à Câmara para falar sobre o fato de que Sacha Reck, advogado das empresas vencedoras e também responsável por elaborar o edital, não prestar serviços à instituição.

A Câmara Legislativa retomou os trabalhos ontem, em uma sessão sem votações. Quem esperava ver um dia tranquilo foi surpreendido por uma discussão protagonizada por Chico Vigilante (PT) e Celina Leão.

Os pronunciamentos eram marcados por um clima de amenidade, até que Vigilante

falou, sem fazer referência direta à Celina sobre a licitação e a investigação que a deputada tem feito sobre o assunto. Durante o discurso, o parlamentar disse que existem deputados que querem "a volta da bancada da catraca" à Câmara. Além de ter garantido que o processo licitatório é legal. "Apesar de alguns dizerem que houve irregularidades na licitação, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem atestando a legalidade do processo licitatório", enfatizou. "O governo enfrentou 190 ações e agora começa a mudança efetiva no transporte público do DF", completou.

FOI DIRETA

Pouco depois da fala de Vigilante, Celina Leão chegou ao plenário com semblante tenso e se inscreveu para discursar. Ao contrário de seu desafeto, a deputada falou diretamente a Vigilante e chegou a chamá-lo de covarde por não estar no

plenário no momento do discurso. "Ele deveria estar aqui, porque ele sabe que eu descí. Quando ele fala que a parlamentar mente, quem mente é ele e o secretário de transportes", disse, exaltada.

A deputada também mostrou procurações das empresas vencedoras da licitação à Sacha Reck e disse que "só venceu a licitação quem teve consultoria do advogado". Também houve referências aos escritórios da OAB e do BID. A Ordem negou que tivesse sido consultada pela Secretaria de Transportes sobre o processo e afirmou que a atuação

do advogado teria sido antiética. Enquanto o BID negou que Reck tenha sido consultor em projetos, como José Walter Vasquez afirmou em depoimento.

"Ao mesmo momento que ele era consultor do GDF, ele era advogado das empresas que ganharam", declarou. "Sacha Reck aparece no site oficial dele falando que ele é consultor do BID. Fala que fez um trabalho na licitação do transporte do DF, através de uma consultoria que ele prestava para o BID. Ai o BID vem e desmente ele. Quem está mentindo aqui?", questionou Celina Leão.

8 BILHÕES
de reais é o valor da licitação do transporte público do DF

Apesar de alguns dizerem que houve irregularidades na licitação, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem atestando a legalidade do processo licitatório. O governo enfrentou 190 ações e agora começa a mudança efetiva no transporte público do DF.



Celina Leão,
deputada do PSD



Chico Vigilante,
deputado do PT

Continua ►

➤ Continuação



Sacha Reck aparece no site oficial dele falando que ele é consultor do BID. Fala que fez um trabalho na licitação do transporte do DF, através de uma consultoria que ele prestava para o BID. Aí o BID vem e desmente ele. Quem está mentindo aqui?

LICITAÇÃO DOS ÔNIBUS MPDF defende suspensão

**Recomendação
foi dada para
prevenir danos
"irreparáveis"
ao DF**

Suzano Almeida

suzano.almeida@jornaldefbrasilia.com.br

O Ministério Público do Distrito Federal deu parecer favorável à suspensão da licitação do transporte público e à antecipação dos efeitos tutelares, o que na prática significa que, caso o pedido seja aceito pela Justiça, as empresas que ainda não começaram a operar no sistema de ônibus não poderão colocar nas ruas novos carros até o fim do processo.

A decisão expedida no último dia 23 de julho pelo promotor Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire baseou-se em denúncias de vícios no processo, que vão desde a análise de documentação das participantes até a empresa que realizou o certame. Segundo o documento, as acusações são verdadeiras e que "verifica-se que há fundado dano irreparável caso as empresas que 'venceram' a concorrência comecem a operar".

Para o MP, o pedido de antecipação de efeitos tutelares tem por objetivo evitar que a aquisição de novos ônibus pelas empresas vencedoras do certame da Secretaria de Transportes se torne um prejuízo para o Estado, caso a decisão da Justiça seja pela anulação da concorrência. Segundo o pedido, o MP quer evitar futuras indenizações pa-



pelo Estado às empresas, na hipótese de serem desqualificadas.

ALERTA

"Deveras, a população do Distrito Federal suportará as indenizações advindas da anulação da Concorrência (...), que atingirão cifras milionárias, ou até bilionária, a depender da época em que for decretada a nulidade, as quais poderiam ser aplicadas em serviços públicos essenciais para a sociedade, como saúde e educação", alerta o texto do Ministério Público, que completa:

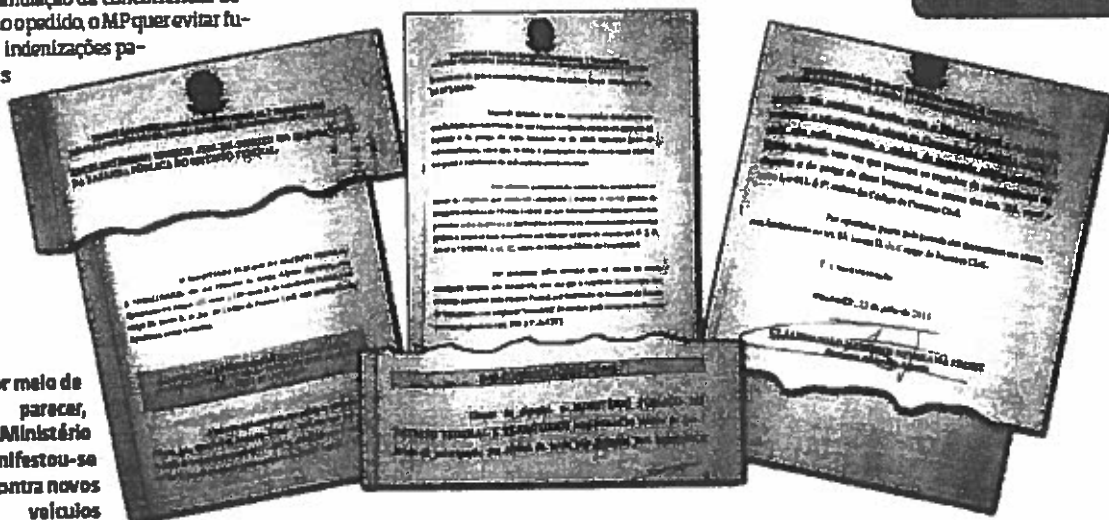
"Assim, há fundado receio de lesão irreparável ao erário distrital. O Governo Agnelo não respondeu ao JBr até o fechamento desta edição.

Segundo a deputada distrital Celina Leão (PSD), a alegação do advogado Sacha Reck de que sua consultoria seria feita por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não é verdadeira. Documento do próprio BID nega ligação entre a instituição e o advogado. Celina anunciou que convocará Reck a prestar esclarecimento na volta do recesso.

Sob escolta

A distrital Celina Leão foi convidada pela Assembleia Legislativa da Curitiba para participar da sessão da CPI do transporte local. Após falar sobre os problemas também vividos no DF com empresas atendidas por Sacha Reck, ela precisou sair escoltada pela polícia, sob o argumento do presidente Chico do Barão (PMAN) de que ele não poderia garantir sua segurança.

Por meio de parecer, Ministério manifestou-se contra novos veículos



Va
OA

OAB-DF diz que secretário não fez consulta

Convidado pela deputada distrital Celina Leão a dar explicações à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Câmara Legislativa, no dia 18 de junho, o secretário de Transporte José Walter Vazquez afirmou aos parlamentares que havia consultado a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) sobre a legalidade da participação do advogado Sacha Breckenfeld Reck ou seu escritório na licitação do sistema público de ônibus.

A informação foi negada em ofício assinado pelo presidente da OAB-DF, Ibaneis Rocha Barros Júnior, que diz, em nota, que o procedimento não havia ocorrido até a presente data.

Quanto à participação de Sacha Reck como advogado das empresas Piracicabana e Marechal, vencedoras de dois dos cinco lotes colocados em disputa durante o processo licitatório, Ibaneis Barros declara, no documento enviado à distrital Celina Leão, que "os atos praticados pelo referido advogado fere o Código de Ética da OAB, além de restringir o direito de defesa por parte das demais empresas inabilitadas".

A OAB informou ainda à deputada que a representação contra o advogado será analisada pela Comissão Especial de Admissibilidade de Representação e Conciliação Técnica da OAB-DF.

Vazquez diz que
consultou
OAB-DF: posição
foi negada



LICITAÇÃO DOS ÔNIBUS

Processo longo e desgastante

Mesmo sob suspeita, a troca de veículos vai prosseguir, por enquanto

Suzano Almeida

suzano.almeida@jornaldebrasilia.com.br

A licitação do transporte do Distrito Federal terá processo longo e desgastante para a população. Apesar dos argumentos do Ministério Público do DF, o governo e as empresas vencedoras da licitação poderão continuar a trocar a frota, mesmo sob suspeita de irregularidades no processo, como vícios e a suspeita de interferência do escritório do advogado Sacha Reck, responsável pela elaboração do edital e a defesa dos interesses de duas empresas de ônibus que venceram o certame.

O Tribunal de Justiça do DF indeferiu o pedido de antecipação de tutela feito pelo MP, que na prática paralisaria a compra de novos carros, sob o argumento de que a aquisição dos veículos causaria prejuízo aos cofres públicos, caso as empresas fossem desabilitadas em uma possível decisão contra as irregularidades apresentadas no processo e tivessem que ser ressarcidas.

PREJUÍZOS MILIONÁRIOS

Segundo documento do Ministério, enviado ao TJ, os prejuízos "poderão atingir cifras milionárias, ou até bilionária, a depender da época em que for decretada a nulidade".



A deputada distrital Eliana Pedrosa (PSD) preferiu não comentar diretamente a decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública do DF, mas valorizou a continuidade do processo. "O juiz deve ter mais informações do que nós para ter tomado essa decisão, mas o próprio Tribunal dará continuidade ao processo, o que é um sinal de que pode haver algo errado", analisa Eliana.

Segundo o TJ, o juiz responsável pela decisão, expedida no último sábado, não viu elementos e provas para que fosse feita a antecipação de tutela.

Na prática, a decisão significa que

a troca da frota continuará a ocorrer. Ainda cabe recurso da decisão, o que deverá ocorrer, por parte do MP.

MAIS DENÚNCIAS

A deputada diz que diversas denúncias têm chegado à Câmara, entre elas a de que há brechas no edital para que as empresas recebam mais subsídios do governo, que já faz o repasse para cobrir parte dos gastos dos usuários do sistema.

Em nota, o GDF reiterou que "a licitação dos ônibus transcorreu sob absoluta lisura e correção e reafirma que seguirá renovando toda a frota velha por ônibus zero quilômetro".

Continua ►

saibamais

» O parecer que pediu a antecipação da tutela da licitação do transporte foi expedido pelo promotor Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire, no dia 23 de julho.

» Em seu parecer ele argumentou que a continuação do processo

de compra de novos ônibus poderá causar danos ao erário.

» Segundo documento enviado ao TJ, as denúncias que envolvem o escritório do advogado Sacha Reck, responsável pela elaboração do edital e a defesa de duas empresas do certame, são

verdadeiras.

» A OAB-DF negou que o secretário de Transporte José Walter tenha consultado a entidade sobre a participação de Sacha Reck na licitação, conforme disse à CLDF. Acrescentou que sua presença fere o código de ética da Ordem.

Uma frota em petição de miséria

A deputada distrital Lilliane Roriz (PSD) contou no final da tarde de ontem, por volta das 17h, viu dois ônibus quebrados, no caminho entre a casa de seu pai, o ex-governador Joaquim Roriz (sem partido), e sua residência. "É um absurdo às 17h, quase no horário de rush encontrarmos ônibus quebrados nas ruas". Próximo ao Palácio do Buriti a cena se repetiu. Outro carro do transporte público (foto) sem condições de circular travava o trânsito à espera de um guincho.

Uma caixa preta a se abrir

A oposição considera o momento importante para as mudanças no transporte público do DF, mas ressalta que o GDF tem que abrir a caixa preta que envolve as denúncias na licitação da nova frota.

"Desde o início deixei claro que esse era um momento importante para a história da população e que ele necessitava de transparência. Por isso, se o MP teve essa postura cabe ao GDF abrir as contas da licitação e dar respostas à população sobre essas denúncias", argumenta a distrital Lilliane Roriz (PSD), que completa: "Estamos torcendo para que a licitação dê certo".

CPI DIFÍCIL

Lilliane é a favor da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Transporte (CPI), mas alerta que para que ela seja viável deve apresentar resulta-



Assinei o pedido de inquérito, mas não estou confiante quanto à abertura da CPI.

Ellana Pedrosa, deputada distrital

dos rápidos. "Não adianta parar o sistema e colocar a população contra nós. Seria irresponsável".

Ellana, por sua vez, afirmou ter assinado o pedido de inquérito, mas não está confiante quanto à abertura da comissão. "O governo tem uma base muito grande na Câmara, por isso eu tentei que conhecesse o que pensa de cada um para saber se é possível a abertura de uma CPI".

TRANSPORTE PÚBLICO

Problemas assim até quando?

Precariedade vai além de ônibus velhos: faltam infraestrutura, pontualidade, linhas e muito mais

Soraya Sobrelra

soraya.sobrelra@jornaldebrasil.com.br

A nova frota de ônibus está chegando aos poucos ao Distrito Federal. Contudo, os velhos problemas do transporte coletivo continuam. Exemplos disso são a falta de infraestrutura para os passageiros, os atrasos, o número insuficiente de veículos e falta de linhas. Há usuários que relatam ter esperado por mais de duas horas na parada de ônibus. E aos fins de finais de semana, a situação tende a ficar pior.

O funcionário público Edson Fagundes, 50 anos, é um dos muitos que se esforçam para trocar o carro de passeio pelo transporte de massa. A ideia é defendida por ambientalistas e praticada em países de primeiro mundo. Mas para Fagundes, no DF, isso passa de uma tarefa que deveria ser simples para uma missão quase impossível.

"Eu optei por deixar meu carro há um mês e seguir para o trabalho de metrô e, em seguida, usar o ônibus,

já que não sou contemplado com uma linha direta. Entretanto, tenho passado sufoco", diz Edson. Ele trabalha no Ministério da Justiça, na Esplanada, e andava cerca de 100 metros até o ponto de ônibus. Porém, em mais um dia de volta para casa, foi surpreendido.

"Eu presenciei o caminhão com guincho chegando com os operários. Eles pediram para que nós nos retirássemos da parada. Eles antecaram a parada e no outro dia a confusão estava instaurada: os motoristas não sabiam onde poderiam parar", revela.

SEM RESPOSTA

Agora, é preciso andar mais de 300 metros até uma outra parada. Edson já registrou a reclamação no DFTrans, mas não recebeu uma resposta concreta. "Os operários realocaram a parada a 200 metros à frente, o que não faz sentido já que a tem outra parada bem próxima. Ou seja, são duas paradas a menos de 100 metros uma da outra", conta. E completa: "Além disso, colocaram

NÃO FUNCIONOU

» Tentativa de melhorar o serviço de ônibus, o sistema de integração de ônibus de Taguatinga e Ceilândia ao Plano Piloto foi suspenso há dez dias. As linhas voltaram a operar como antes da mudança. A alteração não caiu nas graças da população, que reclamava do tempo de espera e das paradas cheias – conforme havia mostrado o Jornal de Brasília.

» O DFTrans reconheceu as falhas e argumentou que é inviável manter a integração operando carros novos e antigos ao mesmo tempo.

» Para chegar ao Plano Piloto, quem vinha de Ceilândia ou Taguatinga tinha que descer na Praça do Relógio, onde embarcaria em outro coletivo.

Continua ►

Eu presenciei o caminhão com guincho chegando com os operários. Eles arrancaram a parada e no outro dia a confusão estava instaurada: os motoristas não sabiam onde poderiam parar.

Edson Fagundes, funcionário público, sobre a parada de ônibus removida na Esplanada

a nova parada em cima da grama, muito recuada, a ponto de as pessoas nem usarem a estrutura porque não se tem visão dos ônibus se aproximando. O jeito que tem é ficar em pé no sol", observa.

E se o tempo nos últimos dias é de sol, quando a chuva chegar, será outra preocupação. "Vai ficar ainda mais inviável, principalmente para quem trabalha no Ministério da Justiça, no anexo do Senado ou dos Transportes", reclama o estagiário Cláudio Alves de Almeida, 18 anos.

"Em horário de pico, ficam tantos ônibus parados que tampam a saída e se forma uma fila imensa de veículos", conta. Ele também se queixa do recuo da parada. "Ela ficou tão desproporcional às demais que as pessoas nem estão usando", destaca.

NÚMEROS

30

novos ônibus da Viação Pioneira começaram a rodar ontem no Paranoá e no Itapoá

90

coletivos zero-quilômetro ainda vão iniciar as operações nas duas cidades

3 mil

ônibus novos estarão nas ruas até o final da renovação feita por meio da licitação

Recursos gastos sem justificativa

No local da antiga parada, na Esplanada dos Ministérios, restaram apenas os buracos e enlulhos. "Eles nem fizeram questão de arrumar. Corre o risco de uma pessoa se machucar", reclama o servidor Edson. E na nova parada, o concreto do piso se desfaz apenas em pisar nela e até mesmo com o toque dos dedos. "Isso é dinheiro público jogado fora, ninguém explica o porquê dessa mudança, qual o objetivo disso. A única coisa que parece é o gasto de verba pública sem justificativa concreta", opina.

Enquanto isso, ontem, 30 novos ônibus começaram a rodar no Paranoá e Itapoá com destino à área central de Brasília. Embora não tenha respondido aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição, o Governo Agnelo vem tentando amenizar as reclamações dos usuários. O GDF promete que, à medida que as bacias forem recebendo a totalidade dos carros, será feito um trabalho de racionalização e otimização do serviço. E que a frota será monitorada para que oferecer informação em tempo real para os usuários.

Ao todo, as duas cidades - que pertencem à bacia 2 - vão receber mais 90 veículos zero-quilômetro da Viação Pioneira. Os novos carros da empresa vão ser disponibilizados, gradativamente, também nas regiões do Jardim Botânico, Lago Sul, Candangolândia, Park Way, Santa Maria, São Sebastião e Gama. Até o final do ano, o Distrito Federal receberá aproximadamente três mil ônibus novos e terá uma frota totalmente renovada.

Por Mino Pedrosa

Trem da alegria no DFTRANS.

Os Promotores do Ministério Público receberam da 2ª Procuradoria de Defesa Patrimônio Público e Social (PRODEP) o resultado das investigações dos desmandos no DFTRANS.

Segundo promotores que investigam o caso desvios de dinheiro público a situação no DFTRANS é mais um novo escândalo que vem por aí. 1.500 documentos foram entregues ao MPDF e revelam uma verdadeira teia familiar dentro do DFTRANS tendo como cabeças os irmãos Daniel Correa chefe de gabinete do DFTRANS e Victor Correia chefe de gabinete da Secretaria de Micro e Pequenas Empresas. Isto sem contar, com a sogra de Victor, Adail Macedo da Silva Rodrigues que ocupa o cargo de Gerência de Administração e Logística do DFTRANS.

E não para por aí. A atual

esposa de Campanella, Narciza Campanella é funcionária fantasma da administração do Sudoeste e da expediente no DFTRANS. A ex mulher de Campanella é Valdete Francisco de Matos está nomeada na Secretaria de Transporte do DF por Campanella para não quebrar a corrente familiar. O esquema conta também com Juscéllo Francisco de Matos, ex-cunhado de Campanella que é o atual secretário de transporte da Prefeitura do Novo Gama.

Para completar a festa, o PPL tem 61 filiados nomeados no DFTRANS e na Secretaria de Micro Empresa. E não para por aí: Juscéllo é dono da COOTRANSP/Grande Brasília - Cooperativa de Transporte Urbano- que roda na pirataria com 14 ônibus em Brazlândia e 11 Planaltina acobertados pelo Camapnella.

Este é apenas o início da novela que vamos contar.

TRANSPORTE COLETIVO

Ligação entre Durval e Galeno turva licitação

Mino Pedrosa

Especial para o Jornal de Brasília

Um relatório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apontou irregularidades na Licitação de Transporte Coletivo de Brasília e recomenda o cancelamento do certame. O fato coloca o Governo Agnelo Queiroz no centro de um furacão.

O MPDFT evoca a Lei 8.666/93, que rege todo o processo de Licitação e Administração Pública, e a Constituição Federal, em vários de seus artigos, para argumentar entre vários pontos que "o secretário de Estado de Transporte do Distrito Federal, que habilitou a empresa Viação Piracicabana Ltda incorreu em afronta às regras editatícias e aos princípios jurídicos que regem as licitações, eis que a habilitação da empresa em questão, além de afrontar o item 16.1.2, alíneas "g" e "h" do Edital da Concorrência 01/2011 - ST, implica na possibilidade de escolha de proposta menos vantajosa, visto que há sério risco de que haja formação de oligopólio no serviço público licitado."

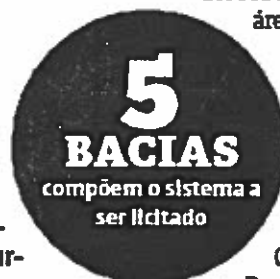
O MP adverte que "as relações societárias descritas comprovam que as licitantes Viação Pioneira Ltda (vencedora da Bacia 2) e a Viação Piracicabana Ltda (licitante da Bacia 1) integram o mesmo grupo de sociedade, ou seja, fazem parte do mesmo grupo econômico". Todas essas empresas integram o grupo Constantino.

INFORMAÇÃO E PODER

O que o Ministério Público não sabia até agora é que o delator do escândalo da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, pode continuar dando as cartas no governo Agnelo usando, em postos-chaves, homens de sua inteira confiança, como o presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Transportes, Galeno Furtado Monte.

O menino que nasceu na pequena cidade Canto do Buriti, no interior do Piauí, e que chegou à capital

federal nos primórdios da história, fez carreira na Polícia Civil e chegou a delegado, onde amealhou informações para entrar no Governo do Distrito Federal. Durval Barbosa Rodrigues montou durante duas décadas um dos maiores esquemas de corrupção já vistos na política do Brasil, comandando o esquema de arrecadação das principais áreas do Governo do Distrito Federal.



MAPEAMENTO

Da cadeira da presidência da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), Durval, assessorado por Galeno Furtado Monte, seu então chefe de gabinete, teria mapeado os pontos estratégicos para permanecer no poder independentemente de qual fosse o governo. Assim escalava chefes de setores, indicava comando do alto escalão e centralizava no seu quartel general o esquema de arrecadação e distribuição de propina deixando vários políticos reféns de suas ordens.

Continua ►

Concorrência milionária

No governo Agnello, o delator Durval Barbosa (foto) pode continuar dando as cartas. O governador nomeou Galeno Furtado Monte para presidir a Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Transportes para a maior concorrência



dos últimos anos no setor. O certame milionário, que fatiou o Distrito Federal entre as empresas de ônibus que atuam na Capital, está no olho de um furacão, pois o Ministério Público já detectou irregularidades capazes de suspender toda a operação.

AS CINCO BACIAS

1 Em disputa pela Viação Piracabana e Consórcio Metropolitano, vai operar com 417 ônibus em Brasília, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão, Sudeste/Octogonal, Sobradinho I e II, Fercal e Planaltina.

2 Vencida pela Viação Pioneira, cujas sócias são Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti, terá de ter 640 veículos e atender Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Jardim Botânico, Itapoã e parte do Park Way.

3 Vencida pelo consórcio goiano HP-Ita, que ficou com as cidades de Samambala, Núcleo

Bandeirante, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II, operando 483 ônibus nestas localidades, com tarifa de R\$ 2,80.

4 Vencida pela Auto Viação Marechal, do Paraná, pertencente ao Grupo Guin, terá de dispor de 464 ônibus, que vai transportar passageiros do Guarã, Águas Claras e parte de Ceilândia, Taguatinga e Park Way.

5 Vencida pela Expresso São José, terá de ter 576 veículos para atender Brazlândia, Vicente Pires, SIA, Sclia/Estrutural, Brazlândia e partes de Taguatinga e Ceilândia.

Continua ►

EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2011 – ST

- » Em 2011, o GDF abriu a licitação para o transporte público do DF, dividindo-o em cinco lotes.
- » O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.
- » Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que funcionou como consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF.
- » O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados presta serviços jurídicos para a Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e para a Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Guin. A Viação Marechal ganhou a licitação para a bacia 4 do transporte público do DF. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, venceu a licitação da bacia 2 e a Viação Piracicabana, ligada ao mesmo grupo, venceu a bacia 1.

Denúncia MPDFT

A empresa Transdata, que opera o Sistema de Bilhetagem Automática no DF, sediada em Campinas/SP, e a Empresa Algar Tecnologia, que funciona como DataCenter do sistema público de Transportes do DF, sediada em Uberlândia(MG), estão operando sem contrato firmado com a DFTRANS desde 2010. Esta denúncia foi feita ao MPDFT. Também está no mesmo dossiê, entregue à procuradoria, a denúncia de que o DFTRANS não apresenta nenhum dado referente às receitas obtidas com a concessão e/ou remanejamento de linhas operacionais no STPC/DF. Algumas Ordens de Serviço da DT nem mesmo são do conhecimento das gerências operacionais específicas. Os lucros obtidos com a exploração dos espaços publicitários nos ônibus não são declarados. A DFTRANS não informa o que faz com os recursos arrecadados/cobrados diariamente aos proprietários das concessionárias que operam os coletivos em Brasília.

Debate sobre ônibus do DF... lá em Curitiba

A deputada Celina Leão estará hoje em Curitiba. Deporá em uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar irregularidades no transporte urbano. O convite a Celina tem uma razão especial. É que o grupo econômico acusado de trampolinagens por lá vem a ser justamente o mesmo que desperta suspeitas no Distrito Federal. "Os vereadores e demais autoridades de Curitiba querem entender o que se passa por aqui, até para ajudar a compreender o padrão, o que acontece por lá também", resume a distrital.



táfalado

É ridículo que uma Câmara de Vereadores, a de Curitiba, esteja fazendo em sua cidade, por meio de comissão parlamentar de inquérito, o trabalho que nós, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, não fizemos e não deixamos fazer aqui.

Celina Leão,
deputada distrital

A manobra no MPDFT

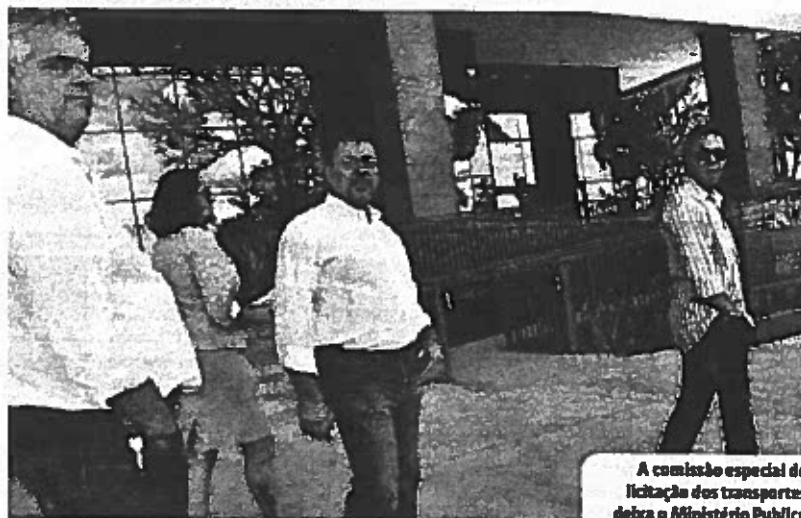
Nesta quarta-feira 11, no quarto andar, sala 421, do Ministério Público do Distrito Federal, poderiam ser seguidas as investigações da fraudulenta licitação dos transportes coletivos de Brasília. O Jornal de Brasília denunciou, com exclusividade, passo a passo, a licitação dirigida para o Grupo Constantino. A denúncia que estava sendo apurada pelo Promotor Criminal do Ministério Público do DF, Mauro Faria, tomou outro rumo após um telefonema que deixou pasmo o promotor Mauro e a grande maioria de seus colegas. Cláudio João Monteiro, Promotor-Chefe da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) tomou das mãos do promotor criminal Mauro Faria a investigação que, com os depoimentos de integrantes da comissão, poderia levar para a Justiça o resultado da fraudulenta licitação.

O promotor Mauro Faria recebeu a denúncia que vereadores do Paraná e a deputada Celina Leão protocolaram no MPDFT para desbaratar a licitação promovida pelo Secretário de Transportes do DF, José Walter Vazquez Filho. O presidente da comissão especial de licitação, Galeno Furtado Monte, vem se esquivando dos depoimentos na Câmara Legislativa e no Ministério Público do DF.

Galeno foi flagrado em gravações revelando como foi montada a licitação e confessou ter sido obrigado a participar da fraude. Este colunista revelou, com exclusividade os diálogos de desabafo de Galeno. Agora, uma surpresa: as investigações do promotor Mauro Faria já estavam bem adiantadas e teriam um desfecho no qual, a Justiça, com certeza, iria cancelar a licitação.

"Os documentos ricos em detalhes enviados pela deputada Celina Leão e pela CPI do Paraná, têm indícios fortes de que se está diante de um acordo entre membros de um grupo criminoso", declarou o promotor criminal Mauro Faria, acrescentando: "O escritório do advogado Sacha Reck, no Paraná, preparava os relatórios e ele mesmo dava os pareceres a favor dos atos ilícitos na licitação, o que dá respaldo suficiente para se anular o certame".

A atitude do promotor-chefe da Prodep de retirar das mãos do colega Mauro Faria deixa uma lacuna nas investigações. Na semana passada, o promotor Cláudio João Monteiro ouviu o secretário de



A comissão especial de licitação dos transportes debata o Ministério Público

transporte, o subsecretário e os integrantes da comissão sem comunicar ao colega Mauro Faria.

Ontem, o promotor Mauro Faria recebeu os integrantes da comissão de licitação para colher os depoimentos, o presidente da comissão Galeno Furtado Monte, mais uma vez não compareceu. A té parece que Galeno já sabia da manobra. No meio da tarde, o promotor Cláudio João Monteiro telefonou para Mauro Faria e desautorizou as oitivas, pedindo que remetesse todo o processo para a Prodep.

O promotor Mauro, surpreso, fez um desabafo "com os elementos que eu tenho hoje e com as oitivas iria encaminhar à Procuradora-Geral do DF, Eunice Carvalhido, a denúncia e pedir o indiciamento do Secretário de Transportes, José Walter, em que pesa sobre ele, forte indício de crime. Também iria denunciar o escritório de advocacia de Sacha Reck, que patrocinou toda a licitação fraudulenta".

Agora, a procuradora-geral Eunice Carvalhido vai

decidir se o promotor Mauro Faria vai prosseguir com as investigações ou vai permitir que o promotor Cláudio João Monteiro continue o trabalho de Mauro Faria. O que já se sabe é que o secretário dos transportes José Walter fez um relato minucioso ao governador Agnelo Queiroz de todo esse imbróglio promovido dentro do MPDFT.

Vale lembrar que o promotor Mauro Faria também está investigando a nebulosa história dos fakes patrocinados pela agência de publicidade A gnelo Pacheco, pagos com o dinheiro do GDF. O escândalo dos fakes veio à baila com a denúncia da professora Márcia Godoy, usada pela agência com outros funcionários para atacar a honra e a integridade moral dos considerados adversários do governo Agnelo Queiroz. O governador Agnelo fez cara de paisagem com relação às denúncias no MPDFT. Parece que o governador petista está seguro de que nada vai acontecer contra seu governo.

Sistema de transporte nas mãos de família

Os Constantino controlam sistema de bilhetagem eletrônica e parte da frota de ônibus, alerta TCDF

Patrícia Fernandes

patricia.fernandes@jornaldebrasil.com.br

A nebulosidade parece ser uma característica comum a muitos mecanismos que compõem o sistema de transporte público do Distrito Federal. Desta vez, os questionamentos quanto à legitimidade das operações foram apontados em auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). Entre os apontamentos feitos no documento está o conflito de interesses entre o Transporte Urbano do Distrito Federal (DF-Trans), as permissionárias do Sistema de Transporte Coletivo do DF e a Transdata, empresa responsável pelo Sistema de Bilhetagem Automática (SBA).

Segundo informações que constam no relatório, dos dez sócios da Transdata, cinco são integrantes da família Constantino e controlam mais de 60% do capital social da empresa. Com isso, seria nítida a existência de vínculo entre eles e um dos principais grupos empresariais operadores do transporte público do DF, do qual fazem parte as empresas Cidade Brasília, Pioneira, Satélite e Planeta. A família Constantino, aliás, permanece operando parte da frota de ônibus, após vencer a licitação.

Diante das suspeitas, a con-

clusão mais provável é de que os responsáveis pela geração e apuração dos valores arrecadados com o SBA são os mesmos que irão recebê-los. Além disso, são os empresários que determinam o valor da tarifa a ser descontado dos cartões. Com isso, segundo o relatório, há um conflito de interesses, além da desobediência ao princípio da segregação de funções, que determina que nenhum servidor ou seção administrativa deve participar ou controlar todas as fases inerentes a uma despesa. Ou seja, cada fase deve, preferencialmente, ser executada por pessoas e setores independentes entre si.

CONFLITO CLARO

Segundo o documento do TCDF, os serviços de tecnologia do sistema de bilhetagem eletrônica, prestados pela Transdata, têm como função garantir o cadastramento, a distribuição, a comercialização e habilitação de cartões, bem como a venda de créditos e a arrecadação de valores. Além disso, a empresa é responsável pelo pagamento e resgate feito pelas permissionárias. Ou seja, não faria o menor sentido qualquer tipo de ligação entre a empresa responsável pela gestão dos valores e as operadoras que irão recebê-los do DFTrans.

4
empresas de ônibus
pertencem ao grupo
Constantino



pontodevista

Para o advogado Pedro Henrique Braz, preliminarmente, dois princípios básicos estão sendo ignorados. "O princípio da segregação de funções decorre do princípio da moralidade, e consiste na necessidade de a administração repartir funções entre os agentes públicos, cuidando para que esses indivíduos não exerçam atividades incompatíveis umas com as outras, especialmente aquelas que envolvam a prática de atos e, posteriormente, a fiscalização desses mesmos atos", explicou. De acordo com ele, isso requer habilidade. "A aplicação desse princípio aos processos de contratação, visualizados a partir de suas três fases (planejamento, licitação e contrato), pode ser mais complexa do que se imagina", observou.

OUTRAS DENÚNCIAS

» Não é a primeira vez que a família Constantino é alvo de suspeitas de irregularidades. O Grupo Constantino sempre esteve presente na maior parte das polêmicas que marcaram o processo licitatório. Todos os indícios surgiram na elaboração do edital, preparado pelo Consórcio Logit/Logitrans, empresa que tem como um dos diretores Garrone Reck, responsável pela defesa em várias causas do grupo Constantino, que venceu a bacía 1, por meio da Viação Pioneira, da licitação de transporte no DF.

» Os sinais de irregularidades foram alvo de uma recomendação do Ministério Público do DF. Após uma série de reportagens publicadas pelo Jornal de Brasília, que denunciou as supostas ilegalidades no processo, o MPDFT recomendou que o GDF, por meio da Secretaria de Transportes, revogasse a decisão que habilitou a empresa Viação Piracicabana a participar do certame. Contudo, a recomendação foi ignorada e a empresa foi a ganhadora da licitação da bacía 1.

» Com o resultado da licitação, grupos economicamente ligados, segundo a recomendação, foram os vencedores de dois lotes. Piracicabana, da bacía 1, e Pioneira, da bacía 2, são controladas pela família Constantino, como o JBr já mostrou, e o MP reiterou. Ou seja, o transporte público do DF continuará nas mãos dos mesmos empresários que controlam o sistema há anos.

Conflito de interesses

Segundo o especialista em Administração Pública Marcos Bandeira, o conflito de interesses baseia-se na contradição existente entre o interesse público e o privado de um indivíduo ou de um grupo. "O conflito surge quando uma pessoa, na condição de servidor público ou agente político, é influenciada por interesses pessoais ao executar suas tarefas, fazendo uso do cargo que ocupa ou das informações que por ventura tenha acesso no exercício de suas atribuições para obter vantagens para si ou para terceiro", analisa.

Sócios da PTC Empreendimentos Imobiliários

Saulo de Tarsó Caldeira 0.40%

Pedro Constantino 0.40%

IAC Participações e Empreendimentos 99.20%

Continua ►

Esquema suspeito

Entenda a ligação da Transdata com o grupo Constantino

Sócios da Transdata

Luiz Delfeu Jora Ferracioli
10%

Luiz da Silva Freitas
10%

Andrea Puglia Tavares
10%



O capital das empresas são pessoas físicas.

Sócios da Tova Participações

PTC Empreendimentos Imobiliários
41,00%

IAC Participações e Empreendimentos
42,33%

EPM Assessoria Empresarial LTDA
16,67%

Fonte: Tribunal de Contas do Distrito Federal

Sócios da IAC Participações e Empreendimentos

Pedro Constantino
98,85%

Irenides Constantino
0,87%

Maria Elaine Constantino Caldeira
0,33%

Eloisa Constantino Soares
0,33%

Sócios da EPM Assessoria Empresarial

Mituo Marcos Tiroko
70%

Eloisa Constantino Soares
30%

A consolidação das participações das pessoas físicas no quadro da Transdata pode ser verificada abaixo:

Sócio	Participação
Pedro Constantino	57,43%
Andrea Puglia Tavares	10,00%
Luiz da Silva Freitas Júnior	10,00%
Luiz Delfeu Jora Ferracioli	10,00%
Mituo Marcos Tiroko	8,17%
Eloisa Constantino Linhares	3,50%
Irenides Constantino Penteado	0,38%
Eloisa Constantino Linhares	0,19%
Maria Elaine Constantino	0,19%
Saulo de Tarso Caldeira	0,11%

Muitos indícios de irregularidades

A identificação do vínculo familiar entre as empresas que operam o sistema de bilhetagem e as que controlam parte da frota de ônibus do DF parece ter sido uma preocupação prévia. Prova disso foi a tentativa de saber quem eram os verdadeiros sócios da Transdata. Para isso, foram criadas sucessivas sociedades com participações em outras empresas. Outra possível artimanha foi a combinação dos endereços vinculados às cinco empresas, como se elas funcionassem em apenas dois locais.

OMISSÃO

Segundo a auditoria do TCDF, fica claro que as atividades exercidas pela Transdata podem trazer conflito de interesses entre o DFTrans e as empresas permissionárias do

transporte público no DF. Por esse motivo, segundo o órgão, a contratação não está condizente com o funcionamento desejado dos serviços do SBA.

A auditoria também ressalta a omissão do DFTrans quanto à fiscalização da contratação da Transdata pela Fácil. O evidente cenário de irregularidades vem sendo negligenciado pelo DFTrans.

ANULAÇÃO É A SOLUÇÃO

Para o especialista em Administração Pública José Matias-Pereira, a auditoria deve ser entendida como um forte indício de irregularidade. "Na administração, quando se tem uma auditoria em tamanha proporção, é preciso uma investigação detalhada. Nesse caso, se comprovada a existência da mes-



Com um cenário de irregularidades, o mais prejudicado é o passageiro

“Quando um mesmo grupo detém tanto poder, é como se você pedisse para a raposa cuidar do galinheiro.”

José Matias-Pereira, especialista

ma empresa nas duas atividades, o ideal seria desclassificá-las”, diz.

Ele explica que, diante do cenário repleto de sinais que remetem a irregularidades, o usuário do transporte público é a principal vítima. “Além disso, quando um mesmo grupo detém tanto poder, é como se você pedisse para a raposa tomar conta do galinheiro”, compara o especialista.

Transdata nega obter vantagem

Por meio de nota, a Transdata informou que não teve acesso ao mencionado relatório do TCDF nem recebeu qualquer notificação deste órgão para se pronunciar. No texto, a empresa ressalta que tem 19 anos de atuação no desenvolvimento de sistemas de automação, utilizados em 170 cidades no Brasil, além de Argentina e Colômbia.

Na nota, a empresa ressaltou que apenas desenvolve o sistema de bilhetagem eletrônica, mas não tem poder de acessar os créditos de passagens, que são protegidos por criptografia, e acessados somente mediante assinatura eletrônica exclusiva dos órgãos governamentais de transporte - no caso, o DFTrans.

A empresa afirmou que atua co-

mo os fabricantes de caixas eletrônicos dos bancos: desenvolve o equipamento e o software de operação, mas não tem acesso às contas de cada correntista. Da mesma forma que somente os correntistas de bancos têm acesso a suas contas, que são protegidas por senhas, a Transdata e as empresas operadoras de transporte de passageiros também não têm acesso aos créditos de bilhetes eletrônicos, gerenciados somente pelo governo.

A empresa esclareceu que não há nenhum de "conflito de interesses" no fato de a Transdata ter entre seus investidores capitalistas uma holding cujo sócio majoritário é Pedro Constantino - que, por sua vez, não tem nenhuma ligação acionária com as empresas de transporte de outro ramo da família Constantino.

Por fim, a empresa afirmou que o investimento de Pedro Constantino jamais significou vantagem alguma para a Transdata junto a empresas de outro ramo da família Constantino nem destas junto à Transdata. Mais de 90% dos clientes da Transdata são empresas de outros grupos. E muitas empresas de transporte da família Constantino não utilizam sistemas da Transdata.

A reportagem entrou em contato com a Cidade Brasília, Pioneira, Satélite e Planeta, que compartilham o mesmo telefone para contato, mas até o fechamento da edição não teve os questionamentos respondidos. Da mesma forma, o DFTrans não enviou resposta até o fechamento da edição.

Visto, porém não lido

É o que consta em relatório da licitação, por determinação de secretário

Isa Stacciarini
isa.coelho@jornaldebrasilia.com.br

A novela do processo de licitação dos ônibus do DF está longe de chegar ao fim. Novos documentos reforçam as suspeitas de um trabalho falho da Comissão Especial de Licitação. Os indícios levam a crer, segundo especialistas, que o processo já estava definido bem antes da conclusão do edital. E, dependendo dos desdobramentos, a licitação pode ser anulada. Um documento de 11 de dezembro de 2012, expedido pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck - assinado pelo próprio Sacha Reck - provoca desconfianças quanto à legalidade do processo. Isso porque o documento não foi sequer lido e avaliado pela comissão.

versão oficial

O Jornal de Brasília procurou a responsável pelo visto no documento, mas ela não foi localizada. Ela estaria de abono. Em nota, o governo Agnelo diz que não existe nenhum ato ilícito no processo de licitação, e alega que dos 236 ônibus da frota nova, apenas um ônibus de São Sebastião apresentou problemas.

A situação é comprovada por um visto registrado no documento. Escrita à mão por uma integrante da comissão, a informação é de que o relatório não passou nem mesmo por uma análise. "Parecer não lido. Apenas vistado, por exigência do secretário de Transporte", diz. Logo abaixo, duas assinaturas confirmam a informação. De acordo com fontes do Jornal de Brasília, a pessoa que registrou o visto seria uma mulher - a única - do grupo responsável pelo certame.

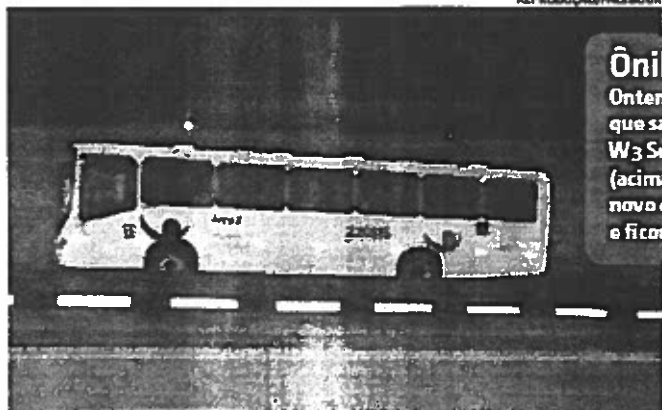
O documento expedido pelo escritório de advocacia se refere a orientações para julgamento final de apreciação dos recursos administrativos, já na fase de habilitação das empresas. Sacha Reck teria sido consultor do edital do certame. Além disso, ele seria advogado de pelo menos três das cinco empresas que venceram a licitação para atuar nas bacias 4, 2 e 1. O edital foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck - pai de Sacha Reck - como um dos diretores.

CONSEQUÊNCIAS

Em âmbito geral, para o professor de Administração Pública da Universidade de Brasília (UnB) José Matias-Pereira, a informação registrada no documento pode causar desdobramentos na licitação. Segundo o especialista, se o parecer contradiz ou contrapõe procedimentos adotados, precisa ser lido e discutido pela comissão. "Esse debate precisa ser feito como um todo. Se o documento for um parecer inconsistente e que aponte irregularidades ou mesmo fragilidades há necessidade de ser avaliado", diz.

Continua ►

REPRODUÇÃO/FACEBOOK



Ônibus quebrados

Ontem, o linha 194-1 da Viação Pioneira que sai de São Sebastião em direção à W3 Sul quebrou na saída da cidade (acima). Na quarta-feira, outro coletivo novo da empresa apresentou problemas e ficou no meio do caminho (ao lado).

Novos, mas já apresentam problemas

A nova frota já tem pelo menos 226 coletivos nas ruas. Muitos veículos, porém, já apresentaram problemas nos primeiros dias de uso. Ontem mesmo o Jornal de Brasília noticiou que um ônibus da nova frota, provavelmente em teste, havia quebrado na QI 23 do Lago Sul.

A operadora de caixa Yndiara Amanda Nascimento, 22 anos, estava a caminho do trabalho quando o ônibus que ia em direção a W3 Sul quebrou na saída de São Sebastião. "O motorista disse que um outro coletivo passaria no local para transportar os passageiros do ônibus quebrado, mas não foi o que aconteceu. Tivemos que nos virar para embarcar em coletivos que já vinham lotados", destaca.

Também morador de São Sebastião, Júlio Cesar Marçal, 31 anos, chega a desconfiar dos novos ônibus. "Como lançam novos ônibus e eles já quebram? Esse governo é o pior que Brasília já teve", avalia.

O JBr procurou as secretarias de Transporte e de Comunicação do GDF, mas elas não responderam.

REPRODUÇÃO/FACEBOOK



Ônibus quebrado no Jardim Botânico: transtorno

pontodevista

O professor do departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer lembra que, provavelmente, na licitação do sistema de transporte público, os donos das empresas vencedoras têm parentesco com proprietários das empresas que estão deixando o sistema. "Isso se chama nepotismo. Essa situação de dar um visto em um relatório sem ler provoca um pensamento de que a decisão sobre o resultado já estava decidido. Supostamente, foi uma definição já tomada anteriormente e, por isso, não havia necessidade de fazer uma avaliação do documento", aponta.

SUSPEITAS NO TRANSPORTE

Esquema que se repete

Consultor que preparou edital do DF já estava em licitação alvo de CPI

Daniel Cardozo

daniel.cardozo@jornaldebrasil.com.br

Representantes da Câmara Municipal de Curitiba vieram a Brasília para trazer documentos e debater as suspeitas de irregularidades nas licitações do transporte público das duas cidades. Os vereadores Jorge Bernardi (PDT) e Chico do Uberaba (PMN) revelaram pormenores sobre os indícios de fraude nos dois processos.

Eles estiveram não só na Câmara Legislativa também se reuniram com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por conta do provável cartel que pode ter se formado no sistema de transporte público da capital paranaense.

LÁ COMO CÁ

Foram entregues à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Celina Leão documentos da já instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte de Curitiba. Um dos destaques do material é um contrato que teria sido assinado entre as empresas vencedoras da licitação e o advogado Sacha Heck, consultor responsável por elaborar os editais dos certames de Brasília e de Curitiba.

Foi convocada uma reunião extraordinária da Comissão de As-



Deputados e vereadores investigarão

O Jornal de Brasília vem mostrando as irregularidades nas licitações do transporte público do DF há pelo menos cinco meses. As relações do advogado Sacha Heck com as empresas vencedoras — nas duas cidades — levantaram grandes suspeitas e a movimentação na Câmara pode render até uma CPI, assim como ocorreu no Paraná. A deputada Celina Leão tem sido uma espécie de fiscal do caso na Câmara Legislativa e chegou até a ir ao Paraná para conhecer as irregularidades já apuradas pelos parlamentares paranaenses. Os parlamentares do DF e do Paraná prometeram manter a cooperação para que os fatos sejam apurados.

suntos Sociais. No entanto, as únicas parlamentares que compareceram foram a presidente, Celina Leão, e a deputada Eliana Pedrosa.

Para Celina Leão, os demais parlamentares poderiam ter compare-

cido à reunião por conta da importância da questão. Ela suspeita, porém, que a falta dos deputados pode ter sido uma orientação de partidos. "Sexta-feira não é um dia que os parlamentares estão presentes aqui

Continua ►



pense nisso

» Apesar de ter ficado pouco tempo na sala de comissões, Eilana Pedrosa foi contundente nas críticas contra o governo. Ao abrir sua fala, a deputada falou claramente sobre a possível presença de informantes na sessão.

"Também quero cumprimentar todos que estão aqui, aqueles que vieram para tentar entender o que está acontecendo, aqueles que são olheiros do governo, que vieram para ver o que está sendo dito. Como os senhores vereadores podem notar, o poder da caneta aqui no Distrito Federal é muito grande. É tão grande que até os membros da nossa comissão não estão presentes na reunião da comissão. Deveríamos ter uma boa separação nos poderes", disparou.

na Câmara, mas examinamos uma licitação que vai durar 20 anos no DF e que incluiu um grupo econômico de Curitiba", cobrou.

SUPERFATURAMENTO DE 40%

"Fizeram uma licitação fraudada lá e a gente teme e é algo concreto. O próprio Ministério Público de Contas já fala desse superfaturamento de 40% do lucro das empresas", acrescentou. Os documentos serão agora repassados pelas distritais ao Ministério Público.

Quatro irregularidades na mira

A CPI do Transportes de Curitiba apura quatro pontos: a margem de lucro das empresas é alta, quase três vezes maior que na cidade de São Paulo; há irregularidades aparentes no processo de licitação; a composição da tarifa, indica a possibilidade de itens superfaturados e, por último, o recolhimento de taxas como o imposto sobre serviços (ISS) teria sido feito de maneira irregular, já

que estima-se que as operadoras tenham deixado de arrecadar R\$ 8 milhões, em dois anos. A expectativa é que a CPI vá até o fim do ano.

Segundo o vereador Jorge Bernardi, a necessidade de subsídios da prefeitura é o que levanta maiores suspeitas. "O ponto mais grave diz respeito ao processo de licitação. Nunca, em 58 anos de operação, o sistema de Curitiba precisou ser

subsidiado. Depois dessa licitação, isso passou a acontecer", afirmou.

Também integrante da CPI, o vereador Chico do Uberaba classificou a sistema de transporte do DF como "vergonhoso" e disse compreender a necessidade promover melhorias. "Parece que 80% dos ônibus são sucata. Sem falar no terminal (Rodoviária do Plano Piloto. E inacreditável", afirmou.

“

Nunca, em 58 anos de operação, o sistema de Curitiba precisou ser subsidiado. Depois dessa licitação, isso passou a acontecer.

Jorge Bernardi, vereador em Curitiba

Decisão pode interferir em situação da capital

Justiça do Paraná bloqueia bens de advogados envolvidos em suspeitas de fraude na licitação dos ônibus

Isa Stacchini

isa.coelho@jornaldebrasilia.com.br

As licitações de ônibus do Distrito Federal e do Paraná têm em comum indícios de favorecimento de empresas. Em ambos os certames estão os mesmos advogados como pivô dos esquemas. Mas a diferença entre os dois casos, até agora, está no que foi feito para investigar os suspeitos. Enquanto no DF o processo está aparentemente parado, a Justiça do Paraná determinou o bloqueio de bens e a quebra de sigilo bancário do advogado Sacha Reck e do pai dele, Garrone Reck.

A ordem da 1ª Vara Cível do Paraná aconteceu após indícios de irregularidades na licitação do trans-

porte coletivo de Curitiba. A determinação afeta outras 26 pessoas, inclusive o ex-prefeito Luiz Fernando Ribas Carli. Entretanto, parlamentares e especialistas avaliam que a determinação judicial, embora seja uma situação regional, pode afetar o certame da capital. Isso porque Sacha é apontado como, possivelmente, um dos homens "infiltrados" no processo licitatório do DF. Seu pai participou da elaboração do edital, e ao mesmo tempo o filho trabalhou para empresas.

Caso o Tribunal de Justiça do DF seja provocado, mais incertezas sobre o futuro dos novos ônibus em Brasília podem surgir. A deputada distrital Celina Leão (PSD) considera que a denúncia no Paraná é semelhante ao que pode ter acontecido no DF. O juiz paranaense considera que a licitação em Guarapuava teria sido alterada em benefício da empresa que venceu o processo.

VALORES

Além disso, há hipótese de que o governo tenha agido ilegalmente. A empresa favorecida teria recebido R\$ 7,5 milhões. Mas, ao todo, o valor das irregularidades gira em torno de R\$ 150 milhões. O bloqueio de bens dos 28 envolvidos, inclusive de Sacha Reck e de Garrone Reck, é de R\$ 22,5 milhões. Dentre os bens bloqueados estão imóveis, carros e contas bancárias.



Sacha Reck trabalha para empresas ganhadoras

Continua ►

ENTENDA O CASO

» O edital foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, Integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores. O escritório do filho, Sacha Reck, deu consultoria

para a Comissão Permanente de Licitação da Setrans.

» Entre os clientes da dupla estão as viações Pioneira, Marechal e Piracicabana.



Garrone Reck é um dos diretores do consórcio que elaborou licitação

ponto devista

O professor do departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer destaca que a determinação judicial do Paraná pode afetar, inclusive, prováveis comparsas de Sacha Reck. "Dentre as ações, a Justiça do DF pode interditar a concorrência de licitação do sistema de transporte público da capital, o que, para o governador Agnelo Queiroz, seria uma péssima notícia para a candidatura de reeleição", considera. O professor de administração pública da UnB José Matias-Perreira explica que quando há uma sentença judicial de qualquer estado em um processo supostamente semelhante ao certame do DF significa que algo não foi bem conduzido.

Pedido de investigação

Segundo a deputada distrital Celina Leão, Sacha Reck foi o consultor do edital do certame no DF. Além disso, a parlamentar considera que ele tenha sido advogado de pelo menos três das cinco empresas que venceram a licitação para atuar nas bacias 4, 2 e 1. "Se em uma região pequena do Paraná os desvios são de R\$ 150 milhões, imagina de quanto vão ser os valores de desvios no DF?", questiona Celina.

AÇÕES

A deputada afirma que vai entrar com uma ação popular junto ao TJDF. Celina também deve protocolar um aditivo na representação já realizada ao MPDFT. "A expectativa é de que o TJDF determine pela suspensão do edital a partir da

decisão da Justiça do Paraná referente ao mesmo grupo criminoso", considera.

EM ANÁLISE

O MPDFT informou que a representação da parlamentar chegou à 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social em 16 de julho. Contudo, nenhuma denúncia sobre a decisão judicial do Paraná chegou ao conhecimento do órgão.

De acordo com o MP, o promotor ainda analisa a ação protocolada para chegar a uma conclusão.

O Jornal de Brasília procurou a assessoria de Sacha Reck, mas foi informado que o advogado não iria se pronunciar, pois ainda não tinha sido acionado oficialmente pela justiça. A reportagem não conseguiu localizar Garrone Reck.

150 MILHÕES
de reais foi o desvio no Paraná

Farta documentação

A deputada Celina Leão (PSD), presidente da Comissão de Assuntos Sociais da CLDF, recebeu na sexta-feira (23) uma farta documentação da CPI dos Transportes de Curitiba, que tem ligação com uma das empresas vencedoras da licitação no DF. Celina queria apresentar dados do caso na reunião de hoje da Comissão, mas teme que os governistas esvaziariam a reunião. Segundo Celina, entre a documentação recebida tem um contrato que prova que o advogado Sacha Reck prestava serviços ao sindicato de Curitiba. A parlamentar está analisando a documentação e encaminhando ao Ministério Público e a Polícia Federal, onde está agendando uma reunião para que as informações sejam cruzadas no esquema das empresas em Curitiba e DF. "Estou avisando todos os dias que esse Edital vai ser todo subsidiado com dinheiro público", explicou Leão. A presidente fará um informe na reunião de hoje e avisa que se os demais membros não quiserem investigar vai tomar as providências junto ao MP e PF!

Sumário do DF

Farta documentação

A deputada Celina Leão (PSD), presidente da Comissão de Assuntos Sociais da CLDF, recebeu na sexta-feira (23) uma farta documentação da CPI dos Transportes de Curitiba, que tem ligação com uma das empresas vencedoras da licitação no DF. Celina queria apresentar dados do caso na reunião de hoje da Comissão, mas teme que os governistas esvaziarão a reunião. Segundo Celina, entre a documentação recebida tem um contrato que prova que o advogado Sacha Reck prestava serviços ao sindicato de Curitiba. A parlamentar está analisando a documentação e encaminhando ao Ministério Público e a Polícia Federal, onde está agendando uma reunião para que as informações sejam cruzadas no esquema das empresas em Curitiba e DF. "Estou avisando todos os dias que esse Edital vai ser todo subsidiado com dinheiro público", explicou Leão. A presidente fará um informe na reunião de hoje e avisa que se os demais membros não quiserem investigar vai tomar as providências junto ao MP e PF!

São 30 milhões DF

ESTAÇÃO DA NOTÍCIA

<http://www.estacaodanoticia.com>

INFORME
ON LINE

29/08/2013

**Licitação de ônibus
Celina diz que grupo
condenado no Paraná está
atuando no DF**

A licitação de ônibus para o transporte público do Distrito Federal voltou a gerar discussão entre os deputados distritais, durante a sessão ordinária da Câmara Legislativa desta quarta-feira (28). A deputada Celina Leão (PSD) apresentou questionamentos sobre a licitação para colocação de novos ônibus no DF. Segundo ela, as informações e documentos repassados na semana passada por integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Curitiba (PR) apontam para a atuação no DF de um grupo paranaense com várias denúncias

e já condenado a devolver R\$ 150 milhões para a prefeitura do estado, por conta de irregularidades praticadas em Guarapuava (PR).

De acordo com Celina, o mesmo grupo "criminoso" registra denúncias de irregularidades em pelo menos quatro cidades e agora está agindo no DF. "Eles já foram condenados a devolver dinheiro numa pequena cidade, imagine o que acontecerá aqui", afirmou. A parlamentar pediu ajuda para os colegas na fiscalização da licitação em curso no DF. "Nós queremos a melhoria do transporte público e ônibus novos, mas não podemos aceitar milhares de reais em subsídios", enfatizou.

O deputado Chico Vigilante (PT) rebateu os questionamentos apresentados pela deputada e ressaltou que "no DF não tem maracutaia na licitação do transporte público, e o governador e o secretário de Transporte são sérios e honestos". Vigilante destacou que a atual licitação já passou por várias análises da Justiça por causa da tentativa de alguns grupos em prejudicar seu andamento, mas todas fracassaram.

O presidente da Câmara Legislativa, deputado Wasny de Roure (PT), pediu que Celina Leão envie cópias dos documentos mencionados por ela para os gabinetes de todos os deputados, para poderem estudar o caso. Informações da CLDF.

Transporte I

Sendo assim, dá a entender que o atual governo só está a espera do fim de seu mandato. E digo logo, de todos os governos que tivemos Roriz, Cristovam e Arruda, este conseguiu se superar e ser pior que todos. Fica colocando a culpa em governos anteriores, mas já se passaram praticamente três anos de um governo que não funciona.

Júlio sobre a matéria:

"Decisão pode interferir em situação da capital".

Transporte II

Mesmo que a justiça impeça o andamento do processo para troca dos ônibus, o Distrito Federal não pode ficar sem uma fiscalização rígida. O governo tem de fiscalizar se horários estão sendo cumpridos, bem como a condição em que se encontram os ônibus. Ônibus lotado é vergonhoso num local minúsculo como o DF! Provisórias GDF, o povo não aguenta mais tanto descaso!

Rafael, sobre a matéria:

"Decisão pode interferir em situação da capital".